



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA SOCIAL**

**TECENDO FIOS, FAZENDO HISTÓRIA:
A Atuação Operária na Cidade-Fábrica Rio Tinto
(Paraíba, 1959-1964).**

Eltern Campina Vale

Fortaleza, junho de 2008.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL**

**TECENDO FIOS, FAZENDO HISTÓRIA:
A Atuação Operária na Cidade-Fábrica Rio Tinto
(Paraíba, 1959-1964).**

Eltern Campina Vale

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da UFC, como requisito para obtenção do título de Mestre, sob orientação da Profa. Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira.

Fortaleza, junho de 2008.

"Lecturis salutem"

Ficha Catalográfica elaborada por

Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593

tregina@ufc.br

Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

V243t

Vale, Eltern Campina.

Tecendo fios, fazendo história [manuscrito] : a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto(Paraíba,1959-1964) / por Eltern Campina Vale. – 2008.

225 f. : il ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará,Centro de Humanidades,Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza(CE), 17/07/2008.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Adelaide Maria Gonçalves Pereira.

Inclui bibliografia.

1-TRABALHADORES TÊXTEIS – RIO TINTO(PB) – ATIVIDADES POLÍTICAS – 1959-1964.

2- TRABALHADORES TÊXTEIS – RIO TINTO(PB) – CONDIÇÕES SOCIAIS – 1959-1964.

3-INDÚSTRIA TÊXTIL – RIO TINTO(PB) – 1959-1964.I- Pereira,Adelaide Maria Gonçalves, orientador.II-Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em História. III- Título.

CDD(22^a ed.) 331.76770981330904

32/08

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL**

**TECENDO FIOS, FAZENDO HISTÓRIA:
A Atuação Operária na Cidade-Fábrica Rio Tinto
(Paraíba, 1959-1964).**

Eltern Campina Vale

Dissertação defendida em de julho de 2008, e aprovada pela Banca Examinadora, constituída pelos professores:

Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá
(UECE)

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves
(UFC)

Profa. Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira
(Orientadora, UFC)

“A mão que afaga é a mesma que apedreja...”

Augusto dos Anjos

À **Carminha** (minha mãe), base infinita de incentivo, com todo carinho desmesurado que sinto. Amo-te.

À **Israel** (meu pai), um velho comunista, convicto de seus ideais, que tanto reverencio. Amo-te.

À **Socorro Rangel**, Historiadora de quem sou aprendiz, que esse texto possa ser uma forma de dizer: obrigado por sempre acreditar em mim.

Aos **operários** da tecelagem Rio Tinto, construtores e atores desta história.

AGRADECIMENTOS

Um vai-e-vem de dores e alegrias: eis o que significou o processo de produção deste trabalho. Mas, ao mesmo tempo, quão prazeroso foi vê-lo findo. Para tanto, é preciso expressar meus agradecimentos, que não se constituem enquanto puras formalidades. São obrigatórios e estritamente necessários.

Primeiramente, gostaria de expressar gratidão à meus pais que se esforçam, sobremaneira, para colocar a educação de seus filhos em primeiro plano. E isto foi fundamental para o caminho que ora trilho. Em termos familiares, a algumas pessoas os agradecimentos são indispensáveis: meus irmãos, Marcella e Moisés (que suportaram meu *stress*, desabafos... e, mormente, minha chatice. O meu amor por vocês é colossal); minha tia Teresa Neuma (pelo apoio indispensável no momento mais crítico, tanto das dificuldades do andamento da escrita, bem como dos meus dissabores pessoais), minha prima Fátima Araújo (que, em meus momentos de angústia, brindava-me com suas histórias cômicas - com sua peculiar veia teatral - do sertão de mainha, da São Mamede de minha infância) e a meu primo Reginaldo Amaral (que deu, inicialmente, suporte necessário para a minha estadia em Fortaleza).

Agradeço a acolhida afetuosa do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFC. Em especial ao Prof. Dr. Frederico de Castro Neves, pelo apoio, pelas essenciais propostas no Exame de Qualificação e na convivência diária sempre pautando por dispensar as formalidades acadêmicas.

À minha orientadora, Adelaide Gonçalves, sou grato. Sua paciência, rijeza, segurança teórico-metodológica e as lições do ofício de historiador foram cruciais, para que esse trabalho se aprimorasse a cada orientação e a cada reescrita. Tenho certeza de que minha afeição por Adelaide é inexprimível, uma vez que se tornou um marco em minha vida acadêmica e, quiçá, para além dela.

Grato, notadamente, a Luigi Biondi e Edilene Toledo, mais que professores, amigos que constantemente me auxiliaram a maturar muitas

questões essenciais a esse trabalho. Para vocês: todo o meu carinho. E a Profa. Dra. Kênia Rios, pela serenidade e pelas importantes orientações no Exame de Qualificação, e que, de pronto, conduziu aos melhoramentos significativos deste trabalho.

Às funcionárias da secretaria do Mestrado, Regina e Silvia, sempre prontas para diminuir os percalços burocráticos dos mestrandos.

Meus amigos do Mestrado, com os quais convivi, Gláubia (pelo incentivo), Lucélia, Georgina, Márcio Porto e Lucília. E, aos colegas da Linha de Pesquisa - Trabalho e Migrações, em especial a Rodrigo, amigo sempre presente na minha vida em Fortaleza, seja nas horas acadêmicas, ou nos momentos de descanso – com as cervejadas pelos botecos do Benfica.

Meu registro em especial às mulheres que acompanharam minhas angústias e alegrias na confecção deste trabalho e com quem minha carência afetivo-familiar em Fortaleza era sanada: Marla (minha Marla, Marlinha, Marloca, na certeza que o meu amor por ti é infinito, obrigado por tudo), Cíntia (com quem descobri a Fortaleza bela), Enilce (pela acolhida, pela amizade e por entender, mais que ninguém, as minhas aflições) e a minha baiana Íris Verena (mais que amiga, uma irmã com quem dividi, além da mesma casa, a saudade de nossas terras, de nossa família... de nossos amores).

Na pesquisa que resulta este trabalho, tive suporte de Instituições e de pessoas amigas. Ao casal amigo, Aldoni e Léa, que sempre estiveram dispostos a me “acolher” em João Pessoa - em sua bela casa na praia do Poço. E a minha amiga Neide Lucena, que me deixou desfrutar de sua residência na inspiradora praia de Cabo Branco, em João Pessoa.

Às diversas instituições em que pesquisei e à presteza de seus funcionários sou grato, em especial, ao arquivo do Fórum de Rio Tinto, do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba - por meio das funcionárias Leonilda e Socorro - e do arquivo do DOPS de Pernambuco, à diretora Marcília Gama.

Ao Sindicato Têxtil de Rio Tinto, representado pelo seu atual presidente José Galberto, que permitiu a pesquisa no arquivo da entidade. Aos operários de Rio Tinto, com quem aprendi, ouvindo suas histórias, memórias e experiências: Júlio Justino da Silva, Clotilde Juvenal, Maria da Conceição, Severino Nascimento, José Antônio da Silva. Sem eles, esse trabalho não seria exequível.

Aos meus professores da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, que acompanharam as minhas primeiras incursões sobre o tema desta Dissertação: Gerválio Batista Aranha, Luciano Mendonça, Josemir Camilo, Celso Gestermeier, Àlarcon Agra, Nilda Donato e Fábio Gutemberg (in memoriam).

Aos meus amigos, que me incentivaram e contribuíram para amenizar meu *stress*, de maneira especial: a militante sindical e ex-prefeita de Campina Grande Cozete Barbosa, Sinara Souto Maior, Pedro Jorge Cleoblo, Deco Cavalcanti, André Moreira, Felipe Muniz, Fábio Piquet, Carla Dantas, Emanuella Lins, Juliana Figueiroa, Jussara Costa e Felipe Cunha Lima.

Por fim, ao CNPQ, pela concessão de bolsa que deu suporte financeiro essencial para a minha estadia em Fortaleza bem como para a pesquisa em João Pessoa, Recife e Rio Tinto.

RESUMO

Esta dissertação estuda os embates operários no período 1959 -1964, no contexto da história do movimento operário paraibano. Aborda inicialmente a construção da Fábrica Rio Tinto, entre 1917 e 1924, empreendimento descrito na imprensa e nos registros dos memorialistas, de modo grandiloquente, pois em sua visão, a fábrica impulsionou a economia da região e da Paraíba. As primeiras greves em 1930, a criação do Sindicato em 1932, a vigilância e repressão aos operários comunistas, bem como as paralisações de 1946 e 1951, são aqui estudadas como experiências de classe, em seu processo de organização, em seus conteúdos de herança e partilha. Destaca-se também o ascenso da organização dos trabalhadores entre 1959 e 1964, em Rio Tinto, como núcleo significativo do movimento operário paraibano, compondo sua agenda de reivindicações, alcancando vitórias, sofrendo revéses e, realizando articulações no plano da política eleitoral. A análise dos processos trabalhistas, como uma via na conquista de direitos, identifica as questões trabalhistas como expressão de conteúdo de luta dos trabalhadores. Em estudo ainda, a conjuntura de 1960, com a eleição do operário Antônio Fernandes para o sindicato e à prefeitura da cidade-fábrica em 1963, bem como a repressão ao movimento operário em Rio Tinto com o Golpe civil-militar de 1964.

Palavras Chaves: Movimento operário, História da Paraíba, Rio Tinto, Indústria Têxtil.

ABSTRACT

This essay studies the workers' collisions in the period of 1959 through 1964, emphasizing the labour movement in Paraíba. It approaches, initially, the construction of the Rio Tinto Factory, between the years of 1917 and 1924, undertaking described in the press and in memoirs as a great enterprise, since, in their vision, the factory developed the economy of the region and of Paraíba. The first strikes in 1930, the creation of the worker's union in 1932, the watch and repression of the communist labourers, and also the paralyzations in 1946 and 1951, are studied here as classes' experiences, in its organizational process, and in its contents of heritage and division. It accentuates the ascension of the workers' organization in Rio Tinto between 1959 and 1964, as an essential center of the labour movement in Paraíba, putting into practice their agenda of demands, conquering victories, suffering reverses and articulating in the electoral politics. The analysis of the workers' processes, as a way of conquering rights, identifies the labour issues as an expression of the workers' struggle. It is also studied the conjuncture of 1960, with the election of the labourer Antônio Fernandes for the union and for the city hall of the factory-town in 1963, and the repression of the labour movement in Rio Tinto after the coup d'état civil-military of 1964.

Key-Words: Labour movement, History of Paraíba, Rio Tinto, Textile Industry.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - Tecendo Histórias...

CAPITULO I - AS LUTAS OPERÁRIAS NA CIDADE-FÁBRICA RIO TINTO (1959 - 1964)

1.1. “Fome de braços e fome de terras” na cidade-fábrica.

1.2. As primeiras movimentações operárias

1.3. Reivindicações e conquistas operárias (1959 - 1964)

CAPITULO II - ESTRATÉGIAS DE REIVINDICAÇÃO OPERÁRIA: OS USOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

2.1. Ações de Reintegração e Despejo: resistência operária

2.2. Vigilância no espaço fabril e ações de furto

CAPITULO III - ESPAÇOS DE LUTA OPERÁRIA: SINDICATO E PREFEITURA (1960-1964)

3.1. Mudando a história do Sindicato Têxtil de Rio Tinto (1960-1964).

3.2. Um operário na prefeitura de Rio Tinto (1963-1964)

3.3. O golpe civil-militar de 1964: Repressão e controle operário em Rio Tinto

CONSIDERAÇÕES FINAIS - Fazendo História...

FONTES

BIBLIOGRAFIA

QUADRO DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Propaganda das Casas Paulista, empreendimento do ramo de tecidos da família Lundgren. Jornal A União (PB) – 02 de abril de 1918.

Figura 2. Tomada aérea da vila operária onde se observa a Igreja, o local de moradia dos trabalhadores e a esquerda a Fábrica. Segunda metade da década de 1940.

Figura 3. Interior da tecelagem, onde se observa trabalhadores em atividade.

Figura 4. Tomada da Rua Barão do Triunfo, em Rio Tinto.

Figura 5. Casas da vila operária em Rio Tinto, tomada da Rua da Linha.

Figura 6. Tomada das casas da Praça João Pessoa, em Rio Tinto.

Figura 7. Reportagem sobre a cidade-fábrica de Rio Tinto. Jornal A União (PB) – 07 de setembro de 1933.

Figura 8. Propaganda das tecelagens dos Lundgren, em Paulista (PE) e em Rio Tinto. Jornal A União (PB) – 07 de setembro de 1933.

Figura 9. Tijoleira, seção subsidiária da fábrica, e os trilhos de uma pequena locomotiva para carregamento de tijolos.

Figura 10. Hospital pertencente a fábrica onde funcionavam os serviços do SAMDU.

Figura 11. Igreja matriz, inaugurada em 1943, pertencente ao patrimônio da fábrica, localizada na praça principal de Rio Tinto. Ao lado os chalés, moradia dos diretores e técnicos da Fábrica.

Figura 12. Cinema-teatro Orion, inaugurado em 1944, com capacidade para cerca de 1.200 pessoas, um espaço de lazer dos trabalhadores patrocinado pela fábrica.

Figura 13. Movimento grevista em Rio Tinto. Jornal A União (PB) – 28 de outubro de 1930.

Figura 14. Matéria de jornal sobre o movimento operário de Rio Tinto e a possibilidade de deflagração de greve. Jornal A União (PB) - 14 de janeiro de 1959.

Figura 15. Coluna *OPOSIÇÃO* de José Joffily, com denúncias aos serviços prestados pelo IAPI aos operários em Rio Tinto. Jornal Correio da Paraíba – 11 de setembro de 1962.

Figura 16. Manchete de última página, em que se anuncia o Encontro de Operários Têxteis paraibanos, em Rio Tinto. Jornal O Norte (PB) – 03 de abril de 1959.

Figura 17. Notícia de última página referente ao Encontro Sindical dos Trabalhadores da Paraíba na cidade-fábrica Rio Tinto. Jornal A União (PB) – 26 de abril de 1962.

Figura 18. Tomada de uma das frentes da Fábrica de Tecidos Rio Tinto. Chegada de novas máquinas na Fábrica Rio Tinto. Primeira metade da década de 1960.

Figura 19. Uma das ruas principais de Rio Tinto, Rua da Mangueira. Caminhões trazendo novo maquinário para a fábrica. Primeira metade da década de 1960.

Figura 20. Operária em atividade na tecelagem. Arquivo Antônio Luiz (Rio Tinto - PB).

Figura 21. Lojas Paulista em Rio Tinto, com funcionários e trabalhadores da Fábrica. Primeira metade da década de 1960.

Figura 22. Descrição dos descontos salariais: I.A.P.I., Sindicato, aluguel, comida, adiantamento, farmácia e Lojas Paulista. Arquivo Fórum de Rio Tinto.

Figura 23. Livro do Sindicato Têxtil com registro de chapas às eleições sindicais de 1960.

Figura 24. Participação de sindicalistas da Paraíba no “Congresso de Libertação Nacional”; a notícia abaixo denuncia a tentativa de compra de votos pela direção da Fábrica Rio Tinto na eleição sindical. Jornal Correio da Paraíba - 11 de agosto de 1962.

Figura 25. Embates entre o Sindicato dos Trabalhadores da Fábrica Rio Tinto, os patrões e a Prefeitura da Cidade-fábrica. Jornal Correio da Paraíba - 23 de março de 1961.

Figura 26. Lutas por aumento salarial e deflagração de greve. Jornal Correio da Paraíba - 12 de fevereiro de 1963.

Figura 27. Posse de Arthur Lundgren, na prefeitura de Rio Tinto em 1956.

Figura 28. Coluna “Movimento Sindical”. Jornal Correio da Paraíba - 19 de outubro de 1963.

Figura 29. Nota de congratulação - Vitória de Antônio Fernandes, prefeito de Rio Tinto. Jornal Correio da Paraíba - 30 de novembro de 1963.

Figura 30. Coluna “Movimento Sindical”. Jornal Correio da Paraíba - 8 de novembro de 1963.

Figura 31. Conjuntura política da Paraíba no Golpe militar. Jornal A União (PB) - 2 de abril de 1964.

Figura 32. Resistência operário-campesina em Rio Tinto ao Golpe militar. Jornal Correio da Paraíba - 3 de abril de 1964.

Figura 33. Nota do Exército convocando os “subversivos” a se apresentarem ao 1º Grupamento de Engenharia, em João Pessoa. Entre os citados, o juiz Hermilo Ximenes e o advogado do sindicato José Gomes da Silva. Jornal A União (PB) - 22 de maio de 1964.

Introdução – Tecendo Histórias...

Uma Fábrica é feita essencialmente para produzir. Os homens estão lá para ajudar as máquinas a fazer todos os dias o maior número possível de produtos bem feitos e baratos. Mas, por outro lado, esses homens são homens; tem necessidades, aspirações a satisfazer, e que não coincidem necessariamente com as exigências da produção; e até, de fato, não coincidem em absoluto, na maioria das vezes.

Simone Weil¹

A cidade-fábrica de Rio Tinto passa despercebida aos olhos desatentos de turistas que se dirigem às praias do litoral norte paraibano – como Baía da Traição. Ao menos sua arquitetura peculiar pode chamar a atenção. Não mais que isso. Contando com uma população que ultrapassa os 22 mil habitantes destes, 13.284 concentrados na área urbana - a maioria, ex-trabalhadores da fábrica – está localizado acerca de 50 km da capital, João Pessoa. O acesso a Rio Tinto se dá através das rodovias BR-101 (João Pessoa-Natal) e PB-041. O município faz fronteiras com Mamanguape, Baía da Traição e Mataraca.

Ao escrever sobre a atuação operária na tecelagem dos Lundgren em Rio Tinto entre 1959 e 1964, na Paraíba, apresento um pouco do meu encontro com o tema. A especificidade das histórias sobre Rio Tinto que eu começava a ter contato² ainda na Graduação, provocaram meu interesse histórico. Nas informações constantes, na biografia de Raul de Góes, uma constatação, se transforma em uma questão: os Lundgren aparecem como protagonistas da

¹ WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 114.

² Principalmente a biografia *Um sueco emigra para o Nordeste*, de Raul de Góes, e as referências que o historiador José Octávio de A. Mello faz a Rio Tinto nos seus diversos trabalhos sobre História da Paraíba.

história de Rio Tinto. Desses primeiros passos resultaria um estudo monográfico.³

A pesquisa em arquivos da Paraíba e Pernambuco forneceram um material empírico que justificava o alargamento das pesquisas sobre a história de Rio Tinto, e em especial, sobre os trabalhadores na cidade-fábrica.

No Mestrado em História Social da UFC, as leituras realizadas, sobretudo dos historiadores E.P.Thompson e E. Hobsbawm, e do antropólogo José Sérgio Leite Lopes, indicaram o suporte teórico e metodológico da pesquisa sobre os trabalhadores de Rio Tinto. No início das pesquisas, (re)visitei a cidade-fábrica e ao caminhar pela cidade, em suas ruas que evocam muitas histórias para contar, várias indagações surgiam, quando seus lugares de memória iam se desnudando. Parecia que tudo aquilo que enxergava, queria se expressar. Naquele momento, lembrava de um fragmento de Michel Foucault:

Em certo sentido a linguagem rebaixa a forma propriamente verbal, mas vê muitas coisas que falam e que não são linguagem. Depois disso poder-se-ia dizer que a natureza, o mar, o sussurro do vento nas árvores, os animais, os rostos, os caminhos que se cruzam tudo isso fala; pode ser que haja linguagem que se articula em formas não-verbais.⁴

A cidade-fábrica se apresentava como um texto, onde se podia realizar múltiplas possibilidades de leituras e interpretações,⁵ a partir dos fragmentos do passado, de uma memória presente em cada rua e em cada espaço. Falar sobre a memória de Rio Tinto e de seus moradores - trabalhadores da fábrica - é discorrer acerca de uma memória marcada pela experiência operária desde a fundação da tecelagem em 1924 e de suas histórias. Esta memória, também está marcada pela vigilância, pela coação dos mandatários da fábrica, e em especial, de Frederico Lundgren.

³ VALE. Eltern Campina. *Uma História que falta contar: A cidade-fábrica Rio Tinto narrada nos Livros Didáticos de História da Paraíba*. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande. Abril de 2004.

⁴ FOUCAULT. Michel. *Nietzsche, Freud e Marx: Theatrum Filosoficum*. São Paulo: Ed. Princípio, 4º ed, 1987, p. 14.

⁵ Impressões a partir da Conferência da Professora Margarida de Souza Neves: *A cidade como um texto*. Fortaleza, CE, abril de 2005.

A fábrica e o seu patrimônio, a maioria das casas da cidade e os prédios onde funcionaram a tecelagem - ainda estão lá, como se sua presença tivesse uma intenção de marcar seu papel na história de Rio Tinto. A estátua de Frederico Lundgren (motivo de gozação de um bêbado que ao passar em frente a ela, disse: *Já foi dono, hoje é o vigia*)⁶, o cinema, a igreja, a vila operária e a fábrica se constituem, como observou Leite Lopes para o caso da cidade-fábrica de Paulista em Pernambuco, enquanto símbolos de certa dominação e controle da família Lundgren nos espaços da cidade.⁷

Esta presença ainda hoje, tempo em que a fábrica está desativada, dos Lundgren na cidade (administrando seu patrimônio imobiliário) seja de forma material e mais ainda na memória de seus habitantes, funciona como elemento visível ou indireto de vigilância. Uma forma de exercício simbólico de poder, de algum modo, permanecendo na memória dos ex-operários e dos espaços da cidade-fábrica, palco de lutas operárias, que reescreveram a história de Rio Tinto, tendo os trabalhadores como seus protagonistas.

Este trabalho intenta a reconstituição de uma história do movimento operário, principalmente diante da constatação de que algumas produções - não-acadêmicas - sobre Rio Tinto, apenas tangenciam os trabalhadores, alcançando os Lundgren como artífices da história desta cidade-fábrica. Exemplo disso é o caso da biografia publicada em 1964, *Um sueco emigra para o Nordeste*, laudatória e apologética dos Lundgren, escrita por Raul de Góes, que exerceu cargos de direção nas fábricas da família Lundgren. Outra produção é do ex-presidente do Sindicato Têxtil de Rio Tinto, João Batista Fernandes, *O extinto Rio Tinto* de 1971, e *Rio Tinto, o extinto* de 1973, outra apologia a Frederico Lundgren, destacando em suas histórias os diretores e altos funcionários da fábrica.

Assim sendo, a contraposição a uma história de celebração à família Lundgren, torna-se o fio condutor deste trabalho, em torno da experiência dos trabalhadores. Alguns aspectos teóricos devem ser destacados, da História

⁶ MELLO, José Octávio de A. *Arqueologia Industrial e cotidiano em Rio Tinto*. CORREIA, Telma de B. et al. *Rio Tinto, Estrutura Urbana, Trabalho e Cotidiano*. João Pessoa: Unipê, 2002.

⁷ LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988. p.32. A Companhia de Tecidos Paulista, também é de propriedade da família Lundgren, do qual a Companhia de Tecidos Rio Tinto era sua filial.

Social inglesa, com E. P. Thompson em seus estudos sobre o mundo do trabalho, fundamentam este trabalho, levando em conta as necessárias mediações de leitura, tanto em relação à teoria, como no tratamento metodológico das fontes.

Logo é pertinente, a sua contribuição acerca do termo “experiência”, tido para ele, como um dos “silêncios reais de Marx”. A partir dos seus estudos, apreendemos que Thompson se colocou *na escuta da voz e da experiência do mundo operário, das ‘pessoas do povo’*, como afirmou Huw Beynow⁸. Desse modo, é *através do termo ausente ‘experiência’ a estrutura é transmutado em processo, e o sujeito é reinserido na história.*⁹ Mas Thompson enfatiza que essa reinserção de homens e mulheres enquanto sujeitos, se dá:

Não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismo, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.¹⁰

De registro também são os estudos da História Social do Trabalho sobre cultura operária, contribuições em torno das várias dimensões da experiência da classe e das culturas de classe.¹¹ Pois, é como ser social portador de cultura que homens e mulheres vão produzindo seus ritos, sociabilidades e modos de ser e estar no mundo.

Outro significativo apporte vem da proposta de Silvia Petersen, percebendo que a história da classe operária *não é só a de suas conquistas, mas também de seus fracassos que via de regra, não são reconhecidos.*¹²

⁸ BEYNOW, Huw. *E.P.Thompson e o Socialismo Humanista*. In. MICELI, Sérgio (Seleção e organização) LIBER I, Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. EDUSP: São Paulo. P. 157.

⁹ THOMPSON, E.P. *O Termo Ausente: Experiência*. In. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981. p. 188.

¹⁰ THOMPSON, E.P. Op. Cit. P. 182.

¹¹ Sobre essa discussão ver: BATALHA, Cláudio H., SILVA, Fernando Teixeira da., FORTES Alexandre. (orgs.) *Culturas de Classe: Identidade e Diversidade na Formação do Operariado*. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 2004.

¹² PETERSEN, Silvia R. Ferraz. *Ainda o movimento operário como objeto historiográfico*. ANOS 90, Revista do Programa de Pós-graduação em História – UFRGS, Porto Alegre,n.8,Dezembro de 1997. p. 66.

Nesta medida, o trabalho ora apresentado segue esta orientação, como é o caso dos Processos Trabalhistas movidos contra a fábrica quando muitas vezes os trabalhadores não tinham suas causas ganhas; da estratégia da fábrica de demissão dos operários não-estabilizados; das tentativas de Frederico Lundgren obstruir, no princípio dos anos 1930, a organização operária e a fundação de um sindicato, ou do Golpe militar de 1964, que interrompeu o ascenso do movimento dos trabalhadores.

Este trabalho se propõe a pensar os trabalhadores a partir das suas experiências, visões, aspirações e desejos em torno da atividade sindical, dos movimentos reivindicatórios, da militância política. Este estudo se concentra no período entre 1959 a 1964, e se justifica porquanto é um período de intensa movimentação dos trabalhadores. O contexto de 1959 é marcado no Nordeste, e na Paraíba, por tensões sociais. Daí, até o Golpe de 1964 a efervescência social na cidade e no campo, redefiniram as relações políticas na região.

Buscando a reconstituição da história dos trabalhadores de Rio Tinto, é preciso evidenciar que as experiências operárias de 1959 a 1964 são herdadas e partilhadas. Afinal, como afirmou E.P.Thompson:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.¹³

Alguns estudos, se valem desse aporte de EP. Thompson, como é o caso da pesquisa de Alexandre Fortes, acerca dos metalúrgicos de Porto Alegre. Ao escrever sobre a história desses trabalhadores, a partir de 1931, afirma que estes fizeram uso de *uma longa experiência de lutas e organização*

¹³ THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 10

para assumir um papel destacado na radicalização das lutas que se seguiram¹⁴.

Nesse sentido, verificamos as movimentações operárias em Rio Tinto, como aparecem na greve de 1930, na criação do Sindicato em 1932 (apesar da tentativa do mandatário da fábrica em coibir sua organização) e nas greves de 1946 e 1951. Constituem-se enquanto experiência organizativa de classe.

No período estudado, os trabalhadores acentuaram suas reivindicações, que consistiam numa melhoria do atendimento à saúde (especialmente por meio dos serviços prestados pelo Serviço de Atendimento Domiciliar de Urgência – SAMDU, implantado pela fábrica em 1960), nas condições de trabalho; no cumprimento da Legislação Trabalhista, que ampara uma série de direitos, driblados pela fábrica; pagamento de salário-mínimo, de salário-família e de férias remuneradas. Assim como, lutavam para reverter pela via da justiça do trabalho, a decisão da fábrica em rescindir os contratos dos trabalhadores sem estabilidade no emprego (com menos de 10 anos de serviço) e, por conseguinte, as ações de despejo da vila operária dos trabalhadores demitidos.

Estes embates encontram evidências nas diferentes fontes pesquisadas. Por meio das fontes escritas e fontes orais, reforçamos o estudo da classe trabalhadora e seus embates contra os projetos patronais. O impacto na imprensa paraibana, do movimento dos trabalhadores e do sindicato em Rio Tinto, é observado nos jornais *Correio da Paraíba*, *O Norte* e *A União*. Este último, órgão do governo do estado desde 1893, foi pesquisado nos anos de 1917, 1918 e 1924 (com a intenção de perceber os registros sobre a instalação e a inauguração da fábrica); 1930 e 1933 (acerca das primeiras greves), 1951 e 1952 (verificando o registro da greve pelo abono de Natal e os primeiros embates trabalhistas), e de 1959 a 1964 (tempo em que ganha destaque a movimentação dos trabalhadores, a atuação da prefeitura e do sindicato em defesa dos interesses dos trabalhadores).

¹⁴ FORTES, Alexandre. *Revendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)*. In: FORTES, Alexandre. (et all). *Na luta por direitos: Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1999. p. 24.

Parte das reivindicações operárias são registradas por meio das colunas assinadas pelo sindicalista Luiz Hugo Guimarães, em *O Norte* e *A União*, e igualmente por jornalistas alinhados aos movimentos sociais, como Jório Machado. No jornal *Correio da Paraíba* se destaca a coluna *Movimento Sindical*, onde registrava os embates do movimento operário paraibano, em constantes referências à Rio Tinto. Esta coluna circulou de 1963 a março de 1964. A linha editorial desses jornais é assim demarcada: *A União* reflete a tendência política do governador Pedro Gondim, que a partir de fins de 1962, exclui os jornalistas simpáticos à causa dos trabalhadores urbanos e rurais. *O Norte*, órgão dos Diários Associados, em grande parte, refletia os interesses das classes conservadoras e o *Correio da Paraíba*, em oposição ao governo estadual.

Na documentação dos Arquivos do DOPS de Pernambuco e Paraíba encontram-se evidências sobre a vigilância e repressão ao movimento operário e aos comunistas em Rio Tinto. No DOPS da Paraíba, encontram-se fichas de identificação de operários que participaram da greve pelo abono de natal em dezembro de 1951, bem como o Inquérito Policial Militar de 1964. Em Recife a pesquisa localizou documentos preciosos para a reconstrução da história dos trabalhadores: Relatórios de investigadores em 1933 sobre a atuação de operários comunistas; uma pasta de documentos apreendidos, do primeiro sindicato em Rio Tinto, em 1932; registro da greve de 1946 e a ação de operários comunistas; e a lista de sindicatos da Paraíba em 1959.

Durante a pesquisa em Rio Tinto o presidente do sindicato José Galberto, possibilitou o acesso ao arquivo da entidade. Sobre os poucos documentos existentes, em depoimento desolador informa: *Quando cheguei aqui, vi muita gente queimando muita coisa*. Parte da documentação relativa aos anos 1960 foram apreendidas ou entregues ao Exército no pós-1964, como nos disse José Antônio da Silva, dirigente sindical que se torna presidente do sindicato em 1967.

Por meio do livro de registro de chapas sindicais entre 1953 e 1965, se entende parte da trajetória de algumas personagens deste trabalho como: Antônio Fernandes, Júlio Justino da Silva, Severino Joaquim da Silva e José

Antônio da Silva. Noutro documento de 1962, a ata de fundação da Liga Camponesa de Rio Tinto, se observa a união entre trabalhadores da fábrica e trabalhadores rurais, em oposição aos Lundgren, como estratégia de unidade de ação.

Nas entrevistas com operários e lideranças sindicais de Rio Tinto, em destaque, suas memórias e experiências no mundo do trabalho. O exercício de crítica e problematização das fontes orais é uma dimensão do trabalho do historiador. Segundo Alessandro Portelli, *entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas* e mais adiante afirma que *fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que faz.*¹⁵

A pesquisa entrevistou cinco operários, um ex-presidente do Sindicato e o juiz de direito Hermilo Ximenes. Nas conversas com duas tecelãs, um vigia e dois serralheiros, percebemos que suas memórias, suas narrativas, são marcadas por reelaborações. Assim da leitura de Maurice Halbwachs¹⁶ se comprehende que a memória é reelaboração do passado feita a partir dos anseios e desejos do presente.

Nas entrevistas, alguns trabalhadores não lembravam de determinados fatos ou movimentos reivindicatórios. Nestes casos, alerta Antônio Torres Montenegro: *deve-se estar atento para o fato de que o entrevistado não tem obrigação de preencher as expectativas de pesquisadores ciosos de seu labor acadêmico.*¹⁷ Nesse sentido, referindo-se aos silêncios da memória, Michael Pollack afirma que *existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’.*¹⁸

¹⁵ PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente.* Projeto História – Cultura e Representação. São Paulo, (14), fev.1997. p.31.

¹⁶ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Vértice, 1990.

¹⁷ MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral: caminhos e descaminhos.* Revista Brasileira de História. São Paulo. v. 13, n. 25/26, set. 92/ago.93. p. 55.

¹⁸ POLLACK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio.* Estudos Históricos – Memória. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 8.

Ao lidar com as lembranças dos entrevistados, a atenção metodológica, é para o problema da memória seletiva. Assim, como ressaltou Georges Duby:

Efetivamente, a memória, e a história, precisamente na medida em que é construída sobre farrapos de memória, são obrigatoriamente seletivas. Os vestígios de que falamos não estão uniformemente repartidos. Há buracos nos tecidos; mas esses buracos nem todos são acidentais nem todos são efeitos de uma degradação, da usura do tempo; existem lacunas, porque certos elementos do passado deixaram vestígios menos duradouros do que os outros.¹⁹

Utilizo ainda duas entrevistas realizadas em 1984, pela pesquisadora, Maria Bernadete Macedo, em sua dissertação de Mestrado.²⁰ Publicadas como anexo, as entrevistas com Antônio Martins Delgado (presidente do sindicato entre 1976 a 1984) e Antônio Fernandes de Andrade (presidente do sindicato entre 1960 a 1964 e prefeito de Rio Tinto, de 1963 a 1964, já falecido), personagem de destaque neste trabalho e na história do movimento operário no período em pauta. Ainda deste trabalho utilizamos alguns documentos reproduzidos nos anexos, como a Ata da assembléia do sindicato, no dia 1º de abril de 1964. O contato com o historiador José Octávio de A. Mello, foi importante, pelas informações obtidas e o material bibliográfico, algumas publicações raras

A entrevista com Hermilo Ximenes (juiz de Rio Tinto, entre 1959 e 1964), constitui um relato em que avoca papel de liderança sobre os operários e até mesmo sobre Antônio Fernandes e José Gomes da Silva (advogado do sindicato e militante comunista). Logo, se depreende as cautelas metodológicas com entrevistas desse tipo, como assevera Michaell Hall:

Um outro tipo de dificuldade é o entrevistado que já tem uma história pronta, um número ou uma linha sobre o passado, que vai recitar a qualquer custo. Para dizer o mínimo, não é fácil para o entrevistador ir além do superficial e quebrar esta história pronta para aprofundar o relato. Não quero dizer que essa versão pronta ou uma série de anedotas muitas vezes polidas não tenha interesses. O problema é que essas histórias convencionais

¹⁹ DUBY, Georges. *A memória e o que ela esquece*. Diálogos sobre a Nova História. Lisboa, 1989. P. 61-32.

²⁰ MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. *Inovações Tecnológicas e Vivência Operária – O caso de Rio Tinto 1950-1970*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia da UFPB. João Pessoa, 1986.

praticamente impedem o pensamento, e o informante provavelmente nem se dá conta mais das simplificações e omissões na sua versão do passado.²¹

Outra via documental para entender os embates entre operários e patrões, foram os Processos da Comarca de Rio Tinto e do Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa. Os vários processos analisados apontam para o fato de que os trabalhadores utilizaram este meio, para impedirem, por exemplo, as constantes ações de despejo da vila operária, das rescisões de contratos de trabalho, sobretudo, dos com menos de dez anos de serviço. A ação de furtos de tecidos por trabalhadores, também é objeto do entendimento das resistências à vigilância no ambiente fabril. Em destaque também a atuação dos vigias, rememoradas pelos trabalhadores. Entendemos os usos pelos trabalhadores da Justiça do Trabalho como espaço de ampliação de direitos.

Utilizamos algumas ilustrações - fotos da cidade (acervo de Antônio Luiz, de Rio Tinto) e fragmentos de impressos - inseridos no texto para que o leitor possa visualizar, tanto a cidade-fábrica, como a repercussão impressa da luta dos trabalhadores.

A repercussão das lutas operárias na imprensa, a documentação do arquivo do DOPS, e do arquivo do Sindicato Têxtil de Rio Tinto, as entrevistas com trabalhadores, e os processos trabalhistas, constituíram a base desta pesquisa em busca das singularidades da história da classe trabalhadora em Rio Tinto.

Esta dissertação se apresenta em três capítulos seguintes:

No primeiro capítulo, se busca compreender os embates operários no período 1959-1964, no contexto da história do movimento operário paraibano. Abordo inicialmente a construção da Fábrica Rio Tinto, entre 1917 e 1924. Esse empreendimento é descrito na imprensa e nos registros dos memorialistas, de modo grandiloquente, pois em sua visão, a fábrica impulsionou a economia da região e da Paraíba. Construiu-se a imagem dos

²¹ HALL, Michael M. *História Oral: Os riscos da inocência*. In: *O Direito a Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo, DPH, 1992. p.158-159.

Lundgren como arautos do progresso para uma região que, de “aldeia da preguiça” seria transformada numa ativa colméia operária, como definiu Ademar Vidal.

As primeiras greves em 1930, a criação do Sindicato em 1932, a vigilância e repressão aos operários comunistas, bem como as paralisações de 1946 e 1951, são aqui apresentadas de forma a compreender as experiências de classe, em seu processo de organização, guardando entre elas certos conteúdos de herança e partilha. Destaco, do mesmo modo, o ascenso da organização dos trabalhadores entre 1959 e 1964, em Rio Tinto, como núcleo significativo do movimento operário paraibano, compondo sua agenda de reivindicações, alcançando vitórias, sofrendo reveses e, realizando articulações no plano da política eleitoral.

No segundo capítulo, analiso os Processos Trabalhistas, como uma via na conquista de direitos. A partir desses processos, examino as questões trabalhistas interpostas pelos operários frente aos Lundgren, e como se expressam alguns conteúdos de luta dos trabalhadores prejudicados pela fábrica. A atuação do juiz Hermilo Ximenes, e sua particular aplicação do direito vão impor algumas derrotas à fábrica.

No último capítulo discuto a conjuntura de vitória dos trabalhadores na cidade-fábrica, no Sindicato e Prefeitura. A partir de 1960, com a eleição de Antônio Fernandes para o sindicato, o movimento operário traça novos rumos, e se adensa o conteúdo das reivindicações operárias.

Ainda neste capítulo, se busca entender o processo que conduziu Antônio Fernandes à prefeitura da cidade-fábrica em 1963, um espaço de poder até então dominado pelos Lundgren. Em destaque, as representações que os operários construíram sobre Antônio Fernandes, percebidas nas entrevistas. Ressalta-se ainda sua imagem como figura proeminente no movimento operário. Os projetos político-administrativos postos em prática em sua gestão são igualmente objetos de discussão. Por fim, analiso a repressão ao movimento operário em Rio Tinto com o Golpe civil-militar de 1964, e seus

desdobramentos como intervenção no sindicato, demissões e vigilância exercida pelo Exército na Paraíba.

Esta pesquisa pretende ser um convite ao conhecimento desta experiência do mundo do trabalho e a epígrafe de Simone Weil, que abre este trabalho expressa minhas intenções e deseja que os leitores de sensibilidade possam compreender as vozes e as inquietações dos operários da Fábrica de Tecidos Rio Tinto. E que se possa continuar tecendo muitas outras Histórias...

Capítulo I – AS LUTAS OPERÁRIAS NA CIDADE-FÁBRICA RIO TINTO

1. “Fome de braços e fome de terras” na cidade-fábrica.

Em 1917, os empreendimentos da família Lundgren - Frederico, Alberto, Herman e Ana Louise²² - estão em Pernambuco, Paraíba e em outros lugares do Brasil e alçavam eles o posto de empresários de destaque, principalmente no ramo têxtil. Eram proprietários de tecelagem, Fábrica de Tecidos Paulista, de fábrica de pólvora, Pernambuco Powder Factory, e de casas comerciais - Casas Pernambucanas (denominação das casas de comércio no sul do Brasil) e Casas Paulista (designação de filiais espalhadas pelo norte do país).

Na capital da Parahyba do Norte, os Lundgren haviam inaugurado nova filial das Casas Paulista, ampliando os negócios de tecidos, no atacado ou varejo. Utilizando-se estrategicamente de propagandas diárias no jornal A União, da capital paraibana, os Lundgren divulgam o *colossal sortimento de todos os tecidos* à venda nas Casas Paulista. A preocupação em atender aos clientes, com moderna variedade, aliada aos baixos *preços que desafiam qualquer concorrência*, alimenta o crescimento do comércio de tecidos, que se soma à possibilidade de revenda no atacado, com a garantia de boas e consideráveis margens de lucro para o comprador.²³

²² O primeiro Lundgren – Herman Theodor – chegou ao Brasil em 1855, migrando da Suécia. Passando pelo Rio de Janeiro e Bahia, Herman fixou-se no Recife. Para Raul de Góes, que escreveu uma biografia apologética e laudatória de Herman (*Um sueco emigra para o Nordeste – Vida, obra e descendência de Lundgren*) publicada em 1964, a cidade de Recife tornou-se o campo de ação desse bandeirante alienígena da indústria nacional. Góes compara a trajetória deste imigrante, com a de Visconde de Mauá, Teófilo Otoni e Delmiro Gouveia, construindo uma imagem de herói, um feitor industrial, com notável contribuição ao desenvolvimento econômico e social do Brasil e especificamente, do eixo Paraíba-Pernambuco. Em 1861, funda a primeira fábrica de Pólvora de iniciativa particular – a Pernambuco Powder Factory. Já em 1904 adquire a fábrica de Tecidos Paulista. Falecendo em 1907, o controle dos negócios ficou com os seus filhos. Para uma outra versão da história dos Lundgren, diferente da escrita por Raul de Góes e dos relatos da própria família, ver artigo: HUTZLER, Celina Ribeiro. *Quem pode, pode, quem não pode...* In: *Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências*. Mestrado de Sociologia – UFC – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS). Fortaleza – CE, 1986.

²³ CASAS PAULISTA, Fazendas - Roupas feitas – Toalhas. Alberto Lundgren. Rua Maciel Pinheiro, 48, Parahyba. Novo sortimento. Últimas novidades em padrões. A União, 04 de janeiro de 1917.

Da capital, a expansão de filiais pelo interior da Paraíba é efetivada. Anos mais tarde, em 1924, existiam filiais em Cabedelo, Alagoa Nova, Campina Grande, Itabaiana, Ingá, Guarabira e Rio Tinto. Com propaganda em jornais e revistas como *Era Nova*, os Lundgren utilizavam-se de duas táticas: preços baixos e padronagem moderna dos tecidos, vendidos em grosso ou varejo²⁴.



Figura 1 - Propaganda das Casas Paulista, empreendimento do ramo de tecidos da família Lundgren. Jornal A União (PB) – 02 de abril de 1918.

Deste modo, os negócios caminham a passos largos, dada a rentabilidade de promissor comércio. O que levou a família Lundgren a construir filial da Companhia de Tecidos Paulista, novo empreendimento de alargamento dos negócios e esfera empresarial. A nova investida se dá na Paraíba, estado escolhido para a implantação da nova fábrica têxtil.

Tornam-se proprietários em 1917, de terras na região de Mamanguape, onde se ergue a *opulenta sucursal de Paulista*, segundo Ademar Vidal²⁵. A escolha da Paraíba apresenta diferentes versões. De acordo com

²⁴ CASAS PAULISTA. FAZENDAS EM GROSSO E A RETALHO. Revista ERA NOVA (BIMENSÁRIO DE PROPAGANDA DA PARAÍBA). 24 de fevereiro de 1924, Ano IV, N.58.

²⁵ GÓES, Raul de. *Um sueco emigra para o Nordeste – Vida, obra e descendência de Lundgren*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 2º ed. 1964. p.10. O escritor Ademar Vidal, escreve o prefácio de uma primeira versão, um opúsculo de 1949.

Leite Lopes, os Lundgren apresentam como fator decisivo para implantação, “perseguições políticas” em Pernambuco, com deslocamento para outro estado de nova fábrica têxtil.²⁶ Devido às perseguições, “escolheu-se” a região de Mamanguape para o novo projeto.

Segundo outra versão, a isenção fiscal de vinte e cinco anos concedida pelo então governador da Paraíba, Camilo de Holanda (1916-1920), reiterada no governo de João Suassuna em 1924, discutida com os Lundgren, define a implantação da fábrica em definitivo na Paraíba. Importante enfatizar que os Lundgren têm *em contrapartida, nesse período, encargos de saúde, educação, segurança, lazer e outros a população ali sitiada.*²⁷

Em abril de 1920, o governo do estado e a direção da Companhia Rio Tinto homologam oficialmente o contrato de isenção de impostos que recebe em 1926, alguns aditivos de atualização. A fábrica em 1926 continua isenta de impostos, obrigada, todavia, a pagar 60 contos de réis (60:000\$000) anuais, em duas parcelas de 30 contos de réis, a cada seis meses, o que corresponde a 1.008 (mil e oito) teares da fábrica. Outro aditivo ressalva:

Na hipótese de querer a Companhia Rio Tinto aumentar o número de seus teares, além dos referidos mil e oito (1.008) ora já existentes em sua fábrica na localidade de mesmo nome, ficará pagando então o imposto anual e único de 60 mil réis (60:000\$000) por cada tear que for aumentado, em duas prestações iguais; a Companhia Rio Tinto se obriga a ir comunicando ao governo o número dos teares aumentados.²⁸

Assim, acerca da isenção fiscal, comprehende Celso Mariz que os Lundgren devem ter considerado vários elementos de seu interesse. O Estado acolhedor arriava por trinta anos as barreiras fiscais, e abria as zonas de maiores e melhores produções do algodão.²⁹ Por ser o algodão um dos

²⁶ LEITE LOPES, José Sérgio. *A Tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.* São Paulo: Marco Zero, 1988, p.202.

²⁷ MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. *Inovações Tecnológicas e Vivência Operária – O caso de Rio Tinto 1950-1970.* Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia da UFPB. João Pessoa, 1986.p.52.

²⁸ *Contrato celebrado entre Frederico João Lundgren e o Governador do Estado da Paraíba.* Termo de aditivo ao contrato celebrado a 8 de abril de 1920. Arquivo Histórico do Espaço Cultural. Seção dos Governadores da Paraíba. Lote do Interventor Federal Argemiro de Figueiredo. Caixa 027; Vol. 548 Documentos; Ano-1936-1937.

²⁹ MARIZ, Celso. *O Passado e o Presente de Mamanguape.* In: *Cidades e Homens.* João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985, p. 30. Coletânea publicada em maio de 1945 e reeditada pela comissão do IV Centenário da Paraíba em 1985.

principais produtos econômicos da Paraíba, o governo estadual estimula a expansão da cultura e a modernização das técnicas de beneficiamento do produto. Assim, a instalação de tecelagem na Paraíba, se dá em conjuntura econômica da Primeira Guerra Mundial e altos preços de produtos:

A partir de 1916, com o incremento da demanda de matérias primas e alimentos pelos países beligerantes, nossos principais produtos de exportação alcançaram preços altos, iniciando-se uma fase de equilíbrio econômico-financeiro do Estado (...) O crescente aumento dos preços do algodão, aliado aos favores fiscais do governo estadual estimulou a implantação de várias usinas de beneficiamento e prensagem. Na década de 1920, foram implantadas algumas indústrias têxteis: Marques de Almeida & Cia. em 1923 em Campina Grande (fios de algodão e sacos); Fábricas de Tecidos Rio Tinto em 1924 (Mamanguape) do grupo Lundgren e SA Têxtil de Campina Grande em 1928. Além disto, a Fábrica Tibiry (Santa Rita) foi ampliada.³⁰

Outra versão soma-se às anteriores, com explicação de viés político para a instalação de fábrica têxtil, conforme Tâmara Tânia Egler:

Rio Tinto reunia as três condições de fontes de energia, proximidade de matérias-primas e facilidade de transporte, o que explicaria a escolha da localidade para a implantação da fábrica. No entanto, mais do que uma explicação econômica, é preciso pensar que em 1917, desenvolvia-se em Recife um forte movimento operário que culminou com a organização de greves. Dessa forma, ao lado de explicação econômica é preciso ter em conta as razões políticas que levaram o capitalista a implantar a uma fábrica longe dos perigosos contágios políticos.³¹

A criação de fábrica de tecidos, na Paraíba, resulta, assim, de variáveis, desde a conjuntura econômica e seus desdobramentos. Pelo acordo com o governo da Paraíba, os Lundgren partem em 1917, para a compra de terras da nova cidade-fábrica. Para tanto, encarrega-se Arthur B. de Góes de conhecer terrenos na Aldeia da Preguiça, pequena comunidade habitada por pescadores e índios, à esquerda do rio Mamanguape.

³⁰ GURJÃO, Eliete de Queirós. *Morte e Vida das Oligarquias – Paraíba (1889-1945)*. João Pessoa: Universitária, UFPB 1994, p.26

³¹ EGLER, Tâmara Tânia Cohen. *Moradia e Trabalho em Rio Tinto*. In: *Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências*. Mestrado de Sociologia – UFC – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS). Fortaleza – CE, 1986. p.157.

Ao examinar a região da futura tecelagem destaca dificuldades. Terras pantanosas, alagadiças, definidas pelo escrivão do Cartório da cidade, Antônio Piaba, como *bom negócio para botar dinheiro fora, só tem sezão, índio e preguiça*.³² Relata o que viu aos irmãos Lundgren, Arthur e Frederico, que de pronto ordenam-lhe o retorno a Mamanguape, com esta estratégia: abrir comércio, para familiarização com a região e moradores. Assim, Arthur de Góes se estabelece em Mamanguape e instala mercearia, com a compra paulatina de terrenos em torno do velho Engenho da região, o Preguiça. Inicialmente ao procurar o proprietário, Alberto Cezar de Albuquerque na tentativa de adquirir o Engenho, tem resposta negativa. Somente mediante intermediação da liderança política de Mamanguape, é aceita a proposta e o engenho é vendido por 25 contos de réis.³³

Continua a aquisição de terras, embora ruins, na concepção dos vendedores. Arthur de Góes compra com “dinheiro vivo” vários lotes no entorno da Aldeia da Preguiça. Instalado na região - cerca de dez meses³⁴ - comparece ao cartório da cidade, acompanhado de advogados de Recife, para venda de tudo que tinha adquirido. Ansioso, o escrivão Antônio Piaba pergunta no ato: - *Quem é o comprador?* E Arthur de Góes responde enfático: - *Os Lundgren, de Paulista.*³⁵

Segundo Raul de Góes, a revelação se espalha como rastilho de pólvora, provocando onda de espanto entre os já alvoroçados moradores da região: *Os Lundgren, donos das piores terras de Mamanguape! O que eles vão fazer com o malsinado sítio da preguiça?* Em Recife, Arthur Lundgren, indagado sobre a compra de terras, responde provocando mais estranheza: *Vamos plantar gente!*³⁶

Em 15 de fevereiro de 1918, Frederico Lundgren, irmão e parceiro de Arthur esclarece finalmente, em documento manuscrito, suas intenções com a compra das terras. É um texto de fundação cuja primeira marca é renomear o lugar: o ex-engenho da preguiça torna-se Rio Tinto³⁷. A posse se desdobra em

³² GÓES, Raul de. Op. Cit, p.126.

³³ FERNANDES, João Batista. *O Extinto Rio Tinto. Rio Tinto*. Paraíba, 1971. p. 28.

³⁴ GÓES, Raul de. Op. Cit, p. 127.

³⁵ Id. Ibidem, p.127.

³⁶ Id. Ibidem, p.128

³⁷ O nome Rio Tinto foi dado, segundo João Batista Fernandes em seu livro *O Extinto Rio Tinto*, devido ao rio que cortava a região e que tinha suas águas vermelhas por conta da

procedimentos práticos: nomeação de administrador e definição de estratégias disciplinares de ocupação.

O administrador, Apolônio Gomes, é autorizado por Frederico Lundgren, a contratar e despedir trabalhadores, divididos em grupos de quatorze homens, supervisionados por “cabos”³⁸; construir palhoças e moradia para os novos contratados, iguais e separadas em blocos de dezoito, sob vigilância dos cabos, que, com o administrador coordenam e fiscalizam as obras iniciais do novo empreendimento, drenagem e canalização das águas, derrubada do mato, plantação de capim liso nos leirões e desmatamento das capoeiras com o aproveitamento da lenha.

Além disso, o documento define os limites de poder do administrador: moradia, proventos, e veto a algumas atividades, como também a divulgação a qualquer pessoa, do salário recebido na função. Por fim, o administrador apresenta-se a comunidade, especialmente, ao prefeito da cidade de Mamanguape por intermédio de Arthur de Góes, que, como vimos, está na região há vários meses, a serviço dos Lundgren tendo cumprido a missão de comprar as terras do velho Engenho da Preguiça, ou seja, com discreção e cautela³⁹.

A estratégia de posse é prenúncio da intenção dos Lundgren de “plantar gente” na região. Entre 1919 e 1924, os Lundgren constroem a cidade-fábrica, e o espaço em torno do velho Engenho da Preguiça, se modifica substancialmente. Começam os serviços de saneamento, posteriormente, os acampamentos e barracões, oficinas de mecânica, carpintaria, olaria e, em seguida, transporte de instrumentos de trabalho. Em paralelo, ergue-se uma chaminé de 76m visível a todos os moradores da região. A cidade-fábrica, planejada pelos irmãos Lundgren, aos poucos toma corpo, e a presença de estrangeiros no empreendimento é notada:

Estavam lá, técnicos de toda parte, brasileiros, ingleses, suecos, alemães, austríacos e até famílias japonesas haviam sido contratadas para o cultivo racional do solo, visando à horticultura e à plantação de arroz. Plantavam-se árvores frutíferas, ordenadamente.

coloração da terra. Frederico Lundgren ao verificar esse fato, colocou o nome da região de Rio Tinto.

³⁸ Funcionários aos quais os trabalhadores estavam subordinados.

³⁹ Id. Ibidem, p.128-129.

Os primeiros arruamentos das casas populares, em semicírculo, em torno da fábrica, já davam uma noção da futura vila de Rio Tinto. Novas edificações eram erguidas, com maior capricho, nos pontos mais altos. Não se construía apenas uma fábrica, mas uma verdadeira cidade.⁴⁰

Interessante observar o espaço em que as casas da vila operária são construídas: ao redor da fábrica, ou seja, moradias vizinhas ao local de trabalho. Os equipamentos indispensáveis ao pleno funcionamento da cidade-fábrica, estão bem avançadas e em vias de conclusão: farmácia, grupo escolar, hotel, restaurante, padaria e vila operária.



Figura 2 - Tomada aérea da vila operária onde se observa a Igreja, o local de moradia dos trabalhadores e a esquerda a Fábrica. Segunda metade da década de 1940. Arquivo Antônio Luiz (Rio Tinto - PB).

O conjunto edificado, na distribuição espacial, aponta a fábrica como núcleo urbanizador, e as hierarquias no mundo do trabalho também se desenham na forma urbana de habitar: operários no entorno da fábrica, em espaço contíguo e funções especializadas e patrões nos pontos mais altos, configurando também geografia industrial específica.

Mas os Lundgren “em nome do progresso econômico e industrial da Paraíba”, modificam não apenas a paisagem, mas também os antigos moradores (pescadores, índios e trabalhadores rurais), convertendo-os em

⁴⁰ Id. Ibidem, p.131.

tecelões, mecânicos, motoristas, enfim, transformando-os em operários de fábrica. A finalidade dos Lundgren de “plantar gente”, na região desmonta um modo de vida, e não se deve supor que a colonização tenha se realizado sem conflitos e sem questionamentos.

Meses antes da inauguração do empreendimento - em fins de dezembro de 1924 - a reportagem do jornal *A União* visita a obra. Desenhando uma imagem de grandeza, registra o ritmo acelerado da construção. A estrutura da fábrica e suas seções, em via de conclusão: tecelagem, fiação, abertura, preparação, tinturaria, além das seções subsidiárias fora da fábrica, como oficina mecânica, serraria, fundição, pequeno cais e fábrica de tijolos e telhas – com vistas à comercialização da produção.

Da cidade projetada, estava concluído o clube, pomar - com jaqueiras e mangueiras -, escola noturna para os filhos dos trabalhadores. O clube, espaço de sociabilidade, com cinema, boliche e restaurante, não é freqüentado pelos trabalhadores, pois fora pensado como espaço, que, segundo o jornal, *oferecia hospitalidade e recreios salutares aos empregados de certa categoria.*⁴¹

Cerca de mil e quinhentos trabalhadores foram recrutados para as obras (registra-se falta de braços, solicitando diaristas), com as mais variadas tarefas, e salário entre 800 e 3\$000 para os trabalhadores braçaes, mulheres e crianças. Mais adiante, a reportagem alerta que os rendimentos pagos pelos Lundgren variavam na proporção do merecimento de cada um.⁴² Para o trabalho na fábrica, faz-se a seleção dos operários de tecelagem, muitos são incorporados e distribuídos nas diversas seções, e outros trabalham em oficinas, olarias, caldeiras e seções de suporte ao funcionamento da tecelagem.

Em 27 de dezembro de 1924, a Fábrica é inaugurada. De acordo com as fontes, o ato grandioso é entusiasticamente celebrado como o passo inicial e novo impulso à industrialização e à economia da Paraíba. Para Raul de Góes:

Numa manhã de sol brilhante, presentes as maiores autoridades do Governo do Estado e representantes do governo federal, começou a

⁴¹ *A Prophylaxia em Mamanguape - Uma visita ao Rio Tinto.* *A União*, 15 de fevereiro de 1924.

⁴² *A Prophylaxia em Mamanguape - Uma visita ao Rio Tinto.* *A União*, 15 de fevereiro de 1924.

fábrica a movimentar os seus teares, que, desde então não mais pararam. E Rio Tinto começou a viver.⁴³

A idéia de que Rio Tinto começa a viver, desde a inauguração da fábrica de tecidos, legitima o empreendimento e ação dos proprietários, vistos pela imprensa oficial e pelos memorialistas como homens laboriosos, persistentes, arautos do progresso e da civilização. As imagens mais recorrentes ressaltam a expansão de investimentos da família Lundgren para o interior da Paraíba, como confirmação de seu enraizamento e compromisso com o país. *Tornaram-se radicados ao meio como se nela tivessem nascido*, afirma o entusiasmado Góes, e a maior prova desse enraizamento se materializa na instalação de filial da Companhia de Tecidos Paulista.

A presença das autoridades governamentais confirma o tom laudatório do projeto dos Lundgren, reafirmado no texto de Celso Mariz:

A construção da fábrica Rio Tinto com tecidos, estamparia, usina elétrica, a fundição mecânica teve início em 1917, sendo inaugurada festivamente em 1924, com a presença de autoridades, pessoas da terra e forasteiros. Foi um dos maiores acontecimentos dos últimos anos no Estado⁴⁴.

A imagem dos Lundgren de empreendedores da mudança é reiterada por José Octávio de A. Mello, *para quem os Lundgren construíram no vale do Mamanguape uma cidade industrial que representou durante algum tempo o mais importante complexo fabril da Paraíba.*⁴⁵

A inauguração é prestigiada por autoridades políticas, militares, civis e religiosas da Paraíba e Pernambuco, que destacam o empreendimento como *seguro e definitivo impulso para o progresso embaracado da região*⁴⁶, celebrando o caráter singular da cidade industrial no contexto regional.

Da festa de inauguração tem-se o registro dos quarenta automóveis que levaram a comitiva de Sapé (de onde chega o trem vindo da capital e de Recife), para Rio Tinto, com Demócrito de Almeida (representando o

⁴³ GÓES, Raul de. Op. Cit. p.135.

⁴⁴ MARIZ, Celso. *Evolução Econômica da Paraíba*. João Pessoa: A União. 1939. Apud GÓES, Raul de. Op. Cit. p.97-98.

⁴⁵ MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba: Lutas e Resistências*. João Pessoa: Universitária, UFPB, 7º ed., 2002, p.180.

⁴⁶ A INAUGURAÇÃO DA FÁBRICA RIO TINTO. A União. 28 de dezembro de 1924.

Presidente do estado João Suassuna), João Spínola (inspetor de thesouro); religiosos como monsenhor Sabino Coelho (representando o arcebispo metropolitano Dom Adauto de Miranda Henriques), representantes da imprensa da Paraíba e Pernambuco, comerciantes e militares. Os trabalhadores assistem à festa como meros coadjuvantes do projeto de que foram construtores.

Os discursos reiteram o pioneirismo do *cyclópico empreendimento*. Após a benção, Monsenhor Sabino, em frente ao setor de fiação, se dirige aos trabalhadores e, segundo o jornal, *suas palavras traduziam a influência da igreja nos meios operários*. A fala de Demócrito de Almeida, exaltando o grande exemplo de disciplina e trabalho da fábrica ‘Rio Tinto’, reafirma o propósito do governo em apoiar a iniciativa empresarial como um dos fundamentos do desenvolvimento econômico do estado:

Eu tenho a confiança de que o governo do estado e a Companhia Rio Tinto hão de defender, basear e pleitear os seus interesses no mais absoluto acordo, e tendo sempre em vista o progresso da Paraíba, que tem as suas forças econômicas ao abrigo de luctas. Nem o governo, nem a Companhia, na escala e defesa dos seus direitos e interesses, hão de chegar a interpretações ou conclusões que prejudiquem um ao outro. E nesse caráter o governo apoiará sempre a Companhia, vendo-a com *sympathia, justiça e outros empreendedores* dessa notável empresa.⁴⁷

Depois dos discursos, visita às dependências da fábrica. A descrição pormenorizada da reportagem permite dimensionar a cidade-fábrica. A seção de fiação conta com 1.200 teares movimentados por 20 dínamos acoplados à tecelagem, quatro engomadeiras para tratamento dos fios, energia elétrica para movimentação das máquinas da usina elétrica de propriedade da companhia, oficina de fundição (com produção de peças de bronze, ferro, cobre e aço, em substituição de peças danificadas), olaria (com capacidade para produzir diariamente 30 mil tijolos), padaria, três escolas masculinas e seis femininas (nos turnos diurno e noturno); serviço sanitário, 960 moradias operárias, já habitadas. Na praça principal recém-construída, a banda de música anima quintas e domingos dos trabalhadores, a esta altura para mais de dois mil.

⁴⁷ A INAUGURAÇÃO DA FÁBRICA RIO TINTO. A União. 28 de dezembro de 1924.

Da descrição, ressaltam-se dois tópicos: o primeiro diz respeito à seção de fiação como a segunda maior da fábrica, *instalada em um grande pavilhão de alvenaria, com cobertura composta de ferro, zinco e clarabóia de vidro, sobre uma área de 6.400 m.* Supõe-se que as condições de trabalho desta seção não são as melhores, afinal de contas, aliado a extensas jornadas de trabalho além de dez horas, o desconforto do calor e barulho das máquinas - em galpão coberto de ferro, zinco, clarabóia de vidro, para entrada da luz do dia. O segundo é a feição moderna dos equipamentos descritos na reportagem, o que parece contraditório, visto que pesquisas afirmam que os Lundgren adquiriram *maquinário obsoleto*, adaptável à realidade industrial da região.⁴⁸



Figura 3 – Interior da tecelagem, onde se observa trabalhadores em atividade. Acervo Antônio Luiz (Rio Tinto - PB).

Voltando à festa de inauguração, os Lundgren ofereceram almoço no clube Rio Tinto para os convidados, em cujo *menu*, se lê: sopa de aspargos, peixe com ervilhas, filet à jardineira, peru e fiambre, doces, licores, café, vinhos, champagne e charutos. Encerra-se o ritual com brindes e salvas de palmas a João Suassuna, Epitácio Pessoa e aos irmãos Lundgren.

⁴⁸ MELLO, José Octávio de A. *Arqueologia Industrial e cotidiano em Rio Tinto*. CORREIA, Telma de B. et al. *Rio Tinto, Estrutura Urbana, Trabalho e Cotidiano*. João Pessoa: Unipê, 2002.p.72.

Na construção da cidade-fábrica Rio Tinto, os Lundgren trazem a experiência da organização de um empreendimento similar, fábrica de Paulista. Adquirida em 1904, os Lundgren assumem e restauram velha fábrica de tecidos, a 20 km de Recife. A reestruturação passa pela construção de novas moradias operárias - edificadas com tijolo e alvenaria - em substituição às velhas palhoças.

Em Rio Tinto, os Lundgren constroem Fábrica concomitante a Vila Operária, em região distante de centros urbanos, o que permite, dada sua localização geográfica, certo “isolamento” como pretende Frederico Lundgren. O controle sobre os trabalhadores em Rio Tinto, possui explicação no estudo de Tâmara Egler: *Isolada de qualquer contato com o mundo exterior, a construção do sistema fábrica vila operária em Rio Tinto, criava as condições interiores da cidade fabril. São construídas as condições necessárias ao aprisionamento e imobilização da força de trabalho.*⁴⁹

O núcleo fabril, não depende estruturalmente de cidades vizinhas como Mamanguape ou a capital paraibana. Segundo Telma de Barros, núcleos que seguem este modelo:

Foram estruturados no sentido de conter ao máximo seus moradores, evitando interferências e contatos externos vistos como perturbadores de suas finalidades industriais. Ofereciam trabalho, moradia e todos os equipamentos necessários à existência e à ocupação do tempo livre do trabalhador. Retendo o grupo operário, buscava-se prevenir seu contágio por ambientes tidos como degradantes ou por indivíduos tidos como corrompidos.⁵⁰

Assim, diferentemente de Paulista, Rio Tinto é projetada e construída, desde a estrutura de fábrica, até a feição da cidade, e equipamentos, como vila operária, escolas e clubes. Importante ressaltar, entre os dois empreendimentos de um mesmo grupo, similitudes e diferenças, na organização. Idêntica é a forma de recrutamento dos trabalhadores pelo interior de estados vizinhos (Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará,

⁴⁹ EGLER, Tâmara Tânia Cohen. *Moradia e Trabalho em Rio Tinto*. Op. Cit. P. 157. Um outro estudo que analisa o controle dos trabalhadores via vila operária, é KELLER, Paulo Fernandes. *Fábrica & Vila Operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi/RJ*. Engenheiro Paulo de Frontin/RJ: Ed. Sólon Ribeiro, 1997. (Série Ciências Sociais).

⁵⁰ CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão*. Campinas, SP: Papirus, 1998 (Série Ofício de arte e forma), p. 91.

Alagoas e Sergipe) e obrigação de morar em vilas operárias, o que demonstra inclusive *interferência sobre o consumo individual dos trabalhadores*⁵¹. Em estudo dos trabalhadores urbanos do Nordeste, Brasília Carlos Ferreira, enfatiza a função das vilas operárias na região:

No Nordeste dos anos 30, a vila operária desempenhou um papel fundamental na disciplina da mão-de-obra. Na maioria das vezes, para o contingente recrutado, era a primeira experiência com o trabalho fabril. A vila operária funcionava como um espaço de educação para o trabalho lugar de disciplina, onde os recém-chegados do campo se iniciavam na interiorização de novos padrões de comportamento e regras de sociabilidade. A própria vizinhança com pessoas há algum tempo ali instalados funcionava como um instrumento de socialização do novo mundo.⁵²

As configurações das casas operárias obedecem ao seguinte desenho: porta e janela estreitas, coladas umas às outras e próximas ao local de trabalho – algumas até coladas ao portão principal da fábrica. A economia de espaço e material dos Lundgren tem intenção entendida em Leite Lopes, como dispositivo do controle operário:

A forma arruado teria também a vantagem da visibilidade imediata apresentada por essa forma de agrupar os operários do ponto de vista desse observador hierárquico, que é a administração da fábrica, conseguindo assim, estender o controle e vigilância de dentro da fábrica para o domínio das casas onde residem seus trabalhadores.⁵³

Portanto, em Rio Tinto, observam-se ruas de estrutura organizada nesta forma. Para melhor visualização, tenha-se a seguir, fotografias de ruas da cidade em contornos característicos de arruado:

⁵¹ LEITE LOPES, José Sérgio. *Fábrica e Vila Operária: Considerações sobre uma forma de servidão burguesa*. In: LEITE LOPES, José Sérgio [et al.]. *Mudança Social no Nordeste: A reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Série Estudos sobre o Nordeste), p..42.

⁵² FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores, sindicatos, cidadania – Nordeste em Tempos de Vargas*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997. P.116.

⁵³ LEITE LOPES, José Sérgio. Op. Cit. P.44.



Figura 4 – Tomada da Rua Barão do Triunfo, em Rio Tinto. Arquivo Antônio Luiz (Rio Tinto - PB).



Figura 5 – Casas da vila operária em Rio Tinto, tomada da Rua da Linha. Arquivo Antônio Luiz (Rio Tinto - PB).



Figura 6 – Tomada das casas da Praça João Pessoa, em Rio Tinto. Arquivo Antônio Luiz (Rio Tinto - PB).

A cidade-fábrica se expande nos anos 1930 e 1940. Em termos de apropriação de terra, ou estrutura da fábrica, ao ampliar as seções, recrutam-se novos trabalhadores, com mais de treze mil, no início de 1950, na construção de novas unidades na vila operária, número, reduzido na década de 1960.

As migrações, em busca de trabalho na tecelagem dos Lundgren, são constantes, intensificadas nos anos 1930 e 1940. O recrutamento de pessoas, no interior da Paraíba, Rio Grande do Norte e outros estados, são feitos por aliciadores de homens e mulheres a novo modo de vida: trabalho em fábrica de tecidos. Assim, há a disseminação da imagem de que Rio Tinto é lugar de prosperidade, de trabalho, de melhores condições de vida. É o que diz um ex-serralheiro, chegado à Rio Tinto em 1930, ressaltando o papel dos aliciadores da fábrica em busca de mão-de-obra nos sertões da Paraíba: *Rio Tinto, que era aquela fama né. Os agentes da Companhia saiam com caminhões pelo interior, procurando família aqui e ali, traziam aquelas famílias, aí chegavam aqui e empregavam. Toda semana, vinha dois caminhões de gente aqui.*⁵⁴

⁵⁴ Júlio Justino da Silva – 78 anos. Serralheiro começou a trabalhar em 1948 na fábrica. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

Muitos - na maioria - migram com a família, seduzidos pelas promessas de aliciadores, como observa Rosilene Alvim, em trabalho sobre as migrações para a Companhia de Tecidos Paulista:

A história de famílias que se mudam para a vila operária da CTP, em busca de um novo modo de vida pode ser vista como um processo de sedução em que os seduzidos não são meros objetos, mas também sujeitos que usam tal processo a partir de estratégias familiares.⁵⁵

Segundo relatos de João Batista Fernandes – Presidente do sindicato têxtil entre 1951 a 1960, os agenciadores têm ordens diretas de Frederico Lundgren de trazer para Rio Tinto famílias para se transformarem em operários. Os agenciadores chegam a construir imagem de fartura em Rio Tinto:

A ansiedade do coronel Frederico de tornar Rio Tinto (como ele mesmo dizia) numa ‘Manchester’ inglesa, era tal, que mandava os agenciadores mentir ao povo: - Digam pra eles que venham para Rio Tinto. Digam pra eles que até das torneiras daqui, em vez d’água, jorra leite.⁵⁶

Importante registrar que muitos migram para Rio Tinto por conta própria, como o operário Antônio Fernandes de Andrade - no inicio dos anos 1940, com 18 anos de idade - e da família de Júlio Justino da Silva. Este relata que ao chegar à cidade-fábrica, teve que esperar para que a tecelagem lhe arranjasse moradia e trabalho: *Aqui minha mãe se deu mal, por que aqui tinha de ser uma família que tivesse no mínimo três operários. E minha mãe não tinha, só tinha ela.*⁵⁷

Logo ao chegarem, as famílias recrutadas recebem casa e trabalho, antes passando pelo alojamento e seleção dos membros da família. O processo que experimenta a família de Júlio Justino, explica as dificuldades em conseguir morada e trabalho, na chegada à cidade-fábrica.

⁵⁵ ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: Os operários-campões e a Fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997, p.3.

⁵⁶ FERNANDES, João Batista. *O extinto Rio Tinto*. Paraíba, 1971. p, 33.

⁵⁷ Júlio Justino da Silva – 78 anos. Rio Tinto, julho de 2005.

A família constitui elemento principal de aliciamento nos sertões. Há um ponto fundante no processo: a transformação de famílias de áreas rurais - com seus modos de convivência e sociabilidade - em famílias de operários de fábrica de tecidos. A mudança tem consequências inclusive na hierarquia familiar, como analisa Rosilene Alvim: *Elas se transformam em famílias de trabalhadores industriais e nesse processo, vários dramas são vividos, hierarquias familiares e intergeracionais reconstruídas, um novo modo de vida e de trabalho lhes é imposto.*⁵⁸

Em Rio Tinto, as famílias são apresentadas ao mandatário da fábrica, Frederico Lundgren, para triagem e designação de função. Assim como em Rio Tinto, em Paulista, igualmente ocorre a *cerimônia de apresentação*.⁵⁹ O fato e suposto diálogo, entre Frederico Lundgren e um chefe de família, são reproduzidos por João Batista Fernandes:

- Seu Joaquim, quantos anos de idade o senhor tem?
 - Sessenta anos, Coronel!
 - Muito bem, seu Joaquim! E quantos filhos têm?
 - Bem, Coronel tem Zulina, Alfredo, Ana, Josefa, e...
 - Chega, seu Joaquim! Traga o povo para cá!
- E ele mesmo, o Coronel Frederico, olhava a família enfileirada, e dizia:
- Você, seu Joaquim, vai me apanhar sementes de eucalipto; você Zulina, que é forte, me vai para a tecelagem; você aí Ana, que é magrinha, me vai para a seção de acabamento de panos.⁶⁰

Assim, a demarcação das funções de cada membro da família (desde os mais novos até os mais velhos) distribuída por Frederico Lundgren, anuncia a divisão do trabalho por sexo e idade na empresa⁶¹. A indicação das mulheres para a seção de tecelagem e acabamento de panos, revela a preferência do mandatário da fábrica. Como ressalta Rosilene Alvim, no caso da Fábrica Paulista, matriz de Rio Tinto:

O trabalho feminino fabril por excelência é o trabalho na tecelagem e na fiação. A tecelagem frequentemente é preferida como lugar de

⁵⁸ ALVIM, Rosilene. Op. Cit. p.4.

⁵⁹ LEITE LOPES, José Sérgio. *Uma teatralização tradicional da dominação industrial*. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (Org.) *Trabalho, Cultura e Cidadania: Um balanço da História Social Brasileira*. São Paulo: Escritta, 1997..p.178.

⁶⁰ FERNANDES, João Batista. Op. Cit. p.34.

⁶¹ ALVIM, Rosilene. LEITE LOPES, José Sérgio. *Famílias operárias, famílias de operárias*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. ANPOCS, N. 14 – ano 5, outubro de 1990, p.10.

trabalho para as mulheres porque além de ser considerado um lugar ‘limpo’ e que requer, sobretudo habilidade, tinha uma jornada de trabalho de 10 horas. Já a fiação, durante muito tempo com horário de 10 horas, se apresentava como um local de trabalho ‘sujo’ e, portanto menos feminino, sendo compensador exclusivamente pelo maior salário que pagava (devido ao maior número de horas de trabalho).⁶²

Dado interessante é que as mulheres, em Rio Tinto ou em outras fábricas têxteis, não exercem funções superiores às de homens operários: *Toda função que envolva tomar decisão e exercer autoridade não é designada à mulher. A ela cabe obedecer às ordens dadas pelos chefes e, para isto, ela deve ser submissa, ser paciente, ser dócil, enfim, demonstrar as ‘virtudes femininas.*⁶³

Para o historiador Paulo Fontes, as migrações campo-cidade, passam necessariamente por uma *articulada rede social para a efetivação da migração.*⁶⁴ Mais adiante, assevera:

Uma certa imagem da migração, vista apenas como um movimento desordenado, ‘irracional’, feito às pressas, não corresponde à experiência de grande parte dos migrantes. A mudança decisiva para a vida dos envolvidos era, na maior parte das vezes, meticulosamente pensada e preparada da melhor forma possível tanto no âmbito familiar como no da comunidade.⁶⁵

Destas reflexões infere-se que os homens migrantes de Rio Tinto, não o fizeram sem conhecimento prévio do espaço a ser ocupado. A idéia do operário Júlio Justino denota-o, ao afirmar que Rio Tinto *era aquela fama*. As motivações, por que esses homens deixam os locais de origem, se devem a vários fatores. Há sim um somatório de força e razões evidentemente múltiplas.

⁶² ALVIM, Rosilene. Op. Cit. p. 126.

⁶³ NEVES, Magda Maria Bello de Almeida. *Dominação de resistência no cotidiano do trabalho fabril: as práticas sociais de mulheres e homens operários.* In: *Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências.* Mestrado de Sociologia – UFC – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS). Fortaleza – CE, 1986. p. 70. Para um aprofundamento dessas discussões ver dissertação: *Condição feminina, condição operária – Um estudo de caso sobre operárias têxteis.* DCP/UFGM, 1983.

⁶⁴ FONTES, Paulo Ribeiro. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais. São Miguel Paulista (1945-1966).* Tese de Doutorado. Departamento de História da UNICAMP. Fevereiro de 2002. Em especial o capítulo 1 – *Mala de papelão e patuá nas costas – Migrações nordestinas nos anos 50 em São Paulo.* p. 54.

⁶⁵ Idem, p. 54

Segundo Leite Lopes, a Companhia de Tecidos Paulista tem verdadeira *fome de braços e fome de terras*, não é diferente a Rio Tinto, que, após 1924, ocupa grandes extensões de terra na região. Em 1951, registra em cartório extensas propriedades em: Salema, Patrício, Preguiça, Rio Vermelho e Gameleira (e terrenos anexos), adquiridas em 1928. Em 1942 eram também proprietários do Engenho Novo e Uriúna, no município de Canguaretama no Rio Grande do Norte; em 1944, em Itapicirica, em 1949, Piabas e em 1950, Outeiro.⁶⁶

Essa expansão não se dá sem conflitos. Para tanto, tenha-se a contenda com os índios potiguaras, que acusam os Lundgren de posse ilegal de suas terras, em Monte Mór e São Miguel da Baía da Traição. A fábrica havia se apossado dessas terras *cortando suas árvores para o uso da madeira nas construções das instalações fabris e para lenha das caldeiras.*⁶⁷

Diante dos fatos, entre 1929 e 1930, o presidente do estado, João Pessoa, resolve a questão. José Octávio de A. Mello, ressalta que Pessoa, em suas anotações, utiliza Relatório de 1923 encaminhado à Diretoria de Proteção aos Índios, observando o seguinte:

Os terrenos distribuídos aos índios de Monte-Mór estão ocupados pelas grandes indústrias Lundgren e o terrenos que figuram como devolutos no referido anexo também foram pelos mesmos açambarcados, com ou sem justos títulos de que possam oportunamente se valer.⁶⁸

Os Lundgren, no período de construção da cidade-fábrica, não só compram terras em torno do Engenho da Preguiça, como também se apropriam das pertencentes aos índios potiguaras. João Pessoa trata de rever tal posse no Serviço de Proteção aos Índios, visando à demarcação das terras

⁶⁶ COMPANHIA DE TECIDOS RIO TINTO. Escritura pública de constituição da sociedade anônima “COMPANHIA DE TECIDOS RIO TINTO.” Diário Oficial - 21 de fevereiro de 1951. In.: MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. *Inovações Tecnológicas e Vivência Operária – O caso de Rio Tinto 1950-1970*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia da UFPB. João Pessoa, 1986. Vol.II – Cronologia e Anexos. P.13, anexo 01.

⁶⁷ PANET, Amélia de Farias. *Proposta de apoio turístico com desenvolvimento sustentável – O caso da APA da Barra do rio Mamanguape*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, 1998.p.58.

⁶⁸ MEDIDAS a tomar. *Caderneta de anotações presidenciais*. Correspondência passiva – 1929 2º Pasta. João Pessoa. Arquivo Presidente João Pessoa/Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. s.d.p. In.: MELLO, José Octávio de Arruda. *A Revolução Estatizada. Um estudo sobre a Formação do Centralismo em 30*. João Pessoa: Universitária. 2º ed. 1992. P.299.

indígenas. Em novembro de 1929, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, designa uma comissão tendo a frente o inspetor do Serviço de Proteção, no estado do Mato Grosso, engenheiro Antônio Martins Vianna Estigarribia, para analisar:

As bases de um acordo sobre as terras dos antigos aldeamentos do índios de Monte Mor e São Miguel da Bahia da Traição, de modo a assegurar aos remanescentes dos índios potyguaras a posse das terras de que carecem para os trabalhos de lavoura e criação.⁶⁹

Porém, com o assassinato de João Pessoa, em julho de 1930, as medidas de demarcação das terras não se efetivam. No entanto, as contendas não cessam. Ainda hoje há conflitos de demarcação de terras dos índios Potyguaras, notadamente, na região da Vila Regina.

A ampliação da cidade-fábrica ganha novos espaços e contornos, concomitante ao aumento de moradores e operários, a cada ano: se em 1926 contavam-se com 8 mil moradores e operários,⁷⁰ em 1932, chegam a cerca de 14 mil, segundo o jornal *A União*, enfatizando Rio Tinto como *o maior centro industrial de tecidos do norte do país*⁷¹. As informações, fornecem dados sobre a criação de novos espaços na cidade-fábrica: hipódromo, campo de futebol, cerca de 1700 casas para os trabalhadores, açougue, lojas comerciais e fábrica de gelo. Em destaque as 1.700 moradias, que alça Rio Tinto, ao lado de Paulista, uma das maiores vilas operárias do Brasil.

⁶⁹ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 22-11-1929. Arquivo Histórico do Espaço Cultural. Seção dos Governadores da Paraíba. Lote do Presidente João Pessoa C. Albuquerque (1928-1930). Caixa 018; Vol. 596 Documentos; Ano-1929.

⁷⁰ GÓES, Raul de. Op. Cit. P.145.

⁷¹ A FÁBRICA “RIO TINTO”. Almanach do Estado da Paraíba. 15º ANNO, 1932, 7º Phase. João Pessoa, Imprensa Official. In.: MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. Op. Cit. P.369, anexo 09. Informações reproduzidas em 07 de setembro de 1933 pelo jornal *A União*.



Figura 7 – Reportagem sobre a cidade-fábrica de Rio Tinto. Jornal A União (PB) – 07 de setembro de 1933.



Figura 8 - Propaganda das tecelagens dos Lundgren, em Paulista (PE) e em Rio Tinto. Jornal A União (PB) – 07 de setembro de 1933.

Dias depois, após a publicação de matéria pormenorizada com ampla reportagem e anúncio de propaganda da cidade-fábrica, registra-se a visita do presidente Getúlio Vargas à Paraíba, com passagem pela cidade de Rio Tinto, a convite de Frederico Lundgren:

Rio Tinto recebeu-os festivamente achando-se as ruas ornamentadas e cheias de povo que vivava calorosamente ao presidente Getúlio Vargas e Ministro José Américo.

Oferecido pelo sr. Frederico Lundgren, presidente da Companhia proprietária da grande fábrica, realizou-se ao meio-dia, um banquete de 120 talheres, que decorreu num ambiente de grande cordialidade. Ao ‘champagne’ o sr. Lundgren pediu aos presentes que, de pé, bebessem á saúde do presidente da República.

Em seguida iniciou-se a visita à fábrica, tendo sido percorridas também as diversas oficinas anexas ao grande estabelecimento.⁷²

Do encontro entre Vargas e Frederico Lundgren, resultam, segundo João Batista Fernandes, desdobramentos, como a *fabricação da famosa Mescla Cruzador para vestir a Marinha Brasileira*.⁷³ A presença do presidente em Rio Tinto, reverbera ainda hoje na memória dos trabalhadores, que em suas falas se referem a esse encontro. Júlio Justino chega a afirmar que a (re) fundação do sindicato em 1943 é devido a “amizade” de Frederico Lundgren e Getúlio Vargas, nascida da sua visita à Rio Tinto em 1933.

Em fins da década de 1930, os Lundgren produzem nas oficinas de fundição em Rio Tinto, teares para nova tecelagem, por conta de restrições impostas à importação de máquinas, entre 1931 e 1937. Construindo o próprio maquinário, a Companhia implanta nova seção de tecelagem na vila Regina, distante 2 km de Rio Tinto, onde se localiza o Palacete – como os trabalhadores referem à casa dos Lundgren em Rio Tinto. Nesse contexto, a indústria têxtil brasileira vê a produção crescer e, em decorrência acumula altos lucros, como registra Carlos Negreiros Viana:

A produção física brasileira aumentou 55% entre o biênio 1938-39, e o biênio de máxima produção durante a guerra, 1943-1944. No entanto, mais do que a ‘produção física’, o que importa é a dimensão dos lucros conseguidos pela indústria têxtil algodoeira na época. Tendo investido muito pouco em novas máquinas, mesmo antes do

⁷² A EXCURSÃO DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS AO NORTE. A visita à cidade industrial de Rio Tinto. A União, 12 de setembro de 1933.

⁷³ FERNANDES, João Batista. Op. Cit. P. 64.

inicio da segunda guerra, ele conseguiu, além do aumento de produção com uma utilização intensiva da maquinaria já instalada, um acréscimo do preço da ordem de 203%.⁷⁴

Uma diferença entre os rendimentos das fábricas têxteis do sul/sudeste do país nas décadas de 1930 até 1945, e as fábricas dos irmãos Lundgren, é objeto de críticas dos industriais do sul. A vantagem dos Lundgren, como afirma Stanley Stein, é que *comercializavam 80 % da produção de suas fábricas através de uma cadeia de casas comerciais de sua propriedade, as famosas Casas Pernambucanas e continua, o entrelaçamento das fábricas de tecidos com o comércio varejista permita-lhes distribuir toda a sua produção.*⁷⁵ Portanto, essa experiência comercial de suas casas comerciais, para o setor varejista e atacadista de tecidos, foi ponto crucial para a alta rentabilidade financeira dos seus negócios. Pois, no período da segunda guerra mundial, as fábricas têxteis brasileiras estavam em posição vantajosa frente ao mercado mundial: exportavam para a América Latina, Europa e Oriente Próximo.⁷⁶

De acordo com o Perfil Histórico da Empresa, reproduzido por Leite Lopes, ainda em 1938, os Lundgren, ergueram a Fábrica Regina (essa seção integrada funciona até 1963/1964, quando é desativada, com a demissão de cerca de 2 mil trabalhadores) com a seguinte argumentação:

1938 – Preocupada em aumentar cada vez mais a oferta de seus artigos, então já consolidadas no mercado, foram edificadas novos prédios e montados novos teares na denominada ‘Fábrica Regina’, integrada ao parque existente. Na ocasião, foram adicionadas cerca de 1.000/1.200 novas máquinas, todas construídas nas oficinas da Companhia de Tecidos Rio Tinto.⁷⁷

Se em 1924, a fábrica ocupa cerca de 25.000 m², em 1959 alcança uma extensão de 333.692 m², quando:

Os prédios e terrenos anexos à indústria formavam:

⁷⁴ VIANA, Carlos Negreiros. *A industrialização de algodão do Ceará (1881-1973) – Uma experiência de industrialização fora do centro sul.* Dissertação de Mestrado em Economia. UNB: Brasília, 1992. p. 215.

⁷⁵ STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950.* Prefácio de Nízia Villela Luz; Tradução de Jaime Larry Benchimol. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 162.

⁷⁶ STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950.* Op. Cit. P.161.

⁷⁷ LEITE LOPES, José Sérgio. *A Tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.* São Paulo: Marco Zero, 1988, p.313.

- depósito de algodão: 6.543 m²; fiação: 14.555 m²; tecelagem: 17.020 m²; acabamento: 14.679 m²; oficinas de manutenção: 5.560 m²; escritórios: 2.780 m²; casa de força: 2.508 m²; garagem: 493 m²; almoxarifados: 3.286 m²; descaroçador e prensa de algodão: 1.404 m²; beneficiamento de algodão-depósito de resíduos: 1.280 m²; reservatório de água: 90 m²; chaminés: 64 m², perfazendo tudo um total de 70.262 m².

Dos prédios e terrenos não integrados à indústria faziam parte:

- Vila operária com 2.613 casas, num total de 257.714 m²; o barracão, 1.825 m²; cinema: 2.000 m²; hospital: 1.386 m²; cantina: 462 m²; tecelagem instalada na Vila Regina, parte alta da cidade, com aproximadamente, 5.000 m² da área total da fábrica.⁷⁸



Figura 9 – Tijoleira, seção subsidiária da fábrica e os trilhos de uma pequena locomotiva para carregamento dos tijolos. Arquivo Antônio Luiz (Rio Tinto - PB).



Figura 10 - Hospital pertencente à fábrica onde funcionavam os serviços do SAMDU. Arquivo Antônio Luiz (Rio Tinto - PB).

⁷⁸ MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. Op. Cit. p.71.

Contudo a Companhia de Tecidos Rio Tinto, em fins da década de 1960, sofre reveses, decorrentes da crise econômica, ocasionada, em parte, pela concorrência com as modernas fábricas têxteis do sul/sudeste do país. É o que observa o dirigente sindical no pós-1964 José Antônio da Silva, face às consequências da modernização e dos efeitos de reestruturação produtiva em tal conjuntura: *Quando eu deixei o sindicato eu já tava vendo que ia fechar. Já quando eu ia pra Brasília agente discutia a situação de fábricas como a de Rio Tinto, não ia acompanhar o desenvolvimento e quem não acompanhou fechou. Não foi falta de dinheiro não, foi desenvolvimento.*⁷⁹

A crise na fábrica, no inicio da década de 1970, é sentida com a demissão em massa de trabalhadores, em consequência os Lundgren, deliberam desfazer-se paulatinamente de parte das terras, que em parte é destinada, como observa Amélia Panet, para o cultivo da cana-de-açúcar, no contexto da criação do PROÁLCOOL:

A Cia. negociou algumas casas, alguns prédios públicos com os moradores e começou a vender suas terras, estas em sua maioria foram destinadas às destilarias de álcool, que as usam no plantio da cana-de-açúcar, cultura típica da região desde os primórdios de sua ocupação. Com o PROÁLCOOL, instituído em 1975, a maioria das terras do município de Rio Tinto foram destinadas, a partir da década de 80, ao cultivo da cana-de-açúcar, desfigurando a paisagem da região e destruindo grande parte das reservas de mata atlântica que ainda existiam no local. De 1981 à 1985, a Companhia de Tecidos Rio Tinto se desfez da maioria de suas terras.⁸⁰

Gradativamente a fábrica entre 1983 e 1990, caminha para o fim de suas atividades. Em 1990, os Lundgren desativam-na por completo, segundo o diretor Walter Shummacher, devido às circunstâncias econômicas: *o dinheiro caro e o mercado com situação difícil não valeria a pena, grandes investimentos e sem retorno.*⁸¹ Apesar disso são mantidos os funcionários de administração patrimonial e imobiliária, à frente Walter Shummacher, gerente do patrimônio restante. Segundo dados do Correio da Paraíba, esses bens em

⁷⁹ José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967 se tornou presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006.

⁸⁰ PANET, Amélia. Op.Cit. p. 40.

⁸¹ RIO TINTO – Recepção para Hitler após segunda guerra. Revista Conterrânea – O interior por outro ângulo. Paraíba – Junho/Julho de 1992. Ano I, No. 1, p.6.

2002 possuíam *um capital social de R\$ 4.229 milhões e a Rio Tinto registrou o prejuízo de R\$ 297.168,00 mil.*⁸². Deve ser levada em conta, acerca do encerramento das atividades da fábrica, a reflexão da pesquisadora da história da família Lundgren:

Uma questão que aqui se pode colocar a partir de quando, e porque causas, um grupo como o Lundgren, com poder econômico e articulações a nível nacional, deixou suas fábricas tornarem-se obsoletas. Lembra-se que o fechamento concomitante de todo o parque têxtil tradicional pernambucano exclui acusações de incapacidade deste ou daquele dirigente. Procuram-se assim, causas sócio-econômicas e não motivos individuais.⁸³

Atualmente, os Lundgren ainda são proprietários de grande parte do patrimônio imobiliário da cidade, desde as casas da vila operária, prédios da fábrica, cinema, igreja e algumas propriedades de terras em torno de Rio Tinto. O exemplo da Igreja é emblemático: ainda hoje seu prédio pertence à fábrica e não à Arquidiocese da Paraíba.

Para uma comprovação desse fato: em certidão de fevereiro de 1951, reiterada em 1962, o prédio da Igreja é arrolado - com outros bens patrimoniais de Rio Tinto - como pertencentes à fábrica:

(...) edifícios que formam o conjunto industrial da Fábrica Rio Tinto e funcionam todas as suas seções, tais como, preparação, fiação, enroladeiras, engomadeiras, tinturaria, tecelagem, acabamento, serraria, carpintaria, oficinas, usina elétrica, instalações elétricas, almoxarifados, armazéns, depósitos, escritórios, pagadorias, todos os maquinários montados nas mesmas seções, linhas férreas, embarcação, prédios de residências, prédio da Igreja, padaria, cinema, barracão, escolas, grupos escolares, edifícios de clubes recreativos, delegacia de polícia, de repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias e sindicato, hospital, ambulatórios e farmácia, tudo situado em Patrício e Regina.⁸⁴

⁸² *TECIDOS RIO TINTO*. José Paulino Costa Filho. Correio da Paraíba, 15 de julho de 2003. Recentemente a Companhia aluga à Universidade Federal da Paraíba parte das dependências da fábrica para abrigar um campus da universidade, que se expandiu para o litoral norte, tendo sido Rio Tinto e Mamanguape alcançados pela política de ampliação da UFPB

⁸³ HUTZLER, Celina Ribeiro. *Quem pode pôde, quem não pôde...* Op. Cit. p.115. Para uma análise acerca da Companhia de Tecidos Paulista, bem como da decadência das Indústrias têxteis no Nordeste, ver: MARANHÃO, Sydia M. Q. de Albuquerque. *Tecnologia e Trabalho: Um estudo de caso na Indústria têxtil de Pernambuco (1950-1980)*. Dissertação de Mestrado, Recife, 1983.

⁸⁴ Processo n. 548. Ação: *Interdito Proibitório*. Requerente: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Requerido: Severino Costa e outros. 15 de agosto de 1962. Caixa – Ano de 1962. Arquivo do Fórum de Rio Tinto.



Figura 11 – Igreja matriz, inaugurada em 1943, pertencente ao patrimônio da fábrica, localizada na praça principal de Rio Tinto. Ao lado os chalés, moradia dos diretores e técnicos da Fábrica. Arquivo Antônio Luiz (Rio Tinto - PB).



Figura 12 – Cinema-Teatro Orion, inaugurado em 1944, com capacidade para cerca de 1.200 pessoas, um espaço de lazer dos trabalhadores patrocinado pela fábrica. Arquivo Antônio Luiz (Rio Tinto - PB).

O relato do trabalhador confirma o dado: a maioria das casas de Rio Tinto é de propriedade da família Lundgren. Ressalta que alguns conjuntos habitacionais foram construídos pelo Estado, mas, em terras dos Lundgren:

Olha os Lundgren ainda mandam. Por que Rio Tinto, já se construíram dois conjuntos aqui, mas nas terras da Companhia e a maioria das casas, tudinho é dos Lundgren. Agente paga lá onde era a Loja Paulista [onde hoje é o escritório da Companhia, situado na rua da Mangueira], se paga ali, tem um diretor que recebe esse dinheiro e negócio da propriedade – eles ainda tem propriedade - tudinho se resolve lá. É dos Lundgren, ainda tem uma faixa lá, dos Lundgren.⁸⁵

A construção de conjuntos habitacionais só reafirma a transformação por que passa Rio Tinto no contexto. O papel do Estado, como financiador de moradias e outras áreas em Rio Tinto, evidencia sua interferência na cidade, em questão antes pertencida a alcada da fábrica:

O número de trabalhadores passa de 12.000 operários em 1945 para 1.000 operários em 1970. Se as 2.500 casas mal abrigavam os 12.000 operários com uma taxa de 4,5 operários por casa, em 1970, havia 2,2 casas para cada operário.

O hospital, que inicialmente era da fábrica, passa a ser do INPS, transferência advinda de uma antiga dívida da Companhia para com o mesmo. Assim, como as casas, a Companhia de Tecidos se desfaz dos seus bens patrimoniais, o hospital e a escola passam a ser de propriedade e gestão do Estado.

Como podemos observar, o Estado inicia um processo de intervenção nas condições de reprodução, habitação, saúde e educação, que inicialmente eram gerenciados e financiados pelo capital privado, passam a ser de responsabilidade do Estado.⁸⁶

A presença dos Lundgren em Rio Tinto se faz verificar no controle de parte do patrimônio imobiliário da cidade. Muitos operários ao se aposentar tentam negociar a indenização em troca da moradia. Em muitos casos a fábrica avalia a residência com valor acima da indenização, com estratégia clara do trabalhador continuar em dependência com os Lundgren, pelo menos, no quesito da moradia. É o que informa a tecelã Clotilde Cavalcanti confirmando o número elevado de casas ainda pertencentes aos Lundgren:

Essa casa eu pago. É alugada a fábrica. Tudo é casa da fábrica, aqui mesmo, só não essa daqui da frente e a outra ali da esquina [a

⁸⁵ Júlio Justino da Silva – 78 anos. Rio Tinto, julho de 2005. Recentemente o Governo do estado publicou no Diário Oficial ato em que desapropriou uma propriedade da Companhia de Tecidos Rio Tinto, denominado “Preguiça”, com a finalidade de construir casas populares em convênio com a Companhia Estadual de Habitação Popular - CEHAP - e a Caixa Econômica Federal. Sobre esse decreto ver: *Diário Oficial*. Estado da Paraíba. Atos do Poder Executivo. João Pessoa – Domingo, 19 de Novembro de 2006. N.: 13.373.

⁸⁶ EGLER, Tâmara Tânia Cohen. *Moradia e Trabalho em Rio Tinto*. Op. Cit. P. 159.

aposentada reside na rua da Mangueira, vizinha a entrada da fábrica]. O aluguel paga no patrimônio. Eu pago R\$ 36 reais, agora com o IPTU, eu já paguei 3 parcelas, dá R\$ 41.20 reais.⁸⁷

De fato, os operários, sem casa própria ainda hoje pagam aluguel à fábrica. Em Rio Tinto, diferente de outras vilas operárias, as casas são na sua totalidade, patrimônio da fábrica. Em casos onde o trabalhador adquire casa na vila operária, observa Eva Blay:

O processo que se desenrola quando a casa é da fábrica e quando ela se torna do operário constitui duas etapas da condição do trabalhador urbano. Nelas muda sua posição perante o mercado de trabalho, pois variam as pressões que o trabalhador enfrenta quando dispõe ou não da propriedade da casa.⁸⁸

O atual diretor do patrimônio restante da fábrica Rio Tinto, ao mesmo tempo em que concede descontos nos aluguéis, aos que realizam serviços de manutenção das casas - como mudança de madeiramento - ameaça despejo de família em atraso no pagamento de aluguel.

Os trabalhadores da fábrica Rio Tinto, desde o final dos anos 1920 se organizam para reivindicar seus direitos, apesar das retaliações do patrono Frederico Lundgren. Já em 1930 aparece na documentação uma das primeiras movimentações e dois anos mais tarde um fato importante para a luta: a fundação de um sindicato dos trabalhadores. A atuação dos comunistas, a vigilância do DOPS da Paraíba e Pernambuco, e a análise da greve pelo abono de Natal de 1951, são os temas seguintes.

1.2. As primeiras movimentações operárias.

A experiência operária, no período estudado, deve ser entendida como resultado de herança e partilha de experiências anteriores. Neste sentido, evidencia-se alguma movimentação operária em 1930, 1946 e 1951, e a atuação do primeiro sindicato, em 1932. O conhecimento das primeiras manifestações operárias é fundamental para compreensão do processo de

⁸⁷ Clotilde Cavalcante Juvenal. Trabalhou como tecelã. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

⁸⁸ BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: Vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985, p. 17.

formação da classe trabalhadora de Rio Tinto. Afinal, como nos ensina E.P. Thompson: *A classe acontece quando alguns homens como resultado de experiências comuns (herdadas e partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus*⁸⁹.

Em 1930, a classe operária, no sul e norte do país, reivindica via movimentos grevistas, melhoria salarial e redução da jornada de trabalho. Essas reivindicações como observa Maria Célia Paoli: *Todas elas, uma por uma, são objetos de uma luta implícita entre empresários e operários, embora o espaço da fala seja tomado pelos primeiros em sua discussão com o Estado.*⁹⁰

O Estado entra em cena, para arbitrar as reivindicações da classe trabalhadora. Criado o Ministério do Trabalho - ainda compreendido na pasta da Indústria e Comércio - o Estado cada vez mais – o que é evidenciado ao longo da década, pela regulamentação trabalhista - se torna espaço de poder em que se busca conquistar suas propostas. Ressalta Paoli que:

1930 - ou mais precisamente o mês de novembro de 1930, quando é criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio - está longe, portanto, de ser a data que inaugura uma classe social em sua existência política. Inaugura isso sim, o Estado como referência obrigatória da luta de classes, redefinindo o cenário da legitimidade desta luta, isto é, realocando seus atores e definindo previamente o alcance dos seus efeitos.⁹¹

Nesse período, a Paraíba, é governada por José Américo de Almeida, que com a morte de João Pessoa em julho de 1930 e a sua atuação no curso da vitoriosa “Revolução”, se torna principal força política do estado:

Logo após a tomada do poder pelos “revolucionários”, José Américo assumiu o governo da Paraíba e, em seguida, o Governo Central Provisório do Norte, partilhando poderes, com Juarez Távora, de nomear intervenientes do Norte e Nordeste do Brasil. Tais poderes inseriam-se nos parâmetros da política instituída pelo novo Estado

⁸⁹ THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.p.10.

⁹⁰ PAOLI, Maria Célia. *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira*. In.: LEITE LOPES, José Sérgio e outros (Orgs.) *Cultura e Identidade operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, Marco Zero, Proed. P.65-66.

⁹¹ PAOLI, Maria Célia. Op. Cit. P.66

Nacional, calcada no intervencionismo econômico, no nacionalismo e no corporativismo.⁹²

Em outubro desse ano, acontece o movimento reivindicatório em Rio Tinto⁹³. Em pauta: melhoria salarial e diminuição de horas de trabalho, além de dez horas diárias. Nesse movimento, registrado no jornal A União, os operários encaminham suas propostas diretamente ao chefe do governo José Américo de Almeida.

Tendo os fatos, como *atitude correta do operariado*, o jornal apóia o gesto conciliatório de José Américo, que por sua vez, pedia aos operários que voltassem ao trabalho assegurando-lhes que ia estudar o assunto e entender-se sobre o mesmo com os industriais daquele estabelecimento fabril. Em atenção ao governo, os trabalhadores, numa demonstração eloquente de amor à ordem e de confiança no critério dos poderes públicos, voltou a trabalhar ficando normalizada a vida de Rio Tinto.⁹⁴



Figura 13 – Movimento grevista em Rio Tinto. Jornal A União (PB) – 28 de outubro de 1930.

⁹² SANTANA, Martha Falcão de Carvalho e Moraes. *Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940*. João Pessoa: Universitária, UFPB, 1999, P.72.

⁹³ Assim como em Rio Tinto, na cidade-fábrica de Paulista (PE), também ocorreu uma greve nos momentos em que a “Revolução” está consolidada.

⁹⁴ UM MOVIMENTO GREVISTA EM RIO TINTO. A atitude correta do operariado. A União (Órgão oficial do Estado da Paraíba), 28 de outubro de 1930.

Outra notícia chama a atenção nesse contexto: as manifestações de “vitória do movimento revolucionário” na cidade-fábrica. As informações veiculadas realçam a celebração dos trabalhadores em conjunto à celebração da memória de João Pessoa. O culto a João Pessoa pode ser lido segundo Eliete de Queirós, como forma ideológica que visa *unir a classe subalterna ao projeto político do bloco dirigente*⁹⁵. Em passeata pelas ruas centrais de Rio Tinto, em meio aos discursos, os trabalhadores portam lenços vermelhos e bandeiras rubro-negras símbolos da “revolução” e dos Liberais:

A compacta massa, ostentando lenços vermelhos e empunhando bandeiras rubro-negras, com o memorável “Nego”, aclamava em delírio a todo o momento, os próceres liberaes e a memória querida de João Pessoa. A música local puxava os manifestantes aos acordes vibrantes da vassourinha.

Discursaram no trajeto os srs. José Ribeiro, diante da sede do “Bloco das Flores”; prof. Octávio Leal, da residência do Sr. Karl Rüger; Ernani Pinto, na rua nova e Antônio Salles diante da sede do “Estrela”. Este último traçou o perfil inconfundível do general Juarez Távora. Todos os oradores foram entusiasticamente aplaudidos.⁹⁶

O itinerário das manifestações e os lugares devem ser levados em conta, pois, traduz segmentação aos locais de lazer em Rio Tinto: da sede do “Bloco das Flores”, onde o professor das escolas da fábrica, José Ribeiro discursa, são freqüentados por operários especializados, e o “Estrela”, onde o escriturário Antônio Sales discursa, é sede de clube freqüentado pela *turma miúda*, como informa João Batista Fernandes⁹⁷. Dos oradores, destaca-se Antônio Sales, que, anos mais tarde, em 1932, funda sindicato em Mamanguape.

Dias depois, ainda com desentendimentos entre trabalhadores e a fábrica, pois as melhorias requeridas não tinham sido resolvidas, apesar do compromisso do interventor José Américo de intermediar entre os Lundgren, determina-se a ida à Rio Tinto do secretário de segurança, Odon Bezerra, acompanhado do delegado da capital, Severino Procópio e de representante do jornal A União. A presença do secretário de segurança do estado e do

⁹⁵ GURJÃO, Eliete de Queirós. *Morte e Vida das Oligarquias – Paraíba (1889-1945)*. João Pessoa: Universitária. 1994, p.117.

⁹⁶ A REVOLUÇÃO INTEGRALMENTE VITORIOSA. As manifestações populares em Rio Tinto. A União (Órgão oficial do Estado da Paraíba), 28 de outubro de 1930.

⁹⁷ FERNANDES, João Batista. *O Extinto Rio Tinto*. Paraíba, 1971. p. 37.

delegado evidencia que questões de movimentos grevistas na Paraíba, e ademais no Brasil, continuam “um caso de polícia”, para os vitoriosos do movimento de 1930. Assim, como informa John French, *os novos detentores do poder estavam dispostos, por vezes, a seguir uma tática mais conciliatória a respeito do trabalhador, e eles jogavam avidamente com uma nova retórica trabalhista, que soava progressista. Não haviam, contudo, aberto mão de reprimir agitações operárias.*⁹⁸

Em discurso aos operários, Odon Bezerra reitera o posicionamento da “revolução” em favor da questão social buscando convencê-los sobre o envio de memorial com as reivindicações, ao governador José Américo. Como é praxe, pede o imediato regresso ao trabalho:

O Dr. Odon Bezerra discursou durante quarenta minutos expondo aos trabalhadores que o ouviam, qual o programa social da Revolução e mostrando que esta não podia deixar sem a devida proteção aos humildes e anônimos artífices da grandeza nacional. Sempre aclamado pela multidão, o secretário da segurança pediu ao operariado de Rio Tinto que fixasse num memorial as suas aspirações a fim de que o governo se inteirasse delas e pudesse intervir no sentido de atendê-las na medida do justo e do possível. Pedia, por fim, a todos que confiassem na ação do governo, que voltassem ao trabalho dentro da ordem.⁹⁹

Posteriormente, o memorial é entregue a José Américo, por representantes dos trabalhadores, funcionários da administração da fábrica e professores de Rio Tinto. As propostas consistem em: *redução das horas de trabalho, criação de uma caixa benéfica, aumento de salário, higiene dos lares, assistência aos operários.*¹⁰⁰ Segundo o jornal, José Américo reafirma sua *boa vontade para solucionar as causas justas das classes trabalhadoras*¹⁰¹. Nesse contexto os trabalhadores buscam a solução oficial para suas reivindicações, como enfatiza Brasília Ferreira:

⁹⁸ FRENCH, John D. *Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos – A questão social como caso de polícia, 1920-1964*. In: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs). *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de História Social*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006, p. 393.

⁹⁹ *A SOLUÇÃO DO CASO DE RIO TINTO. A visita do secretário da segurança aquele centro industrial*. A União, 31 de outubro de 1930.

¹⁰⁰ *UM MEMORIAL DOS FUNCIONÁRIOS E OPERÁRIOS DE RIO TINTO*. A União, 09 de novembro de 1930.

¹⁰¹ *OS OPERÁRIOS DE RIO TINTO*. A União, 07 de novembro de 1930.

É visível o esforço dos trabalhadores em busca de apoio para fazer cumprir as leis. Uma luta permanente e complicada, dado que se sentem de alguma maneira representados no novo governo, o que demandaria práticas reivindicatórias junto as autoridades, a um só tempo, incisivas ao ponto de assegurarem os objetivos, mas que não entrassem em colisão frontal com o novo governo ou com aliados locais.¹⁰²

Nos núcleos fabris, os Lundgren tiram proveito das manifestações de regozijo dos operários, para alinhamento com os vitoriosos de outubro de 1930. Em Paulista, por exemplo, Leite Lopes informa as estratégias políticas dos Lundgren naquele momento:

Segundo as histórias contadas pelos velhos operários, e reproduzidas em versões já com menos detalhes pelos mais novos, os Lundgren e a administração da fábrica mandaram distribuir aos seus operários lenços amarelos, com os quais iriam esperar as tropas leais ao governo Estácio Coimbra em outubro de 1930. No entanto, consumada a vitória das forças revolucionárias, os lenços amarelos foram recolhidos às pressas para a tinturaria, para serem tingidos de vermelho e redistribuídos à população em Paulista. Essa orientação teria sido dada pelo Coronel Frederico, após convencer seu irmão, o Coronel Arthur, da inutilidade de uma resistência armada.¹⁰³

Naqueles dias, a administração da cidade-fábrica busca alinhamento às forças revolucionárias vitoriosas. É o que se depreende da representação feita à Karl Rüger, um dos diretores da fábrica solicitando mudança dos nomes das principais ruas e praças de Rio Tinto. A homenagem aos *vultos mais eminentes da revolução* é de pronto aceita pela direção da fábrica, sendo estas as alterações:

Fica denominada “Praça João Pessoa” a atual onde está localizada a igreja desta villa operária; fica denominada “Avenida Coronel Siqueira Campos” a atual Avenida Patrício; fica denominada “Rua Capitão Joaquim Távora” atual rua da Mangueira; fica denominada “Avenida Coronel Djalma Dutra” a atual rua do Sol; fica denominada “Avenida Tenente Cleto Campello” a atual rua da Aurora; fica denominada “Praça 24 de outubro” a atual onde estão localizados os edifícios da fábrica.¹⁰⁴

¹⁰² FERREIRA, Brasília Carlos. Op. Cit. p. 206.

¹⁰³ LEITE LOPES, José Sérgio. Op. Cit. p.212-213.

¹⁰⁴ RIO TINTO VAE HOMENAGEAR OS VULTOS MAIS EMINENTES DA REVOLUÇÃO. A União, 13 de novembro de 1930.

Importante destacar que a comissão idealizadora da mudança dos nomes das ruas, traduzia o pensamento da família Lundgren (e não dos operários como afirmam representá-los), é composta pelo Capitão José da Costa, Padre João Madruga, Nestor Augusto de Carvalho, Apolônio Gomes de Arruda e Durval Campos de Góes Telles, pessoas ligadas aos Lundgren. Os dois últimos, funcionários de confiança de Frederico Lundgren, Apolônio Gomes, desde 1918, trabalha em Rio Tinto, procedente de Paulista.

Deve ser levado em conta que as mudanças não são absorvidas pelos operários, ainda hoje eles se referem às ruas, com as denominações anteriores, especialmente, as ruas da Mangueira, do Patrício, do Sol e da Aurora.

Ao assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas, em novembro de 1930, José Américo de Almeida transmite o cargo de Interventor ao Tenente Anthenor Navarro, que nele permanece até abril de 1932, vitimado em acidente aéreo. Nesta conjuntura, Eliete de Queiroz analisa as relações políticas entre interventoria e trabalhadores como *relativamente amistosa*:

Em julho de 1931, as Associações Operárias Beneficentes fundam o jornal A VOZ OPERÁRIA cujo teor reflete o clima de expectativas favoráveis ao encaminhamento e solução dos problemas da classe trabalhadora. Demonstram-se satisfeitos pela liberdade de expressão. Um mês depois o jornal deixa patente o bom relacionamento entre as Associações Operárias e a interventoria, ao agradecer a concessão de licença gratuita pra a sua circulação.¹⁰⁵

No período da intervenção de Anthenor Navarro, os operários de Rio Tinto, se articulam em torno da criação do sindicato. Para isso, enfrentam a figura do proprietário da fábrica, Frederico Lundgren, que segundo Raul de Góes, *nasceu para mandar e ser obedecido*¹⁰⁶. A fundação do sindicato como outras tentativas de organização operária são rechaçadas por Frederico Lundgren. Apesar de longo, reproduza-se diálogo, em que o tema da organização do operariado é tratado, quando da tentativa de fundação de entidade sindical, pelo escrivário Antônio Sales:

¹⁰⁵ GURJÃO, Eliete de Queirós. Op. Cit., p.116.

¹⁰⁶ GÓES, Raul de. *Um sueco emigra para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 2º ed. 1964. p.104.

Um dia, em 1931, o coronel Frederico João Lundgren chega inopinadamente em Rio Tinto. Manda vir à sua presença, como de costume, o seu chalaça mor: Ornilo Costa. Queria saber o “balanço” das ocorrências frescas...

- Então, Ornilo, o que me contas de novo?
- Nada de extraordinário, meu coronel!
- Nada de extraordinário, Ornilo, e como já me contaram no Recife que já anda por aqui essas conversas sobre Sindicato, e tu, nada sabes, Ornilo?
- Bem, meu coronel, efetivamente existe aqui um escriturário que anda com essas conversas...
- Quem é ele, Ornilo?
- É um tal de Sales, meu coronel!

Então, o Campeão determina: tragam-me aqui, já e já, à minha presença, esse senhor Revolucionário, mas que não me toquem no homem! Trouxeram Sales. Sales apresentou-se garboso! O coronel o mediou do alto à baixo!

- Senhor Sales, me diga uma coisa, o senhor me conhece?
- Perfeitamente, Coronel!
- Diga-me, senhor Sales: quando o senhor pediu um lugar para trabalhar em minha organização, aqui em Rio Tinto, precisava realmente de um emprego?
- Precisava Coronel!
- Senhor Sales: o senhor me enganou! O senhor não precisava de emprego algum! O senhor queria importar para aqui a agitação!
- Não, senhor Coronel, não é essa a verdade!
- Mas, senhor Sales, o senhor anda a fomentar a implantação do sindicalismo em Rio Tinto!
- É verdade, Coronel!
- É verdade, senhor Sales?
- É verdade, Coronel!
- Senhor Sales, eu sou o Sindicato! Eu sou o timoneiro dos meus operários! Eu sei das necessidades dos meus operários! Eu criei isto aqui, senhor Sales! Seria a Reação!?

Imediatamente o Coronel Frederico João Lundgren manda chamar o Tesoureiro Ernst Schultz. O tesoureiro veio.

-Senhor Schultz: Mande fazer a ‘ liquidação ’ do senhor Sales, nosso ex-empregado, pague-lhe ainda a quantia de dois contos de réis, como despesas de viagens!

Sales ganhava, apenas, naqueles tempos dezoito mil réis semanalmente...

- Um favor ainda, senhor Sales: Enquanto Frederico João Lundgren, tiver qualquer interesse em Rio Tinto, faça-me o especial obséquio de nunca mais passar em nenhuma fronteira riotintense!¹⁰⁷

Ainda que Frederico Lundgren afirme sua aspiração a pleno controle - *“Eu sou o Sindicato. Eu sou o timoneiro dos meus operários. Eu sei das necessidades dos meus operários”* – se dá a articulação de operários e militantes comunistas, no sentido de criação do sindicato no inicio da década de 1930. De resto, o Sindicato se insere no decreto 19.770, de 19 de março de

¹⁰⁷ FERNANDES, João Batista. Op. Cit. P. 119-121.

1931, que regula o funcionamento dos sindicatos operários no Brasil. O jornal *Voz Operária* destaca do decreto o artigo que assegura o direito de associação:

Decreto 19.770, artigo 13: diz: “É vedada aos patrões ou empresas despedir, suspender ou rebaixar de categoria de salário ou ordenado o operário ou empregado, pelo facto de associar-se ao syndicato de sua categoria ou por ter, no mesmo syndicato manifestado idéia ou assumido atitude em divergência com os seus patrões”.¹⁰⁸

O significado que o decreto 19.770 tem para a classe trabalhadora é, assim descrita, por um dos seus idealizadores, Joaquim Pimenta, destacando que o decreto igualmente dá suporte legal para os trabalhadores que se envolverem com questões sindicais recebam indenização, em represálias patronais, como demissões, transferências:

O decreto 19.770 de março de 1931 foi uma espécie de carta constitucional que, enquanto restaurava e garantia o direito de associação dos trabalhadores, ampliava o tipo tradicional do sindicato que, além de instituição, cujos estatutos ainda se regulavam por normas de direito privado, passava, também, a ser colaborador com o Estado na solução de problemas diretamente ligados aos interesses de classe. (...) Para assegurar-se a liberdade de associação do operário contra o reacionarismo patronal, instituiu-se uma indenização aos que fossem demitidos, suspensos ou rebaixados de categoria ou nos salários, pelo fato de pertencerem a um sindicato.¹⁰⁹

Em destaque na fundação do sindicato, na Fábrica Rio Tinto: o escriturário Antônio Sales, Pedro Sérgio Gomes da Silva, José F. Duarte e Francisco Praxedes. Segundo João Batista Fernandes, o primeiro faz proselitismo em favor dos benefícios do sindicato para a classe trabalhadora:

Sales falava aos seus colegas de trabalho sobre um Sindicato que veria projetar todo e qualquer interesse do trabalhador brasileiro! Falava Sales, de coisas grandes e encantadoras em favor dos trabalhadores. Dizia que lá pras bandas do Sul o Sindicato já existia!¹¹⁰

¹⁰⁸ *Sindicato dos Operários do Município de Mamanguape. Jornais avulsos.* Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE). Prontuário n.0037, Arquivo n. 198. Titular: Sindicato dos Operários do Município de Mamanguape. Documento-Jornal: Voz Operária, 09 de janeiro de 1932.f.3.

¹⁰⁹ PIMENTA, Joaquim. *Sociologia Jurídica do Trabalho*. Rio de Janeiro: Ed. Nacional de Direito Ltda, 3º Ed. 1949, p.189. Apud LEITE LOPES, José Sérgio. Op. Cit. P.209.

¹¹⁰ FERNANDES, João Batista. Op. Cit. P. 119.

Em 04 de fevereiro de 1932, é criado o Syndicato dos Operários do Município de Mamanguape. De acordo com a ata de fundação, a sede é fora de Rio Tinto, no vizinho município de Mamanguape. A reunião de fundação é na sede da Sociedade Beneficente, com a presença de representantes do governo do estado, do município e de autoridades policiais. No ritual, os presentes ouvem atentamente a leitura do Decreto 19.770:

Após haver sido aclamado, o Senhor Pedro Sérgio Gomes da Silva assumiu a presidência da reunião e declarou fundado o Syndicato dos Operários do Município de Mamanguape, nos moldes do Decreto número 19.770, dando a palavra ao cidadão Antônio Salles para expor as finalidades do Syndicato, e fazer a leitura de todo decreto que regula a syndicalização das classes operárias.¹¹¹

No encerramento dos trabalhos, Antônio Salles, escolhido para a função de Delegado de Representações, é solicitado a enviar comunicações ao Presidente da República, Ministros do Trabalho, Fazenda e Viação, Interventor Federal, Chefe da Policia da Paraíba, Juiz de Direito, Prefeito e Delegado de Mamanguape, informando a criação do sindicato.

O sindicato, de acordo com a documentação pesquisada, atua até cerca de 1933, tendo sofrido várias coações do mandatário da tecelagem, o que é observado nos primeiros meses de funcionamento, quando a fábrica ordena dispensa ou transferência dos operários sindicalizados. É o caso do vice-presidente, o contramestre Manoel Rocha, demitido em abril de 1932, como se depreende do teor de telegrama enviado ao gabinete do Ministro da Viação e Trabalho: *Pedimos interceder Ministro Viação e Trabalho agir Lei garantir operários Syndicalizados que soffrem rebaixo e demissões injustas sem apoio justiça; fazer comprar artigo 13 decreto 19.770.*¹¹²

¹¹¹ Acta de Fundação do Syndicato dos Operários do Município de Mamanguape (*Sociedade Operária organizada de acordo com o Decreto número 19.770 do Exm. Snr Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*). Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE). Prontuário n.0037, Arquivo n. 198. Titular: Sindicato dos Operários do Município de Mamanguape. Documento 3: 04 de fevereiro de 1932.

¹¹² *Syndicato dos Operários do Município de Mamanguape. Telegramas e Viagem.* Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE). Prontuário n.0037, Arquivo n. 198. Titular: Sindicato dos Operários do Município de Mamanguape. Documento 2: 25 de abril de 1932.

A versão da demissão é exposta pelo operário Manoel Rocha em carta ao sindicato, desta, se depreende desavença com o fiscal da seção Severino Domingues:

Eu tinha o prazer de levar ao conhecimento público porque fui demitido da Fábrica Rio Tinto no dia 8 do corrente mez, por eu ter pedido providênciā ao gerente da Tecelagem, porque o ato do fiscal Severino Domingues, que procurava desmoralizar [ilégitimo] seccção e a muito tempo a enterromper os tecelões e nunca foi tomada uma providênciā, porque eu nunca procurei prejudicar a classe operária, mais desde que chegou a ocasião que este indivíduo dirigia-se para uma das operárias que trabalhavam na minha secção, e esta operária não querendo attendello porque elle era acostumado palestrar em suas machinnas e de outras operárias interrompendo a boa marcha do trabalho, esta operária retira-se de seos teares e lhe [ilégitimo] atrás, ella corre em redor dos teares e elle corre atrás com gestos de ir, se pegar com ella então eu chamei o c/m José Soares e meu ajudante que estava presente, e a operária Albertina Oliveira e disse que ia pedir para o gerente tomar providências daquele absurdo.¹¹³

Outra alegação é a desavença com Severino Domingues. Para o operário, o fiscal se confronta com ele devido ao seguinte: *E elle disse que também eu tinha mal vontade para com elle, porque quis rasgar um aviso que eu tinha botado contra a companhia.* Pelo relato, comprehende-se a atuação do sindicato frente aos direitos dos associados.

Os relatos de Manoel Rocha, atestam a perseguição da sub-gerência da fábrica, principalmente por ele ser vice-presidente do sindicato. Frustrado em seu trabalho organizativo o operário afirma: *E por motivo este me acho demitido e eu por este motivo deixarei de ser vice pte. do Syndicato e eu irei embora deste município, e Viva o Decreto 19.770 que é a salvação da classe operária..*

As demissões e o não cumprimento dos Decretos 19.770 e 19.808 - sobre a execução da Lei de Férias - estão na pauta do sindicato. São várias as semelhanças, nesse contexto, com as reivindicações operárias em Paulista, como são evidentes as estratégias dos Lundgren, para tentar desestruturar a atuação dos sindicatos, em seus dois núcleos fabris.

¹¹³ *Syndicato dos Operários do Município de Mamanguape. Demissão Injusta – Manoel Rocha.* Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE). Prontuário n.0037, Arquivo n. 198. Titular: Sindicato dos Operários do Município de Mamanguape. Documento 5: 08 de abril de 1932.

Mesmo com a organização sindical em atividade, com a sede do sindicato funcionando fora da cidade-fábrica, na vizinha Mamanguape, a fábrica reprime as tentativas de fundação da entidade representativa, antes de 1932. José Antônio da Silva, ao rememorar esse fato destaca sua militância ou de como e quando veio para o sindicato “viu o mundo”. Reitera também que a fábrica àquele tempo, burlava os direitos do trabalhador:

Quem falasse de sindicato à Companhia, não ficava em Rio Tinto. Quando foi criado já foi um grupo de gente, ele [referindo-se ao operário que tentou fundar um sindicato] deu o grito de independência com muita gente ao lado dele, por isso ele teve que correr, porque se ele tivesse ficado sozinho a companhia não ligava, a companhia sentiu que a palavra dele tava chamando atenção ao trabalhador. Quando naquela época a companhia não pagava nada de direito ao trabalhador. Primeiro que não tinha, muita gente pensa que tinha, mas não tinha, que quando Getúlio deu o direito, deu o direito na lei, mas não deu o direito de fato. A companhia se negava tudo, não gostava de pagar hora extra, os teares paravam ela não pagava a parada de teares que era uma obrigação, finalmente qualquer máquina parou ninguém ganhava daquela máquina. (...) Mas era assim, eu mesmo trabalhei 26 anos na fábrica, foi quando eu passei para o sindicato. Eu só sabia respeitar meu patrão, bom dia e boa tarde, respeitava e levava minha vida. Quando vim para o sindicato, eu vi o mundo.¹¹⁴

Em edição de janeiro de 1932 o jornal *Voz Operária*, de grupos sindicais de Pernambuco¹¹⁵, denuncia que os Lundgren não cumprem os citados decretos, perseguindo os trabalhadores que organizaram o sindicato em Paulista:

Trabalhadores: os irmãos Lundgren e outros industriaes e patrões retrógrados juraram matar seus operários à fome porque se organizaram de acordo com a lei 19.770 e 19.808. é um insulto a todas as classes trabalhadoras... Unamo-nos para defender nossos direitos e ressalvar nossa dignidade. Trabalhadores Alerta!!!¹¹⁶

¹¹⁴ José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967 se tornou presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006.

¹¹⁵ LEITE LOPES, José Sérgio. Op. Cit. P.218.

¹¹⁶ *Sindicato dos Operários do Município de Mamanguape. Jornais avulsos*. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE). Prontuário n.0037, Arquivo n. 198. Titular: Sindicato dos Operários do Município de Mamanguape. Documento-Jornal: Voz Operária, 09 de janeiro de 1932.f.1.

Alertando os trabalhadores sobre a Lei de Férias, o jornal operário conclama à união em torno do sindicato, como garantia dos direitos negados:

LEI DE FÉRIAS – Operários de todas as classes defendei o vosso direito uni-vos syndicalmente. Os patrões sejam quae forem têm que pagar as vossas férias, o decreto 19.808 de 28 de março não é uma tapiação como dizem, e o governo não pode calar deante dos retrógrados. E lei tem que ser cumprida. Trazei a Voz Operária vossas queixas.¹¹⁷

Em Rio Tinto, como em Paulista, os Lundgren desrespeitam a legislação vigente. As denúncias do jornal operário reverberam em Rio Tinto¹¹⁸, demonstrando o grau de articulação da imprensa sindical, com os debates da classe trabalhadora. As fontes indicam, pois, a ação do sindicato de Rio Tinto, em denúncia: não pagamento de férias dos operários Manoel Leocádio, João Lúcio, João de Deus e José Leocádio, solicitando inclusive fiscalização nas folhas de pagamento, o que significa irregularidade de procedimentos trabalhistas. Além de burlar o pagamento de férias, sobressaem demissões e transferência de trabalhadores, quando envolvidos em lides sindicais. É o caso do escrivário Antônio Salles, na desavença com Frederico Lundgren. Assim informa a nota, as constantes demissões e transferências de trabalhadores:

2) Violação do Decreto 19.770 no seu art. 13, Antônio Salles chefe do Escriptório da Inspetoria, transferido para o Ceará, sob o protesto de extinção do alludido Escriptório, não aceitou, foi demitido sendo substituído pelo alemão V. Quast e mudado o nome de Inspectoria, para Audictoria, com os mesmos empregados e os mesmos serviços. A ordem dos factores alterou o producto? Foi também uma violação ao art. 7º do regulamento aprovado pelo Decreto 20.291. Raymundo Pitta, com 22 anos de serviço na firma demitido sem explicações. Enéas Rocha, mandado buscar de Alagoas demitido e a secção que chefiava (sala nova de Tecelagem) parada, após a saída, vai funcionar novamente. Enedino Mercez, sem explicações (escrivário mandado vir de Alagoas) demitido, sendo substituído

¹¹⁷ *Sindicato dos Operários do Município de Mamanguape. Jornais avulsos.* Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE). Prontuário n.0037, Arquivo n. 198. Titular: Sindicato dos Operários do Município de Mamanguape. Documento-Jornal: Voz Operária, 09 de janeiro de 1932.f.3.

¹¹⁸ Nos documentos pesquisados no DOPS de Pernambuco, na pasta relativa ao Sindicato em Rio Tinto, estavam anexados vários exemplares deste jornal.

por Arthur Ferreira (medida de economia?). José Reis, demitido sem explicações.¹¹⁹

Da leitura da documentação do sindicato, observa-se objetivo da fábrica em neutralizar a ação sindical, bem como a prática corrente de repressão e de descumprimento das leis trabalhistas. À esse tempo a atuação dos comunistas desperta a vigilância da Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS, de Pernambuco. Em 1933, investigadores do DOPS, em operação de desarticulação de supostas atividades comunistas em Rio Tinto, João Pessoa, Recife e Campina Grande, apreendem documentação que comprovam a presença de comunistas e da atuação do Sindicato dos trabalhadores de Rio Tinto.

Os Relatórios da DOPS, em 1933, registram as ações operárias como patrocinadas e influenciadas pelos comunistas de Recife, João Pessoa e Campina Grande, que segundo o aparelho policial, divulgam na cidade-fábrica, as idéias do Partido Comunista. Conforme o relatório do *Investigador número 15* enviado de Recife à Paraíba, a organização operária em Rio Tinto, recebe influência do Partido Comunista, identificando o serralheiro da Fábrica, Luís Gomes, como secretário da célula do PCB na vila operária, além de um motorista e dois vigias. Para o investigador:

O referido indivíduo é quem recebe a correspondência vindas da Paraíba e presta-se a fazer as reuniões em sua residência, sendo também, as mesmas feitas em casa de seu companheiro de nome Antônio Barboza, chauffeur do caminhão número 08. Os outros, são dois vigias um do portão da tinturaria que chama-se Carneiro de tal e o outro Gageiro de tal, que é quem concerta os relógios dos outros.¹²⁰

¹¹⁹ *Sindicato dos Operários do Município de Mamanguape. (Nota Official)*. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE). Prontuário n.0037, Arquivo n. 198. Titular: Sindicato dos Operários do Município de Mamanguape. Documento 8: s/d.

¹²⁰ *Relatórios de Atividades Comunistas – Relatório de 29 de abril de 1933*. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE). Nome/Titular: Estado da Paraíba. N. do Documento: S/N. Data do Documento: 1930/1966. Quantidade de Documentos: 650. Fundo Secretaria de Segurança Pública n.: 30271-A.

Em Relatório anterior, sobre a organização comunista em Campina Grande, há registro de que existem 116 filiados ao Partido Comunista¹²¹ em Rio Tinto. Novo Relatório, de 22 de maio desse mesmo ano, revela ordem de prender militantes comunistas, na capital, em Campina Grande, Santa Rita e Rio Tinto.

Nesse contexto, a Paraíba é governada pelo interventor Anthenor Navarro de relação relativamente amistosa com a classe trabalhadora. A virada na conjuntura se dá em 1933 no governo de Gratuliano de Brito, onde acontecem várias prisões de militantes do partido Comunista na Paraíba e de perseguição à entidade representativa dos trabalhadores, como o fechamento em ação arbitrária da polícia da sede da União Geral dos Trabalhadores da Paraíba, em João Pessoa. É o que se vê em relatório, de maio de 1933, sobre, apreensão de documentos e materiais destinados agitação do Primeiro de Maio: bandeiras vermelhas escondidas num buraco para escapar à caçada policial.

Procedida a busca foram apreendidos documentos de real valor informativo, bem como material de propaganda subversiva e documentos pertencentes ao arquivo da “União Geral dos Trabalhadores da Paraíba”, em tempos fechada pela Polícia, daquele Estado por motivo de Ordem e Segurança Pública. Mais tarde, nesse mesmo local, por indicação desta Secção, em telegrama dirigido ao sr. Chefe de Polícia daquele Estado, foram por mim procedidas diligências que tiveram como resultado apreensão de diversas bandeiras que se encontravam em um buraco cavado no solo e hermeticamente fechado com cimento. As referidas bandeiras eram de cor vermelha com dizeres subversivos, e destinavam-se à agitação que deveria ter lugar no dia 1º de Maio¹²².

As diligências e buscas do material “subversivo” destinados, segundo, os investigadores a “agitação”, não se restringem à João Pessoa. A cidade-fábrica Rio Tinto é alvo de ação policial que, conforme relatórios visa deter os

¹²¹ *Relatórios de Atividades Comunistas – Relatório de 19 de fevereiro de 1933*. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE). Nome/Titular: Estado da Paraíba. N. do Documento: S/N. Data do Documento: 1930/1966. Quantidade de Documentos: 650. Fundo Secretaria de Segurança Pública n.: 30271-A.

¹²² *Relatórios de Atividades Comunistas – Relatório de 22 de maio de 1933*. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE). Nome/Titular: Estado da Paraíba. N. do Documento: S/N. Data do Documento: 1930/1966. Quantidade de Documentos: 650. Fundo Secretaria de Segurança Pública n.: 30271-A.

elementos responsáveis pela agitação operária no núcleo fabril, já identificados. Após a averiguação, são presos e encaminhados a capital - onde permanecem na Central de Policia - os trabalhadores da fábrica Manoel da Rocha Filho, carpinteiro e vice-presidente do sindicato dos operários de Rio Tinto, João Soares de Almeida, engomador e Serafim Carneiro da Silva, vigia.

Detido Luiz Gomes da Silva, apreende-se em seu poder exemplar de '*O Manifesto Comunista*', com Manoel da Rocha Filho, documentos de atividades do sindicato dos operários de Rio Tinto. Nestes documentos comprova-se que o presidente da entidade é o operário Antônio Salles, que ao ser procurado pelo investigador, havia fugido de Rio Tinto. O investigador argumenta que a ação deve ter sido previamente conhecida em Rio Tinto, o que explica a ausência de mais provas documentais com os acusados, à exceção de documentos apreendidos em mãos de Luiz Gomes da Silva e Manoel da Rocha Filho.

A atuação do PCB é vigiada pelo Chefe de Policia da Paraíba, Severino Procópio, e pelo DOPS de Pernambuco, conforme documentos pesquisados. De mais de 62 pessoas filiadas ao Partido Comunista, na Paraíba, pelo menos, sete são operários da fábrica Rio Tinto. A relação é encontrada pelos investigadores do DOPS, possivelmente em 1933, na residência de José Pedro de Oliveira, no bairro de Cruz das Armas, em João Pessoa. A seguir, os nomes dos trabalhadores, filiados ao Partido Comunista, segundo relatórios de investigação policial:

- 5º. Savariane Fante - Mechanico - Secretário Guerra - 15/11/1932.
- 9º. Simplício Bezerra de Lima - Pedreiro - Rio Tinto - Secretário Guerra.
- 10º. José Bezerra de Lima - Contra Mestre Ferreiro - Rio Tinto - 15/11/1931.
- 21º. Manoel José - F. Tecido - Rio Tinto - 2/12/1932. Guerra.
- 60º. Salvador de Brito - Pedreiro - Salário 5.000 - Rio Tinto - 6/2/933 - Secretário Guerra.
- 61º. José Guedes - Rio Tinto - 9/2/933 - Secretário da célula Guerra.
- 62º. Francisco Silva - Rio Tinto - 9/2/933 - Secretário da célula Guerra.¹²³

¹²³ RELAÇÃO DAS PESSOAS QUE SÃO FILIADAS AO PARTIDO COMMUNISTA DO BRAZIL, CONFORME DOCUMENTOS APREHENDIDOS NA RESIDÊNCIA DO CONHECIDO AGITADOR COMMUNISTA JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA (CRUZ DAS ARMAS). Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE). Nome/Titular: Estado da Paraíba. N. do Documento: S/N. Data do

As datas se referem ao ingresso do militante na célula comunista, “Célula Guerra”, do PCB em Rio Tinto. As evidências, a par da repressão, indicam que apesar do domínio e da coação imposta por Frederico Lundgren, os operários organizados, em torno do PCB, constroem possibilidades de luta por direitos e de organização sindical.

A perseguição aos militantes, expressa em demissões, transferências e prisões de dirigentes e operários sindicalizados, entre 1932 e 1933, não imobiliza a organização operária. No período entre 1934 e 1943, tempo em que o sindicato não funciona, os trabalhadores continuam, burlando a vigilância da fábrica, reunindo-se e organizando-se em torno de reivindicações.

Pelos relatos do operário Antônio Pereira da Silva,¹²⁴ percebem-se estratégias de luta dos trabalhadores, nesses anos. Contratado, em 1936, Antônio Pereira exerce funções de contramestre e chapista. Logo, entra em contato com operários na surdina, para tratar das estratégias de luta por melhorias da classe:

Convidaram Pereira para colher mangabas dentro da mata do Rio Vermelho, em Rio Tinto, num final de semana. Cumprindo o combinado, Antônio Pereira foi até o local acertado. Chegando lá, ele ficou cismado. Viu que o convite não era para colher mangabas, e sim para participar de uma reunião, à noite, à luz de velas, onde debatiam um meio de melhorar os salários dos operários e a participação do Brasil na guerra da Alemanha contra o resto do mundo. Pereira ouviu tudo e ficou surpreso, principalmente quando lhe pediram sigilo, por ser Figueiroa um comunista e dirigente máximo do movimento.¹²⁵

As reuniões se davam no início de 1940, em meio à vigilância da fábrica. Mesmo diante de cenário hostil a organização, os operários:

Iniciaram uma campanha de conscientização, junto aos trabalhadores da empresa, para que eles se rebelassem contra a

Documento: 1930/1966. Quantidade de Documentos: 650. Fundo Secretaria de Segurança Pública n.: 30271-A.

¹²⁴ Relatos de Antônio Pereira da Silva, utilizados por seus filhos Zélia, Humberto, Tarcísio e Leonardo Cardoso, no Processo de Indenização aos anistiados políticos da Paraíba. João Pessoa, 20 de dezembro de 2001. Comissão de Anistia na Paraíba, presidida pelo Deputado Estadual Zenóbio Toscano.

¹²⁵ SILVA, Waldir Porfírio. *Bandeiras Vermelhas: A presença dos comunistas na Paraíba (1900 a 1960)*. João Pessoa: Textoarte, 2003.p.180. Esta citação do autor foi baseada nos relatos de Antônio Pereira da Silva.

determinação da direção da Fábrica de Tecidos em não assinar as carteiras de trabalho dos operários e contra a punição de descontos nos salários - às vezes eram retirados valores correspondentes a até uma semana de salário - quando os mesmos faltavam a apenas um dia de trabalho.¹²⁶

A movimentação põe em evidência os trabalhadores, Antônio Pereira, Chico Miranda, José Soares, José Vicente, João Luiz e Figueiroa. A partir desse momento, Antônio Pereira decide *sair da fábrica sem pedir contas, porque Figueiroa por ser comunista, foi seqüestrado com 30 dias foi encontrado em Natal, Rio Grande do Norte. Pereira foi avisado deixou seu trabalho temendo represálias.*¹²⁷

Somente em outubro de 1943, o Sindicato Têxtil de Rio Tinto retorna suas atividades, sendo recriado, como desdobramento da Consolidação das Leis do Trabalho, promulgada no governo de Getúlio Vargas. Sobre a refundação, o serralheiro Júlio Justino enfatiza a apropriação feita pela fábrica na entidade sindical:

O sindicato começou em 1945. Espera aí, deixe me ver, em 1943 parece. Quando aqui em Rio Tinto passou a ter sindicato, por que Frederico que era amigo de Getúlio Vargas e aquilo era uma criação de Getúlio, e ele botou. Não era um sindicato muito operário. O primeiro presidente foi Apolônio, esse homem veio de Paulista para aqui quando o terreno tava comprado e ele veio administrar pra fazer escavação abrir as levada, que era um terreno todo alagado do mangue, abrir as levadas pra água sair. E ele ficou aqui e a fábrica começou rodando e ele aqui.¹²⁸

É a feição patronal do sindicato, posto que em 1943, é presidido por Apolônio Gomes de Arruda, funcionário de confiança dos Lundgren. O relato de João Batista Fernandes descreve o sindicato entre 1943 e 1951, como seção subordinada aos interesses da fábrica:

Com o surgimento do Decreto-Lei n. 5.452 datado de 1-5-43, foi que se fez apresentar em Rio Tinto o sindicato em questão. Mas, essa criação do sindicato local era mais um departamento da Fábrica de Tecidos Rio Tinto do que mesmo um órgão de proteção aos

¹²⁶ SILVA, Waldir Porfírio. Op. Cit. P. 181.

¹²⁷ Relatos de Antônio Pereira da Silva, utilizados por seus filhos Zélia, Humberto, Tarésio e Leonardo Cardoso, no Processo de Indenização aos anistiados políticos da Paraíba. João Pessoa, 20 de dezembro de 2001. Comissão de Anistia na Paraíba.

¹²⁸ Júlio Justino da Silva – 78 anos. Serralheiro começou a trabalhar em 1948 na fábrica. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

trabalhadores. Os dirigentes não eram eleitos pelos operários e, sim, nomeados pela fábrica com homologação da própria Delegacia do Trabalho, sediada em João Pessoa. O primeiro “interventor”, em 1943, foi Apolônio Gomes de Arruda; o segundo, Manoel Simplício de Paiva; o terceiro, Ananias Gomes da Silva; o quarto, Juvino do Nascimento, sendo este último nomeado diretamente pela Delegacia do Trabalho à revelia da Cia. De Tecidos Rio Tinto. Em 1949 (maio), por influência direta da fábrica, o Sr. Juvino do Nascimento foi deposto do cargo de interventor, sendo substituído por uma junta governativa, tendo à frente da citada junta o Sr. Severino de Souza Leão. Finalmente, em maio de 1951, por determinação do Ministro do Trabalho, na época, Danton Coelho, decidiu-se que houvesse eleição direta para escolha da Diretoria do sindicato de Rio Tinto. Do resultado daquelas eleições, saiu vitoriosa, a chapa encabeçada pelo Sr. João Batista Fernandes, que foi reeleito, consecutivamente, por cinco períodos de 2 anos.¹²⁹

Apolônio Gomes de Arruda, que preside o sindicato exerce a função de chefe dos vigias. Os relatos de excessos ou violências praticadas por vigias de policiamento são presentes nos relatos dos trabalhadores e dirigentes sindicais. José Antônio da Silva relata a violência dos vigias de policiamento, com os trabalhadores envolvidos em atividades sindicais:

Um irmão meu que já morreu, só porque ele entrou na vida sindical, os vigias foram bater nele. E outros já apanharam por aí, no meio da rua. A repressão existia, eu digo a você que existia, porque primeiro, esse vigia que deu eu conheço, o que apanhou eu conheço, era Dantas, era um contramestre de tecelagem, apanhou ali de lado da igreja na praça. Outro apanhou lá na descida para o cinema, outro apanhou dentro de eucalipto [refere-se à plantação de eucaliptos nos terrenos anexos à fábrica], e aí quem não apanhou correu. Por que quem mandava no policiamento era vigia, e vigia a mando da fábrica fazia o que ela mandava.¹³⁰

O sindicato está nesse período sob a tutela da Fábrica. Os Lundgren - sob o controle administrativo de Arthur Lundgren - intervêm diretamente na escolha do presidente do sindicato. Mas, em 1949, segundo João Batista Fernandes¹³¹, a Delegacia Regional do Trabalho nomeia, sem a conivência da Fábrica, o operário Juvino do Nascimento para a presidência do sindicato. O

¹²⁹ *Alguns informes, referentes à criação – ou melhor, a oficialização do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Rio Tinto.* João Batista Fernandes, 01 de junho de 1984. In: MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. Op. Cit.. p.174-175..

¹³⁰ José Antônio da Silva – 78 anos. Rio Tinto, novembro de 2006.

¹³¹ *Alguns informes, referentes à criação – ou melhor, a oficialização do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Rio Tinto.* João Batista Fernandes, 01 de junho de 1984. In: MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. Op. Cit. P.175.

ato da DRT se desdobra em reação imediata dos Lundgren: o afastamento de Juvino do cargo. José Galberto, presidente da entidade desde 1990, afirma que Juvino deixa a cidade-fábrica, afastando-o da função de presidente do sindicato: *e quando a Companhia ganhou dele, fez o enterro simbólico dele, e ele nunca mais voltou para Rio Tinto.*¹³²

A rearticulação das lutas operárias em Rio Tinto dá-se em distintos momentos: 1946 e 1951. Em julho de 1946, ocorre um movimento grevista por melhores condições de vida e trabalho. Diante da dimensão da greve, com a paralisação de todos os *serviços* da tecelagem, e a influência para que os trabalhadores de Paulista do mesmo modo decretarem greve, o DOPS, especificamente o Serviço de Ordem Política, exerce severa vigilância. A presença dos comunistas no movimento e as evidentes ligações com os operários de Paulista, no combate contra o patrão comum, são evidenciadas neste documento:

Esse fato deu margem ao núcleo comunista de Paulista, incentivar o proletariado daquela cidade, alegando que os operários de Rio Tinto, haviam quebrado os grilhões da resistência dos Lundgren, cabendo a vés ao operariado de Paulista, seguir o exemplo dos seus irmãos. Existe em Paulista o grande movimento, preparado à surdina, no sentido de convencer a massa proletária de que deverá entrar em greve.¹³³

O encarregado da investigação recomenda ao Delegado do DOPS de Recife reforço do destacamento policial em Paulista, no sentido de neutralizar qualquer ensaio de movimento grevista.

A mobilização operária, a partir de 1946, assinala novo momento em sua história. A ação dos comunistas, estrategicamente sustentada pela célula do partido em Rio Tinto, faz-se presente nas greves de 1946 e 1951. Ao discorrer sobre o contexto histórico, em que os comunistas atuam no meio sindical, Marco Aurélio Santana, enfatiza: *O retorno de Vargas ao poder nas*

¹³² Juvino do Nascimento exercia a função de pedreiro, como informa José Galberto, trabalhando nas seções subsidiárias da fábrica. No sindicato há uma aposição de fotos dos ex-presidentes onde Juvino do Nascimento é colocado como o primeiro presidente, por haver sido indicado contra os interesses da fábrica.

¹³³ DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL – SERVIÇO DE ORDEM POLÍTICA. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE). Nome/Titular: FÁBRICA PAULISTA (RIO TINTO). N. do Documento: 108-A. Data do Documento: 01 de julho de 1946. Quantidade de Documentos: 25. Fundo Secretaria de Segurança Pública n.: 29.251.

*eleições de 1950 e a abertura sindical por ele promovida, conquanto limitada e lenta, vai garantir o retorno ou a legitimação das ações comunistas no espaço do sindicato.*¹³⁴

Em 1951, os trabalhadores organizam greve com vasto grau de mobilização e organização da categoria. Trata-se da greve pelo Abono de Natal, em dezembro de 1951. Reivindicação não apenas em Rio Tinto, mas de dimensão nacional, como ressalta Leite Lopes: *A luta pelo abono de Natal não foi um movimento isolado. Nas fábricas do Recife e em várias partes do Brasil, vários setores do movimento sindical e no seu interior os operários ‘ativistas’ vinculados ao PC estimularam a mobilização coletiva em torno dessa reivindicação.*¹³⁵

As notícias dos debates nacional e local sobre o abono, são destacadas pelo jornal a União. Na capital federal, a aprovação do abono é motivo de debates em torno do projeto Muniz Falcão, que requer o pagamento *aos trabalhadores de certa quantia anualmente a título de Abono de Natal.*¹³⁶ Nesse sentido, trabalhadores de fábricas, comerciários, funcionários de diversas prefeituras da Paraíba, se movimentam na reivindicação do abono, haja vista, as primeiras aprovações do abono para os funcionários da Assembléia Legislativa da Paraíba, e da prefeitura de Mamanguape.

Em dezembro a greve é deflagrada na Companhia de Tecidos Rio Tinto. O jornal *Folha do Povo*, do Partido Comunista de Pernambuco, destaca em edição de 03 de janeiro de 1952, a movimentação operária. Segundo informa Leite Lopes, o jornal chega a denunciar que a polícia enviava destacamento à cidade, com 200 homens ocupando as ruas em *posição de atirar*, e com ameaças de prisão: *O orador José Alves lamenta e condena a presença da polícia na cidade, e teria recebido voz de prisão do chefe de polícia, prisão que não se concretiza por impedimento da massa de trabalhadores.*¹³⁷

¹³⁴ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos – Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial. Universidade do Rio de Janeiro, 2001, p. 80.

¹³⁵ LEITE LOPES, José Sérgio. Op. Cit. P.390.

¹³⁶ ABONO DE NATAL PARA OS TRABALHADORES - Considerado constitucional o projeto – O parecer do Sr. Brígido Tinoco. A União. 01 de dezembro de 1951.

¹³⁷ LEITE LOPES, José Sérgio. Op. Cit. P.392.

Na contramão dos acontecimentos, A União noticia o fim das negociações, e que a greve terminava pacificamente e *muito contribuíram os trabalhos e o espírito de conciliação do Dr. Walter Arcosverde, Chefe da Polícia interino.*¹³⁸ Não é o que informa a Folha do Povo: a greve estende-se até 31 de dezembro, com o acatamento pelos diretores da fábrica as reivindicações dos trabalhadores. Em Rio Tinto os trabalhadores conseguem maiores conquistas que os de Paulista, como se observa do relato:

Apesar de parcialmente vitorioso, o operário José Alves aponta algumas ‘falhas de greve’, por não ter reivindicado, além da diferença salarial retida no pagamento de férias (aproximadamente 60 horas de trabalho ou CR\$ 114,00), o abono de natal equivale a 13 dias de trabalho (presumivelmente 1 dia por mês e 2 dias por dezembro, ao todo CR\$ 196,00) como fizeram e conseguiram os operários de Rio Tinto poucos dias antes.¹³⁹

Pela análise de edições do jornal Folha do Povo posteriores à greve, o autor chama a atenção do editorial *Valorizar a experiência de Rio Tinto*. Para ele o jornal:

Elogia a maneira como ali se processou o movimento pelo abono de Natal, com o “sindicato cumprindo o seu papel, abrindo suas portas para as assembleias”, e com base nesse exemplo exorta a retomada dos sindicatos (após o período das intervenções do Governo Dutra) e a organização do movimento no interior do sindicato.¹⁴⁰

Nas fichas de identificação do DOPS da Paraíba encontram-se as perseguições durante a greve: Identificação e fichamentos como comunistas, trabalhadores envolvidos no movimento: *Elemento exaltado, tomou parte na greve ali irrompida em dezembro de 1951.*¹⁴¹ Os comunistas fichados pela DOPS-PB são os operários: Inácio Silva, Sebastião Pereira da Silva, João Cassiano de Oliveira, Paulo Félix de Carvalho, Francisco Pereira de Lima, João Penedo da Silva e Augusto Rodrigues. Assim, a greve de 1951 e desdobramentos são evidentes. Os relatos do período confirmam o momento

¹³⁸ SOLUCIONADA A GREVE DOS OPERÁRIOS DE RIO TINTO. A União. 27 de dezembro de 1951.

¹³⁹ LEITE LOPES, José Sérgio. Op. Cit. P.392.

¹⁴⁰ Id. Ibidem. P.392.

¹⁴¹ Fichas de Identificação. Delegacia de Ordem Política e Social. Arquivo Geral. Serviço de Informações. Segurança Política. Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS. João Pessoa, PB. O arquivo do DOPS da Paraíba está sob tutela do Conselho Estadual dos Direitos do Homem e do Cidadão.

singular do fortalecimento da luta operária, onde a greve do abono de Natal é parte importante da história operária de Rio Tinto.¹⁴²

A intensificação da luta dos trabalhadores em Rio Tinto no período entre 1959 a 1964 é evidente, tanto na memória dos trabalhadores, como na documentação pesquisada é o que se quer destacar no exame da agenda de reivindicações operárias em Rio Tinto.

1.3. Reivindicações e conquistas operárias.

Entre 1959 e 1964, observa-se na cidade-fábrica, a ampliação das lutas operárias, em destaque, Rio Tinto no cenário social paraibano. A ampliação se dá na efervescência social de trabalhadores urbanos e rurais, na Paraíba e no Brasil. É a conjuntura marcada, sobretudo, pelo *processo de radicalização do movimento popular* e que desembocou na entrada em cena de novos atores sócio-políticos além de provocar *clivagens nos pré-existentes*¹⁴³.

A mobilização do operariado brasileiro se faz entre outros, na luta pelo cumprimento da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Para tanto, os trabalhadores se articulam de variadas formas na luta por direitos, como observam Luigi Negro e Fernando Teixeira:

A classe trabalhadora, ao mesmo tempo, nunca renunciou à ação direta, à greve, ao voto em candidaturas de esquerda e à sua auto-organização. Valeu-se ainda, de acordos com políticos como Getúlio, JK e Jango, que lhe prometeram tolerância no cumprimento do programa trabalhista.¹⁴⁴

Na Paraíba a movimentação operária é evidente. Trabalhadores das cidades (do Porto de Cabedelo, das tecelagens de Rio Tinto, Santa Rita e

¹⁴² José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967 se tornou presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006.

¹⁴³ CASTRO, Sandra. *Apogeu e Crise do Populismo – 1945-1964*. In. LÖWY, Michael. *Introdução a uma História do Movimento Operário Brasileiro no séc. XX*. Belo Horizonte: Vega 1980, p.75.

¹⁴⁴ NEGRO, Antônio Luigi e SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores, Sindicatos e Política (1945-1964)*. In. FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucília de Almeida. (Orgs.) *O Tempo da Experiência Democrática: Da Democratização de 1945 ao Golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano, V.3), p.91.

Campina Grande, da fábrica de cimentos Portland em João Pessoa, entre outros) e do campo (por meio das Ligas Camponesas) com suas lutas, ganham destaque no cenário regional. Nesse período, o estado é governado por Pedro Gondim (1959-1965), que traz contradição em sua política: de um lado aproxima-se das esquerdas, que até 1963 possui diálogo constante, de outro se aproxima dos latifundiários, Ribeiro Coutinho, Velloso Borges e os Lundgren. Estas famílias financiam sua campanha em 1960:

A vitória de Pedro Gondim, em torno do qual a UDN cerrou fileiras, encerrava, porém, uma contradição. Eleito mediante apelo direto ao eleitorado, que chegou a cotizar-se para ajudá-lo em João Pessoa e Campina Grande, Gondim fazia-se financiado pelos grupos ultraconservadores dos Ribeiro Coutinho, na várzea da Paraíba, Velloso Borges em Pilar, Itabaiana e Alagoa Grande, Lundgren em Rio Tinto, e Gadelha em Sousa.¹⁴⁵

Ao avaliar o posicionamento dúvida de Pedro Gondim, Joacil de Brito Pereira – deputado estadual e representante à época de interesses dos latifundiários e forças conservadoras da Paraíba – reitera que o posicionamento do governador é decisivo para a cassação de seus direitos políticos em 1969:

O grande erro do governo de Pedro Gondim, a meu ver, foi não saber reagir à agitação da época, não saber se impor - reagir com as forças da lei, sem cometer despautério - mas permitir que o estado se conflagrasse. O segundo erro de Pedro Gondim foi governar com um grupo - um grupo que o sacrificou. Em função desse grupo ele depois se sacrificou. Não quero entrar no mérito para apontar isso ou aquilo, porque a história é muito recente, a Paraíba é muito pequena, nós somos amigos e tudo, mas foi esse grupo que o sacrificou. Pedro Gondim foi cassado, a meu ver, na interpretação histórica que dou à sua cassação, por duas coisas. Primeiro, a sua conduta à frente do governo em relação ao problema da agitação, da comunização cada vez mais crescente, do perigo de comunização e da anarquia reinante que havia naquela época. Ele se portou mal a meu ver - estou dizendo isto porque na época eu divergi dele - acendendo uma vela a Deus e outra vela ao diabo. Estava com as Ligas Camponesas e com a esquerda para valer e, nas horas mais difíceis, ele chegava a tomar uma posição, às vezes, até surpreendentemente radical contra aquilo que ele apoiava. No entanto muito mais com o diabo do que com Deus. Acendia velas a Deus também. Muito mais, porém,

¹⁴⁵ MELLO, José Octávio de Arruda. *Sociedade e Poder Político no Nordeste – O caso da Paraíba (1945-1964)*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2001, p.142.

ele acendia ao diabo do que a Deus. Ele estava convencido de que aquilo era um movimento irresistivelmente vitorioso.¹⁴⁶

O “diabo”, segundo Joacil de Brito, se corporifica nas forças populares - trabalhadores do campo e da cidade - para o que converge o posicionamento de Gondim em certas ocasiões. A postura ambígua em seu governo é percebida no início de 31 de janeiro de 1961 a julho de 1962, com a aproximação maior das forças populares¹⁴⁷.

É nesse período que profissionais identificados com a esquerda estão em órgãos de comunicação do governo. No jornal *A União*, está Hélio Zenaide, Jório Machado, Gonzaga Rodrigues, Eurípedes Gadelha, Severino Ramos, Malaquias Batista, Firmino Justino entre outros, e na Rádio Tabajara, diretor Adalberto Barreto e o diretor artístico Paulo Pontes¹⁴⁸. Contudo a saída de Hélio Zenaide d'*A União*, em julho de 1962, tem ampla repercussão na imprensa paraibana. Na coluna *Aconteceu* o jornalista Jório Machado ressalta seu papel à frente do jornal oficial em defesa da luta dos trabalhadores:

A Hélio Zenaide e a “A União” se deve uma grande parcela do esforço que resultou na consolidação do movimento camponês na Paraíba, sempre proclamado de subversivo, mas sempre encarado pelo ex-diretor e sua equipe como uma das mais legítimas e autenticas mobilizações de classe em busca de melhores dias. Por isso mesmo, a imprensa, os camponeses, os trabalhadores e os verdadeiros líderes populares rendem ao jornalista Hélio Zenaide a homenagem que ele merece, pelo seu caráter, pela sua coragem, pelo seu mérito profissional que soube aplicar, honestamente, contra a espoliação dos poderosos sobre os humildes formando um traço de união entre o novo Governo que serve.¹⁴⁹

O afastamento de Hélio Zenaide e de outros jornalistas demonstra um distanciamento de Pedro Gondim das classes trabalhadoras. A atitude é criticada pela Federação das Ligas Camponesas da Paraíba que, em nota pública no Correio da Paraíba, assinala denúncia:

¹⁴⁶ PEREIRA, Joacil de Brito. *Joacil de Brito Pereira (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC/UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2001. 84 p. dat. P. 35-36.

¹⁴⁷ MELLO, José Octávio de Arruda. *Paraíba: Populismo Radical, Mobilização Direitista e Desenlace*. In. 1964: *A dimensão global (Formação do movimento brasileiro de 64)*. João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB, 1997, p.87.

¹⁴⁸ LEMOS Francisco de Assis. *Jornalistas vítimas do Governo*. In: *Nordeste, o Vietnã que não houve: Ligas Camponesas e o golpe de 64*. Londrina: Ed. UEL/Ed. UFPB, 1996, p.181-182.

¹⁴⁹ Aconteceu. Jório Machado. Correio da Paraíba, 03 de agosto de 1962.

A Federação das Ligas entende que a substituição dos jornalistas de “A União” deve ser denunciada à opinião pública como manobra conservadora interessada em vincular os organismos de informação do Estado a elementos ligados ao latifúndio e ao Poder Econômico e consequentemente incapazes de merecer a confiança dos camponeses e do povo paraibano. A Federação das Ligas denuncia a manobra governista como conluiu com os setores do latifúndio em troca de apoio eleitoral a candidatos que igualmente passam a desmerecer a confiança dos camponeses e das classes trabalhadoras.¹⁵⁰

O Deputado Joacil de Brito celebra o gesto de Gondim, na Assembléia, e afirma ser a única forma capaz de eliminar o foco de comunistas do jornal.¹⁵¹ Porém, parte dos jornalistas se afasta do jornal e da rádio em represália à atitude do governador.¹⁵² Pedro Gondim, nesse momento, não permite a entrada dos jornalistas em Palácio. Severino Ramos, ao tentar entrar na sede do governo, é surpreendido com a advertência do ajudante de ordens do governador:

- Ei, você aí! O governador recomendou que não permitisse a entrada de nenhum dos jornalistas que abandonaram “A União” aqui em Palácio. Ele considera você e os outros persona non grata ao Governo.
- Escuta aqui meu chapa! Vim buscar o que é meu, pois tenho um atrasadinho aí na Secretaria. Além do mais essa casa é do povo. Poderemos ser persona non grata na residência dele, lá em Tambáu. Aqui, não!!! Tá bem?!¹⁵³

A nomeação de novos jornalistas de A União pelo governador Pedro Gondim obedece a certa pressão dos latifundiários, o que se observa, com a desistência do industrial Renato Ribeiro Coutinho de fundar novo jornal, de representação dos interesses dos latifundiários da Paraíba, evidenciado nesta notícia: *com a nomeação de Paulo Maroja para a Rádio Tabajara e Antônio Brayner para “A União”, o Sr. Renato Ribeiro desistiu do propósito de instalar um jornal e uma emissora na Paraíba.*¹⁵⁴ Parte dos jornalistas afastados é contratada pelo Correio da Paraíba, como Hélio Zenaide, Gonzaga Rodrigues e Jório Machado.

¹⁵⁰ FEDERAÇÃO DAS LIGAS (*Nota Oficial*). Correio da Paraíba, 08 de agosto de 1962.

¹⁵¹ Aconteceu. Jório Machado. Correio da Paraíba, 11 de agosto de 1962

¹⁵² ESCLARECIMENTO DOS REDATORES DE A UNIÃO. Correio da Paraíba, 08 de agosto de 1962.

¹⁵³ PG proibiu a entrada de jornalistas em Palácio. Correio da Paraíba, 17 de agosto de 1962.

¹⁵⁴ Aconteceu. Jório Machado. Correio da Paraíba, 10 de agosto de 1962.

O posicionamento de Pedro Gondim, em favor das classes conservadoras, se dá em fins de 1963, na conjuntura de enfrentamento das classes populares com os latifundiários. É esta posição política de Pedro Gondim, alinhado às forças políticas conservadoras da Paraíba, que faz perceber melhor seu apoio ao Golpe de 1964. O rompimento é analisado por Monique Citadinno:

Diante desse quadro de radicalização social, marcado pelo crescimento das manifestações de insatisfação popular e pela feroz intolerância dos grupos conservadores e, considerando-se a fragilidade genética de seu partido, o PDC, incapaz de propiciar-lhe sustentação e apoio nesse momento de (in) definições, Pedro Gondim percebe a impossibilidade da manutenção de um esquema político próprio, que o permitisse manter-se independente e soberano em relação à pressão das classes sociais e faz, intuitivamente, uma opção que talvez fosse a única capaz de garantir a sua sobrevivência política: rompe definitivamente com as forças de esquerda, isolando-se daquela que foi, durante algum tempo, a base de apoio capaz de garantir-lhe autonomia política e submete-se totalmente às pressões exercidas pelas classes proprietárias, congregadas pela UDN, tornando-se um refém de seus interesses.¹⁵⁵

As reivindicações dos operários de Rio Tinto são as lutas pelo pagamento de salário-mínimo, de férias remuneradas, atendimento médico, melhores condições de trabalho – em razão da quantidade de acidentes de trabalho no período, a resistência às demissões e despejo de casas da vila operária.

Em 1959, a direção da tecelagem Rio Tinto determina, a alteração da forma de pagamento quinzenal para mensal. Antes de 1956, a fábrica fazia-o semanalmente aos trabalhadores, cerca de 25 folhas pagas todo final de semana, das diversas seções e da administração intermediária, assim distribuídas:

- Folha 1 – Administração das Propriedades.
- Folha 2 – Olaria.
- Folha 3 – Serraria.
- Folha 4 – Gerência externa.
- Folha 5 – Oficina mecânica.
- Folha 6 – Construção.
- Folha 7 – Campos de lenhas, batelãozeiros.

¹⁵⁵ CITADINO, Monique. *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)*. João Pessoa: UFPB, 1998 p. 138.

Folha 8 – Vigias.
 Folha 9 – Usina Elétrica Central.
 Folha 10 – Fiação I.
 Folha 11 – Fiação II.
 Folha 12 – Fiação III.
 Folha 13 – Fiação IV.
 Folha 14 – Fiação V.
 Folha 15 – Preparação de Fios I.
 Folha 16 – Preparação de Fios II.
 Folha 17 – Tecelagem velha.
 Folha 18 – Sala nova (Tecelagem) I.
 Folha 19 – Sala nova (Tecelagem) II.
 Folha 20 – Sala nordeste (Tecelagem) I.
 Folha 21 – Sala nordeste (Tecelagem) II.
 Folha 22 – Sala sudeste (Tecelagem) I.
 Folha 23 – Sala sudeste (Tecelagem) II.
 Folha 24 – Sala jackard (Tecelagem).
 Folha 25 – Acabamento de panos.¹⁵⁶

A direção paga semanalmente extensa folha, com mais de 10 mil operários. É a tentativa de mudança na forma de pagamento em 1959, e estopim de ameaça dos operários aos Lundgren, com uma greve em caso de cumprimento da determinação da fábrica. O sindicato têxtil, em assembléia da categoria, pode determinar a *decretação de greve no caso de ser modificada a forma de pagamento*.¹⁵⁷



Figura 14 - Matéria de jornal sobre o movimento operário de Rio Tinto e a possibilidade de deflagração de greve. Jornal A União (PB) - 14 de janeiro de 1959.

¹⁵⁶ FERNANDES, João Batista. *Rio Tinto, O Extinto*. 1973. P.49.

¹⁵⁷ *Mudança de pagamento (de quinzenal para mensal) vai causar greve em Rio Tinto*. A União. 14 de janeiro de 1959.

A situação denota os embates com os Lundgren. Comissão de trabalhadores, à frente o presidente do sindicato João Batista Fernandes, vai à Delegacia Regional do Trabalho, em João Pessoa, questionar a modificação do calendário de pagamento. Por isso, dirige-se, a Rio Tinto, Luís Medeiros, da D.R.T para entendimentos entre a direção da Fábrica e os operários. Um dos fiscais, Manuel Patrício de Araújo, à reportagem de A União, diz, que os esforços seguem a máxima do Ministro do Trabalho Fernando Nóbrega: “estabelecer a paz social”¹⁵⁸. A tentativa de conciliação dos fiscais da D.R.T é parte da ideologia corporativista, de acordo com estudos:

Um dos pilares da ideologia corporativista, a “paz” ou “harmonia social” era concebida por seus ideólogos como uma consequência da anulação de uma política que priorizasse a luta de classes e a promoção de uma que enfatizasse a cooperação entre trabalhadores e patrões, ou melhor, entre *empregados e empregadores*.¹⁵⁹

Como resultado das mediações, no dia seguinte, o jornal noticia: *Fábrica Rio Tinto atendeu trabalhadores*. A mudança na forma de pagamento não havia sido efetivada, os Lundgren haviam cedido com uma garantia: *obrigação contratual de não dispensar nenhum dos seus empregados e pagá-los o salário mínimo vigente para aquela região*. A atitude conciliatória da direção da Fábrica Rio Tinto chega a bom termo no conflito com os trabalhadores.

O que é, propalado pelo jornal oficial entra em choque com as informações de outro jornal da capital, O Norte, que em 15 de janeiro, noticia na última página: *Operários de Rio Tinto aceitaram os termos de convênio com a Fábrica – Não haverá greve dos quatro mil trabalhadores daquela indústria*. Para o jornal, por trás da mudança de pagamento, a estratégia da fábrica é

¹⁵⁸ Tal lema da “paz social” é utilizado por Juscelino Kubitschek na campanha presidencial de 1955, em alguns momentos específicos, sobretudo, quando se tratava das mobilizações da classe trabalhadora. NEGRO, Antônio Luigi e SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores, Sindicatos e Política (1945-1964)*. In. FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucília de Almeida. (Orgs.) *O Tempo da Experiência Democrática: Da Democratização de 1945 ao Golpe civil-militar de 1964*. Op. Cit.p.69.

¹⁵⁹ FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997, p.52.

prejudicar, principalmente os contratos de trabalho, fato logo percebido pelos operários. Em visita à sede de O Norte, o secretário da Federação dos Trabalhadores das Indústrias, Rivaldo Cipriano Costa, informa sobre a movimentação operária em Rio Tinto: *A fábrica Rio Tinto queria adotar que os salários pagos aos seus operários na base bi-semanal em caráter de adiantamento, e o restante no fim de cada mês com os descontos legais, ou sejam, Institutos, Sindicatos, habitação e etc.*¹⁶⁰

Note-se que, mesmo após acordo homologado, O Norte noticia a continuidade de insatisfação dos operários, que, não aceitam a proposta à revelia do sindicato, e ameaçam entrar em greve, pelo pagamento semanal dos salários. Porém, segundo o jornal, *ficou esclarecido, juridicamente que era impossível o pagamento semanal tendo em vista já ter sido prescrito, o prazo de 2 anos, para a reclamação.*

Em nota, a D.R.T. da Paraíba esclarece os rumos dos acontecimentos, com repercussão nos principais jornais do Estado. Luis Medeiros da DRT, informa que os trabalhadores em assembleia tratam também de reivindicação de pagamento de horas-extras para o serviço noturno:

Cumpre salientar, por outro lado, que à Delegacia Regional do Trabalho não foi dado ao conhecimento de qualquer outra reivindicação do operariado da Fábrica Rio Tinto, embora houvessem comentários durante a sessão dos trabalhadores sobre a majoração de serviço noturno.¹⁶¹

Posteriormente, a Delegacia do Trabalho publica aviso aos empregadores, determinando o cumprimento do pagamento do salário mínimo, sob pena de multa, em cumprimento à CLT¹⁶². Debates sobre o pagamento do salário mínimo na Paraíba são constantes no meio operário:

¹⁶⁰ Operários de Rio Tinto aceitaram os termos de convênio com a Fábrica – Não haverá greve dos quatro mil trabalhadores daquela indústria. O Norte – Órgão dos Diários Associados. 15 de janeiro de 1959.

¹⁶¹ Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. 7ª DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO – PARAÍBA. NOTA OFICIAL. A União, 17 de janeiro de 1959.

¹⁶² Salário Mínimo: Quem não pagar será multado – Aviso da Delegacia do Trabalho. A União. 23 de janeiro de 1959.

Os trabalhadores paraibanos estão inquietos com a atitude dos empregadores que se recusam a pagar o salário mínimo, em suas novas bases a partir deste mês conforme o decreto 45.106 de 26 de dezembro de último. Estou certo de que reagirão a qualquer medida neste sentido da parte dos patrões. Para que se cumpra o decreto presidencial deverão recorrer à Justiça do Trabalho.¹⁶³

Dias depois, os operários de Rio Tinto reclamam diretamente ao Ministro do Trabalho, Fernando Nóbrega que, em visita à Paraíba, passa em Rio Tinto, em fevereiro de 1959. Na sede do Sindicato, segundo reportagem, o ministro *teve oportunidade de ouvir várias reivindicações da classe operária de Rio Tinto, bem como sérias reclamações contra os serviços do IAPI*¹⁶⁴. Iniciam as reclamações à falta de assistência do órgão, objeto de críticas no período.

Parte das reivindicações da classe trabalhadora na Paraíba e em Rio Tinto, ganha destaque na imprensa do Estado, sobretudo, quando, alguns sindicalistas e jornalistas identificados com a causa dos trabalhadores urbanos e rurais, escrevem sobre temas da ordem do dia. Das colunas assinadas por Jório Machado e Luiz Hugo Guimarães, sobressaem os seguintes temas: leis e benefícios da Previdência, salário noturno, mudanças indevidas de horário de trabalho, recomendações aos trabalhadores analfabetos sobre recibos salariais, informações de congressos sindicais, salário mínimo, horas extras, processos de modernização das fábricas, acidentes de trabalho e indenizações.

A modernização das fábricas é uma das preocupações da classe trabalhadora. Em Santa Rita e em Rio Tinto as tecelagens procuram aumento de produtividade. O plano de modernização fabril traz prejuízos aos trabalhadores, como dispensa de mão-de-obra, em virtude do novo maquinário, requerer um número reduzido de trabalhadores.

O processo de automação é alertado por Luiz Hugo Guimarães, apontando para os conteúdos do processo e sua incidência no mundo do trabalho: o consequente desemprego, que traz certa “desumanização” do

¹⁶³ *Reação contra o não pagamento do salário mínimo.* A União. 10 de janeiro de 1959.

¹⁶⁴ *MINISTRO FERNANDO NÓBREGA ESTEVE ONTEM EM RIO TINTO.* A União. 13 de fevereiro de 1959. Um dia antes da visita do Ministro, o governador Pedro Gondim vai à Rio Tinto a convite, e recebe homenagens de dirigentes e de operários.

trabalho que iguala o trabalhador a máquina, tudo à serviço da alta produtividade. Contudo, são pensadas algumas estratégias:

Muitas classes já estão se preocupando em assegurar cláusulas em seus contratos de trabalho prevendo que a instalação ou uso de computadores eletrônicos nas empresas deverá ser precedida de audiência dos órgãos sindicais dos empregados, com o fim de serem amparados com a necessária antecedência os seus direitos profissionais.¹⁶⁵

A eficiência de produção tem antecedente em Rio Tinto: os Lundgren em 1938, à época da Segunda Guerra - em Paulista e em Rio Tinto - buscam maior rentabilidade, com poucos trabalhadores no manejo do maquinário.¹⁶⁶ Os efeitos da automação e o aumento de produtividade são objetos de ação dos operários de Rio Tinto, protocolada na Justiça do Trabalho:

Vários operários de Rio Tinto reclamaram contra a adoção de máquinas de dois lados em vez de um só lado de trabalho. É que a Companhia, querendo aumentar sua produção para maior rentabilidade, conseguindo menor preço para efeito de concorrência, renovou seu maquinário empregando um só trabalhador em vez de dois, como fazia antes.¹⁶⁷

A preocupação com a automação é mais um tema no leque de reivindicações dos operários de Rio Tinto, justamente no período de ascenso das mobilizações na cidade-fábrica. Ainda sobre o processo, Luiz Hugo tece comentário em tom de advertência diante de suposta fatalidade:

É uma fatalidade histórica. Inelutável. Ela virá de qualquer maneira. Cumpre, porém, estudar a fórmula de se evitar o que ocorreu com o aparecimento da máquina na Era Industrial, por falta de planejamento na substituição dos operários. E ainda mais: humanizar a máquina, colocando-a a serviço do homem e nunca o homem a serviço dela.¹⁶⁸

Além do tema da automação, outro sobressai: o pagamento de salário-mínimo. Em julho de 1961, em novo zoneamento do salário mínimo,

¹⁶⁵ *Justiça – Trabalhismo – Sindicalismo. AUTOMAÇÃO.* Luiz Hugo Guimarães. A União, 29 de julho de 1960.

¹⁶⁶ LEITE LOPES, José Sérgio. *A Tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.* São Paulo: Marco Zero, 1988, p.291.

¹⁶⁷ *Justiça – Trabalhismo – Sindicalismo. AUTOMAÇÃO.* Luiz Hugo Guimarães. A União, 29 de julho de 1960.

¹⁶⁸ *Justiça – Trabalhismo – Sindicalismo. AUTOMAÇÃO.* Luiz Hugo Guimarães. A União, 29 de julho de 1960.

Rio Tinto é reclassificada na segunda região da Paraíba. Existia no período, a delimitação em três zonas, com os correspondentes níveis salariais, como informa o jornal A União:

Sobre o Decreto n. 50.502 de 26 de abril de 1961, a constituição da 7^a Região (Estado da Paraíba) na forma abaixo demonstrada. 1^a Subregião CR\$ 5.930,00 João Pessoa e Campina Grande; 2^a Subregião CR\$ 5.280,00 Cabedelo, Rio Tinto e Santa Rita; 3^a Subregião CR\$ 4.800,00.¹⁶⁹

A segunda sub-região concentra maior densidade operária: Santa Rita, com a Fábrica de Tecidos Tibiry, e Cabedelo, com os trabalhadores do Porto. Em razão do rezoneamento de Rio Tinto, da terceira para a segunda sub-região, tem-se a elevação do salário-mínimo de CR\$ 4.800,00 para CR\$ 5.280,00. Os operários logo se mostram inconformados com o não pagamento da diferença salarial¹⁷⁰. Para solução de pagamento da diferença, reúnem-se em Rio Tinto representantes da Federação dos Trabalhadores, do Ministério do Trabalho, dirigentes da fábrica e do sindicato.

Em outra ocasião, cerca de 300 operários tecelões que trabalham por produção, paralisam por curto espaço de tempo, as máquinas da seção de tecelagem. Mais uma vez, denuncia-se o não cumprimento do pagamento semanal, de produção. No jornal O Norte, Luiz Hugo Guimarães registra a movimentação, assinalando que a fábrica havia se comprometido com a proposta dos tecelões, por meio de ofício encaminhado ao sindicato. Na ocasião, com interferência do presidente do sindicato, Antônio Fernandes, em entendimento com os tecelões, negocia-se a volta ao trabalho, enquanto se aguarda decisão da direção da fábrica.¹⁷¹

Ainda em agosto de 1961, após fiscalização do Ministério do Trabalho, em algumas cidades da Paraíba, Souza, Patos, Cajazeiras, Campina Grande e Rio Tinto, constatam-se na fábrica Rio Tinto, irregularidades no cumprimento da legislação trabalhista.

Os fiscais do Ministério lavram seis autos contra a fábrica Rio Tinto, pela comprovação de que os Lundgren burlam as leis trabalhistas: Nessa

¹⁶⁹ *Novo resoneamento do salário-mínimo na Paraíba*. A União, 10 de junho de 1961.

¹⁷⁰ *Operários querem diferença*. A União, 13 de julho de 1961.

¹⁷¹ *PREVIDÊNCIA E SINDICALISMO – NOTAS E NOTÍCIAS. EM CONVERSA – TECELÕES*. Luiz Hugo Guimarães. O Norte, 10 de agosto de 1961.

*inspeção ficou constatado que cerca de 800 operários trabalham clandestinamente, isto é, sem pagar instituto num sistema conhecido como “de emergência” percebendo salários inferiores ao mínimo.*¹⁷² A prática verificada é comum. Em relato sobre o serralheiro Júlio Justino afirma que, de inicio, é colocado para trabalhar em sistema de emergência. Ao referir-se aos trabalhadores desse sistema, declara que *esse pessoal não tinha seção exclusiva.*¹⁷³, exerciam, portanto, variadas funções determinadas pela direção da tecelagem. Para Antônio Martins Delgado, a “emergência” constituía uma forma dos Lundgren, descumprirem certas determinações legais:

Bem, pra dizer a verdade, na época que eu cheguei nos idos de 1945 até 55, mais ou menos, dizer que a legislação era cumprida aqui ao pé da letra não era. Porque havia pessoas que trabalhavam na chamada “emergência”. Essa “emergência” eram pessoas que não tinham carteira assinada e não pagavam, em consequências, os direitos advindos, como seja INPS. O FGTS é de pouco tempo pra cá, mas os que não pagavam INPS, naquela época, eram os chamados “emergenciados”. Trabalhavam na “emergência”, quer dizer, a “emergência” significava um trabalho que não era dentro da fábrica. Mas, que a empresa tinha a obrigação de pagar a eles. Pagavam numa folha, em um recibo à parte, só não fazia o desconto do INPS.¹⁷⁴

Em fins de 1961, o pagamento do salário-mínimo dos operários que trabalham por produção, é mais um descumprimento da fábrica.¹⁷⁵ Reclamação de trabalhadores, em constantes reivindicações, desde 1958, diz respeito ao serviço do IAPI – Instituto da Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Em 1960 há a criação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, em decorrência dos debates em âmbito nacional, como afirma Ângela de Castro Gomes: *O novo formato organizacional da pasta do Trabalho*

¹⁷² PREVIDÊNCIA E SINDICALISMO – NOTAS E NOTÍCIAS. EM CONVERSA – RIO TINTO. Luiz Hugo Guimarães. O Norte, 20 de agosto de 1961.

¹⁷³ Júlio Justino da Silva – 78 anos. Rio Tinto, julho de 2005.

¹⁷⁴ Antônio Martins Delgado, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Rio Tinto (1976-1986). Entrevista realizada por Silvio Frank Allem e Maria Bernadete F. de Macedo. Rio Tinto, 24 de maio de 1984. In.: MACÉDO, Maria Bernadete Ferreira de. *Inovações Tecnológicas e Vivência Operária – O caso de Rio Tinto 1950-1970.* Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia da UFPB. João Pessoa, 1986. Vol.II – Cronologia e Anexos. Anexo n.07, p.282.

¹⁷⁵ RIO TINTO: SALÁRIO MÍNIMO CRIA IMPASSE ENTRE OPERÁRIOS E DIRIGENTES DA FÁBRICA. A União, 21 de novembro de 1961.

*demonstra a importância crescente das questões da previdência social no Brasil.*¹⁷⁶

Em 1962, os problemas do IAPI se avolumam, como também as severas críticas, inclusive, denúncias do Deputado José Joffily, do Partido Socialista Brasileiro – PSB. José Joffily publica, na segunda metade de 1962, no Correio da Paraíba, a coluna *OPOSIÇÃO*, onde registra os problemas da classe trabalhadora na Paraíba. De responsabilidade do comitê eleitoral, *OPOSIÇÃO* denuncia os péssimos serviços do IAPI, e destaca que o *IAPI DE RIO TINTO ESTÁ A SERVIÇO DA FÁBRICA*. A inoperância denunciada em Rio Tinto é também praticada em âmbito nacional, onde este órgão, criado no inicio dos anos 1950, *tem sua história marcada pela ineficiência e pelo clientelismo, especialmente a partir do momento em que o número de industriários cresce aceleradamente nos anos 50.*¹⁷⁷

A constatação deve-se à denúncia dos operários, quanto ao recebimento de benefícios, negado pelo instituto. Há uma pactuação de interesses da fábrica com dirigentes do IAPI. Alguns operários são citados na coluna de Joffily, prejudicados na concessão de benefício, como José Francisco de Assis e Severino José dos Santos. O último, intoxicado na seção de tinturaria, há mais de 10 anos pleiteia aposentadoria, invariavelmente negada, mesmo com verificação de impossibilidade física de retorno ao trabalho:

O operário tem todas as condições para ser aposentado, mas como a fábrica prefere que ele morra antes do benefício, vem pressionando o IAPI para limitar-se ao expediente de “ganhar tempo” exigindo do operário um exame médico mensal, que nunca chega a uma conclusão.¹⁷⁸

¹⁷⁶ GOMES, Ângela de Castro. *O “ministério da revolução”*. In: SOUZA, Amaury de (et.al.) e GOMES, Ângela de Castro (org.). *Trabalho e Previdência: 60 anos em debate*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1992, P.10.

¹⁷⁷ COHN, Amélia. *Previdência social e processo político no Brasil*. São Paulo: Ed. Moderna, 1980, p.25.

¹⁷⁸ *IAPI DE RIO TINTO ESTÁ A SERVIÇO DA FÁBRICA. OPOSIÇÃO (Responsabilidade do comitê José Joffily)*. Correio da Paraíba, 11 de setembro de 1962.



Figura 15 -. Coluna *OPOSIÇÃO* de José Joffily, com denúncias aos serviços prestados pelo IAPI aos operários em Rio Tinto. Jornal Correio da Paraíba – 11 de setembro de 1962.

A tecelã Amélia Teixeira da Silva, trabalhadora há 22 anos, tem, negado o pagamento de benefício. A notícia enfatiza a precária condição social dos trabalhadores, agudizada pelo procedimento do instituto de pensões: *Desde que foi retirada do trabalho, com direito à pensão, a tecelã de Rio Tinto ainda não recebeu um tostão do Instituto obrigando-se a pedir esmolas para manter os filhos e o marido paralítico.*¹⁷⁹

As reivindicações dos trabalhadores de Rio Tinto e da Paraíba, são expostas em importantes espaços de organização e afirmação de agendas de mobilização sindical: os encontros sindicais (1958, 1959, 1960 e 1962),

Em 1958, acontece, em João Pessoa, o I Congresso dos Trabalhadores da Paraíba, entre 10 e 13 de maio, com cento e cinqüenta delegados sindicais e cerca de oitocentos operários¹⁸⁰. Dentre as delegações, destaque para os trabalhadores de Rio Tinto, Santa Rita e Campina Grande. Os temas giram em torno de direitos ao abono de natal, férias, quinquênio e

¹⁷⁹ TECELÃ PEDE ESMOLAS PORQUE IAPI NÃO PAGA. *OPOSIÇÃO* (Responsabilidade do comitê José Joffily). Correio da Paraíba, 11 de setembro de 1962.

¹⁸⁰ I CONGRESSO SINDICAL DOS TRABALHADORES DA PARAÍBA. Correio da Paraíba, 04 de maio de 1958.

salário-mínimo, além de abordagem de questões de previdência e direito de greve.

Destaque-se nos Congressos, a tentativa do Governador Pedro Gondim, de estreitar laços com a classe operária da Paraíba. A presidência de Gondim, na solenidade de abertura e de encerramento, denota sua articulação e proximidade dos trabalhadores. Assim, anota o Correio da Paraíba, na abertura do congresso: *Falou o governador Pedro Gondim, que disse do alto sentido social daquela reunião, destacando a participação do trabalhador paraibano na atual conjuntura sócio-econômica do Estado.*¹⁸¹

Na sessão de encerramento do primeiro Congresso, é apresentada pelo presidente da comissão organizadora, Luiz Hugo Guimarães, *moção de aplausos ao governador Pedro Gondim por motivo de sua forte atuação diante dos problemas dos trabalhadores paraibanos.*¹⁸² Posteriormente, o jornal A União publica a homenagem do Governador aos trabalhadores paraibanos, com coquetel oferecido aos representantes de sindicatos operários.¹⁸³ Os laços cada vez mais estreitados com a classe trabalhadora são decisivos para sua reeleição em 1960.¹⁸⁴

Na cidade-fábrica de Rio Tinto, organiza-se o Encontro de Operários Têxteis da Paraíba, a que confluem delegados operários e entidades representativas. Reúnem-se trabalhadores têxteis de Campina Grande, Santa Rita e Areia. A escolha de Rio Tinto como sede do conclave, é *em virtude de ser aquele centro fabril, depois de Paulista, em Pernambuco, a que maior número de operários reúne, nos Estados vizinhos.*¹⁸⁵ Neste encontro se dá a escolha de delegação, para representar a Paraíba em Congresso, em São Paulo. O fato demonstra quanto o movimento operário encontra-se em consonância com os debates da classe em encontros de diversas regiões do país.

¹⁸¹ *Instalado o 1º Congresso dos Trabalhadores da Paraíba.* Correio da Paraíba, 11 de maio de 1958.

¹⁸² *Encerrado (ontem) o I Congresso dos Trabalhadores da Paraíba.* A União, 14 de maio de 1958.

¹⁸³ *Governo presta homenagem aos trabalhadores.* A União, 14 de maio de 1958.

¹⁸⁴ MELLO, José Octávio de A. *Paraíba: Populismo Radical, Mobilização Direitista e Desenlace.* In. 1964: *A dimensão global (Formação do movimento brasileiro de 64).* João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB, 1997, p.86.

¹⁸⁵ *Encontro de operários têxteis paraibanos domingo próximo na cidade de Rio Tinto – Encontro de Operários em Rio Tinto.* O Norte, 03 de abril de 1959.



Figura 16 – Manchete de última página, em que se anuncia o Encontro de Operários Têxteis paraibanos, em Rio Tinto. Jornal O Norte (PB) – 03 de abril de 1959.

Outro encontro estadual realiza-se em 1960, na cidade de Campina Grande, e reúne diversas representações sindicais com a presença de autoridades políticas nacionais, como o Marechal Teixeira Lott e o vice-presidente João Goulart. Os debates giravam em torno *dos problemas da maior atualidade das classes operárias*, conforme o registro do jornal.¹⁸⁶

Outro encontro ocorre em 1962, realiza-se em Rio Tinto o III Encontro Sindical dos Trabalhadores da Paraíba, o que comprova a importância daquele centro fabril, em que a organização operária, apresenta um forte conteúdo de mobilização e organização. Em janeiro de 1962, Luiz Hugo Guimarães, informa a escolha da cidade-fábrica, para sede do Congresso de Trabalhadores. Assinala a participação de nove Ligas Camponesas¹⁸⁷, em debates sobre sindicalização rural, bem como de questões dos trabalhadores do campo, especialmente Reforma Agrária.

¹⁸⁶ II Congresso dos Trabalhadores começa, hoje, em Campina Grande. A União, 28 de maio de 1960.

¹⁸⁷ PREVIDÊNCIA E SINDICALISMO – NOTAS E NOTÍCIAS. CONGRESSO EM RIO TINTO. Luiz Hugo Guimarães. O Norte, 17 de janeiro de 1962.



Figura 17 -. Notícia de última página referente ao Encontro Sindical dos Trabalhadores da Paraíba na cidade-fábrica Rio Tinto. Jornal A União (PB) – 26 de abril de 1962.

A decisão sobre Rio Tinto é tomada pelo COSINTRA - Conselho Sindical dos Trabalhadores, na Federação dos Trabalhadores da Indústria do Estado da Paraíba¹⁸⁸. Os debates sobre a sede do encontro, é descrito pelo militante comunista, o sapateiro José Peba Pereira dos Santos: *Havia alguns que defendiam a realização em Guarabira; outros em Sapé, um lugar onde havia uma concentração de camponeses e companheiros ligados às lutas camponesas. Era a força do campo que começava a ter voz.*¹⁸⁹ Na votação, José Peba defende ardorosamente a escolha de Rio Tinto. Para Luiz Hugo, é *uma homenagem ao maior parque operário do Estado.*¹⁹⁰ No congresso, a participação de trabalhadores urbanos, bancários, ferroviários, sapateiros, contabilistas e camponeses.

Delegações e representantes sindicais tornam Rio Tinto um centro de confluência da esquerda paraibana, de sindicalistas urbanos e camponeses, que acolhe, sessenta Delegados Sindicais, em representação de 17 mil

¹⁸⁸ Congresso de Trabalhadores será mesmo em Rio Tinto. A União, 13 de fevereiro de 1962.

¹⁸⁹ AUED, Bernadete Wrublevski. O sapateiro militante: José Peba Pereira dos Santos. Campina Grande: EDUEPB, 2006, p. 325.

¹⁹⁰ PREVIDÊNCIA E SINDICALISMO – NOTAS E NOTÍCIAS. I Encontro Sindical dos Trabalhadores. Luiz Hugo Guimarães. O Norte, 29 de abril de 1962.

trabalhadores. Estão presentes sindicatos de João Pessoa, Cabedelo, Santa Rita, Bayeux, Campina Grande, Souza, Sapé e Mamanguape, deles com grande quantidade de sindicalizados, deles com poucos filiados: são *indústrias sem possibilidade de aumentar suas atividades*,¹⁹¹ sindicato dos trabalhadores do fumo, com 35 filiados, e dos trabalhadores de pesca e extração de óleo de baleia, com 86 sindicalizados.

Os debates se dão na sede do Sindicato dos Trabalhadores têxteis de Rio Tinto, com o seguinte temário: situação política e o movimento sindical paraibano; Sindicalização Rural; Previdência Social; Plano para conquista das reivindicações sindicais no Estado da Paraíba; participação da Paraíba na III Conferência Sindical Nacional, a se realizar na primeira quinzena de agosto.

¹⁹² O forte dos debates se concentra nas reformas de base e aliança entre operários e camponeses:

Todos os participantes da mesa discursaram sobre o evento pregando a união da classe trabalhadora para a conquista das reformas de base que estavam em debate no país. A união dos trabalhadores da cidade com os camponeses era o tema mais forte da maioria dos discursos.¹⁹³

Em destaque, o discurso de Aluízio Campos, candidato ao Senado, com apoio das esquerdas, ressaltando unidade de ação entre operários e camponeses da Paraíba e a luta pelos direitos:

Os camponeses precisam da solidariedade do proletariado das cidades para alcançar os benefícios sociais e a assistência indispensáveis à melhoria das suas condições de trabalho e dos seus níveis de vida. Todos que trabalham, qualquer que seja a sua categoria, tem direito a educação, alimentação adequada, saúde, boa habitação, remuneração suficiente e crédito para viver e produzir dignamente. E os movimentos associativos na luta pacífica por estas reivindicações, dentro da ordem democrática, merecem o apoio e o incentivo de quantos realmente respeitam e prezam seus semelhantes.¹⁹⁴

¹⁹¹ PREVIDÊNCIA E SINDICALISMO – NOTAS E NOTÍCIAS. Luiz Hugo Guimarães. O Norte, 04 de maio de 1962.

¹⁹² PREVIDÊNCIA E SINDICALISMO – NOTAS E NOTÍCIAS. I Encontro Sindical dos Trabalhadores. Luiz Hugo Guimarães. O Norte, 29 de abril de 1962.

¹⁹³ GUIMARÃES, Luiz Hugo. *Memória Sindical: I Encontro Sindical dos Trabalhadores paraibanos*. In: Revista do IHGP. João Pessoa: Universitário-UFPB, v.27, set.1995. p.237.

¹⁹⁴ União dos Trabalhadores dos Campos e das Cidades: Mensagem de Aluízio!. A União. 29 de abril de 1962.

No congresso destaca-se o tema Sindicalização Rural quando as delegações de Mamanguape, Sapé e Mari relatam *fatos de agressão dos proprietários de terras aos camponeses portadores de Carteira da Liga*.¹⁹⁵ Por extensão, o tema Reforma Agrária também tem lugar nos debates. Atente-se para o fato de que os Lundgren também são donos de extensas propriedades rurais e, ao lado das famílias Ribeiro Coutinho, na região de Sapé e dos Velloso Borges no brejo (Alagoa Grande e região), formam os maiores latifundiários da Paraíba.

O término do Encontro em Rio Tinto coincide estrategicamente com o 1º de Maio, dia do trabalhador. Importante lembrar que as comemorações de Primeiro de Maio de 1961 e 1962 são organizadas em Rio Tinto entre a Fábrica e o Sindicato. Se em 1961, a prefeitura (leia-se a fábrica) - na gestão de Arthur Lundgren – organiza comemorações da data máxima dos trabalhadores, em 1962, o Sindicato têxtil faz a celebração, com intenções bem diferentes. A respeito do Dia do Trabalho na cidade-fábrica, informa o ex-presidente do sindicato José Antônio da Silva: *Primeiro de Maio em Rio Tinto nunca faltou uma festa, primeiro no tempo da Companhia quem organizava era ela, depois a Companhia afastou um pouco, então o Sindicato e a Prefeitura organizaram.*¹⁹⁶

Em 1961, o Primeiro de Maio é patrocinado pela Prefeitura. Seu caráter festivo tem amplo destaque no jornal A União, que noticia: desfiles, provas desportivas, salva de 21 tiros, hasteamento da Bandeira Nacional, inauguração da Agência de estatística do IBGE e o calçamento da Avenida Santa Elizabeth, segundo A União, *uma das maiores realizações da administração Arthur Lundgren-Severino Silva Santos.*¹⁹⁷ A Avenida Santa Elizabeth¹⁹⁸ dá acesso ao bairro operário de Vila Regina, 2 km do centro de Rio Tinto, onde, além da fábrica, há salas de tecelagem, e onde está o Palacete – casa de hospedagem dos Lundgren, em passagem por Rio Tinto. Possivelmente, a intenção da fábrica ao calçar a avenida, é o acesso dos

¹⁹⁵ GUIMARÃES, Luiz Hugo. Op. Cit. p.238.

¹⁹⁶ José Antônio da Silva – 78 anos. Rio Tinto, novembro de 2006.

¹⁹⁷ *Comemorações do “Dia do Trabalho” no município de Rio Tinto.* A União, 06 de maio de 1961.

¹⁹⁸ A Avenida Santa Elizabeth tem esse nome, em referência a Ana Elizabeth Stonzenwald Lundgren, esposa de Herman Lundgren.

operários ao local de trabalho, mais rápido, sem demora, para cumprimento de horário rigoroso das seções na Vila Regina.

O Deputado Estadual Eduardo Ferreira - parente dos Lundgren, da bancada de sustentação do Governo Pedro Gondim - *reportou-se à significação do “Dia do Trabalho” e a importância dos trabalhadores na vida hodierna das nações, prestando também, uma homenagem a memória do ex-presidente Getúlio Vargas.* Em rito final, os Lundgren oferecem recepção no “Rio Tinto Tênis Clube” e na residência do casal Eduardo e Alice Ferreira Lundgren. O almoço é exclusivo aos convidados civis, eclesiásticos e militares. Os trabalhadores observam de longe a festa dos Lundgren e ilustres convidados.

Já as comemorações de Primeiro de Maio de 1962, em Rio Tinto têm outras conotações, pois acontecem com o encerramento do Encontro dos Trabalhadores paraibanos. Diferentemente de 1961, o ato comemorativo de 1962 é organizado pelo Sindicato Têxtil de Rio Tinto, em que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores urbanos e rurais é posta em destaque. O cronograma de encerramento do Encontro, no dia do Trabalho, é reproduzido n'A União:

DIA DO TRABALHO

O 1º Encontro dos Trabalhadores Paraibanos se encerrará no Dia do Trabalho, sendo celebrada missa campal às 3hs, pelo Reverendo da Freguesia de Rio Tinto.

Às 8hs, terá lugar o encerramento solene do Encontro Sindical e às 10hs sairão todas as delegações com destino a João Pessoa, a fim de se incorporarem os trabalhadores à passeata camponesa marcada para aquele dia.¹⁹⁹

Ainda neste ano, os camponeses fundam, em novembro a Liga Camponesa de Rio Tinto, em aliança com os operários da fábrica, em oposição cerrada aos (des) mandos dos Lundgren na região. O Congresso de Trabalhadores é momento de significação, na organização dos sujeitos coletivos, com uma pauta de reivindicação e debates de questões de mobilização de classe: unidade operário-camponesa, apoio às reformas de

¹⁹⁹ *Primeiro Encontro dos Trabalhadores da Paraíba no Dia do Trabalho.* Correio da Paraíba, 26 de abril de 1962.

Base, garantia e ampliação de direitos trabalhistas, sindicalização rural, entre outros.

O amplo temário que inclui condições de vida e trabalho, participação política e sindicalização rural, é evidenciado por Lucília Delgado,²⁰⁰ ao apontar que, no interstício 1963/1964, às reivindicações dos trabalhadores brasileiros, adicionam-se conteúdos políticos, na linha adotada pelo C.G.T – Comando Geral dos Trabalhadores, de quem o Sindicato Têxtil de Rio Tinto segue orientação.

Portanto, a movimentação dos trabalhadores de Rio Tinto no período estudado aponta para momento significativo de sua história, haja vista, as conquistas e a pressão exercida ao patrão, levando em conta as experiências nos primeiros anos da década de 1930. O contexto social da época, desde o cenário nacional ao local, somados atuação de um sindicato combativo, favorecem o ascenso na mobilização dos trabalhadores, bem como da Justiça do Trabalho na luta pela garantia de seus direitos.

²⁰⁰ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil – 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 153

Capítulo II - ESTRATÉGIAS DE REIVINDICAÇÃO OPERÁRIA: OS USOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Em edição de 31 de janeiro de 1959, o jornal A União veicula notícia acerca do fechamento de onze fábricas de tecidos no nordeste. É a crise no setor têxtil da região, de consequências diretas para a classe trabalhadora, uma vez que, o setor em crise acarreta demissões, e o processo de modernização requerido com a aquisição de modernos equipamentos também espalha o fantasma do desemprego.

Em Rio Tinto, as décadas de 1950 e 1960, são momentos singulares para a história da fábrica e do movimento operário. A primeira atravessa uma crise, devido à concorrência com as modernas fábricas têxteis do sul/sudeste. O segundo, ao agregar novos espaços de luta por direitos, a Justiça do Trabalho.

A modernização das tecelagens do nordeste é parte da política de financiamento para o setor, idealizada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE - e do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN. É a política do nacional-desenvolvimentismo, em que o incremento do desenvolvimento regional, está na ordem do dia. A industrialização da região, como projeto do governo Juscelino Kubitschek e das elites regionais, parte do pressuposto de que o atraso econômico deste *território de desejos*, “barra” o desenvolvimento do Brasil, como observa a historiadora Socorro Rangel:

O Nordeste era um território privilegiado desses desejos de mudança, e a necessidade de encontrar alternativas que resolvessem essas diferenças regionais garantindo a continuidade do processo de industrialização – que desde a década de 30 mobilizava a nação – criou pelo menos um lugar de unidade: a urgência de adaptar o Brasil atrasado às novas exigências do desenvolvimento nacional, pois, para além das dificuldades estruturais, a conjuntura colocava o país numa situação de impasse: altos índices de inflação, queda real dos salários, escassez das divisas, queda das taxas de acumulação industrial, dificuldades de escoamento da produção agrícola – em especial do café e do açúcar – e, coroando tudo isso, mais uma grande seca no Nordeste.²⁰¹

²⁰¹ RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da Morte, Esperança de Vida; Uma História das Ligas Camponesas na Paraíba*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História - UNICAMP.

Do mesmo modo, outra observação ressalta que o projeto de modernização da Indústria têxtil, e de outros setores na região nordeste,

Constitui parte integrante da política de industrialização, que fundamentalmente estava voltada para a criação de um centro dinâmico de produção manufatureira no Nordeste. Este centro constituía a proposição estratégica que visava a superação da economia primário-exportadora, cuja dinâmica era dada, pela exportação do açúcar, algodão e cacau.²⁰²

O debate sobre as proposições consideradas estratégicas para o Nordeste e, mais especificamente, sobre a situação da indústria têxtil, tem repercussão na imprensa paraibana. O jornal A União publica análise do político paraibano Aloísio Campos. *O assunto requer medidas imediatas*, assim disse, ao criticar a política cambial em vigor, em entrevista no Rio de Janeiro a jornalistas nordestinos. Para ele, as medidas econômicas, resultam do equívoco em desconsiderar as desigualdades regionais, sempre, no seu entender, em prejuízo do Nordeste: *Conseqüências do erro de considerar o Brasil como um só sistema econômico tomando-se medidas sem considerar as peculiaridades do Nordeste! Com tais medidas desenvolve-se o Sul e ocorre a involução do Nordeste.*²⁰³

A repercussão da crise da indústria têxtil no nordeste, a diminuição do número de fábricas bem como de políticas de financiamento, ganha destaque no jornal católico A Imprensa:

A indústria têxtil nordestina vem enfrentando graves problemas. Algumas fábricas cessaram suas atividades em 1959 em decorrência de dificuldades que se vinham a indústria. O Banco do Nordeste iniciou estudos sobre a indústria têxtil, os quais têm prosseguimento com a sua cooperação técnica e financeira, na SUDENE. De acordo com os dados disponíveis, em 1956 funcionavam regularmente, na área, 636 estabelecimentos têxteis, que ocupavam mais de 5 mil pessoas. Em 1957, se fecharam 82 desses estabelecimentos. As empresas de beneficiamento e preparo de fibras foram as que mais sofreram, com 69 unidades paralizadas nesse período. O grupo de

Campinas, Agosto de 2000. Sobre esse debate ver em especial a primeira parte – *Território de Desejos e os dois subitens – Uma Região Trágica e suas Zonas de Perigo e Um Momentoso Problema*.

²⁰² GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução a Formação econômica do Nordeste (Da articulação comercial à integração produtiva)*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1989, p. 191.

²⁰³ Fecharam onze Fábricas de Tecidos no Nordeste. A União, 31 de janeiro de 1959.

beneficiamento de algodão teve o número de estabelecimentos diminuído.²⁰⁴

É de se observar que as notícias não fazem referência às consequências da crise para a classe trabalhadora. Equipamentos obsoletos em decorrência com o moderno maquinário das fábricas têxteis do sul e sudeste do país: esta é a situação das tecelagens no nordeste, e especificamente, da Companhia de Tecidos Rio Tinto. Em 1960, a SUDENE elabora o I Plano Diretor, espécie de diagnóstico do setor têxtil; baseado em levantamento iniciado em 1957 pelo CODENO - Conselho de Desenvolvimento do Nordeste. Do documento ressaltam as informações sobre a mecanização e produtividade do setor têxtil e incidência no mundo do trabalho:

Segundo o documento, dos 22.476 teares nordestinos que estavam em operação durante a pesquisa feita, 90% eram mecânicos e os restantes automáticos. Aliados ao uso intensivo de teares mecânicos, concorriam para a redução da produtividade e perda da competitividade da indústria nordestina os seguintes fatores:

- A resistência operária a inovações nos hábitos de trabalho;
- Desconhecimento do tempo indispensável para a troca de lançadeira e para a emenda dos fios;
- Falta de conhecimento e efetivo controle de tempo das paradas ocasionais, decorrentes de processamentos inadequados em etapas anteriores;
- A fixação de prêmios, em níveis de produção elevados, nem sempre compensados o esforço despendido pelo operário.²⁰⁵

Está claro o que quer expressar a “resistência operária”: a modernização das máquinas traz consequências drásticas, como diminuição do número de trabalhadores, com as demissões em marcha. Em nome da competitividade e do tempo de trabalho, a fábrica Rio Tinto, tem novos equipamentos, máquinas modernas funcionando ao lado das antigas.

Em 1961, concretiza-se pela SUDENE o financiamento do setor têxtil. Em outubro, mais uma vez, o jornal A União registra reunião em Fortaleza, onde se anuncia a liberação de três milhões de cruzeiros para as indústrias

²⁰⁴ *Indústria Têxtil no Nordeste*. A Imprensa, 25 de setembro de 1960.

²⁰⁵ MACÉDO, Maria Bernadete. *Inovações Tecnológicas e Vivência Operária – O caso de Rio Tinto (1950-1970)*. Dissertação de Mestrado em Economia - UFPB, João Pessoa, Março de 1986, p.30-31.

têxteis do Nordeste, entre elas, a Fábrica Rio Tinto.²⁰⁶ Dois anos depois, se autoriza novo empréstimo, via SUDENE, conforme o jornal A Imprensa:

Foi autorizada como parte do Programa de Reequipamento da Indústria Têxtil do Nordeste, em execução pelo BNB, consoante convênio firmado com a SUDENE. A execução do projeto tem por finalidade promover o reequipamento do conjunto industrial da empresa, mediante substituição e reforma de máquinas obsoletas e formação de capital de trabalho um montante compatível com as necessidades previstas.²⁰⁷



Figura 18 – Tomada de uma das frentes da Fábrica de Tecidos Rio Tinto. Chegada de novas máquinas na Fábrica Rio Tinto. Primeira metade da década de 1960. Arquivo Antônio Luiz (Rio Tinto - PB).



Figura 19 – Uma das ruas principais de Rio Tinto, Rua da Mangueira. Caminhões trazendo novo maquinário para a fábrica. Primeira metade da década de 1960. Arquivo Antônio Luiz (Rio Tinto - PB).

²⁰⁶ Sudene vai financiar Indústrias Têxteis do Nordeste. A União, 21 de outubro de 1961.

²⁰⁷ Autorizado novo empréstimo para reequipamento da Indústria Têxtil. A Imprensa, 17 de fevereiro de 1963.

Da expansão e modernização, vai-se rapidamente à contenção de despesas e demissão de centenas de operários, transformando o ambiente fabril, nesses anos, agregando novos temas à agenda de reivindicação e luta operária em Rio Tinto. O processo de modernização da fábrica leva à demissão: o contingente operário, antes do programa, nas seções de fiação e tecelagem, é em média de aproximadamente 2.300 operários, reduzido, com o programa de reequipamento, para 1.570 operários.²⁰⁸

Os Lundgren, nesse interregno, procuram inserir nova estratégia de diminuição do número de trabalhadores. A fábrica põe em prática medidas, desde a rescisão de contratos de trabalho, até a ação de despejo na vila operária, dos trabalhadores demitidos. A Justiça do Trabalho e as ações movidas contra os patrões dão nova feição às reivindicações operárias.

A Justiça do Trabalho se torna lugar de queixas e reclamações dos trabalhadores da fábrica de tecidos Rio Tinto. Importa ressaltar que desde o começo dos anos 1950 os operários utilizam esse novo espaço de luta. Entre 1959 a 1964, a ocorrência de processos movidos contra a fábrica, é significativa. Em contexto nacional, segundo Ângela de Castro Gomes:

Grosso modo, portanto, 1951 a 1964 ocorreu um significativo crescimento da força do movimento sindical, que se utilizou dos dois instrumentos principais que possuía para lutar pela aplicação e ampliação dos direitos do trabalho: as greves e o recurso à Justiça do trabalho.²⁰⁹

Ao lidar portanto com esta tipologia de fontes processos trabalhistas, ações públicas de furto, processos criminais e cíveis sobressae o diálogo entre a História Social e o Direito. Esse diálogo tem relevante contribuição para o exame de novos temas e novas abordagens na História Social. Como se observa, nos estudos sobre escravidão e trabalhadores urbanos e rurais, que utilizam documentos produzidos no âmbito da justiça, em Silvia Hunold Lara:

²⁰⁸ MACÊDO, Maria Bernadete. Op. Cit. p.99 e 100.

²⁰⁹ GOMES, Ângela Maria de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000, p. 48. (Descobrindo o Brasil).

De um lado, os estudos sobre a experiência dos escravos e dos trabalhadores livres no Brasil incorporaram questões relacionadas às leis, à justiça e ao Direito em sua pauta de problemas: as lutas dos escravos pela liberdade, a ação dos advogados abolicionistas, os direitos reivindicados com base na legislação pelos operários a partir dos anos 1930, entre tantos outros temas, tem recebido a atenção de vários historiadores. De outro, as lutas sociais que acompanharam o debate das idéias jurídicas foram despertando um interesse cada vez maior dos pesquisadores. Nos últimos anos, acompanhando mudanças teóricas e metodológicas, os profissionais de cada lado tem estado cada vez mais curiosos para saber o que se passa no terreno do vizinho.²¹⁰

No campo da História Social, destaca-se a contribuição seminal, no livro *Senhores e Caçadores*, de E. P. Thompson, *obra fundante de uma história social do direito, que se colocam as condições para a elaboração que traz a lei e a questão dos “direitos” para os estudiosos das relações de classe.*²¹¹ Os processos analisados neste capítulo demonstram as formas como empregadores e empregados, diante da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT – travam luta jurídica de redefinição de relações, no período entre 1959 e 1964, quando as ações se avolumaram. Para os processos analisados, em ação individual na Justiça os trabalhadores, pressionavam e apresentavam testemunhas e argumentos convincentes para desmontar as ações interpostas pela administração da fábrica.

2.1. Ações de Reintegração e Despejo: resistência operária.

Em 1960 a operária Maria do Carmo Silva é tecelã na Fábrica de Tecidos Rio Tinto. Contudo, problemas de saúde, diagnosticados pela perícia médica do Instituto de Assistência Previdenciária dos Industriários - IAPI terminam por afastá-la do trabalho. Como procedimento comum é atestada sua inaptidão concedendo aposentadoria provisória.

Passados três anos se recuperando, a tecelã em maio de 1963 se dirige a sede do IAPI em Rio Tinto, para nova perícia médica que comprova seu restabelecimento físico. De posse de laudo do instituto, a tecelã se dirige à

²¹⁰ Mais do que simples encontros. Silvia Hunold Lara. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 2, n. 17. Rio de Janeiro, fevereiro de 2007, p.98.

²¹¹ FORTES, Alexandre. *O Direito na obra de E.P.Thompson*. História Social. Revista de Pós-Graduação em História. N.2, p.89-111. IFCH. Unicamp. Campinas, São Paulo, 1995.

fábrica para reassumir suas funções. Ao procurar a direção para o retorno ao trabalho, devido à recuperação de seu estado de saúde, escuta um comunicado ríspido: *Não precisamos mais dos seus trabalhos!*. O diretor complementa informa que seu contrato de trabalho havia sido rescindido e que receberia uma indenização pelos anos trabalhados.

Sem titubear, Maria do Carmo se recusa a receber a indenização. Sai da fábrica e se dirige ao Sindicato Têxtil, procurando o advogado José Gomes da Silva, com o propósito de acionar judicialmente a tecelagem, visando readmissão ao trabalho. Ao decidir pela ação, demonstra estar ciente de que as leis trabalhistas a amparam, posto que, é empregada com mais de dez anos de serviço, sendo estável. E pela lei, a fábrica estava impedida de rescindir tal contrato de trabalho. A luta de Maria do Carmo é para fazer a lei ser cumprida, um embate para permanecer em seu posto de trabalho.

A história deste processo de Maria do Carmo, contra a medida ilegal da tecelagem, evidencia uma articulada ação dos trabalhadores na busca por direitos, tendo como suporte a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Deste modo, a procura da Justiça pelos trabalhadores, se dá inicialmente na Comarca de Mamanguape, depois nas Juntas de Conciliação e Julgamento em João Pessoa e no Fórum de Rio Tinto - criado em 1959. Estes são utilizados como possíveis espaços de luta, mediante ações coletivas e individuais, na busca de direitos. O fato é observado por Leite Lopes, entre trabalhadores da cidade-fábrica de Paulista:

No período do final dos anos 40 e de toda a década de 50, o recurso dos operários à lei e à justiça para a reivindicação dos seus direitos torna-se um fenômeno descentralizado e coletivo, desfechando-se massivamente sobre uma justiça trabalhista burocraticamente estruturada, e de capacidade de resolução lenta.²¹²

Antes da criação das Juntas de Conciliação, os operários ajuizam ações na Comarca de Mamanguape. Nos anos de 1951 e 1952, os trabalhadores recorrem a Junta de Conciliação na capital. A tramitação dos processos, em João Pessoa, e não mais em Mamanguape, pode ser entendida como estratégia dos Lundgren. O fato acontece também em Paulista e sobre a

²¹² LEITE LOPES, José Sérgio. *A Tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988, p.359.

tática, o jornal Folha do Povo, em edição de abril de 1952, registra: *Em Rio Tinto, quando os Lundgren conseguiram transferir o julgamento das questões da alçada da justiça comum da cidade para as juntas de conciliação e julgamento de João Pessoa. Devido a distância, os operários deixaram de fazer reclamações.*²¹³

Nos dois primeiros anos da década de 1950, a movimentação dos operários de Rio Tinto na Junta de Conciliação e Julgamento, é evidente. No jornal A União, nesses anos, há o registro, semanal e/ou quinzenal dos resultados das audiências, onde os processos são julgados procedentes, em favor dos operários; outros arquivados ou homologados por desistência. Estes processos seriam fontes primordiais, contudo, no Arquivo das Varas do Trabalho, em João Pessoa, foram preservados poucos processos das décadas de 1950 e 1960: *foram incinerados, pois, não tinha como acondicioná-los*, assim afirma o funcionário, frustrando intentos de pesquisa.

Sobre preservação de arquivos da história dos trabalhadores no Brasil, sobretudo de arquivos trabalhistas e judiciários, a desculpa do funcionário de que a Justiça do Trabalho não tem condições de arquivar por um longo período os processos é objeto da reflexão de experiência similar de Sidney Chalhoub:

Hoje, tempo de precarização, de perda de direitos dos trabalhadores, ouço a cada dia notícias e rumores sobre a destruição de autos da Justiça do Trabalho país afora. O foro está abarrotado, segundo a cantilena. Isto numa época em que há recursos tecnológicos de sobra para compactar e preservar o patrimônio documental da nação.²¹⁴

No arquivo das Juntas do Trabalho, são conservados sete processos: de trabalhadores do Porto de Cabedelo, da Indústria da pesca e da extração do óleo da baleia da cidade de Santa Rita, da indústria de cimento, cal e gesso de João Pessoa, da Companhia de Tecidos paraibana, em Santa Rita. São ações de: aviso prévio, décimo terceiro salário, diferença salarial e férias. Um processo de Rio Tinto, diz respeito à ação de reintegração movido pela tecelã Maria do Carmo Silva, tendo como advogado José Gomes da Silva.

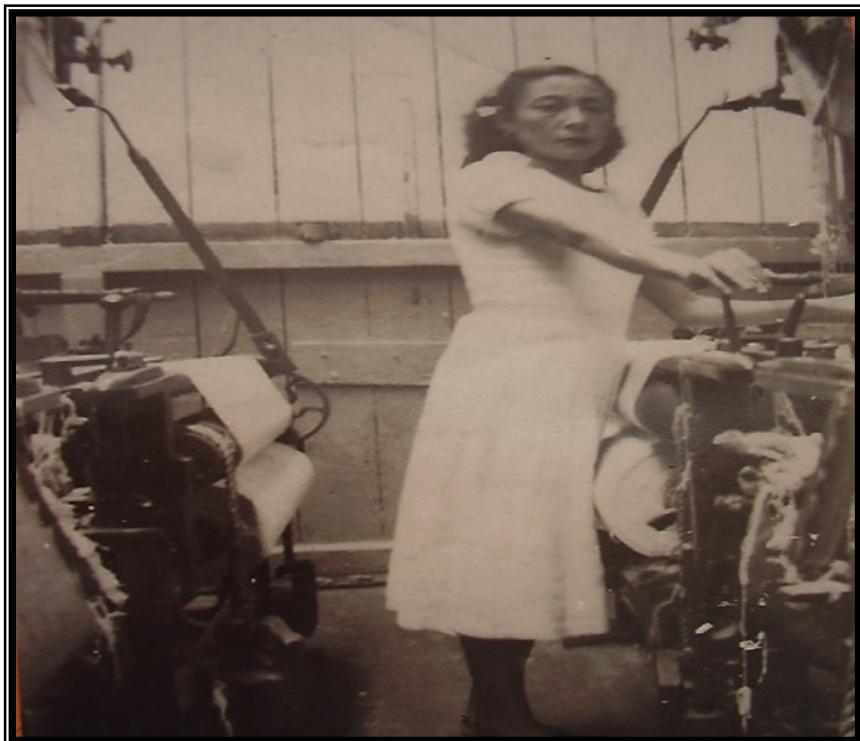
²¹³ LEITE LOPES, José Sérgio. Op. Cit. p.364-365.

²¹⁴ CHALHOUB, Sidney. *Os arquivos dos trabalhadores*. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 2, n. 15. Rio de Janeiro, dezembro de 2006, p.98.

Os processos entre fábrica e operários, aqui analisados - do arquivo do Fórum de Rio Tinto - vão desde rescisão de contratos de trabalho, reintegração e manutenção de posse (despejo da vila operária) até ações interpostas pela fábrica sobre furtos de tecidos.

Contratada pela fábrica, em 1944, Maria do Carmo trabalha por produção na seção de tecelagem. Os problemas de saúde requerem afastamento do trabalho em três períodos, 1948, 1950 e 1960. Na primeira audiência de 04 de julho de 1963, na Junta de Conciliação e Julgamento em João Pessoa, é apresentada a Carteira Profissional, onde se comprovam os afastamentos.

Em depoimento, após a argumentação apresentadas pelo advogado da fábrica, a tecelã questiona sua rescisão, e em sua avaliação se considera uma boa operária, porquanto, *prestou serviços nos anos indicados sem jamais ter dado lugar a repreensões e penalidade qualquer.*²¹⁵ Enquanto trabalhadora informa haver recebido prêmios em dinheiro pela produção. Importante destacar, que alguns operários vivem esta situação, trabalhando mais de dez horas em turnos diários, em busca de gratificações adicionais de produção.



²¹⁵ Processo n. 427/63. Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. Reclamante: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de fiação de Mamanguape. Em favor de Maria do carmo Silva. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Reintegração. Valor: Indeterminado. Procedência: Rio Tinto. 03 de junho de 1963. Arquivo das Varas do trabalho de João Pessoa, PB. P.6

Figura 20 – Operária em atividade na tecelagem. Arquivo Antônio Luiz (Rio Tinto - PB).

A demissão de Maria do Carmo está inserida no contexto de luta pela permanência no emprego. É cada vez mais comum, a rescisão de contratos antes que se completem dez anos de trabalho.

Ainda na primeira audiência o advogado da tecelã, José Gomes da Silva argumenta que sua estabilidade *na forma da legislação especial somente podendo haver a reclamante cometido falta grave, após inquérito administrativo*, destacando suas qualidades de boa trabalhadora e o amparo da lei trabalhista:

A operária pertence a uma coletividade trabalhadora que gozava das prerrogativas sociais no momento, estipuladas nos decretos dos organismos salariais e outras vantagens conquistadas através das lutas dos trabalhadores, através das decisões normativas instituídas no Justiça do Trabalho, que considerando haver sido uma ótima empregada, sempre gozando dos melhores conceitos da empresa, recebendo trimestralmente prêmios por seus serviços e de acordo com o art.495 da CLT, deve-se ser reintegrada.²¹⁶

A fala do advogado da Companhia de Tecidos Rio Tinto, Giácomo Porto, contradita o amparo legal da tecelã e afirma a rescisão de contrato de trabalho e indenização. Quanto à estratégia jurídica, Giácomo Porto durante seu argumento, tem apoio na interpretação do jurista Arnaldo Sussekind, para os arts. 475 a 478 da CLT, afirmindo que o patrão pode demitir o operário com menos de dez anos de trabalho.

Apresentadas as alegações, o juiz-presidente da Junta renova a proposta de conciliação, rejeitada pela tecelã. Segue a contenda jurídica em nova audiência, em 24 de julho de 1963. O advogado da tecelã reitera que de acordo com a lei a fábrica só pode dispensar um trabalhador, se antes houver aviso prévio, o que não ocorreu neste caso, desmontando o argumento do procurador da tecelagem. Apesar de José Gomes requerer a reintegração de Maria do Carmo ao trabalho, o juiz apresenta a decisão: a junta decide por maioria o pagamento em dobro da indenização.

A Companhia de Tecidos contesta a decisão, no Egrégio do Tribunal Regional do Trabalho, em Recife e requer reforma da sentença, para

²¹⁶ Processo n. 427/63. P. 6-7

pagamento de uma indenização simples, e não em dobro. O advogado do Sindicato, representante da tecelã, discorda da decisão, e reitera em contestação dirigida ao Egrégio, que *não deve acolher o recurso da Companhia por não encontrar apoio em nenhuma norma de direito.*²¹⁷

Contudo, em 04 de junho de 1964, os desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho – 6º Região em Recife julgam por unanimidade pela reintegração de Maria do Carmo, seguida de pagamento de salários vencidos e vincendos. Segunda a ementa do acórdão: *uma vez cancelada o gozo de benefício do empregado estável em função que ocupava sob pena de ser compelida a ressarcir os prejuízos daí decorrente.*²¹⁸

A Companhia, em última cartada jurídica, interpõe recurso de revista no Tribunal Superior do Trabalho. É o revés a favor da tecelã: em decisão final, de 17 de dezembro de 1964, os juízes do TST votam pela reintegração e a Companhia é derrotada. Em agosto de 1965, a Justiça do Trabalho manda citá-la para cumprimento do determinado. No entanto, a tecelã decide pela conciliação destacando as seguintes condições:

- 1º. A Companhia de Tecidos Rio Tinto paga à operária a importância de CR\$ 1, 000,000 (Um milhão de cruzeiros) referente a salários vencidos e vincendos e demais obrigações trabalhistas;
- 2º. Rescisão do contrato de trabalho com aviso prévio, férias, 13º mês;
- 3º. Renúncia expressa do seu direito de estabilidade.²¹⁹

Nesta conciliação devem ser levadas em conta as dificuldades da operária em permanecer durante o processo de 1963 a 1965, sem receber salários. As idas e vindas à Junta de Conciliação e Julgamento são amparadas pelo Sindicato têxtil. O acordo firmado é registrado no livro do Sindicato, a própria entidade sindical, assim observa:

A operária Maria do Carmo Silva, solteira, C.P. n. 20052, Série 51º, residente e domiciliada na Rua Rio Branco, n. 6461 em Rio Tinto, entrou em litígio com a Cia de Tecidos Rio Tinto, cuja questão foi resolvida a seu favor, ganhando unanimemente até no Supremo Tribunal. Mesmo assim a referida resolveu fazer um acordo na Junta

²¹⁷ Processo n. 427/63. P. 32

²¹⁸ Processo n. 427/63. P. 41.

²¹⁹ Processo n. 427/63. P. 65

de Conciliação e Julgamento de João Pessoa no valor de CR\$ 1,000,000 (Um milhão de cruzeiros), em 03 de setembro de 1965.²²⁰

As ações dos trabalhadores de Rio Tinto, o uso da Justiça do Trabalho e do direito sugerem ao pesquisador uma pauta das reivindicações formulada pelos trabalhadores em seus embates nas disputas judiciais, aqui se observa:

Conjuntamente, os processos trabalhistas apontam para alguns elementos que pareciam compor e construir as vidas dos trabalhadores em relação ao trabalho nas fábricas e aos significados que o direito assumia para eles, evidenciando um conjunto de experiências que se ligam ao que representaram as empresas e o trabalho em suas trajetórias e que se expressaram nas disputas judiciais das quais participaram.²²¹

A pesquisa nos processos não se limita à observação das relações de trabalho. Atitudes operárias podem ser observadas, como a demonstração de solidariedade nos testemunhos a favor dos companheiros de labuta. Conflitos que eventualmente não aparecem em outra documentação escrita, sobressaem da memória dos operários, que reafirmam, por exemplo, furtos de tecidos, conforme assegura a tecelã Maria da Conceição Nascimento e o vigia Severino Nascimento. Importante enfatizar que algumas ações são movidas, sobretudo, por operários comuns, personagens anônimos.

As ações de despejo, consignação de pagamento e rescisão de contratos, evidenciados a partir de 1959, fazem do Fórum de Rio Tinto, novo lugar de embates entre os trabalhadores e os Lundgren. Os trabalhadores acorriam a Justiça do Trabalho, para denunciar os Lundgren seus direitos são usurpados. Em estudo sobre os usos da Justiça, por operários da CSN, em Volta Redonda, Wilma Mangabeira e Regina Morel, ressaltam que *ao regulamento e normas internas da empresa, os trabalhadores contrapunham as “leis da nação.”*²²² E essas leis, com apoio na CLT, são utilizadas pelos operários da fábrica Rio Tinto.

²²⁰ *Livro de Registro das Questões na Junta de Conciliação e Julgamento*. Arquivo do Sindicato Têxtil de Rio Tinto. Questão n.2. P.6

²²¹ VARUSSA, Rinaldo José. *Processos Trabalhistas e a construção de relações fabris*. Revista História, n.21, São Paulo: Ed. Unesp, 2002, p.3.

²²² MANGABEIRA, Wilma e MOREL, Regina Lúcia M. “Velho” e “Novo” Sindicalismo e Uso da Justiça do Trabalho: Um estudo comparativo com trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. IUPERJ, Rio de Janeiro, vol. 37, n.01, 1994, p. 109.

Os processos trabalhistas auxiliam no desvelamento de prática sistemática da fábrica: dispensa de operários próximos aos dez anos de trabalho, para não atingirem a estabilidade. As rescisões são acompanhadas de ações de despejo, pois os Lundgren alegam que, rescindidos os contratos e sem vínculo com a fábrica, não podem permanecer na vila operária.

Destes processos, sobressaem as histórias de Tertuliano Dias de Lima, Maria Francisca Santos, Nilson Francisco de Lira, Raimunda Soares da Silva, Floriano Rodrigues de Araújo, Maria Joselita G. De Barros, Izaura Vieira Guimarães, Diraniza Alves Pessoa, José Gomes Marçal e Luíza de Freitas Araújo. Em alguns, observam-se retaliações aos trabalhadores que participam de atividades político-sindicais, tidos como oposição aos Lundgren. Assim os trabalhadores Durval Francisco de Assis, Francisco Vieira e Tertuliano Dias de Lima são demitidos devido sua atuação contrária aos interesses da fábrica.

O exemplo de Tertuliano Dias de Lima é elucidativo. Em abril de 1959 é demitido das Lojas Paulista, sem causa formal apresentada pela fábrica. Desde 1943 é operário da tecelagem, com estabilidade no emprego, e em 08 de setembro de 1959, move ação contra a Fábrica Rio Tinto. Demitido, o trabalhador aciona a fábrica na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa, que, em julgamento por unanimidade, determina sua imediata readmissão.



Figura 21 – Lojas Paulista em Rio Tinto, com funcionários e trabalhadores da Fábrica. Primeira metade da década de 1960. Arquivo Antônio Luiz (Rio Tinto - PB).

Porém, os Lundgren descumprem a determinação recorrendo a outras instâncias, como o 6º Tribunal Regional do Trabalho em Recife. Afastado, Tertuliano no intervalo do processo em andamento, recebe memorandum da fábrica, com ordem de desocupação da casa, em prazo de trinta dias. Por seu procurador, advogado do sindicato, José Gomes da Silva, o trabalhador ajuíza Ação de Consignação em pagamento dos aluguéis atrasados que a fábrica recusa a receber.

Na primeira audiência em 23 de setembro, é decidido que a fábrica proceda a readmissão do funcionário e receba a quantia referente aos cinco meses de aluguel. A Companhia Rio Tinto se ausenta da audiência e continua recusando o recebimento dos aluguéis atrasados. O juiz determina fazê-lo à revelia da Companhia.

No prazo de contestação, a fábrica entra com recurso, para novo julgamento em 20 de novembro. De destaque as testemunhas arroladas por Tertuliano: o serralheiro Antônio Fernandes de Andrade e o enfermeiro Manoel Pereira Ramos. Antônio Fernandes, à época, já se destaca, na oposição política à fábrica. Na petição inicial, o advogado José Gomes, alega que o trabalhador sofria *uma pressão extraordinária por parte dos dirigentes da Companhia de Tecidos Rio Tinto*²²³, o que se confirma no depoimento de Manoel Pereira:

Que a Companhia Rio Tinto, ré nesta Ação vem se recusando ultimamente a receber o referido aluguel por questões políticas, que a ré enviou ao autor um Memorandum intimando este a desocupar o prédio no prazo de 30 dias, por falta de pagamento, que a ré, desde que o autor tomou rumo político diferente do réu, que vem pedindo a casa.²²⁴

À audiência, o representante da Companhia de Tecidos Rio Tinto e o advogado não comparecem. Em sentença, o juiz Hermilo Ximenes julga procedente a ação do trabalhador, fixando a importância dos aluguéis em depósito judicial. A Companhia não contesta o mérito, que, em termos legais, não é mais possível, devido a ausência em duas audiências. Ao final do

²²³ Processo n. 130. *Natureza do Feito: Ação de Depósito*. Autor: Tertuliano Dias de Lima. Ré: Companhia de Tecidos Rio Tinto. 08 de setembro de 1959. P. 3. Caixa – Ano de 1959. Arquivo do Fórum de Rio Tinto.

²²⁴ Processo n. 130. p. 16

processo, em 19 de fevereiro de 1960, a fábrica, por intermédio de Pedro Monteiro de Lima, gerente do escritório de administração imobiliária, recebe os aluguéis de maio de 1959 a janeiro de 1960.

Na mesma razão apresentada por Tertuliano, outra operária ajuíza uma ação: Maria Francisca Santos, tecelã desde 1953, é demitida em 1959. Alguns trabalhadores com menos de dez anos de trabalho têm seus contratos rescindidos, tornando-se prática comum da fábrica. Na petição, o advogado da tecelã, Adailton Coelho Costa²²⁵, aborda os motivos da rescisão do contrato de trabalho: *Que por motivo de não ter seguido a orientação política da fábrica, vem sendo perseguida, sendo este ainda o motivo capital de seu afastamento do trabalho.*²²⁶ A fala do advogado denuncia a coação dos trabalhadores em razão de expressarem idéias contrárias aos interesses da fábrica, notadamente quando se verificam episódios de participação nas lutas sindicais.

Com a demissão, a fábrica ordena de imediato a desocupação da casa. Pela petição, é evidente a represália contra Maria Francisca, com a retenção da indenização, somente efetuada após desocupação do imóvel. Para o advogado, o patrimônio imobiliário dos Lundgren faz de Rio Tinto cidade *tipo 'sui generis'*, em que toda a população habita em dependência da fábrica, ou seja, em casa pertencente à indústria.²²⁷

Mesmo em vãs tentativas, a tecelã procura a direção da fábrica para pagamento dos aluguéis, entretanto, os responsáveis pela gerência das casas são orientados a não receber nenhuma quantia. A ação consistia tão somente na consignação judicial, quitando para tanto, a dívida contraída, ou seja, os aluguéis atrasados que a fábrica negava-se a receber.

À audiência de 20 de novembro, Maria Francisca e a Companhia de Tecidos Rio Tinto não comparecem e se concluem os autos, em caso de ausência das partes envolvidas. O juiz estipula o prazo de 60 dias para ré e autora, requererem nova assentada, o que não é feito resultando na conclusão dos autos em 27 de fevereiro de 1960, arquivados em 31 de maio de 1971, após tentativa, em 1966, de reabertura. A demissão da operária apesar de

²²⁵ Este advogado ao lado de Sebastião Lins e José Gomes da Silva integra estrutura do Sindicato têxtil de Rio Tinto, que oferece suporte jurídico aos operários.

²²⁶ Processo n. 141. *Natureza do Feito: Consignação e Pagamento*. Autora: Maria Francisca Santos. Ré: Companhia de Tecidos Rio Tinto. 22 de setembro de 1959. P. 2. Caixa – Ano de 1959. Arquivo do Fórum de Rio Tinto.

²²⁷ Processo n. 141. p.2

contestada, não constitui o motivo da ação, em pauta estava a permanência na casa da vila operária, seu direito à moradia.

A ausência da tecelã é registrada desde a primeira audiência. O oficial de justiça diz haver deixado de intimá-la e que a operária não está mais em Rio Tinto, por ter saído da cidade e desistido da ação.

A vista de tudo isso, de 1959 a 1969 tem-se diminuição do número de trabalhadores na cidade-fábrica, por conta de estratégias adotadas pelos Lundgren: primeiro, rescindir os contratos de trabalhadores com menos de dez anos de trabalho, segundo, a modernização do maquinário da fábrica, ocasionando a demissão de operários. As demissões são veiculadas em jornais da época, aparecem nos relatos de memória de trabalhadores, e nos processos analisados. Em relação ao contingente operário em Rio Tinto, vejam-se os dados acerca das demissões:

Com relação a dispensa de operários, tem-se informação de que, em 1964, a Companhia de Tecidos Rio tinto ocupava uma força de trabalho de aproximadamente 3.200 (três mil e duzentos) empregados em todos os setores. De janeiro de 1966 a outubro de 1967, foram despedidos 1.157 (hum mil cento e cinqüenta e sete) operários. De 1º de janeiro a 15 de abril de 1968, foram indenizados 448 (quatrocentos e quarenta e oito) empregados. De 1º de janeiro de 1969 a 30 de abril de 1969, foram despedidos 284 (duzentos e oitenta e quatro) operários.²²⁸

As ações de despejo promovida pela fábrica, contra operários sem estabilidade, agravam o problema de moradia, pois, se *nos tempos do coronel Frederico*²²⁹ a habitação consistia em *um fator de atração ao operariado, passa a constituir um entrave aos novos interesses do capital.*²³⁰

Vá morar debaixo de uma ponte, expressa o gerente das casas, Pedro Monteiro, ao apelo do trabalhador Nilson Francisco de Lira, demitido e ameaçado de despejo. Trabalhando na fábrica desde 1938, em períodos alternados, com o contrato efetivado somente em 1956. Em outubro de 1961, a fábrica rescinde seu contrato, com indenização de vinte mil cruzeiros (CR\$ 20.000,00) estabelecendo de modo arbitrário, uma condição: pagamento de

²²⁸ MACÊDO, Maria Bernadete. Op. Cit. p.116 e 117.

²²⁹ Expressão utilizada por José Sérgio Leite Lopes, para se referir a época que Frederico Lundgren dirigia as tecelagens de Paulista e Rio Tinto, e segundo os operários representava um período em que não faltava emprego. Isto até 1946, data de seu falecimento.

²³⁰ MACÊDO, Maria Bernadete. Op. Cit. p.190.

indenização condicionada à desocupação da moradia. Tal fato é questionado pelo advogado, demonstrando a força do poder econômico e ineficácia no cumprimento da lei, como “um fato de lama na face da Justiça”:

Como se observa, doutor julgador, o poderio econômico vem “impondo” tais acordos; tais modalidades de acordo frontalmente contra a lei. Porquanto uma diferente modalidade de DESPEJAR inquilinos que, de maneira alguma poderiam ser forçados a tal situação vexatória. Esta qualidade de despejo, que força os operários pela necessidade, pelo desemprego, pela fome; pelo não pagamento de quantias previamente certas – constitui-se num verdadeiro atentado às nossas leis: é como que um jato de lama na face da justiça.²³¹

A situação de desemprego e descumprimentos das leis trabalhistas por parte da fábrica têm-se a tornam mais precária condição de Nilson, com sete filhos, na iminência de perder moradia. A cidade de Rio Tinto, emancipada em 1956, continua sob controle dos Lundgren, haja vista, que para residência é preciso autorização da fábrica. Alerta o advogado, que a *cidade não é livre, cidade que não é como as outras cidades, que pertencem a todos os cidadãos.*²³²

A ação ajuizada pelo operário Nilson Francisco de Lira acarreta a ordem de desocupação de sua moradia no prazo de 90 dias. Em petição, o advogado do trabalhador contesta as razões da fábrica, apresentando como argumento a demolição de casas na vila operária, o que fortalecia a reivindicação de permanência na moradia:

A autora não tem necessidade de prédios, de humildes prédios como aqueles (todos) da Rua Barão do Triunfo. Porque bastantes provas poderão apresentar-se no decurso da presente, de como a autora tem destruído boas casas de moradia nas ruas de sua cidade.²³³

²³¹ Processo n. 551. *Natureza do Feito: Ação de Consignação em Pagamento.* Requerente: Nilson Francisco de Lira. Requerida: Companhia de Tecidos Rio Tinto. 16 de agosto de 1962. P. 2. Caixa – Ano de 1962. Arquivo do Fórum de Rio Tinto.

²³² Processo n. 551. p.3.

²³³ Processo n. 555. *Natureza do Feito: Ação de Despejo.* Requerente: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Requerida: Nilson Francisco de Lira. 20 de agosto de 1962. P. 3. Caixa – Ano de 1962. Arquivo do Fórum de Rio Tinto.

Nos dois processos a Companhia é derrotada. O despejo não é determinado pelo juiz, e a derrota jurídica implica em receber os alugueis atrasados, o que motiva o direito de permanência do operário na casa.

Outros processos, com sentença favorável aos trabalhadores, são movidos por Floriano Rodrigues de Araújo, Luíza de Freitas Araújo e José Gomes Marçal. Trabalhador entre 1953 e 1962, com menos de 10 anos de serviço, Floriano Rodrigues de Araújo tem o contrato rescindido, em 20 de fevereiro de 1962. A Companhia de Tecidos, mais uma vez dispensa o trabalhador, para impedir sua estabilidade. Despedido, tem a indenização retida, e, do valor de CR\$ 73,920,00 (setenta e três mil e novecentos e vinte cruzeiros) a fábrica libera somente CR\$ 43,920,00 (quarenta e três mil e novecentos e vinte cruzeiros).

Como em outros casos, a quantia restante somente seria paga após a desocupação da moradia. Segundo o advogado José Gomes da Silva, ao reter CR\$ 30,000,00 (trinta mil cruzeiros), a Companhia faz *apropriação indébita*.²³⁴ À audiência de 23 de agosto de 1962, a Companhia e advogado não comparecem, o que levou o julgamento da ação em favor do trabalhador. Outras ações idênticas são ajuizadas pela operária Luiza Freitas Araújo²³⁵ e José Gomes Marçal²³⁶.

Este trabalhador, após nove anos na função de tecelão, é demitido em outubro de 1963, depois de a fábrica recusar-se em receber o pagamento do aluguel, com notificação de desocupação, em um mês. Na audiência de 29 de setembro de 1964, pelo não comparecimento da Companhia de Tecidos Rio Tinto ou de procurador, é determinado pelo juiz²³⁷ o depósito da quantia dos aluguéis atrasados.

²³⁴ Processo n. 500. *Natureza do Feito: Ação de Consignação em Pagamento*. Requerente: Floriano Rodrigues de Araújo. Requerida: Companhia de Tecidos Rio Tinto. 08 de maio de 1962. P. 2. Caixa – Ano de 1962. Arquivo do Fórum de Rio Tinto.

²³⁵ Processo n. 650. *Natureza do Feito: Ação de Consignação em Pagamento*. Requerente: Luíza de Freitas Araújo. Requerida: Companhia de Tecidos Rio Tinto. 27 de abril de 1963. Caixa – Ano de 1963. Arquivo do Fórum de Rio Tinto.

²³⁶ Processo n. 758. *Natureza do Feito: Ação de Consignação*. Requerente: José Gomes Marçal. Requerida: Companhia de Tecidos Rio Tinto. 03 de dezembro de 1963. Caixa – Ano de 1963. Arquivo do Fórum de Rio Tinto.

²³⁷ Notar que nesse período, o juiz da Comarca de Mamanguape Rivando Bezerra Cavalcanti, responde pela Comarca de Rio Tinto, haja vista, que com o Golpe de 1964, o juiz Hermilo Ximenes havia sido afastado das suas atividades.

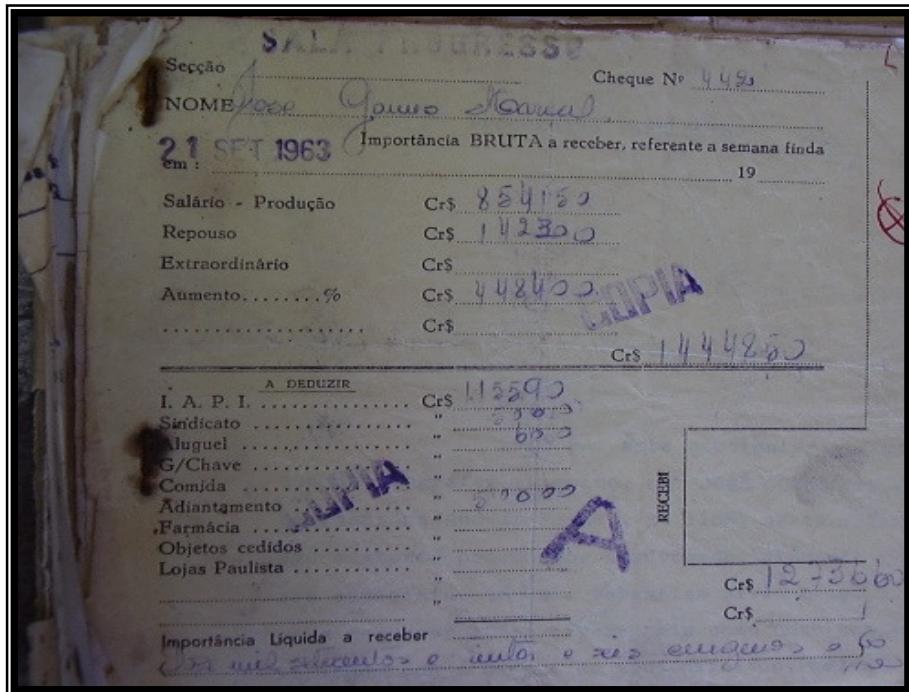


Figura 22 – Descrição dos descontos salariais: I.A.P.I., Sindicato, aluguel, comida, adiantamento, farmácia e Lojas Paulista. Arquivo Fórum de Rio Tinto (PB).

Como se vê à demissão e desemprego acompanha o processo de despejo da vila operária. A fábrica alega razões de propriedade e determina a ocupação exclusiva da moradia aos que têm vínculo empregatício, o argumento nas ações de manutenção de posse e de despejo, como nos processos de despejo contra as operárias Izaura Vieira Guimarães e Maria Joselita G. de Barros: *A casa ocupada pelo notificado faz parte do núcleo residencial que a empregadora notificante construiu para moradia exclusiva dos seus empregados.*²³⁸ As operárias têm os contratos rescindidos, em março e junho de 1961, respectivamente. O processo de Maria Joselita se estende até 1971, tempo em que a Companhia de Tecidos desiste da ação pela operária haver desocupado o imóvel.

No processo contra Izaura Vieira, os argumentos da fábrica são desmontados. Em notificação judicial, de 21 de março de 1962, a fábrica ordena a desocupação do imóvel, no prazo de 90 (noventa) dias. Pelo não cumprimento da notificação, que ultrapassa os 120 (cento e vinte) dias, a

²³⁸ Processo n. 521. *Natureza do Feito: Ação de Despejo.* Requerente: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Requerida: Maria Joselita G. de Barros. 15 de junho de 1962. Caixa – Ano de 1962. p.2. Arquivo do Fórum de Rio Tinto.

Companhia requer despejo imediato. Nesses casos, apesar de notificado, os operários se recusam a entregar a casa, e os processos podem se arrastar por anos a fio.

Izaura Vieira contesta a ação, e na audiência de 07 de março de 1964, são arroladas três testemunhas. A primeira, Alcides Pereira da Silva, funcionário público federal, apresenta razões contrárias ao despejo contraditando a fábrica. Para ele em Rio Tinto residem pessoas das mais diversas profissões e que necessariamente não tem vínculos com a tecelagem. Ele mesmo, funcionário público federal, mora em casa que não se distingue das outras e dos operários da fábrica. E conclui seu contundente depoimento em favor de Izaura, reiterando, *que várias pessoas já foram operárias da fábrica, mas que hoje continuam a morar em casas a ela pertencentes, e que as melhores casas da cidade são justamente habitadas por pessoas que não tem vínculo econômico com a C.T.R.T.*²³⁹

O depoimento ressalta argumento pelo respeito à norma legal e ao direito dos inquilinos, contraditando os proprietários da fábrica. Outra testemunha João Justino da Silva, afirma categórico *que nas mesmas ruas e em casas ocupadas por operários da Fábrica Rio Tinto, moram também pessoas das mais diversas profissões e que não estão a ela vinculada*. Ele próprio é agricultor, e mora na vila operária, em casa igual aos dos trabalhadores da tecelagem. A última testemunha, Juraci Guedes Alcoforado testemunha que sua condição de funcionário federal, não era, ligado economicamente a Companhia de Tecidos, e morava em casa similar as dos operários. Ainda reafirma o ato da fábrica em demolir várias casas desabitadas na cidade. Isto só demonstra que as falas das testemunhas funcionam decisivamente para contraditar a afirmação dos Lundgren de que, necessitava das moradias dos operários demissionados, visando ocupação por outro trabalhador que não possuía casa. O procurador da operária, Sebastião Lins, esclarece que tanto neste como em outros casos, a fábrica não apresenta testemunhas a seu favor, e reitera que a operária, com seus serviços, foi parte integrante no desenvolvimento da fábrica Rio Tinto:

²³⁹ Processo n. 553. *Natureza do Feito: Ação de Despejo*. Requerente: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Requerida: Izaura Vieira Guimarães. 20 de agosto de 1962. Caixa – Ano de 1962. p. 20 e 21. Arquivo do Fórum de Rio Tinto.

Não é de se despejar uma pobre velha que já deu tudo que tinha de melhor na sua mocidade, trabalhando para o enriquecimento da autora, esta imensa riqueza em progresso.

Cabia a autora o ônus da prova, o que não-procurou fazer, nem sequer arrolando testemunhas, confiando que a Justiça lhe dar ganho de causa pelas suas meras afirmações.²⁴⁰

O processo permanece parado até 18 de maio de 1971, data em que a Companhia de Tecidos Rio Tinto desiste da ação, pois o imóvel retorna à posse definitiva. Mais uma vez as pressões exercidas pela fábrica ao longo do processo fazem com que operária saia derrotada nesta contenda. Outro caso é do operário José Alves²⁴¹, que desobedece à notificação da fábrica e, protela a ação em mais de oito meses. Passado o período de pressão, a Companhia informa ao juiz a desistência da ação.

O número de desempregados cresce. Assim, diante do problema, aumentam os embates com a fábrica, para, pelo menos garantirem morada na vila operária, alguns por via jurídica, outros pela ocupação de casas destinadas à demolição. Neste contexto, ocupações são registradas, a tecelagem estava demolindo casas, como se vê dos autos dos processos, desocupadas e com bom estado de conservação. Para a fábrica, *as invasões não param deixando bem evidente de que existe planos pré-determinados para evidenciarem um prestígio subversivo a ordem e ao direito que garantem a propriedade privada.*²⁴²

É neste contexto, em outubro de 1962, que casas na Avenida Rio Branco, Rua Regina e Rua Santos Dumont, na Vila Regina (outra seção e vila da fábrica distante 2 km do centro da cidade), são ocupadas por operários. O fato suscita meses depois, ação de manutenção de posse da Companhia de Tecidos, em que declara que *a forma de ação dos réus, é de maneira que fere*

²⁴⁰ Processo n. 553. p.24-25.

²⁴¹ Processo n. 139. *Natureza do Feito: Ação Privada de Despejo.* Autora: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Réu: José Alves de Souza. 21 de setembro de 1959. Caixa – Ano de 1959. Arquivo do Fórum de Rio Tinto.

²⁴² Processo n. 717. *Natureza do Feito: Ação Pública.* Réu: Lademir Gomes de Melo. Vítima: Companhia de Tecidos Rio Tinto. 09 de outubro de 1963. Caixa – Ano de 1963. p.2. Arquivo do Fórum de Rio Tinto.

*a Lei, desrespeitando a ordem pública, sendo indivíduos sem profissão ou ocupações certas, querem forçar a sua permanência nesta cidade.*²⁴³

Mesmo assegurado em petição, não terem os operários profissão, em audiência de outubro de 1963, percebem-se certas incoerências nas declarações da Companhia de Tecidos. Os envolvidos na querela são identificados e citados para comparecer em audiência.

Francisco Bernardo de Araújo, por exemplo, é casado com operária da fábrica, e apresenta provas para tanto: *sempre pagou aluguel a Companhia de Tecidos Rio Tinto; tem recibos do pagamento de luz da dita casa e a prova dos pagamentos do aluguel se encontra registrado em um livro da Companhia empregadora.*²⁴⁴ O que denota que há prévio conhecimento e acordo entre Francisco e a tecelagem. Complementa dizendo que tramita uma ação movida por ele, pois, a Companhia recusa-se a receber os alugueis.

Já o agricultor Antônio Pedro, declarara que, como tem filha na fábrica, e firmou contrato de aluguel *pago pela sua filha e descontado quinzenalmente do seu cheque*. Do mesmo modo é a situação de Maria Marinho da Silva, operária da fábrica que paga aluguel, sendo descontado quinzenalmente em seu cheque, sendo previamente acordado com o gerente das casas, Pedro Monteiro. Em janeiro de 1964, o advogado dos trabalhadores ingressa com pedido de liminar, solicitando revista dos autos, pois, segundo sua interpretação:

Dentre os RR muitos são operários da autora, ou tem família trabalhando na indústria da suplicante. Outros ainda estavam trabalhando como obreiros dela e foram indenizados sem que para tanto houvessem causa. E há quem tenha requerido Ação de Consignação de Pagamento dos aluguéis do prédio pedido.²⁴⁵

Nesses processos, os trabalhadores são várias vezes bem-sucedidos nas reclamações. Nessas vitórias, sobressai o juiz Hermilo Ximenes, que, à frente da Comarca de Rio Tinto, é personagem de destaque. Os operários

²⁴³ Processo n. 632. *Natureza do Feito: Ação de Manutenção de Posse*. Proponente: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Proposto: (?). 22 de março de 1963. Caixa – Ano de 1963.p.3. Arquivo do Fórum de Rio Tinto.

²⁴⁴ Processo n. 632 .p.13.

²⁴⁵ Processo n. 632.p.15

vêem-no com bons olhos, *todo mundo gostava, não era brincadeira não, o cara falava com você assim no meio da rua, todo uniformizado.*²⁴⁶

O juiz de Rio Tinto atuando em defesa dos direitos dos operários e camponeses é destacado no estudo de Bernadete W. Aued, onde as duas forças – trabalhadores do campo (via Liga Camponesa de Rio Tinto e Mamanguape) e da cidade (fábrica de tecidos Rio Tinto) *procuraram atuar juntos, principalmente no campo das reivindicações trabalhistas, apoiados pelo Juiz, que lhes dava cobertura “fazendo a lei valer”.*²⁴⁷

Tanto em texto historiográfico, como na memória dos trabalhadores, a oposição do juiz aos Lundgren é confirmada. Contudo, é relevante verificar que Hermilo Ximenes é posto na Comarca de Rio Tinto por interferência dos Lundgren, como informa: *Eu fui para Rio Tinto indicado, levado por pessoas de minha família pelo pai de um cunhado meu, que era fiscal coletor federal na cidade de Rio Tinto. Amigo dos Lundgren, ele pediu o lugar para mim e eu fui nomeado, fui transferido pelo governador Pedro Gondim.*²⁴⁸

Embora levado para a Comarca de Rio Tinto pelos Lundgren, e inicialmente ficar próximo de um dos diretores da fábrica, o alemão Otto Hoffman, Hermilo Ximenes, logo se distancia da fábrica, tornando-se um dos seus opositores. *Tinha interesse pessoal de cortar o poder da companhia,* assevera José Antônio da Silva, que informa o momento em que se torna personagem de oposição á fábrica: *Foi a companhia que trouxe ele para aqui, ele andou muitas vezes com seu Hoffman, mas ele inteligente sentiu virou as costas para companhia e ficou do lado do trabalhador. Aí o trabalhador baseado que ele era amigo do sindicato, começou ir para a casa dele.*²⁴⁹

²⁴⁶ Júlio Justino da Silva – 78 anos. Serralheiro começou a trabalhar em 1948 na fábrica. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

²⁴⁷ AUED, Bernadete Wrublevski. *A Vitória dos Vencidos (Partido Comunista Brasileiro - PCB - e Ligas Camponesas 1955-64).* Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia - UFPB. Campus de Campina Grande. Centro de Humanidades. Campina Grande, dezembro de 1981.p.48.

²⁴⁸ Hermilo de Carvalho Ximenes. Juiz de Rio Tinto, no período de 1959 a 1964. Entrevista realizada em João Pessoa, julho de 2005.

²⁴⁹ José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967 se tornou presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006.

Ao assumir a Comarca²⁵⁰ o juiz toma conhecimento, das práticas de suborno dos Lundgren, procedimento usual em suas estratégias de controle de esferas de poder. Assim rememora o momento em que o escrivão o informa de tais práticas *Olhe Doutor, antes do Sr. chegar aqui, era comum se mandar todo mês um envelope do Juiz, o envelope do Promotor e o envelope do Delegado de Mamanguape e quem preparava esse envelope com o dinheiro todo mês para mandar era eu.*²⁵¹ No momento em que chega a cidade, a fábrica o procura oferecendo uma casa, entre as melhores na cidade. Ciente dos métodos, Hermilo Ximenes comunica à direção da fábrica o pagamento de aluguel, como outros moradores da cidade, não aceitando moradia cedida pela Fábrica:

Fui procurado para não pagar o aluguel da casa onde eu morava, na praça central da cidade, uma casa relativamente de nível alto. Aqueles chalés entendeu. Mas eu não aceitei e como eles demorassem em mandar o recibo eu disse a um funcionário da fábrica de categoria que, se o Sr. Otto Hoffmann - que era um dos diretores - não mandasse o recibo cobrando o meu aluguel, eu depositaria o valor do aluguel em que eu arbitrasse em Cartório.

Em suas memórias Hermilo Ximenes constrói uma auto-imagem de feitio popular, de proximidade com as demandas dos trabalhadores revelando um certo feitio paternalista nas relações:

Olhe, eu fazia no expediente da manhã a chamada justiça de paz, logo, ás 07h00min da manhã. Ás 06h30min já havia gente sentada nos bancos da praça esperando entrar na minha casa para falar comigo, eu só começava a receber o povo às 08:00hs tinha sempre um soldado a minha disposição e o soldado ia mandando as pessoas entrarem para falarem comigo de acordo com a ordem de chegada. E eu até 11h00min ficava nesse trabalho.²⁵²

A memória operária sobre a atuação do juiz reforça sua imagem de liderança e seu trabalho em favor dos trabalhadores em Rio Tinto: *Ximenes era um líder, uma parte dos operários gostava dele, a maioria dos operários, ele como juiz incentivava o povo, e o povo achava que tava bem, que tava certo*

²⁵⁰ Primeiro Juiz de Rio Tinto. A União, 04 de fevereiro de 1959.

²⁵¹ Hermilo de Carvalho Ximenes. Juiz de Rio Tinto, no período de 1959 a 1964. Entrevista realizada em João Pessoa, julho de 2005.

²⁵² Hermilo de Carvalho Ximenes. Juiz de Rio Tinto, no período de 1959 a 1964. Entrevista realizada em João Pessoa, julho de 2005.

né. Ele gostava dos operários, ele era sempre a favor dos operários, ele não era contra.²⁵³

Sua condição de destaque, em Rio Tinto, põe-no ao lado de Antonio Fernandes e José Gomes da Silva. Porém, perguntado sobre ligações com o Partido Comunista, é enfático: *Nunca fui comunista*. Sobre isso, o ex-sindicalista dos bancários, Luiz Hugo Guimarães, relata que Hermilo Ximenes ainda quando cursava Direito em Recife, milita na Juventude do Partido Comunista de Pernambuco.²⁵⁴

Nesse sentido, Hermilo Ximenes quer estabelecer ao entrevistador os temas a destacar, procedimento comum, na recolha e construção das fontes orais quando, *o depoente consciente ou inconscientemente, seleciona determinados assuntos para se aprofundar e afasta outros das discussões.*²⁵⁵ O juiz deixa transparecer, um depoimento pronto, e evoca traços da memória organizada, afirmando como personagem de referência entre os operários.

Desde o inicio dos anos 1950 que os trabalhadores de Rio Tinto, souberam utilizar da Justiça do Trabalho, enquanto instrumento legal de reivindicar seus direitos, em certos casos burlados pela fábrica. Com a criação de comarca de Rio Tinto em 1959, muito processos são resolvidos em primeira instância, outros eram ajuizados na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. Portanto, havia a tradição dos trabalhadores requererem seus direitos na Justiça do trabalho, tendo como suporte a CLT. Os anos de 1959 a 1964, as rescisões de contratos de trabalho e as tentativas de despejo da vila operária, movimentam a Comarca. Estas ações demonstram que os trabalhadores, estavam cientes de que uma via para lutar pela moradia e permanência no trabalho, é a justiça do trabalho. Embora as dificuldades de deslocamento para as várias audiências na Junta de Conciliação na capital, a pressão exercida pela fábrica para que se desocupem a casa em prazos estipulados são

²⁵³ Severino Nascimento Soares – 72 anos. Trabalhou como tecelão de 1949 a 1960, quando passou a trabalhar como vigia. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

²⁵⁴ MELLO, José Octávio de A. *Sociedade e Poder Político no Nordeste – O caso da Paraíba (1945-1964)*. João Pessoa: Universitária, 2001, p.275.

²⁵⁵ FARIA, Ignez Cordeiro de. *Um troupeiro na política: entrevista com o general Antônio Carlos Muricy*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. ABREU, Alzira Alves de. (et. al). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 139. Casos como o depoimento de Hermilo Ximenes, coincidem com entrevistas de militares brasileiros ao CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas. No caso da entrevista com o Gal. Antônio Carlos Muricy, conduzido por Ignez Cordeiro de Farias, a interferência do depoente chega a desestruturar a entrevista.

sentidas. A luta dos trabalhadores nesta conjuntura é luta por moradia, por trabalho. Nesses anos, a ação do sindicato, prefeitura e do juiz Hermilo Ximenes, vem somar a movimentação dos trabalhadores para a diminuição do poder exercido pelos Lundgren em Rio Tinto.

2.2. Vigilância no espaço fabril e ações de furto

No Fórum de Rio Tinto, entre os vários processos de trabalhadores urbanos e rurais, um se destaca: a Ação pública interposta pela Companhia de Tecidos Rio Tinto, contra o operário Clodomiro Fernandes, pelo furto de tecidos no interior da fábrica.

São passados 26 dias do mês de novembro de 1959. O apito da fábrica anuncia mais um turno de trabalho na fábrica Rio Tinto. Centenas de trabalhadores esperam no portão principal, à uma hora da tarde, para cumprimento de mais uma jornada de trabalho. Perto de meio-dia, o operário Clodomiro Fernandes prepara-se para se despedir da esposa e caminhar até a tecelagem. Trabalhador desde 1935, reside na Rua Nova, número 1535, em pequena casa de porta e janela, característica peculiar da arquitetura da cidade-fábrica Rio Tinto.

A 1h da tarde inicia o turno de trabalho, na seção de tinturaria, onde se tingem os tecidos vindos da seção de beneficiamento, pelas mãos do operário José Pereira de Lima em carro de quatro rodas. Clodomiro, que larga às nove horas da noite, perto das seis, dirige-se ao depósito de materiais imprestáveis, conduzindo um tambor de papelão supostamente vazio.

De frente, o posto de vigias. Ao deixar o tambor, Clodomiro é observado atentamente pelo vigia Severino Felício de Lima, que minutos depois, é avisado pelo motorista José Henriques da Silva, conhecido por “Paixão”, de que Clodomiro havia escondido no tambor, coisas de valor. Constatata-se que o tambor rotineiramente vazio está abarrotado de tecidos, 93m e 55 cm de brim tursor guarany, em nove cortes.

A notícia se espalha entre os operários que se aglomeraram. De longe o operário José Pereira de Lima assiste a movimentação. Para não ser preso em flagrante, Clodomiro foge da fábrica em horário de trabalho, driblando a

vigilância do portão de entrada. Sem tempo para plano de fuga, não passa pela residência, saindo sem destino. A esposa é apanhada de surpresa quando policiais e vigias chegam à procura do marido. Sem entender o motivo da busca é informada que Clodomiro tentara furtar tecidos e que havia fugido. Policiais e vigias vasculham cada viela, rua, beco de Rio Tinto à procura de Clodomiro. Infrutífera a busca, partem para as cidades de Mamanguape e Sapé. A polícia intercepta Clodomiro, em Ambrósio, no município de Sapé. Em Rio Tinto é encarcerado na Cadeia Pública, onde aguarda julgamento acusado de furto.

Em meio a processos arquivados, no Fórum de Rio Tinto, deparo essa ação de furto. Aos olhos de pesquisador distraído e exausto, o documento pode passar despercebido. Contudo estava atento e tinha em mente a importância das ações, no entendimento de questões do mundo do trabalho.

Ação de furto como essa, não aparece em outras documentações, que chega ao pesquisador filtrada pelas versões de testemunhas de acusação ou defesa, acusado, da polícia, de vigias de fábrica e do juiz. Das múltiplas versões, depreende-se a forma como os trabalhadores driblam a vigilância no ambiente fabril. O ato de furtar pode ser lido como as *formas brechtianas de luta de classe*.²⁵⁶ Ao referir aos procedimentos metodológicos na leitura de processos criminais, é possível, conforme Sidney Chalhoub:

Construir explicações válidas do social exatamente a partir das versões conflitantes apresentadas por diversos agentes sociais, ou talvez, ainda mais enfaticamente, só porque existem versões ou leituras divergentes sobre as “coisas” ou “fatos” é que se torna possível ao historiador ter acesso às lutas e contradições inerentes a qualquer realidade social.²⁵⁷

Nos trâmites iniciais, em 27 de novembro de 1959, são ouvidas, no Comissariado de Polícia de Rio Tinto, o acusado Clodomiro e três testemunhas: José Henriques, motorista, Severino Felício, vigia, e Manoel Domingos de Souza, operário. Clodomiro apresenta sua versão do fato: estava em serviço rotineiro, na seção de tinturaria, encontra um tambor vazio, que transporta para

²⁵⁶ SCOTT, James C. *Formas cotidianas de resistência camponesa*. Raízes. Campina Grande: UFCG, v.21, jan/jun 2002, n. 01, p.2.

²⁵⁷ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Editora da UNICAMP: Campinas, SP. 2º Edição, 2001.p.40.

estoque de materiais sem uso, e nesse momento é visto por José Henriques, que o denuncia ao vigia Severino Felício. Clodomiro se defende afirmando ter caído numa “cilada maldita”:

Nunca praticou furto na seção em que trabalha, tendo o tambor em apreço preparado contendo dentro tecidos pelo operário José Pereira e Pedro Gonçalves todos operários da tinturaria; que estes indivíduos, são responsáveis pelo fato presente, desde que disseram que botasse para fora o tambor de que trata este flagrante e tudo ficaria resolvido e com pouco pensar ele interrogado caiu nessa silada maldita.²⁵⁸

Ao afirmar que o furto foi arquitetado por outros operários, tenta deslocar a acusação que recai sobre ele, incriminando dois operários da tinturaria. José Pereira de Lima, trabalhador desde 1952, se isenta da culpa, ao dizer-se que *sempre foi honesto em sua profissão* e Pedro Gonçalves Ramos, trabalhador desde 1947, declara que se encontrava em sua residência quando ocorre o fato.

Aos primeiros depoimentos, segue o trabalho de avaliação e medição dos tecidos apreendidos, por peritos designados pelo Comissário de Polícia, os comerciantes Joaquim de Albuquerque Bessa e José Ferreira de Lima, confirmando na avaliação os 93 m e 55 cm de brim tursor guarany, divididos em nove cortes.

A citação de José Pereira de Lima e Pedro Gonçalves Ramos como envolvidos e responsáveis pelo furto faz a direção da fábrica determinar o afastamento dos dois operários, o que é confirmado pela testemunha, o auxiliar de escritório José Gabriel Filho. Para Manoel Tomás da Silva, os operários são envolvidos no caso injustamente, *não lhe constando que estes tivessem em qualquer época, furtado tecidos daquela seção, pois são uns homens camaradas, parecendo não terem maus costumes.*²⁵⁹

Passado mais de um mês, Clodomiro assegura que, antes da condução do tambor, foi procurado por José Pereira e Pedro Gonçalves, para pedir que ele levasse ao lixo o recipiente, com os cortes de tecidos escondidos em seu

²⁵⁸ Processo n. 45. *Natureza do Feito: Ação Pública (Furto)*. Indiciado: Clodomiro Fernandes, José Pereira de Lima e Pedro Gonçalves Ramos. Vitima: Companhia de Tecidos Rio Tinto. 27 de novembro de 1959. Caixa – Ano de 1959. p.6. Arquivo do Fórum de Rio Tinto.

²⁵⁹ Processo n. 45.p.18.

interior. Clodomiro tenta convencer os operários das consequências daquele ato, caso fosse descoberto, mesmo assim, decide depositá-lo, mesmo tendo ciência *mais ou menos que aquele recipiente estava cheio de peças de fazenda ou algum outro material*; e conclui *que já havia jogado outros tonéis secos naquele depósito de lixo; que nada mais tem a declarar.*²⁶⁰

Para a primeira audiência, marcada para 01 de fevereiro de 1960, são ouvidas as testemunhas de acusação: José Henrique da Silva, Severino Felício de Lima e Manuel Domingos de Souza. José Henrique, motorista, diz ter presenciado Clodomiro colocar o tambor com tecidos, em um local de materiais imprestáveis. E acrescenta dado importante, sobre a área de vigilância da fábrica:

Que o referido depósito de materiais velhos fica ainda dentro da área de vigilância da Fábrica; que não era fácil aos acusados tirarem a fazenda depositada no local de materiais velhos para fora da área de vigilância da fábrica; que para sair do interior da fábrica, digo, da área cercada passa-se forçosamente por portão guarnecido por vigias.²⁶¹

Ressaltem-se, as dificuldades em sair da fábrica com tecidos roubados. Porém, como possibilidade, faz-se observação: os tambores estão depositados em um espaço de materiais sem utilização, possivelmente a fábrica iria dar fim aos objetos, incluindo o tambor. É possível, que Clodomiro ou acusados soubessem que a fábrica elimina esses tambores, e, decidem estrategicamente ocultar tecidos em tambor em desuso, que passaria sem inspeção pelos vigias.

O vigia Severino Felício de Lima fala ter visto Clodomiro levar o tambor para um local em frente à vigilância. Tem-se, nessa fala uma informação relevante: *Que o acusado José Pereira lhe pediu para ele na qualidade de vigia amenizar a situação de Clodomiro Fernandes*; a resposta é a negativa, posto que, a possível retaliação da fábrica poderia acontecer já que o ato é de conhecimento de vários.²⁶² Os depósitos são colocados, em local de ampla visibilidade: *fica em uma área contornada por edifícios; que o depósito é completamente contornado por edifícios, no entanto, pode ser observado pelo vigia do portão*, reitera Manuel Domingos de Souza, reafirmando *que nunca viu os acusados furtarem tecidos da Fábrica Rio Tinto.*²⁶³

²⁶⁰ Processo n. 45.p.21.

²⁶¹ Processo n. 45.p.41.

²⁶² Processo n. 45.p.42.

²⁶³ Processo n. 45.p.43.

Em 04 de março, ouvem-se mais testemunhas de acusação: José Gabriel Filho, Manuel Tomaz Filho e José Leônco Batista, da mesma seção dos acusados, unânimes em assegurar, que dificilmente o tambor sairia do local sem ser visto, inicialmente pelos fiscais da seção: *do recinto da fábrica onde os operários trabalham só existe uma saída; que a saída única da fábrica é constantemente garnecida por vigias, os quais interceptam qualquer pessoa que por ali passe conduzindo um volume.*²⁶⁴

O corte de tecidos e furto, seja em pequenas e médias partes, é uma prática que, vez ou outra, ocorre na fábrica, apesar do controle dos vigias. Isso é admitido na fala de outra testemunha, o comerciante Luiz Ferreira dos Santos, que declara que, na época em que trabalhava na fábrica, assistiu ao acusado José Pereira, *cortar panos não sabendo com que objetivo*. O advogado dos acusados, Sebastião Lins, contesta as afirmações, e afirma que o comerciante tem animosidade com José Pereira desde 1954, o que é contraditado pelo comerciante.

São ouvidas as testemunhas de defesa dos réus. Imediatamente negam que os acusados tenham furtado ou levado Clodomiro ao mencionado ato. As testemunhas firmam o nível de conhecimento dos envolvidos, assinalando que eles têm bom comportamento, cumpridores dos deveres. Josefa Ferreira de Souza operária, que desde 1956 não trabalhava mais na fábrica fala que, *ninguém pode passar pelo portão da fábrica conduzindo qualquer volume sem que seja revistado pelo vigia*.

José Rosas assegura que *não é possível a nenhum operário da fábrica passar pelo portão conduzindo volumes nas mãos ou mesmo sobre as vestes sem que não seja interceptada pelos vigias.*²⁶⁵ O defensor do réu inquire José Rosas que alerta: *Clodomiro Fernandes afastou-se desta cidade temendo ser batido pelos vigias*. A outra testemunha é contundente na defesa de Clodomiro, ele é *um homem honesto*, assegura. Ainda diz que os vigias do portão principal da fábrica revistam as operárias que portam aventureiros ou objetos de mão.²⁶⁶

Ao término dos depoimentos, os advogados elaboram as razões finais. Sebastião Lins espera que os réus José Pereira e Pedro Gonçalves sejam

²⁶⁴ Processo n. 45.p.50.

²⁶⁵ Processo n. 45.p.57.

²⁶⁶ Processo n. 45.p.58.

absolvidos da acusação. Adailton Costa, advogado de Clodomiro, aponta que o furto em si não havia sido efetivado, pois, *1º) que a coisa não ficou na posse do réu; 2º) que não houve subtração da coisa, uma vez que essa coisa não foi além da esfera de vigilância da vítima.*²⁶⁷ Assim, não havendo caracterização de furto, sequer de tentativa, as testemunhas reiteram a impossibilidade da saída de objetos sem serem revistados pelos vigias. Por fim, a defesa apresenta Clodomiro como um honesto operário em sua conduta na fábrica, o que é reiterado nos relatos das testemunhas.

O fato tem implicação na vida cotidiana do trabalhador, *a simples lembrança do fato, mesmo como motivo de “chacota”, constituirá para ele a maior das reprimendas morais.* O advogado analisa que a lei a ser aplicada deve primar não pela medida punitiva, mas que traga liberdade ao acusado:

Desta maneira a absolvição do acusado não é um estímulo à prática de novo crime, mas o reconhecimento de aplicação legislativa que por direito lhes assiste, uma vez que a lei não é somente lei quando rigorosamente pune, mas, acima de tudo é lei, quando pela sua sublimidade traça um caminho à liberdade daqueles que cogitaram errar mais não erraram, nem mesmo pela vez primeira.²⁶⁸

O juiz Hermilo Ximenes anuncia a sentença em 17 de maio. Realça que as provas apontam para a tentativa de furto, citando para tanto, a própria fala do réu, ao admitir que *sabia mais ou menos que aquele recipiente estava cheio de peças de fazenda ou algum outro material.*²⁶⁹ A culpa de Clodomiro é confirmada. Dos outros acusados, José Pereira e Pedro Gonçalves, o juiz os destitui de culpabilidade direta ou indireta. Segundo sua apreciação, as testemunhas de defesa e acusação removeram qualquer idéia de que eles tinham *orientado ou instigado Clodomiro Fernandes para a prática do delito, ficando as alegações deste último, em seu interrogatório, como um fato isolado, desmerecedor de crédito no conjunto das provas.*²⁷⁰

Quanto a condução de tambores de tecidos para o depósito, o juiz assinala que *dificilmente poderiam sair de sua área de vigilância*, no entanto ressalta que, *nos autos não há prova da impossibilidade absoluta da retirada do tecido no todo ou em partes.* Em 18 de maio é proclamada, a sentença de

²⁶⁷ Processo n. 45.p.68.

²⁶⁸ Processo n. 45.p.70.

²⁶⁹ Processo n. 45.p.73.

²⁷⁰ Processo n. 45.p.74.

acusação de Clodomiro, condenando-o a 2 anos de prisão, mas diminuída para oito meses.

No entanto, a Companhia de Tecidos Rio Tinto entra com recurso em outra instância divergindo da sentença, e requer revisão da sentença que absolve José Pereira e Pedro Gonçalves, e considerada leve a pena aplicada a Clodomiro, argüindo que existem nos autos provas incontestáveis para a condenação, pois, pela fala das testemunhas, um dos réus absolvidos está a par do ato, pois, conforme depoimento do vigia, José Pereira o procura logo após o furto para que *amenizasse a situação de Clodomiro Fernandes*.

Na exposição, há a alusão a casos parecidos, julgados no Tribunal de Justiça de Minas Gerais e São Paulo. A Companhia Rio Tinto aponta outro abuso de Clodomiro, o abuso de confiança: *o criminoso era empregado da recorrente e, como tal, mantinha com a mesma, relações contratuais que implicam na confiança recíproca, na desnecessidade de vigilância e na espera do cumprimento integral dos deveres.*²⁷¹ Aqui se observam as razões argüidas no processo “confiança recíproca” e “desnecessidade de vigilância”, como artifício de retórica processual, posto que, em todos os depoimentos o que mais ressalta é a vigilância ostensiva recobrindo todo o espaço da fábrica, além das revistas pessoais.

A defesa dos acusados José Pereira e Pedro Gonçalves, pede a manutenção da sentença de absolvição, objeto de apelação ao Egrégio. Em face de discordâncias na apelação da Companhia, o advogado Sebastião Lins atenta para o fato de que os envolvidos não trabalham com tecidos, senão nas funções de medição e peso de tintas.

Outro alerta é a fala do vigia Severino Felício, que afirma que José Pereira o procura para interceder pela situação de Clodomiro. Para o advogado, a fala do vigia é suspeita, pois ele é pessoa de confiança da fábrica, *testemunha já de per si suspeita para acusar, diz QUE VIU José Pereira no momento do crime. José Henrique, também presente ao fato diz QUE NÃO VIU José Pereira ali presente. Qual falou a verdade?*²⁷²

Quanto às testemunhas arroladas pela fábrica, *vigias, fiscais, cabos e outros pequenos chefes*, Leite Lopes esclarece que, em Paulista, é

²⁷¹ Processo n. 45.p.86.

²⁷² Processo n. 45.p.93.

procedimento comum nos processos trabalhistas movidos contra a Companhia de Tecidos. Para tanto, cita o caso do ex-banqueiro Severino, procurado por um dos diretores, para depor a favor da Companhia. Em troca, o operário receberia algumas vantagens materiais: casa com água encanada e energia elétrica, aditamento salarial, além da função de fiscal de seção.²⁷³ Aqui se observa os vários estratagemas da direção da fábrica, usando da coação econômica e da expectativa de concessão de vantagens materiais às testemunhas que favorecessem à fábrica.

O procurador de Clodomiro, Adailton Costa, requer reformulação da sentença, sobretudo da condenação, e afirma que a redução da pena está pautada na lei, pois o réu é primário, com *bons antecedentes e vida pregressa irreparável*, bem como pelo fato, firmado em depoimentos, de impossibilidade de retirar-se o tambor com tecidos ou objetos de valor sem conhecimento dos vigias do portão principal. Face a “um crime que não aconteceu”, ou na linguagem jurídica “tentativa irrealizável ou impossível”, o advogado tenta a nulidade de pena, clamando sempre a atenção para forte vigilância no recinto fabril :

Desta maneira, provada a impossibilidade da retirada do objeto, que não transpõe, sequer, a zona vigiada da recorrente, não há como falar-se em tentativa de furto configurada. Mas pela ineficácia e impossibilidade de sua concretização, temos uma configuração perfeita da TENTATIVA IRREALIZÁVEL OU IMPOSSIVEL. Absolutamente impossível! Pois não há como restringir tal impossibilidade, uma vez que o acusado nem sequer tentou retirar da zona de vigilância da Fábrica, isto é, do recinto fechado da Fábrica, pela única passagem existente, E VIGIADA! Ao tonel recipiente dos tecidos.²⁷⁴

Assim, o advogado requer a nulidade da pena. O processo arrasta-se até 25 de março de 1961, quando o defensor do réu, em último recurso jurídico, vale-se de decreto do Presidente da República, e pede a soltura do réu:

Clodomiro Fernandes vem respeitosamente perante V. Excia. por seu procurador e advogado infra firmado, requerer o benefício do Decreto Lei 50.240 - do Sr. Presidente da República, datado de 28 de janeiro de 1961, que concede o perdão definitivo para todos os condenados à pena que não excede de quatro anos e que tenham cumprido até a

²⁷³ LEITE LOPES, José Sérgio. Op. Cit. p.361-362.

²⁷⁴ Processo n. 45.p.98.

data da publicação do citado Decreto Lei, um terço da pena sendo ainda de boa conduta carcerária e acima de tudo primário na delinqüência, para que seja concedida a sua liberdade.²⁷⁵

O juiz acolhe o pedido e ordena, em Alvará, a saída de Clodomiro da carceragem da Cadeia Pública de Rio Tinto, em 25 de março de 1961. Solto, o operário tem seu nome marcado pelo processo, que lhe redefine o perfil de honesto e bom trabalhador. É certo que tal fato marca profundamente sua imagem de operário honesto; doravante o fato será muitas vezes objeto da reprimenda pública, velada ou aberta em seu meio.

Em estudo, Elisabeth Weid e Ana Marta Bastos, em referência a casos de furtos na Fábrica Cruzeiro - da Companhia Têxtil América Fabril - no Rio de Janeiro, afirmam: *A motivação do operário podia estar ligada a procura de uma compensação pela exploração sofrida, à necessidade de complementação do orçamento familiar (através da venda do material), ou ao objetivo de prover a família de roupas.*²⁷⁶ Ressaltam a punição como medida preventiva: *Para a empresa justificava-se a aplicação da pena máxima como exemplo para os outros operários diante do perigo que o 'ladrão' representava para o patrimônio.*²⁷⁷

Nesse processo, ressalte-se a atuação dos vigias e a vigilância no trabalho e nas várias seções da tecelagem Rio Tinto. Eram funcionários de confiança dos Lundgren, na função de vigiar operários, de quem qualquer desleixo ou descumprimento são delatados à direção da fábrica. Existem dois tipos de vigias em Rio Tinto: de policiamento (que cuidam da segurança da cidade) e de ponto (responsável pelas seções dentro da fábrica). Severino Felício é vigia de ponto e apreende os tecidos do tambor, na tentativa de furto do operário Clodomiro. Sobre as diferenças desses dois tipos, Júlio Justino esclarece:

Os vigias de ponto era o seguinte: aqui era um ponto da seção da fábrica, trabalhava um ali, trabalhava outro. E tinha os vigias que faziam os serviços de policiamento, estes eram mais odiados pelo povo. Por que aqui em Rio Tinto não tinha polícia, era vigia. O seu

²⁷⁵ Processo n. 45.p.111.

²⁷⁶ WEID, Elisabeth von der e BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *O fio da meada; estratégia de expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril: 1878-1930.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986, p. 165.

²⁷⁷ WEID, Elisabeth von der e BASTOS, Ana Marta Rodrigues. Op. Cit. p. 247.

Frederico no começo pra rodar isso aqui, ele foi em João Pessoa e arrumou vinte anos sem pagar imposto da fábrica, comprehendeu e tudo mais. Mas o Governador também não era muito tolo e disse que ele ficasse responsável pelo policiamento, então tinha os vigias.²⁷⁸

Quando afirma que os de policiamento *eram os mais odiados pelo povo*, faz referência, especialmente a alguns abusos cometidos a mando dos Lundgren, na coação de operários nos anos 1930, que se envolvessem com questões sindicais. Essa informação é, ratificada por José Antônio da Silva, ao dizer que seu irmão fora agredido por vigias, ao tentar se envolver com o sindicato. A fala do vigia de ponto Severino do Nascimento, ao se referir a atuação dos vigias de policiamento na época de Frederico Lundgren, e com o advento da movimentação operária, sobretudo, a partir do final dos anos 1950, é contundente:

Dos anos 1940 pra lá, os operários naquele tempo não fazia greve, naquele tempo os Lundgren era diferente, as coisas não eram assim, não. No meu tempo houve um bocado de greve, mas eu mesmo trabalhando em portão agente não poderia segurar. Tinha um tempo que o povo queria sair, parou a fábrica, ai agente foi fechou o portão e levaram agente com portão e tudo.²⁷⁹

Severino Nascimento ainda reitera que os vigias antes dos anos 1940 trabalham armados: andava armado antigamente por que não tinha lei, mas não foi no meu tempo. No nosso tempo eu trabalhava desarmado, a não ser no cofre. Depois de 1972 para cá a Companhia conseguiu que os vigias trabalhassem armados. A partir de 1962 os vigias não andavam armados, pois, medida do juiz Hermilo Ximenes de 17 de março de 1962 proíbe o uso de armas na cidade: foices, facas, ou mesmo armas de fogo. É medida preventiva, pois, os camponeses circulavam livremente com foices pela cidade, como se fossem instrumentos de trabalho e era preciso evitar algo pior²⁸⁰. Em destaque esta cláusula:

²⁷⁸ Júlio Justino da Silva – 78 anos. Serralheiro começou a trabalhar em 1948 na fábrica. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

²⁷⁹ Severino Nascimento Soares – 72 anos. Trabalhou como tecelão de 1949 a 1960, quando passou a trabalhar como vigia. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

²⁸⁰ Hermilo de Carvalho Ximenes. Juiz de Rio Tinto, no período de 1959 a 1964. Entrevista realizada em João Pessoa, julho de 2005.

IV – Para efeito de aplicação da norma primeira, a faca peixeira ou de qualquer outro tipo similar, não será considerada instrumento de trabalho, quando conduzida dentro de perímetro urbano, nas ruas e logradouros públicos, como também no interior de fábricas e oficinas onde seu uso não se fizer necessários para o exercício de ofício ou profissão.²⁸¹

A portaria atinge trabalhadores, vigias, camponeses, proprietários rurais e os Lundgren, mas com um alvo principal:

V – A foice de roça e ferramentas análogas, ou faca de qualquer tipo, não serão consideradas como instrumento de trabalho em passeatas, ajuntamento e comícios realizados nas estradas públicas ou particulares bem como nas sedes de propriedades rurais.

VII – As autoridades policiais em nenhuma circunstância permitirão que proprietários rurais ou seus prepostos constranjam trabalhadores agrícolas, mediante violência ou grave ameaça, a não fazer o que a lei permite ou a fazer o que não manda, bem assim, a prestação de qualquer trabalho, inclusive, da chamada diária semanal – obrigatória.

Os vigias de ponto fazem o controle dentro da fábrica, por exemplo, nas seções de manuseio de tecidos à vigilância é redobrada. A tecelã Maria Conceição confidencia como os trabalhadores driblavam a vigilância e furtavam tecidos:

Aqui tinha gente que pegava uma moitinha, e ia ao banheiro - o banheiro era tudo de porta - e se enrolava tudinho. Eu nunca vi não, mas, eu ouvia falar muito, ainda teve gente que chegou a me falar: deixa de ser besta mulher leva. Ai eu disse Deus me livre! Ai ela disse, pois eu levei um pedaço desses.²⁸²

Ao passar pela inspeção do portão principal, ao constatar que o operário escondia cortes de tecidos, havia algumas atitudes de retaliação adotadas pelos diretores da fábrica: medidas punitivas para servir de exemplo para os outros trabalhadores:

Nas vezes em que o operário era flagrado na saída da fábrica, o fato era imediatamente levado ao conhecimento da diretoria que fazia o acordo com o operário de não “sujar” a carteira de trabalho, contado que não tivesse nenhum direito à indenização, além de perder a moradia. Dependendo da gravidade do caso, toda a família do

²⁸¹ Poder Judiciário. Juízo de Direito da Comarca de Rio Tinto. Portaria n.5, de 17 de março de 1962.

²⁸² Maria da Conceição Nascimento – 76 anos. Tecelã trabalhou de 1942 a 1974. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

operário que trabalhasse na fábrica era indenizada e, num espaço mínimo de tempo, deixava a cidade.²⁸³

Assim, a direção da fábrica, especificamente por meio do chefe da seção dos vigias, repassava ordens e normas, para que fossem mais rigorosos na vigilância, sobretudo, na vistoria no portão principal:

Para a gente era feito pela chefia. Sobre o trabalho, como era o dever, como deveria trabalhar e tratar o povo, e quando a companhia queria dar alguma ordem mais severa, era afim de que? A fim de investigar alguma coisa né, ai fazia as reuniões passavam para a gente como deveríamos fazer. Fazer tudo direito, tudo certo. Investigava, observava ou mesmo corrigia alguma coisa de operário, depois que teve morte e roubalheira toda de pano.²⁸⁴

No interior da fábrica, em horários de trabalho, há controle sobre ida a banheiros, onde os trabalhadores *passavam pela vigilância da “latrineira”, pessoa encarregada de controlar o tempo das idas ao banheiro.*²⁸⁵ No processo de Clodomiro, testemunha afirma que os vigias, em determinado período, inspecionam as vestes e até o avental de operárias.

O processo de Clodomiro evidencia muitas interpretações. Uma que o roubo de tecidos em tecelagens constitui enquanto, momento do trabalhador obter mais dinheiro para o seu sustento comercializando os cortes. Outra é que os operários encontravam brechas para burlar a vigilância no interior das seções,

A partir de 1960 com ascensão de Antônio Fernandes como presidente do sindicato, e como prefeito de Rio Tinto em 1963, os trabalhadores da fábrica Rio Tinto, somam mais força na diminuição do poder dos Lundgren. É época de intensas movimentações reivindicatórias. De avanços nas conquistas, mas também de certo recuo, sobretudo nos desdobramentos do golpe civil-militar de 1964 em Rio Tinto.

²⁸³ MACÊDO, Maria Bernadete. Op. Cit. p.191.

²⁸⁴ Severino Nascimento Soares – 72 anos. Trabalhou como tecelão de 1949 a 1960, quando passou a trabalhar como vigia. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

²⁸⁵ MACÊDO, Maria Bernadete. Op. Cit. p.191.

Capítulo III – ESPAÇOS DE LUTA OPERÁRIA: SINDICATO E PREFEITURA (1960-1964).

3.1. Mudando a história do Sindicato Têxtil de Rio Tinto (1960-1964).

No contexto do final da década de 1950 na Paraíba, os trabalhadores urbanos (e rurais, com a criação da primeira Liga Camponesa, a de Sapé) se organizam cada vez mais, em torno de suas entidades representativas. A esse tempo a Delegacia Regional do Trabalho, registra cerca de 33 sindicatos²⁸⁶ representando operários de vários setores, entre João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Santa Rita e Rio Tinto. São estes trabalhadores e seus respectivos sindicatos, que trarão efervescência social, até o golpe militar de 1964. O número de sindicatos sistematizados pela DRT o seu consequente destaque no cenário social, faz com que o DOPS da Paraíba e Pernambuco, realize certa vigilância.

O sindicato têxtil de Rio Tinto é o maior do Estado, com mais de quatro mil associados. A partir de 1960, o Sindicato (com a eleição de Antônio Fernandes de Andrade para Presidente) e a Prefeitura (eleito em 1963 este operário prefeito de Rio Tinto) contribuem com a luta operária. A eleição de Antônio Fernandes dá ao Sindicato Têxtil de Rio Tinto nova fase na história.

Antônio Fernandes é diferente do antecessor em múltiplos aspectos, dada sua oposição diante de práticas políticas e econômicas dos mandatários da fábrica. Bem diferente de João Batista Fernandes que estava à frente da entidade classista desde 1951, tido por muitos como “pelego” da fábrica e segundo fontes de Inquérito Policial Militar, uma *espécie de factótum* da Companhia de Tecidos Rio Tinto.²⁸⁷ Mas é preciso problematizar as afirmações de João Batista como pelego da fábrica. Ele permaneceu à frente do sindicato durante nove anos, para cumprimento de mandatos para o que contou, possivelmente, com o respaldo dos trabalhadores associados ao sindicato.

²⁸⁶ Documento inserido na Pasta “Paraíba” - 1959. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Arquivo do DOPS, Recife-PE.

²⁸⁷ *Inquérito Policial Militar* de 31 de julho de 1964.p, 24.

A memória dos trabalhadores de Rio Tinto, sobre Antônio Fernandes (o Bolinha) e João Batista (o Batistinha) é relevante para compreensão de diferenças de gestão dos dirigentes sindicais. Com relação a fase de João Batista, se sobressaem diversos relatos de práticas assistencialistas, como fornecimento aos operários de remédios, ordens para consulta médica e passagens de ida e volta à capital. O serralheiro Julio Justino enfatiza esses auxílios, que se verifica como usual no período:

Eu dizia: Batista eu tive doente, minha mãe adoeceu, ai ele dava uma ajudazinha... Mas eu ficava com vergonha, você tinha que dizer pra todo mundo, às vezes o cara se acanha dessas coisas eu pelo menos eu me acanho, está numa situação difícil e pedir uma ajuda. Eu pedi uma vez uma ordem para uma consulta em João Pessoa, Batistinha me deu e eu fui com o meu cunhado. No caminhão ele foi para Cabedelo, e eu fiquei em João Pessoa. Batistinha me deu as passagens, quando foi no outro dia, fui levar. Só gastei uma passagem de volta levei a outra. Tinha gente que pegava pedia passagem e vendia, não precisava. O cara pegava e vendia pela metade do valor e fazia dessas coisas, né. Eu nunca fiz não. Então quando eu cheguei lá, ele disse: Júlio vamos ver se tem o remédio, cadê a receita, tem dois remédios aqui. Aí eu disse: eu já comprei Batista. Aí ele disse: Está certo muito bem você fez certo. Agora qualquer tempo que eu tiver no sindicato que você precisar do sindicato, você venha para o sindicato viu, eu gostei dessa sua atitude.²⁸⁸

Assim, Júlio Justino tenta se distanciar de algumas atitudes avaliadas por ele e João Batista, como “desonestas”, de operários que vendiam as passagens fornecidas pelo sindicato. Essa atuação assistencialista, bem como o favorecimento à fábrica e o papel conciliador em busca da neutralização de conflitos, é posta em destaque, e João Batista é apresentado pelos contemporâneos como o dirigente que costumava fazer “corpo mole”, nos conflitos entre operários e fábrica. Sua atuação é avaliada como um escolha possível em que privilegiou o diálogo entre as partes e a solução dos antagonismos, um padrão que oscilava entre o paternalismo, a subserviência aos interesses da fábrica e a conciliação como norma: *Ele era daqueles que coadunava o pensamento do Sindicato com o pensamento da Fábrica, não queria desgostar ninguém, ou melhor, em poucas palavras conforme diz o*

²⁸⁸ Júlio Justino da Silva – 78 anos. Serralheiro começou a trabalhar em 1948 na fábrica. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

*trabalhador, era “água me leva, água me traz.” Isso antes do Antônio Bolinha.*²⁸⁹

A inibir possíveis atritos, partindo para conciliações João Batista marca o perfil de sindicato assistencialista ligado aos interesses da fábrica. Tal prática exercida tem explicações em estudos sobre o assistencialismo no sindicalismo brasileiro: *Percebemos que desde Vargas governos estimularam os sindicatos a praticar atividades assistenciais como forma de torná-los organizações mais colaborativas do que entidades de enfrentamento.*²⁹⁰

Exemplo da atuação conciliatória é rememorado por José Antônio da Silva. Relata que na época de trabalhador, a fábrica não lhe paga suas férias em determinado momento. Ao procurar o sindicato, João Batista procura amenizar-lhe o descontentamento, deliberando pelo pagamento. Mas, ressalta que João Batista, era responsável pelo setor da fábrica que pagava aos operários, e assim, encobria o não cumprimento das obrigações trabalhistas da fábrica. Foi utilizando desse assistencialismo, aliado ao evidente favorecimento à fábrica, que se torna vereador no inicio dos anos 1950 em Mamanguape. A ação assistencialista faz com que na memória dos trabalhadores, ele seja avaliado inicialmente como um bom presidente:

Agora ele demonstrava bom, porque não tinha outro para enfrentar, ninguém queria né. E ele demonstrava uma parte social, dava remédio. Mas direito não, era encoberto. Ele era duas bandeiras, era favorável a você e favorável a fábrica. Mas quando o povo reconheceu isso, e ele era mais vereador, perdeu. Foi quando tomamos o sindicato. Ele tinha tanto compadre aqui dentro de Rio Tinto, que só de compadre elegia ele para vereador, mas perdeu, desapareceram os compadres. Porque o povo - faz como a Bíblia diz - tem uma trava no olho não enxerga, mas o povo tão vendo a trava.²⁹¹

²⁸⁹ Antônio Martins Delgado, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Rio Tinto (1976-1986). Entrevista realizada por Silvio Frank Allem e Maria Bernadete F. de Macedo. Rio Tinto, 24 de maio de 1984. In.: MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. *Inovações Tecnológicas e Vivência Operária – O caso de Rio Tinto 1950-1970*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia da UFPB. João Pessoa, 1986. Vol.II – Cronologia e Anexos. Anexo n.07, p, 286-287.

²⁹⁰ SOUTO JÚNIOR, José Fernando. *Pelegos, Puros e Modernizadores: Reflexões acerca do termo assistencialismo no movimento sindical brasileiro*. In: Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais, n.23, outubro de 2005, p.105.

²⁹¹ José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967 se tornou presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006.

João Batista serve-se estrategicamente da função de pagador da fábrica, para passar uma imagem aos trabalhadores de que o sindicato, e mais especificamente, sua atuação, favorecia o trabalhador. Porém, a omissão de João Batista em denúncia contra a fábrica pelo não cumprimento de leis trabalhistas, e sua ação atenuante nos conflitos, aparece em outra fala: *Era assim, quase que uma dobradinha, você era suspenso da fábrica, e ia pra lá. Ele dizia: Deixa essa porcaria pra lá meu irmão, tome o sindicato vai dar. Quanto foi? Três dias, pronto três dias de salário pra você.*²⁹²

Deste modo, são evidentes nas memórias dos trabalhadores, as afirmações da ligação de João Batista com a Companhia de Tecidos Rio Tinto. Alguns operários reafirmam o sindicato como espécie de extensão da fábrica, com “o dedo do patrão” avaliando a política assistencialista do sindicato. Observe-se que as afirmações, são marcadas por um entendimento difuso do papel e da ação do dirigente: *O sindicato naquela época era nosso, mas pertencia à companhia. Mas ele foi um bom presidente de sindicato, não foi mau não.*²⁹³

João Batista conserva-se à frente do sindicato têxtil de Rio Tinto de 1951 a 1960, e as memórias sobre sua atuação apontam para um presidente que realiza assistencialismo, dialoga com a fábrica e inibe conflitos. Durante suas gestões, vence as quatro eleições sindicais e ao mesmo tempo, exerce o cargo de vereador em Mamanguape, cidade da qual Rio Tinto é distrito até 1956, data de sua emancipação.

Nesse espaço de tempo, se destaca Antônio Fernandes de Andrade. Nascido em 1925, na cidade de Guarabira, Antônio Fernandes chegou a Rio Tinto no início dos anos 1940. Já nesta época, a cidade-fábrica recebia um grande contingente de trabalhadores. Este seria mais um entre os operários migrantes, nesta saga dos camponeses se transformando em operário de fábrica. Ali, uma tecelagem com um efetivo de mais de treze mil trabalhadores.

²⁹²Júlio Justino da Silva – 78 anos. Serralheiro começou a trabalhar em 1948 na fábrica. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

²⁹³ Severino Nascimento Soares – 72 anos. Trabalhou como tecelão de 1949 a 1960, quando passou a trabalhar como vigia. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

Trabalhador de seção subsidiária à fábrica, como serralheiro logo se torna operário que questiona, e em certos momentos, enfrenta as ordens da fábrica. No inicio da década de 1950, Antônio Fernandes constrói casa sem consentimento da fábrica, enfrentando e desobedecendo a norma vigente em Rio Tinto.²⁹⁴ Esta desobediência, logo alçou a trabalhador que exercia críticas aos Lundgren e, por conseguinte a atuação de João Batista.

Em 1953, Antônio Fernandes disputa a eleição para o sindicato, não para a presidência, mas para outro cargo, em chapa de oposição à João Batista. Logo a atividade sindical o seduz, e passa a disputar eleições para entidade classista. João Batista via que certa oposição começa a se organizar.

Nas eleições de 1958 três chapas são registradas, e Antônio Fernandes concorre novamente contra João Batista. Note-se que na chapa, ao lado de Antônio Fernandes, está Severino Joaquim da Silva e Antonio Martins Delgado, que pós-1964, tornam-se dirigentes sindicais. As informações sobre Antônio Fernandes no livro de registro de chapas do sindicato, diz-se o seguinte: *Tempo de exercício das atividades: 15 anos; Tempo de associado no sindicato: fundador.*²⁹⁵ A citação como fundador, refere-se ao período pós-1943, quando a entidade é criada oficialmente.

Já interessado nas atividades sindicais e político-partidárias, Antônio Fernandes, é escolhido, em consenso, para disputar, em 1960, a presidência do sindicato. Mas as explicações desta escolha devem ser levadas em conta. Antônio Fernandes a esse tempo, já se destaca enquanto oposição a fábrica, portanto, suas críticas, seu enfrentamento e sua condição de exercê-las, possui uma observação: em 1953, completara dez nos de trabalho, sendo portador de estabilidade o que impedia pela lei que a fábrica o demitisse.²⁹⁶

²⁹⁴ José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967 se tornou presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006.

²⁹⁵ *Livro de Registro das Chapas as Eleições para o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Fiação e Tecelagem de Mamanguape.* Rio Tinto, 30 de maio de 1958. João Batista Fernandes – Presidente. P.42. Arquivo do Sindicato Têxtil de Rio Tinto.

²⁹⁶ José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967 se tornou presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006.

Assim sendo, Antônio Fernandes é operário bastante popular entre os trabalhadores. Esta notoriedade, em parte, residia na atitude de entrar em choque com os mandatários da tecelagem, sobretudo, ao construir casa contra seu consentimento. Enquanto desempenhando as funções de serralheiro, alguns operários reiteram sua “popularidade”, no entanto, ressaltam que não era um bom trabalhador: *Já, já era conhecido, já trabalhava na fábrica era serralheiro, na seção da oficina. Era um preguiçoso da medida grande, compreendeu.*²⁹⁷ Igualmente pelas memórias de João Batista a tentativa é desqualificar Antônio Fernandes, informando que este seguia o protestantismo, religião que não era aceita pelos Lundgren:

Na Oficina, durante o tempo que lá passou, limpando ferros, bateu o campeonato em preguiça e em embromação! Existem ainda alguns ex-chefes da Oficina que comprovam perfeitamente o que ora afirmo. Na oficina, em horas de trabalho, passava o tempo todo falando sobre assuntos bíblicos e da vida alheia do povo. Até que se decidiu passar, em caráter definitivo, para as hostes comunistas logo que Rio Tinto passou à cidade no ano de 1956.²⁹⁸

A eleição de 1960 para o sindicato, demonstra claramente que havia aquela altura desgaste de João Batista. As duas chapas registradas reuniam: de um lado Antônio Fernandes (como oposição) e de outro João Batista (tentando mais uma vez a reeleição). Esta demarcação já estava clara para os trabalhadores: *a companhia deu dinheiro para se votar em Batistinha e perdeu o poder da companhia ai não valeu, porque o povo tava se libertando.*²⁹⁹

²⁹⁷ Júlio Justino da Silva – 78 anos. Serralheiro começou a trabalhar em 1948 na fábrica. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

²⁹⁸ FERNANDES, João Batista. *O Extinto Rio Tinto. Rio Tinto.* Paraíba, 1971. p. 129.

²⁹⁹ José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967 se tornou presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006.

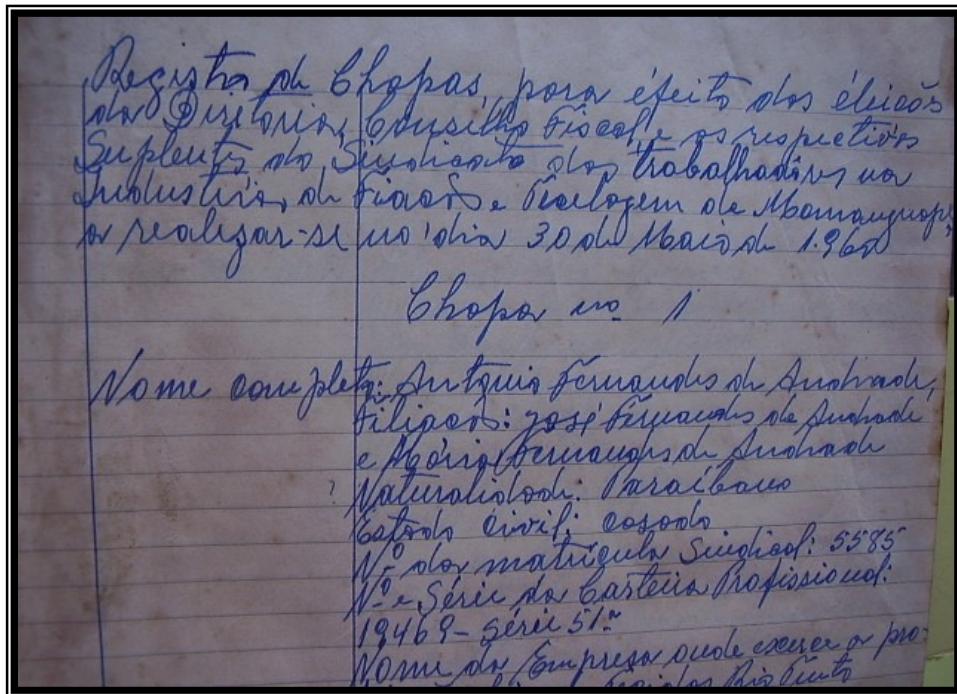


Figura 23 – Livro do Sindicato Têxtil com registro de chapas às eleições sindicais de 1960. Arquivo do Sindicato Têxtil de Rio Tinto (PB).

A repercussão, no meio operário, da vitória de Antônio Fernandes é descrita com entusiasmo: *Quando Bolinha tomou o sindicato foi um negócio medonho. O pessoal muito animado.*³⁰⁰ Assumindo o papel de liderança como instrumento de oposição à gestão de seu antecessor, e, por conseguinte, à Fábrica, o próprio Antônio Fernandes afirma, como se construiu em oposição sindical e credita a grande votação obtida (1560 votos) ao longo período da diretoria anterior e ao desgaste observado com as insatisfações expressas pelos trabalhadores, que desejavam um sindicato com a cara do trabalhador e não aquela espécie de apêndice da fábrica. Parece que a assistência na doença, o padrão benéfico já não atendia os trabalhadores, que viviam uma vida cada vez mais complexa no mundo do trabalho e no seu cotidiano, informados inclusive que a roda do mundo girava e a noção de direitos incluía uma legislação e o cumprimento de normas jurídicas.

Parece que já não se contentavam com o pagamento de uma passagem aqui, a doação de um medicamento ali, o pagamento dos dias parados acolá: *Era uma insatisfação que eu sempre falava e o povo foi*

³⁰⁰ Júlio Justino da Silva – 78 anos. Serralheiro começou a trabalhar em 1948 na fábrica. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

*adquirindo uma certa consciência; o que se previa era que, nesses 9 anos, não se devia esperar por um presidente do Sindicato que não estava resolvendo os problemas sentidos.*³⁰¹

As pretensões de Antônio Fernandes à presidência do sindicato, e até para outras esferas de poder (como a prefeitura), são notadas desde o princípio de sua iniciativa sindical. Seus projetos, não contemplavam tão somente o sindicato: *Ele tinha uma aspiração mais longe, ele tinha uma visão mais adiantada, ele era, assim, ambicioso - e o que ele queria, essa é a verdade, era chegar ao cargo do Sindicato, como chegou ao poder mais adiante, como chegou a ser prefeito.*³⁰²

A vitória de Antônio Fernandes nas eleições sindicais fez esquentar ainda mais suas desavenças com os Lundgren: *Agora que a fábrica tinha raiva de Bolinha tinha, os dirigentes tinham raiva de Bolinha e não era brincadeira não. A companhia não se dava bem com ele.*³⁰³ A desarmonia com a fábrica, e, por conseguinte, com João Batista, tornam-se evidentes. A relação entre os dois dirigentes sindicais pautava-se por acusações mútuas e confrontamentos. As ligações de João Batista com a fábrica são postas em relevo ao final de sua gestão, pois, os operários o acusavam, por exemplo, de freqüentar o Rio Tinto Tênis Clube, local de lazer freqüentado pelos diretores, pelos altos cargos da tecelagem, e pela família Lundgren.³⁰⁴

Os depoimentos prece unâimes em afirmar o “peleguismo” de João Batista. Antônio Fernandes relata que ao assumir o sindicato em 1960, seus antecessores eram presidentes subservientes aos interesses dos Lundgren, demarcando nesse sentido, sua atuação em favor dos trabalhadores:

³⁰¹ Antônio Fernandes de Andrade. Entrevista realizada pelo Historiador Silvio Frank Allem, Maria Bernadete de Macedo, em 19 de outubro de 1984. MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. Op. Cit. p, 285.

³⁰² Antônio Martins Delgado, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Rio Tinto (1976-1986). Entrevista realizada por Silvio Frank Allem e Maria Bernadete F. de Macedo. Rio Tinto, 24 de maio de 1984. In.: MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. *Inovações Tecnológicas e Vivência Operária – O caso de Rio Tinto 1950-1970*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia da UFPB. João Pessoa, 1986. Vol.II – Cronologia e Anexos. Anexo n.07, p, 336.

³⁰³ Severino Nascimento Soares – 72 anos. Trabalhou como tecelão de 1949 a 1960, quando passou a trabalhar como vigia. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

³⁰⁴ Júlio Justino da Silva – 78 anos. Serralheiro começou a trabalhar em 1948 na fábrica. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

A minha história no Sindicato foi o seguinte: naquela época, o Sindicato já existia, em 43. Foi justamente na época que eu entrei e teve uns presidentes. No início nós admitimos que eles eram muito servicial da fábrica, eles não cumpriam o que a lei determinava e já o operário foi tomando conhecimento. Eu ganhei as eleições para João Batista Fernandes, em maio de 1960, e, então, o Batista já fazia nove anos que era presidente do Sindicato, já ia completar dez (10), mas como ele não teve assim uma atuação muito imprecisa então o povo resolveu retirá-lo e me colocar por eleição.³⁰⁵

Reiterando oposição à fábrica, Antônio Fernandes afirma categoricamente: *A minha fase na presidência do Sindicato foi fundamental o cumprimento da lei (...) Isso de qualquer maneira, não satisfez o poder dominante da Fábrica.*³⁰⁶ A insatisfação dos Lundgren com a ascensão do operário é notória. A eleição de Fernandes para prefeito de Rio Tinto em 1963, e ação em favor dos operários põem em questão com maior intensidade o domínio dos Lundgren.

A ascensão de Antônio Fernandes no sindicato é para João Batista, momento onde a influência comunista se torna evidente. Este reitera o ajuntamento político entre o PCB e o PRP (liderado na região pelo integralista Francisco de Assis Nogueira, ferrenho opositor dos Lundgren e de João Batista): *Daquela inacreditável união, surgiu a vitória de ‘Bolinha’ para a Presidência do Sindicato dos operários do Rio Tinto, isso em maio de 1960.* Ainda afirma que os novos dirigentes do sindicato, de imediato suspendem a circulação de um jornal editado em sua gestão “*O Tecelão*” que transmitia ao mundo as agruras do operariado, que publicava todos os negócios financeiros do órgão.³⁰⁷

Entretanto, para alguns dirigentes sindicais a função do jornal servia para divulgação dos interesses da fábrica e valorização e autopromoção da imagem do próprio João Batista: *no tempo de Batistinha ele fez o Tecelão, mas era só formalidade, era só valorizando ele mesmo e a companhia, só para dizer que empregava dinheiro.*³⁰⁸

³⁰⁵ Antônio Fernandes de Andrade. Entrevista realizada pelo Historiador Silvio Frank Allem, Maria Bernadete de Macedo, em 19 de outubro de 1984. MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. Op. Cit. p. 334.

³⁰⁶ Idem, p.339.

³⁰⁷ FERNANDES, João Batista. *O Extinto Rio Tinto. Rio Tinto.* Paraíba, 1971. p. 130.

³⁰⁸ José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967 se tornou presidente,

Como presidente do sindicato têxtil, Antônio Fernandes se alinha à Federação dos Trabalhadores das Indústrias da Paraíba, e, por conseguinte, ao Comando Geral dos Trabalhadores – C.G.T. Criado em 1962, o C.G. T, logo tem aproximação aos temas políticos nacionais em evidência denotando estreitas ligações com o governo João Goulart, ao se manifestarem, por exemplo, a favor das Reformas de Base: *o CGT nascia com o encargo de organizar uma campanha pelas reformas de base e rapidamente, assume a liderança do movimento sindical nacional, ocupando seu espaço de representação superior dos trabalhadores.*³⁰⁹

O CGT reúne órgãos estaduais de representação da classe trabalhadora, como a Federação dos Trabalhadores da Paraíba. A ligação do sindicato com o CGT é reafirmada por Antônio Fernandes: *como o Sindicato era subordinado à Federação (...) e nós tínhamos que obedecer à Confederação por intermédio da Federação.*³¹⁰

Antônio Fernandes, em julho de 1960, já como presidente do sindicato, se destaca nos debates político-partidários da Paraíba. Nesse ano, há uma dissensão interna do PTB paraibano, que envolve Argemiro de Figueirêdo, senador e um dos chefes do partido. As entidades sindicais da Paraíba se colocam à favor de Argemiro, em notas publicadas nos jornais *A União* e *O Norte*, e Antônio Fernandes é um desses líderes a favor do senador petebista.³¹¹ Nesse contexto, a ala esquerdista do PTB, o PCB, e em menor medida o PSB, são partidos que atuam em Rio Tinto.

O posicionamento político de Antônio Fernandes e sua postura em defesa dos trabalhadores alcançam a certo destaque no movimento sindical paraibano. Assim, em 1961 é eleito 3º vice-presidente do Conselho Sindical da Federação dos Trabalhadores da Paraíba. Este conselho tem como objetivo

posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006. Por mais que procurássemos, não foi possível encontrar exemplares desse jornal.

³⁰⁹ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos – Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial. Universidade do Rio de Janeiro, 2001, p. 117.

³¹⁰ Antônio Fernandes de Andrade. Entrevista realizada pelo Historiador Silvio Frank Allem, Maria Bernadete de Macedo, em 19 de outubro de 1984. MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. Op. Cit. p, 352.

³¹¹ *Argemiro prestigiado pela classe operária – LÍDERES SINDICAIS SOLIDÁRIOS COMO SENADOR PETEBISTA*. A União, 05 de julho de 1960. A relação tênue dos sindicatos com Argemiro naquele momento seria realçada em outro artigo na edição seguinte do dia 06, assinado por João Bernardo: “*O P.T.B E OS SINDICATOS*.”

*unificar as diversas classes profissionais do Estado, para fixar diretrizes comuns no trato de assuntos de seus interesses.*³¹² Em janeiro de 1962, assume importante cargo na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria no Rio de Janeiro.³¹³

Em Encontros e Congressos de Trabalhadores, o sindicato de Rio Tinto se faz presente em articulações nos planos nacional e regional, tomando parte nos debates. Para esses eventos o sindicato envia representantes, como à I Conferência dos Trabalhadores Baianos, em Salvador, em agosto de 1961. Nesse encontro, participam, além do sindicato têxtil de Rio Tinto, representantes de entidades sindicais de Santa Rita, Cabedelo, Bayeux, Campina Grande e João Pessoa³¹⁴. Em outubro, novo evento de trabalhadores, na Guanabara, o III Encontro Nacional Sindical. Os tecelões de Rio Tinto estão representados³¹⁵. A esse tempo adicionava-se ao temário dos encontros e congressos, os problemas dos trabalhadores do campo, especialmente, a luta pela Reforma Agrária.

De 1960, ao assumir a presidência do sindicato têxtil de Rio Tinto, até 1964, Antônio Fernandes se firmou em defesa dos trabalhadores, em oposição aos Lundgren. Em 1962, contando dois anos à frente do sindicato, Fernandes faz liderança em Rio Tinto, e na Federação dos Trabalhadores da Paraíba, possui diálogo constante.

Destaque e reconhecimento se devem às posições públicas, no cenário político e sindical da Paraíba, conforme notícia sobre articulações dos principais líderes dos trabalhadores paraibanos, visando às eleições de 1962, em busca de legenda partidária e candidato de consenso que represente seus interesses, mais ainda, *alheio ao peleguismo*. A legenda PSB, nos bastidores cogita o nome de Antônio Fernandes:

O nome mais cotado no meio da liderança trabalhadora entre os demais - conforme se sabe - é o do sr. Antônio Fernandes de Andrade, Presidente do Sindicato de tecelões de Rio Tinto. O

³¹² *Classes Trabalhadoras se unificam*. A União, 11 de julho de 1961.

³¹³ NOTAS E NOTÍCIAS – Luis Hugo Guimarães. LÍDERES VIAJARAM. O Norte, 14 de janeiro de 1962.

³¹⁴ *Conferência de Trabalhadores na Bahia: Paraíba estará presente*. A União, 17 de agosto de 1961.

³¹⁵ PREVIDÊNCIA E SINDICALISMO – Em Conversa. III Encontro. Luiz Hugo Guimarães. O Norte, 12 de outubro de 1961.

prestígio do líder riotintense é grande entre os diretores da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado, por sinal foi o candidato indicado, para representar aquele órgão federativo como suplente do Conselho Fiscal da CNTI, (entidade de cúpula dos trabalhadores brasileiros), numa movimentada eleição, em que se saiu vitoriosa a chapa apoiada pela Federação deste Estado.³¹⁶

O destaque na imprensa e nos meios sindicais afirma a liderança de Antônio Fernandes, que desperta inquietação da Fábrica. Inquietação que tomou forma, nas eleições em 1962 para a presidência do sindicato. Evidentemente, os Lundgren desaprovam sua atuação, e uma estratégia é montada para derrotá-lo. Alijá-lo do cargo de presidente é objetivo dos Lundgren, com apoio à chapa encabeçada por João Batista, dado como bom interlocutor dos interesses patronais junto à categoria.

A fábrica começa a agir nos bastidores, o jornal estampa notícia que é um balde de água fria no projeto de reeleição de Antônio Fernandes: *CINCO MIL PARA CADA ELEITOR DO SINDICATO*. Eis o que a Companhia de Tecidos Rio Tinto oferece para os associados que votassem na chapa de João Batista Fernandes.

A notícia é revelada pelo advogado do sindicato José Gomes, na sede da Federação dos Trabalhadores na capital, e repercutida na imprensa: *Com a vitória do candidato da Fábrica o pagamento será efetuado, indistintamente aos 1.800 eleitores do Sindicato, chegando as despesas a mais de 9 milhões de cruzeiros*. Assim, os Lundgren não medem esforços para vencer Antônio Fernandes, e controlar o sindicato com uma direção domesticada. Ao tomar conhecimento da notícia, o tom é de derrota: *Nessas condições, os meios sindicais não alimentaram a menor ilusão acerca da candidatura Antônio Fernandes de Andrade que concorre ao pleito competindo com João Batista Fernandes.*³¹⁷

³¹⁶ *Trabalhadores ampliam campanha: a indicação recairá em companheiros*. A União, 03 de março de 1962.

³¹⁷ *CINCO MIL PARA CADA ELEITOR DO SINDICATO*. Correio da Paraíba, 11 de agosto de 1962.

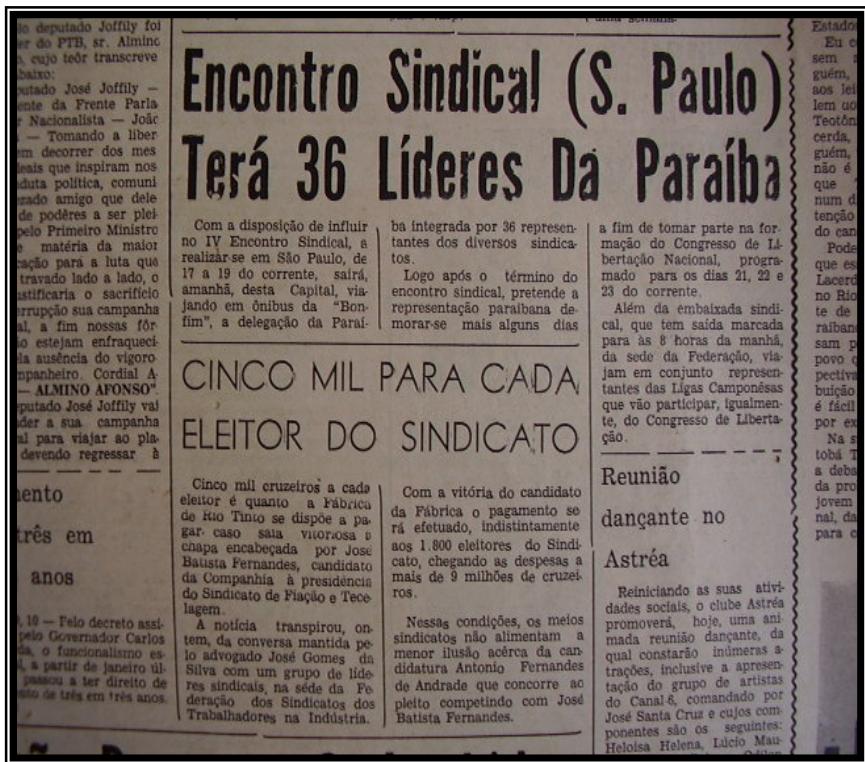


Figura 24 - Participação de sindicalistas da Paraíba no "Congresso de Libertação Nacional"; a notícia abaixo denuncia a tentativa de compra de votos pela direção da Fábrica Rio Tinto na eleição sindical. Jornal Correio da Paraíba - 11 de agosto de 1962.

Mesmo com interferência da fábrica, os resultados são surpreendentes: Antônio Fernandes é reeleito presidente do sindicato, impondo uma derrota política aos Lundgren. A vitória é do mesmo modo a vitória da Federação dos Trabalhadores da Paraíba, pois a derrota do candidato da fábrica representaria a conquista do movimento operário de Rio Tinto, por conseguinte, da Paraíba. Em setembro, *A União* e o *Correio da Paraíba* registram a posse do presidente reeleito e da nova diretoria³¹⁸.

A gestão de Antônio Fernandes corresponde à tentativa de ampliação das conquistas dos trabalhadores e defesa do cumprimento da lei: *isso, eu como presidente do sindicato com a confiança de meus companheiros, eu tinha a obrigação de cumprir a lei*³¹⁹. Sua ficha de identificação no DOPS da

³¹⁸ SINDICATO DOS TECELÓES: ELEITA NOVA DIRETORIA. Correio da Paraíba e A União. 14 de setembro de 1962.

³¹⁹ Antônio Fernandes de Andrade. Entrevista realizada pelo Historiador Silvio Frank Allem, Maria Bernadete de Macedo, em 19 de outubro de 1984. MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. Op. Cit. p. 339.

Paraíba realça seu papel de opositor à fábrica, apontando-o como comunista: *sua atuação no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Mamanguape foi sempre de oposição aos proprietários, com uma política comunizante, inclusive na prefeitura Municipal.*³²⁰

Os momentos de (re)definição política, nos cenários regional e nacional, reverberam em Rio Tinto. A postura do sindicato têxtil adotar posições em certas ocasiões políticas decisivas, reflete tendência das entidades nacionais, especificamente no período do governo João Goulart (1961-1964). Uma conjuntura em que se amplia a função dos organismos sindicais, para além do marco corporativo: *Busca-se, portanto, a organização de sindicatos combativos que procurassem defender não só interesses específicos dos grupos representados, mas, também, interferir na política nacional.*³²¹

Exemplo é o posicionamento de Antônio Fernandes na conjuntura da renúncia do presidente Jânio Quadros. Na Paraíba, da sede da Associação Paraibana de Imprensa - API - em João Pessoa, a cadeia da legalidade encontra eco. Põem-se na sede da API, *auto-falantes que retransmitiram proclamações da cadeia da legalidade das rádios Guaíba e Farroupilha, sob controle do governador Leonel Brizola*³²².

A partir de 30 de agosto, o sindicalista Luiz Hugo Guimarães, na coluna diária de *O Norte*, registra o posicionamento dos trabalhadores paraibanos. Informa que a classe operária se pronuncia a favor da legalidade democrática e que além *do respeito à Constituição, cientes e convictos que estão de que fora desses quadros não haverá liberdades individuais, nem segurança e tranqüilidade para as famílias, nem haverá direitos sindicais nem*

³²⁰ *Ficha de Identificação – Antônio Fernandes de Andrade*. Delegacia de Ordem Política e Social. Arquivo Geral. Serviço de Informações. Segurança Política. Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS. João Pessoa, PB. O arquivo do DOPS da Paraíba está sob tutela do Conselho Estadual dos Direitos do Homem e do Cidadão.

³²¹ MARTINS, Luiza Mara Braga. *O Populismo, a crise do modelo exportador da economia e a liberdade sindical (1960-1964)* In: LOBO, Eulália Maria L. (et. al.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe. 1930-1970*. Eulália M. L. L. (Coord.), Prefácio de José Luiz Werneck da Silva. Rio de Janeiro: Ed. Acess, 1992, p. 338.

³²² MELLO, José Octávio de Arruda. *Paraíba: Populismo Radical, Mobilização Direitista e Desenlace*. In. 1964: *A dimensão global (Formação do movimento brasileiro de 64)*. João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB, 1997, p.105.

país soberano.³²³ A partir da renúncia de Jânio Quadros, a Federação dos Trabalhadores em João Pessoa, define-se a favor da posse de João Goulart. Nas assembléias estabelecem-se estratégias pela legalidade: *o trabalhador através de boletim e do diálogo nas ruas vem pregando a legalidade, que quer dizer o respeito à Constituição. Constituição quer dizer liberdade. Constituição quer segurança. Constituição quer dizer Paz.*³²⁴

Nesse contexto, as entidades sindicais da Paraíba são alertadas pelo Delegado Regional do Trabalho, Hermes Dantas de Almeida, para possível intervenção nos sindicatos. Mas o discurso corrente justifica a posição dos trabalhadores em favor da posse de João Goulart:

Muito justa será qualquer manifestação dos trabalhadores pela posse do Vice-Presidente do Brasil. A conclusão é lógica: Milhões de trabalhadores votaram em JANGO para vê-lo como substituto eventual do sr. Jânio Quadros. Essa votação foi uma ratificação já antes manifestada em 1955. A classe operária, por outro lado, tem em JANGO, o Trabalhador número UM. Por que então não lutar pela posse de JANGO? JANGO no governo é ascensão do trabalhador. Como, pois, admitir-se que os trabalhadores ficassem omissos perante o movimento constitucional pela posse de JANGO? Os trabalhadores serão a base popular do novo governo, disso não podemos ter dúvida. Será possível, pois o diálogo entre a classe obreira e o Governo, diálogo franco e sincero dos operários com o líder que eles conhecem no ombro a ombro das campanhas salariais e das jornadas cívicas pela emancipação social do proletariado brasileiro.³²⁵

O governador Pedro Gondim se posicionava à favor da posse de João Goulart, o que ocasiona manifestação de congratulação das classes trabalhadores da Paraíba. O Sindicato Têxtil de Rio Tinto envia telegrama ao governador e reitera o apoio dos trabalhadores em favor da legalidade democrática:

RIO TINTO, 31 – Tomando conhecimento textos mensagens enviadas por V.Excia. ao Presidente Ranieri Mazzilli e ao Governador Carvalho Pinto, definindo a posição da Paraíba ao lado da legalidade democrática, venho de público louvar V.Excia e apresentar irrestrito apoio dos quatro mil filiados esta entidade de classe ao pensamento

³²³ PREVIDÊNCIA E SINDICALISMO – NOTAS E NOTÍCIAS. Luiz Hugo Guimarães. O Norte, 30 de agosto de 1961.

³²⁴ PREVIDÊNCIA E SINDICALISMO – NOTAS E NOTÍCIAS. Luiz Hugo Guimarães. O Norte, 31 de agosto de 1961.

³²⁵ PREVIDÊNCIA E SINDICALISMO – NOTAS E NOTÍCIAS. Luiz Hugo Guimarães. O Norte, 06 de setembro de 1961.

do Governo do Estado. Saudações Democráticas - Antônio Fernandes de Andrade, Presidente do Sindicato de Fiação e Tecelagem de Rio Tinto.³²⁶

Contudo, o posicionamento de Antônio Fernandes, é objeto de análise de Francisco de Assis Nogueira (político de bases no meio operário, como presidente regional do Partido de Representação Popular – PRP, ressaltando as diferentes influências políticas e os embates entre as correntes políticas). A avaliação de Francisco de Assis Nogueira acerca dos últimos acontecimentos nacionais e a tomada de posição de Antônio Fernandes é expressa em nota no jornal *O Norte* à seus seguidores políticos, e mais especificamente ao presidente do sindicato têxtil: *Nesta hora conturbada que atravessa a Nação Brasileira, entendendo do meu dever, orientar aqueles que depositam na minha pessoa uma fé política.* Mais adiante ressalta o “perigo” comunista, travestido pelo movimento da Legalidade:

Povo de Rio Tinto ficai certo que qualquer rebelião que conduza a Nação para uma revolução interna o único benefício será Comunismo! Os Comunistas, revertidos com a bandeira da Legalidade recebem presentemente o apoio de consciência cívica do povo brasileiro que quer a posse do Presidente constitucional, cravando, todavia, condições de benfazeja à infiltração de forças revolucionárias estrangeiras para implantação do comunismo no Brasil, passando a nossa ação de inocentes úteis, posteriormente para situação de vítimas.³²⁷

O destaque do Sindicato Têxtil, na gestão de Antônio Fernandes, se dá pelos posicionamentos no cenário político-sindical regional, e por se constituir espaço de defesa dos interesses dos trabalhadores. Os operários, em questões individuais ou de interesse coletivo, buscam a entidade sindical para implementação de seus direitos.

É quando em março de 1961, o prefeito de Rio Tinto, Severino Silva dos Santos, filho de Arthur Lundgren, determina mudança do dia da feira do domingo para sábado. A reação é imediata, pois, no sábado a fábrica funciona normalmente, logo, os trabalhadores ficam de imediato prejudicados com a mudança. A determinação do prefeito torna clima tenso em Rio Tinto, os

³²⁶ 4 mil trabalhadores (Rio Tinto) solidários com o Governo Pedro Gondim. *A União*, 03 de setembro de 1961.

³²⁷ Palavras de um líder ao povo de Rio Tinto. Mensagem do sr. Francisco de Assis Nogueira ao Presidente do Sindicato daquela cidade industrial. *O Norte*, 05 de setembro de 1961.

operários logo afluem ao sindicato. A imprensa trata o ocorrido como exorbitância da ação sindical que contradita as determinações do prefeito, segundo o jornal, a *sede do sindicato transformou-se num centro de agitação até mesmo contra autoridades constituídas*. Os operários ameaçavam invadir a fábrica e procederem uma divisão de bens, entre si.³²⁸



Figura 25 - Embates entre o Sindicato dos Trabalhadores da Fábrica Rio Tinto, os patrões e a Prefeitura da Cidade-fábrica. Jornal Correio da Paraíba - 23 de março de 1961.

Logo, organiza-se uma comissão de 500 operários que ao lado de Antônio Fernandes, se dirigem ao prefeito para negociar a determinação imposta. Apesar de ser ressaltado o prejuízo que recaía à família operária, o prefeito segue negando a mudança. Deste modo, os trabalhadores e o sindicato estabelecem estratégia: passam a freqüentar a feira da vizinha cidade de Mamanguape: *Isso ele suportou duas semanas, assim. E tudo que vinha pra feira voltou como veio. Ninguém comprava e, então, ele não suportou. Na segunda semana, voltou a feira para os domingos.*³²⁹

³²⁸ *Trabalhadores ameaçam Fábrica e Prefeitura*. Correio da Paraíba, 23 de março de 1961.

³²⁹ Antônio Fernandes de Andrade. Entrevista realizada pelo Historiador Silvio Frank Allem, Maria Bernadete de Macedo, em 19 de outubro de 1984. MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. Op. Cit. p. 342-343.

O prefeito Severino Silva, ao mudar o dia da feira, obedecia as ordens ditadas pela fábrica, denotando que a prefeitura se constituía enquanto espaço de poder que os Lundgren ainda dominavam.

Ainda em setembro de 1961, os trabalhadores ameaçam entrar em greve em assembleia. Mais uma vez a fábrica, ao reorganizar os turnos de trabalho, acaba por prejudicar os trabalhadores. Inicialmente, a direção da tecelagem envia para a sede sindical plano para avaliação. O fato de a fábrica tentar modificar os turnos de trabalho é para escapar ao pagamento da taxa adicional de trabalho noturno. Sabe-se que o tema da jornada de trabalho, dos turnos, do descanso semanal constitui uma das agendas centrais do movimento operário e sindical. A luta contra o tempo ou sobre o tempo disciplinado do capital é matéria recorrente na luta social. Assim, os trabalhadores de Rio Tinto rejeitam a proposta de horário estabelecido pela fábrica, argumentando, inclusive os prejuízos causados a família operária, este sim, seu núcleo de estabilidade afetiva:

Se a gente só trabalha de noite, a gente nunca encontra a mulher em casa, se ela só trabalha de dia porque as leis trabalhistas não permitem o trabalho noturno para as mulheres. Então a gente nunca se encontra. A gente precisa estar em casa durante o dia também para cuidar dos filhos.³³⁰

A mudança de horário, muitas vezes, é à revelia dos trabalhadores. O sindicalista Luiz Hugo Guimarães registra o caso, de processo movido por operário, na Junta de Conciliação e Julgamento, em João Pessoa. E alerta que constitui *alteração do contrato de trabalho a mudança de horário diurno, noturno, sem o consentimento das partes contratantes. Esse é o princípio dominante nos Tribunais Trabalhistas.*³³¹

Os operários chegavam a trabalhar mais de 8 horas em seus turnos de trabalho. Estes não eram fixos, sendo modificados a cada semana. As tecelãs que possuíam filhos estabelecem estratégias para permanecerem no melhor turno, visando os seus filhos *eu troquei com uma irmã minha, que ela tinha filho e eu não tinha, então seria melhor para ela cuidar dos filhos em*

³³⁰ *Sindicato dos trabalhadores de Rio Tinto rejeitou novo horário.* A União, 28 de setembro de 1961.

³³¹ *Mudança de Horário.* Notas Trabalhistas. Luiz Hugo Guimarães. A União, 30 de novembro de 1960.

casa, eu fui trabalhar de 18hs e largava ás 6hs. A tecelã destaca também o papel do sindicato, na luta pela jornada de 8 horas de trabalho, entretanto, havia operários que trabalhavam por produção, com rendimentos extras e que não tinha o tempo contado pela fábrica *tinha gente que gostava de ficar mais, para ganhar dinheiro.*³³² Neste sistema, muitos trabalhadores ganham prêmios trimestrais pela produção.

No cumprimento do horário de trabalho, nos turnos de trabalho, a fábrica controla a entrada e saída dos operários, por meio de apito. Esse instrumento aparece, nas memórias dos trabalhadores, como algo nostálgico: *Essa semana agente tava lembrando dele*, assim nos disse Maria da Conceição, e continua: *quem trabalhava se accordava, eu nunca perdi um apito, quando eu trabalhava, nunca precisei de minha mãe me chamar. Era eu e minha irmã, quando eu não me levantava primeiro, ela se levantava.* O apito se ouve para além de Rio Tinto, da vizinha Mamanguape chegava-se a escutá-lo. E indica, o rigoroso controle estabelecido pela fábrica, à chegada ao horário de trabalho, sendo acionado primeiramente às 3 horas, depois às 3 horas e 30 minutos:

É esse apito, o apito famoso era às 3 horas da madrugada e às 3 e meia, mais era um apito viu! Acordava todo mundo e se ouvia longe, longe daqui de Rio Tinto, se ouvia o apito. Era um senhor apito, então, esse pessoal ia encostando às 3 e 45 começava a entrar o pessoal, que ia pegar de madrugada, de 4 da madrugada.³³³

Retornando ao tema do sindicato, em relatos de operários e dirigentes sindicais, outro tema se evidencia: a influência de José Gomes - como interlocutor do Partido Comunista na Paraíba - sobre Antônio Fernandes. Esta ligação entre os dois é datada, segundo relatos, desde antes da entrada de Antônio Fernandes no sindicato: *Zé Gomes era comunista, ele já se dava com Bolinha antes do sindicato, ele tratou de puxar Bolinha para o lado dele, ai foi quando Bolinha deu a vez a ele, mas o que queria era infiltrar na massa, por que ele era uma pessoa de massa.*³³⁴

³³² Maria da Conceição Nascimento – 76 anos. Tecelã trabalhou de 1942 a 1974. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

³³³ Júlio Justino da Silva – 78 anos. Serralheiro começou a trabalhar em 1948 na fábrica. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

³³⁴ José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967 se tornou presidente,

A atuação do advogado José Gomes da Silva em Rio Tinto, se torna mais evidente a partir de 1960, tempo em que se torna advogado da entidade, estreitando-se ainda mais seus laços com Antônio Fernandes, sendo decisivas para frear os excessos praticados pelos Lundgren:

A assistência do advogado e sindicalista José Gomes da Silva, do Partido Comunista, e o desassombro do juiz Hermilo Ximenes, que conteve os abusos da Companhia de Tecidos, emprestaram a Rio Tinto a condição de pólo do movimento social(ista) paraibano.³³⁵

O corpo jurídico do sindicato conta com três advogados: Adailton Costa, Sebastião Lins e José Gomes. Este último presta assistência jurídica às demais entidades sindicais, ligadas à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Paraíba, sobretudo, entre 1960 e 1964, além de atuar como advogado da Liga Camponesa de Sapé, a maior do Estado.

Nas assembléias sindicais, José Gomes comparece de maneira sistemática, com destaque em decisões dos trabalhadores e do presidente Antônio Fernandes. Em notícia veiculada no *Correio da Paraíba*, em dezembro de 1962, se conhece o papel de José Gomes, em conjunto com Antônio Fernandes, na defesa dos interesses dos operários de Rio Tinto. Desde junho de 1962, o sindicato tem um processo tramitando no Tribunal Regional do Trabalho, sobre acordo salarial, descumprido pela fábrica. Após seis meses, o TRT julga em favor do sindicato têxtil que obtém a quantia de CR\$ 45.000.000 milhões. Pela ação de José Gomes, Antônio Fernandes o presenteia com um automóvel para deslocamentos entre João Pessoa (onde mantém um escritório) e Rio Tinto.³³⁶ O gesto do presidente do sindicato só confirma seu papel de organizar as finanças do sindicato, e até mesmo do destino de rendimentos resultantes de ações vitoriosas na justiça.

À época de Antônio Fernandes no sindicato, Rio Tinto recebe visitas de políticos ligados às esquerdas, como o histórico militante do PCB na Paraíba, João Santa Cruz, o deputado estadual Assis Lemos, presidente da

posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006.

³³⁵ MELLO, José Octávio de Arruda. *Sociedade e Poder Político no Nordeste – O caso da Paraíba (1945-1964)*. João Pessoa: Editora Universitária, 2001, p.145.

³³⁶ *Diário da Política*. J. Soares Madruga. Correio da Paraíba, 08 de dezembro de 1962.

Federação das Ligas Camponesas na Paraíba, além de políticos de outros Estados, como Rio de Janeiro, Pernambuco e Brasília.³³⁷

A confirmação da participação constante de José Gomes nas assembléias do sindicato e a recorrência à sua assistência jurídica são reafirmadas pelos operários, principalmente, aqueles que estavam nas atividades sindicais: *Mas eu via muito Zé Gomes no sindicato, muito, muito mesmo. Por que eu era Peru do sindicato. Zé Gomes falava em tudo, era o cão, Zé Gomes era o cão.* E mais adiante revela a constante recorrência de Antônio Fernandes ao advogado: *Bolinha qualquer coisa chamava Zé Gomes.*³³⁸

Reiterando isso tudo, o juiz Hermilo Ximenes descreve: *quem atuava mais, todo domingo ia para lá dirigir as palavras aos operários, era o Dr. José Gomes da Silva.* E prossegue afirmando suas ligações com o advogado: *Zé Gomes, praticamente, quando saia do Sindicato, ia para minha casa, por que, a gente bebia e tal e por ali e conversava e aí ia embora para capital.*³³⁹

Importante ressaltar que parte da movimentação sindical, em Rio Tinto, é registrada nos jornais *A União*, *O Norte* e *Correio da Paraíba*: os dois primeiros, de meados de 1963 até o Golpe de 1964, críticos do presidente João Goulart, por conseguinte, dos aliados na Paraíba, e o *Correio da Paraíba*, oposição ao governador Pedro Gondim.³⁴⁰

No Correio da Paraíba, questões dos trabalhadores urbanos e rurais da Paraíba, bem como constantes referências às reclamações de operários e do sindicato de Rio Tinto, são registradas, na coluna *Movimento Sindical*, publicada de 1963 até março de 1964.

³³⁷ José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967 se tornou presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006.

³³⁸ Júlio Justino da Silva – 78 anos. Serralheiro começou a trabalhar em 1948 na fábrica. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

³³⁹ Hermilo de Carvalho Ximenes. Juiz de Rio Tinto, no período de 1959 a 1964. Entrevista realizada em João Pessoa, julho de 2005.

³⁴⁰ MELLO, José Octávio de Arruda. *Paraíba: Populismo Radical, Mobilização Direitista e Desenlace*. In. 1964: A dimensão global (Formação do movimento brasileiro de 64). João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB, 1997, p.124. Para uma melhor compreensão da história da imprensa na Paraíba e, por conseguinte, dos jornais utilizados neste trabalho, ver: ARAÚJO, Fátima. *Paraíba: Imprensa e Vida*. João Pessoa: Grafset. 1985. ARAÚJO, Fátima. *História e Ideologia da Imprensa na Paraíba*. João Pessoa: A União. 1983. MARTINS, Eduardo. *A União – Jornal e História da Paraíba. Sua evolução gráfica e editorial*. João Pessoa: A União, 2º ed. 1978.

O aumento de salários é matéria recorrente na pauta do sindicato. E em 1963, devido ao custo de vida, que recai na vida diária do trabalhador, crescem as reivindicações salariais. A recusa da fábrica ao pagamento de aditamentos salariais vem acompanhada de ameaças de greve dos trabalhadores debatida em assembléias no sindicato.

Isso se deu em fevereiro de 1963, ao propor o sindicato aumento de 20% dos salários dos trabalhadores. A proposta, por sua vez, é homologada pelo Tribunal Regional do Trabalho, em João Pessoa, e a direção da fábrica, apesar do julgamento em favor dos operários, termina não cumprindo a determinação legal.

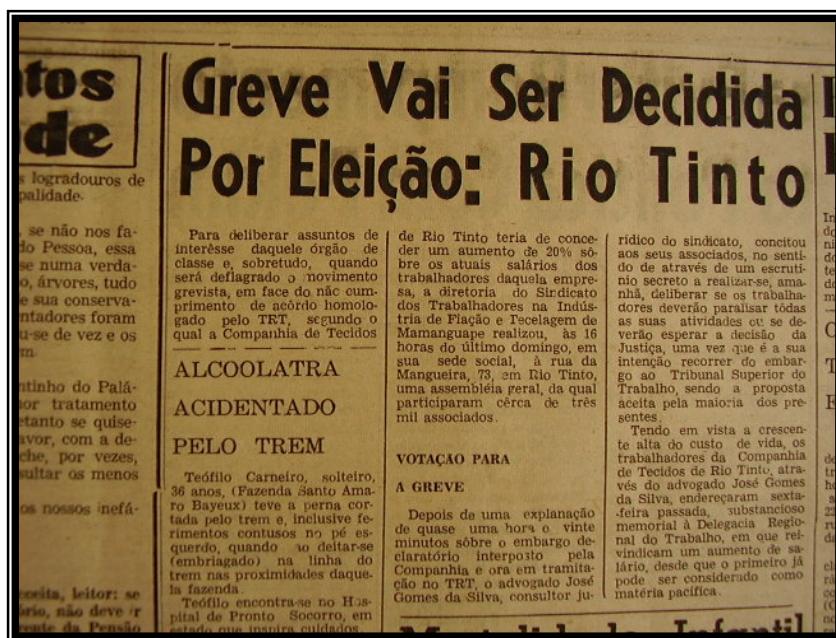


Figura 26 – Lutas por aumento salarial e deflagração de greve.
Jornal Correio da Paraíba - 12 de fevereiro de 1963.

Em assembléia do sindicato, com três mil associados, o advogado José Gomes, discorre sobre o andamento do processo, em tramitação no TRT, e o embargo declaratório interposto pela Companhia de Tecidos Rio Tinto, se configura em manobra jurídica de protelação do aumento requerido pelo sindicato. A matéria do jornal informa que os trabalhadores estão no aguardo da justiça para deflagrarem greve. José Gomes, tem intenção de recorrer a instância máxima em Brasília, o Tribunal Superior do Trabalho, para definir e pressionar a fábrica.³⁴¹

³⁴¹ Greve vai ser decidida por eleição: Rio Tinto. Correio da Paraíba, 12 de fevereiro de 1963.

Dias depois, é pactuado com a fábrica o aumento reivindicado, em reunião na Delegacia Regional do Trabalho. Novas reclamações são apresentadas: insalubridade e abono de família.³⁴²

Em 1963, outros adicionais de salário são pleiteados pelo sindicato. Há o requerimento de 80% de aumento. Em reunião do sindicato, com aproximadamente 300 operários, a entidade representativa envia à Companhia de Tecidos Rio Tinto a proposta.³⁴³ Em novembro deste ano, faz-se acordo com a direção da fábrica, em 40% de reajustamento imediato, registrado na Carteira de Trabalho de alguns operários, que permanecem em situação irregular.³⁴⁴

A mobilização dos trabalhadores em assembléias sindicais, reivindicações e greves são intensas, na presidência de Antônio Fernandes. Coincide com o período em que João Goulart é presidente da República. E o contexto social da época é aproveitado por Antônio Fernandes, como avalia o dirigente sindical: *Teve várias greves por aumento de salário, todo período do mandato de João Goulart foi de greve aqui em Rio Tinto, João Goulart era de esquerda, e quem tava com o presidente não errava, e Bolinha aproveitou isso, tava ao lado do governo.*³⁴⁵

Tanto dirigentes sindicais, como os e trabalhadores estão atentos às questões, no Congresso e Senado Federal, sobre melhorias da classe trabalhadora. O secretário do sindicato têxtil de Rio Tinto, Severino Joaquim, ao visitar a sede da Federação em João Pessoa, é procurado pela coluna *Movimento Sindical*,³⁴⁶ em destaque, o andamento das atividades sindicais e as melhorias da família operária:

Após fazer ampla explanação, à reportagem, sobre as atividades sindicais da sua cidade, disse que a sua luta se prendia mais ao combate às injustiças de sua classe, já tendo para isso enviado às autoridades judiciais um Memorial reivindicando a remuneração das férias: anotação da categoria do trabalhador na Carteira Profissional

³⁴² *Aumento de 20% sobre os atuais salários.* Correio da Paraíba, 22 de fevereiro de 1963.

³⁴³ *Sindicato vai pedir aumento.* Correio da Paraíba, 03 de setembro de 1963.

³⁴⁴ *Sindicalismo e Previdência. Notas de Luiz Hugo Guimarães.* Tecelões. O Norte, 24 de novembro de 1963.

³⁴⁵ José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967 se tornou presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006.

³⁴⁶ *Movimento Sindical - Sindicato vai reunir sobre salário-família.* Correio da Paraíba. 11 de outubro de 1963.

e a proibição da baixa do preço de pagamento por metro aos trabalhadores da Fábrica de Tecidos Rio Tinto.³⁴⁷

Esta intensa movimentação de trabalhadores e do sindicato é em parte desarticulada com o golpe de 1964. Com o afastamento de Antônio Fernandes, da presidência do sindicato é decretada intervenção pela Delegacia Regional do Trabalho. João Batista Fernandes é posto como interventor. Para o jurista Arnaldo Sussekind, as intervenções nos sindicatos brasileiros nesta conjuntura, fazem parte de medidas arbitrárias justificada pela influência de comunistas e de práticas de corrupção:

Se muitas foram as intervenções repressivas nos sindicatos, com a instalação de juntas de interventores, isso foi um preço a pagar pela infiltração comunista e pela prática de corrupção nos sindicatos. Foi preferível realizar intervenções do que simplesmente fechar os sindicatos, como muitos militares influentes no governo desejavam.³⁴⁸

Instaura-se processo de investigação das finanças do sindicato, conduzido por João Batista, com o propósito de denegrir a imagem de Antônio Fernandes, seu opositor na política sindical. Em maio de 1964, ele publica carta no jornal O Norte denunciando suposto desvio de dinheiro do sindicato, na gestão de Antônio Fernandes. Segundo o próprio João Batista, *a primeira preocupação da INTERVENTORIA foi fazer o levantamento do PATRIMÔNIO GERAL daquele sindicato.*³⁴⁹ Apesar de justificar como cumprimento das ordens da Delegacia Regional do Trabalho e do Ministério do Trabalho, supõe-se que a rivalidade com Antônio Fernandes constitui vingança e desqualificação política:

Apuramos TER a Diretoria deposta na pessoa do srs. ANTONIO FERNANDES DE ANDRADE (Presidente), Manoel Pereira Ramos (Tesoureiro) e SEVERINO JOAQUIM DA SILVA (Secretário) dado um DESFALQUE (roubo) EM DINHEIRO aos cofres do Sindicato dos tecelões de RIO TINTO DURANTE O PERÍODO DE MARÇO 1963 A MARÇO DE 1964(12 MESES) na importância de cr\$ 3.339.335.50 (três milhões, trezentos e trinta e nove mil, trezentos trinta e cinco cruzeiros e cinqüenta centavos).³⁵⁰

³⁴⁷ *Movimento Sindical – Férias remuneradas.* Correio da Paraíba. 13 de novembro de 1963.

³⁴⁸ GOMES, Ângela de Castro. *Os direitos trabalhistas em inicio de século XXI: Depoimento de Arnaldo Sussekind.* In: HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral, n.5, jun.2002. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, Vol.5, p. 79.

³⁴⁹ *Roubo em Rio Tinto.* O Norte, 28 de maio de 1964.

³⁵⁰ *Roubo em Rio Tinto.* O Norte, 28 de maio de 1964.

A conclusão do interventor se investe de poder de polícia. Embora Antônio Fernandes, em depoimento sobre esse fato, enfatiza que João Batista e a fábrica, respondia àquele tempo por crime de peculato:

O sindicato ficou sob intervenção. Agora, o pior é o seguinte: o Delegado do Trabalho, nessa época, era Sr. Elpídio. Pegou colocou o Batistinha, o Batistinha que estava respondendo a um inquérito: ele a fábrica, por crime de peculato na folha de pagamento do Sindicato. Esse foi o indicado para tomar, assumir a direção do Sindicato, quer dizer, ora esse rapaz, tava já respondendo a isso. Ele e a fábrica, o indicaram para ser interventor do sindicato. Quem estava respondendo por crime de peculato, processo movido pelo sindicato. Então, aí já começou errado. e depois de Batistinha colocaram Marreiro. O Marreiro era uma pessoa que foi copeiro de Hercílio Lundgren muito tempo Aí, depois do Marreiro, puseram José Antônio, outro serviçal, tímido, tinha medo de tudo e de todos; nunca chamou um empregado, quer dizer, todos eles, todos esses que eu estou falando é de uma timidez fora de série. Depois do Zé Antônio, vem esse Antônio Martins que também é tímido. Eu quero dizer que, por falta de liderança desse povo, é que Rio Tinto está do jeito que está.³⁵¹

Ao final da sua fala se percebe a finalidade de desqualificar a atuação dos presidentes do sindicato no pós-1964. Finda a intervenção, o sindicato é dirigido por José Marreiro da Costa e José Antônio da Silva, ambos postos pelo aparelho militar. Ao rememorar o período, José Antônio da Silva enfatiza a interferência do Exército na entidade sindical, por meio do 1º Grupamento de Engenharia, em João Pessoa, e a acusação de desvio de dinheiro do sindicato feito por João Batista:

Eu me lembro como hoje, foi eu, Marreiro, Jaime e o contador, ele foi prestar conta, foi passar o sindicato para a gente lá no 1º Grupamento de Engenharia. Batistinha tirou todo dinheiro do imposto sindical do trabalhador e gastou em menos de dois dias. Ai o coronel, disse: presidente onde está o dinheiro que o senhor tirou? Ele disse: eu dei ao trabalhador. Aí Major Ivan disse na cara de Batistinha: o senhor tirou do bolso direito e botou no esquerdo.³⁵²

³⁵¹ Antônio Fernandes de Andrade. Entrevista realizada pelo Historiador Silvio Frank Allem, Maria Bernadete de Macedo, em 19 de outubro de 1984. MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. Op. Cit. p, p, 359.

³⁵² José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967 se tornou presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006.

Ao que parece, o processo por suposto desvio de dinheiro na gestão de Antônio Fernandes se estende por alguns anos, visto que em 1973, a investigação continua, tendo a frente o técnico contábil Severino Miguel da Silva: Portanto, Antônio Fernandes ainda estava sendo investigado, mas havia uma lacuna: falta de documentos para conclusão do processo, alega o encarregado, requerendo ao Juiz prorrogação de prazo:

Tendo em vista que o tempo que lhe foi concedido para apuração dos trabalhos é insuficiente para a conclusão dos mesmos, visto a complexidade da matéria, a falta de documentos a serem examinados para confronto com a escrita, e também a falta de alguns livros de escrituração, tudo isto contribuem para o atraso dos trabalhos.

Antônio Fernandes, após permanecer 6 meses preso no Quartel do 15º Regimento de Infantaria em João Pessoa, em decorrência dos desdobramentos do golpe militar, retorna à Rio Tinto. Sua popularidade não se diminui por completo, pois, nas eleições de 1968 elege-se vereador pela legenda do MDB - Movimento Democrático Brasileiro, com 338 votos, sendo o mais votado, demonstrando ainda certa notoriedade no meio operário.³⁵³ Posteriormente, muda para São Paulo, onde permanece até o final da década de 1970, quando retorna à Paraíba. Em 1988, concorre à prefeitura de Rio Tinto, pelo PT - Partido dos Trabalhadores, onde obtém votação inexpressiva: 109 votos, contabilizando 1,06%.³⁵⁴

A reconstrução da história do sindicato têxtil, em Rio Tinto, leva em conta o aprofundamento das divergências entre patrões e trabalhadores, assim como o alargamento da representação e legitimidade do sindicato como organização de classe, cumprindo sua função no plano da conquista de direitos.

É de se observar o grau de disputa do aparelho sindical, refregas eleitorais e denúncias de malversação de fundos sindicais, como forma de conspurcar a imagem de Antônio Fernandes, que cultiva auto-imagem bastante positiva, em entrevista de 1984: *Eu era um líder: um grito meu*

³⁵³ Dados disponíveis em: http://www.tre-pb.gov.br/resultados_eleicoes/online.htm

³⁵⁴ Dados disponíveis em: http://www.tre-pb.gov.br/resultados_eleicoes/online.htm

*significava muita coisa dentro de Rio Tinto.*³⁵⁵ Em suas memórias, é evidente a tentativa constante de se autopromover como líder em Rio Tinto.

Nas eleições à prefeitura de Rio Tinto em agosto de 1963, sua liderança é evidenciada, quando seu nome é consenso. A seguir, o processo de eleição que o levou ao posto de prefeito da cidade, que configurou derrota significativa dos Lundgren e a implementação de projetos na defesa e melhoria dos trabalhadores.

3.2. Um operário na prefeitura de Rio Tinto (1963-1964).

Desde a fundação em 1924, Rio Tinto na prática contava com estrutura que detinha relativa autonomia da vizinha Mamanguape. Somente em 1956, sua emancipação é assinada pelo Governador Flávio Ribeiro Coutinho em solenidade no Palácio da Redenção.

O projeto de criação do município de Rio Tinto é de autoria do Deputado Eduardo Ferreira, parente em primeiro grau dos Lundgren. Propósito da emancipação: atender aos objetivos da fábrica, de projetos pertinentes e esferas de poder como Prefeitura e Comarca. Os objetivos de tornar Rio Tinto cidade datam da época de construção da Fábrica, como informa Raul de Góes: *Não seria, apenas, uma fábrica, mas uma arriscada experiência social, pois que, no plano, já estava prevista a futura cidade: da fábrica, a vila; da vila, a cidade.*³⁵⁶

É certo que o decreto de emancipação leva em conta requisitos de autonomia, como no parecer do relator da comissão de Justiça da Assembléia Legislativa do Estado. Na análise, é decisivo para a emancipação de Rio Tinto: a alta concentração populacional (na década de 1950 é o terceiro município da Paraíba com mais de 18 mil habitantes), a organizada estrutura de casas de alvenaria, e imóveis para repartições públicas municipais, e mais ainda, a elevada receita que Rio Tinto fornece aos cofres das finanças do Estado (posteriormente há a implantação de uma Coletoria do Estado na cidade). O deputado responsável destaca do mesmo modo, o que chama de *requisitos*

³⁵⁵ MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. Op. Cit. p.340.

³⁵⁶ GÓES, Raul de. Um sueco emigra para o Nordeste. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 2º ed. 1964. p.125

essenciais, como clubes de lazer, cinema, campo de futebol, igreja e escolas. Da documentação organizada e apresentada pelos Lundgren, o parecerista analisa:

Uma verificação bem acurada nas condições de vida daquela vila tanto no seu aspecto econômico como social, apresentados na vasta documentação junta, constatam a alegação de um desenvolvimento sempre crescente e a certeza da presença de uma vida social livre e adiantada, sustentada por um populoso centro urbano de características e fisionomia própria da cidade.³⁵⁷

O parecer leva a pensar que Rio Tinto é uma cidade em construção desde 1924. A elevação a município, em 08 de dezembro de 1956, é divulgada pelo jornal *A União*, destacando a dimensão do ato, principalmente para a família Lundgren:

Na ocasião do momento solene, realizado em Palácio às 10 h, fez o dep. Eduardo Ferreira presente de uma caneta de ouro ao Governador, oferta do povo de Rio Tinto, com a qual foi assinada o referido ato. Interpretando o sentimento e o regozijo do povo de Rio Tinto, aquela autoridade, em breve alocução, dissertou sobre a ressonância do ato governamental. Ao mesmo tempo, sentia-se igualmente satisfeito por ter contribuído para uma causa de tão grandes consequências para o futuro do novo município.³⁵⁸

A autonomia do município atribui-se às ligações políticas da família Lundgren, com os Ribeiro Coutinho, a família do governador. É mais um projeto dos Lundgren de sua prática política na região. Seguem as comemorações e ato revelador: a posse do Comendador Arthur Lundgren como prefeito de Rio Tinto. O primeiro prefeito nomeado é tido, segundo *A União*, como sendo um *industrial de largo tirocínio e experiência administrativa cuja escolha pelo Governador, foi oportuno para o momento de esperanças e trabalho que se processam ali.*³⁵⁹

É a chave política da efetiva influência do poder da família. Nomeado pelo governador, Arthur Lundgren (administrador dos negócios da família Lundgren, desde a morte do irmão Frederico em 1946) fica à frente da prefeitura de Rio Tinto até meados de 1961. No jornal *A Imprensa* de 1962,

³⁵⁷ *Criação de novos municípios.* *A União*, 13 de outubro de 1956.

³⁵⁸ *SANCIONADA A LEI QUE CRIA O MUNICÍPIO DE RIO TINTO.* *A União*, 08 de dezembro de 1956.

³⁵⁹ *HOJE AS SOLENIDADES DE EMANCIPAÇÃO DO RIO TINTO.* *A União*, 23 de dezembro de 1956.

verifica-se que Arthur Lundgren não responde pela prefeitura, pois nas várias publicações das despesas do município, o vice-prefeito Severino dos Santos, respondia pela prefeitura.

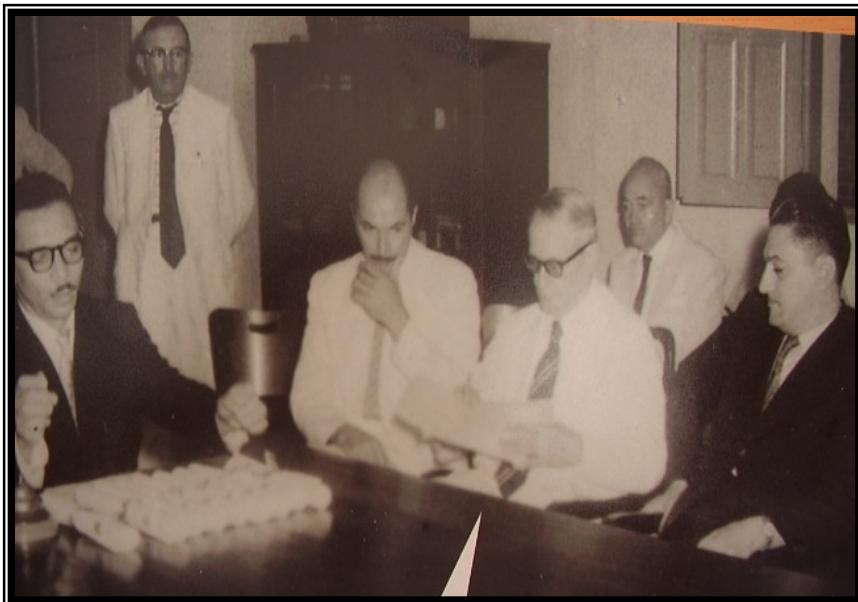


Figura 27 – Posse de Arthur Lundgren, na prefeitura de Rio Tinto em 1956. Arquivo Antônio Luiz. (Rio Tinto - PB)

Portanto, prefeitura, até 1963, constituía enquanto espaço político de domínio dos Lundgren, isto ocorre do mesmo modo com a prefeitura de Mamanguape onde desde o final dos anos 1920, os Lundgren patrocinavam a eleição de prefeitos que comungassem com seus projetos políticos. Exemplo é que em 1926 um dos diretores da fábrica, Mário Vianna, exerce o cargo de prefeito de Mamanguape.

Em Rio Tinto a eleição do presidente do sindicato têxtil Antônio Fernandes de Andrade, em 1963, interrompe o domínio político dos mandatários da fábrica. Para entendermos a vitória de Antônio Fernandes, é preciso conhecer a trama política de sua escolha como candidato a prefeito.

No item anterior, conhecemos a sua atuação sindical e a histórica posição contrária às práticas da fábrica. Isto parece ser credencial política de que resulta legitimidade e representação para postular a candidatura à prefeito em 1963. O quadro político na cidade-fábrica é formado pelos seguintes partidos: PSB, PTB, UDN e PRP. Os Lundgren têm atuação ligada ao PTB, de que em meados de 1961 e 1962, se separam, devido ao viés “esquerdista”. O que é notado pelo ingresso do deputado Federal, ex-funcionário dos Lundgren,

Raul de Góes, na UDN. No PRP, se destaca a liderança de Francisco de Assis Nogueira, com atuação na região de Mamanguape, desde 1950, considerado o *mais dinâmico integralista paraibano dos anos 50 e 60*.³⁶⁰

Em 1959, há a primeira eleição municipal, onde Arthur Lundgren é candidato do PTB, e Francisco de Assis Nogueira do PRP. O resultado do pleito é a vitória de Arthur Lundgren, com votação expressiva. Contudo, a fábrica põe em prática represálias á alguns funcionários que participam do pleito na oposição. Isto é sentido, quando Durval Francisco de Assis, é demitido da fábrica, ao integrar chapa de oposição aos Lundgren: Logo procura a Justiça do Trabalho, em processo que se estende até 1962, quando decide por acordo com a fábrica recebendo os salários atrasados e a indenização.³⁶¹ No contexto das represálias, o trabalhador das Lojas Paulista Tertuliano Dias de Lima e Francisco Vieira, médico da fábrica, ambos ligados politicamente a Francisco de Assis Nogueira, são igualmente demitidos:³⁶² Importante ressaltar que Durval Francisco de Assis, é candidato novamente a vice-prefeito novamente em 1963, nas eleições de 1963 na chapa de Antônio Fernandes.

Porém, a posse de Arthur Lundgren é alvo de processo de constitucionalidade ajuizado pelo advogado Alfredo Pessoa de Lima. Em documento enviado ao Gabinete Civil do Governador Pedro Gondim, o advogado alega que Arthur Lundgren não havia se descompatibilizado do cargo para concorrer em 1959. Requer ao Gabinete Civil a seguinte certidão: *em que o dito Sr. Arthur Herman Lundgren tenha comunicado ao Governo do Estado, seu afastamento para descompatibilizar-se e disputar as eleições de 1959.*³⁶³ Em resposta, o Gabinete Civil dispõe os documentos em questão, assim, o processo perde substancia jurídica.

³⁶⁰ MELLO, José Octávio de A. *O PRP na Paraíba (1945/1964) – O balanço Integralista*. In: *Sociedade e Poder Político no Nordeste – O caso da Paraíba (1945-1964)*. João Pessoa: Editora Universitária, 2001. p. 254. Importante demarcar que, segundo José Octávio, o PRP em Rio Tinto possuía *feição não operária e de subclasse média afinada com a originária segmentação social do Integralismo*.

³⁶¹ NOTAS E NOTÍCIAS – Luis Hugo Guimarães. ACORDO. O Norte, 02 de março de 1962.

³⁶² MELLO, José Octávio de A. Op. Cit. p. 259. Lembrar que o processo trabalhista de Tertuliano Dias de Lima foi esmiuçado no Capítulo II, deste trabalho.

³⁶³ Processo n. 659/60. Arquivo Histórico da Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego. Seção dos Governadores. Arquivo da gestão Pedro Moreno Gondim. Caixa 084, 1962 II. Exercício de 1960. 23 de fevereiro de 1960.

A derrota de Francisco de Assis Nogueira nas eleições, não desestrutura sua força política em Mamanguape e Rio Tinto, pois, operários seguem sua liderança. Sua atuação é destaque até a ascensão de Antônio Fernandes, Os resultados eleitorais de 1960 indicam o desempenho de Francisco de Assis Nogueira frente ao eleitorado do eixo Mamanguape-Rio Tinto. É o que se observa dos resultados a seguir sistematizados:

| Candidatos apoiados pela Fábrica | Votos |
|---|----------------------|
| Jânio Quadros | 944 |
| Nilton Campos | 626 |
| Pedro Gondim | 1.145 |
| André de P. Gadelha | 392 |
| Candidatos apoiados por Nogueira | Votos |
| Mal. Teixeira Lott | 1.968 |
| João Goulart | 1.990 |
| Janduhy Carneiro | 1.976 |
| Jacob Franz | 1.540 ³⁶⁴ |

Para o historiador José Octávio de A. Mello, os resultados demonstram variável a ser levada em conta: Francisco de Assis Nogueira alia-se ao PCB e PSB, logo, sua força eleitoral deve-se a essas alianças. E isso impõe derrota eleitoral à lista de candidatos apoiada pela fábrica.

Esta aliança selo acordo político entre Francisco de Assis Nogueira e Antônio Fernandes, visando eleição para a prefeitura em 1963, como esclarece José Antônio da Silva: *o conchavo era esse: Bolinha era candidato a presidente do sindicato, aí vem à eleição para prefeito, e Bolinha tinha que apoiar Nogueira.* Porém, o dirigente sindical alerta que tal pacto não é cumprido e Antônio Fernandes saí candidato ao pleito municipal, o que constitui, segundo

³⁶⁴ MELLO, José Octávio de A. Op. Cit. p. 264. Dados disponíveis também no sitio do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba: http://www.tre-pb.gov.br/resultados_eleicoes/online.htm.

sua crítica, “traição”: *Aí Bolinha traiu Nogueira. Nogueira saiu como candidato, mas perdeu. Quem ganhou foi Bolinha.*³⁶⁵

Estas versões das disputas políticas em Rio Tinto, apresentadas por José Antônio da Silva, é também confirmada por João Batista, à época rival de Antônio Fernandes e Francisco de Assis Nogueira, nas contendas político-sindicais. Este reitera que os comunistas se lançam primeiro na disputa, indicando, em comício na rua da Mangueira (na mesma rua em que se localiza o sindicato têxtil), o presidente do sindicato. Neste ato, as críticas dos comunistas, segundo João Batista, recai na atuação de Francisco de Assis Nogueira:

Mas os ‘boches’ foram mais vivos, inventaram um comício a jato, lá na rua da mangueira, e mandaram ‘Bolinha’ acabar com o que fosse de integralismo em Rio Tinto, inclusive o líder deles - Francisco de Assis Nogueira! Só foi o que deu! ‘Bolinha, no seu linguajar digno da compreensão de uma boa porção de “cérebros de camarão” que, infelizmente, aqui temos muito, fuzilou o líder integralista!!! O campo, então, ficou completamente livre. Os ‘Boches’ lancaram ‘Bolinha’ como candidato a prefeito de Rio Tinto, e ganharam!³⁶⁶

Escolhido Antônio Fernandes, iniciava-se a campanha cujo discurso pautava na defesa de interesses dos operários. O juiz Hermilo Ximenes, que nesse contexto possui estreitas ligações com Antônio Fernandes e José Gomes, analisa o processo eleitoral e revela procedimentos excusos da fábrica no aliciamento como mecanismos de corrupção eleitoral. A distribuição de brindes, como bicicletas (transporte utilizado pelos operários para deslocamento ao trabalho) e dinheiro são evidentes:

Eles ofereceram um cédula de 5 mil cruzeiros, naquele tempo, a quem votasse em Luiz Gonzaga, que era um pelego da fábrica e era candidato deles, mas os operários preferiram votar no presidente do Sindicato, que era Antônio Bolinha. Distribuíram bicicletas, distribuíram muita coisa para ganhar a eleição e terminaram perdendo.³⁶⁷

³⁶⁵ José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967 se tornou presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006.

³⁶⁶ FERNANDES, João Batista. *O Extinto Rio Tinto*. Recife: Imprensa Universitária, 1971. p. 130.

³⁶⁷ Hermilo de Carvalho Ximenes. Juiz de Rio Tinto, no período de 1959 a 1964. Entrevista realizada em João Pessoa, julho de 2005.

Além dos despudorados métodos de corrupção eleitoral, os Lundgren estabelecem outras táticas: tentar cooptar nomes de maior apelo popular, em Rio Tinto, para neutralizar a força política de Antônio Fernandes. Nesse sentido, procuram o juiz Hermilo Ximenes, até mesmo seus parentes mais próximos, para convencê-lo no apoio ao candidato Luiz Gonzaga. A tentativa logo, se torna vã, pois, o juiz se posiciona publicamente à favor de Antônio Fernandes: *Os Lundgren queriam que eu me manifestasse a favor do candidato deles, procuraram meus pais, pessoas da minha família, para eu dar esse passo, mas eu não dei porque intimamente eu preferia que Antônio Bolinha ganhasse a eleição.*

A corrupção eleitoral ganha destaque na imprensa paraibana, quando o Deputado Estadual Assis Lemos, denuncia ao Correio da Paraíba, as práticas utilizadas pelos Lundgren: distribuição de cortes de tecidos, para beneficiamento do seu candidato. Os cortes, denuncia Assis Lemos, são distribuídos aos montantes com os trabalhadores da fábrica e camponeses. A maioria aceita a “oferta”, mas, em seguida entregam os cortes à Antônio Fernandes, que os reúne em balaios, expondo em praça pública para comprovar a prática desmedida da fábrica de tentar comprar voto. O desdobramento da denuncia é assim concluída: *Estes balaios virão para o Tribunal Regional Eleitoral, fundamentando denúncia contra o suborno a ser feitos pelo advogado da entidade sindical.*³⁶⁸

Em processos eleitorais, a prática de compra de votos é procedimento usual quando a fábrica quer favorecer seus candidatos. De acordo com a tecelã Maria da Conceição Nascimento, isto é observado quando da eleição para deputado estadual de Eduardo Ferreira³⁶⁹ no final dos anos 1950. A fábrica não mede esforços para que seu candidato saia vitorioso no pleito, disponibilizando a estrutura financeira da fábrica para seus fins:

Na eleição de Eduardo, ele prometeu uns prêmios às pessoas, quando ele ganhou por pouco, mas ele deu. Mas também o dinheiro não era dele era da Companhia. Mas a cada um que ele sabia que não tinha votado com ele, soltava uma indireta. Uma chegou no meu ouvido e falou: olha estão pagando, tu vai buscar? Ai eu disse: eu vou. Ela disse: eu acho que eu não vou não porque eu não votei, e quando chega lá ele fala. Com uns oito dias ele pagou, toda seção

³⁶⁸ *Diário da Política*. J. Soares Madruga. Correio da Paraíba, 25 de julho de 1963.

³⁶⁹ Eduardo Ferreira ocupou o cargo de prefeito de Mamanguape entre 1951 a 1955.

ele pagava, uma gratificação, não sei nem quanto que era. Só sei que ele mandava chamar e pagava o dinheiro aos operários.³⁷⁰

Nas eleições de 1963, mesmo com as tentativas dos Lundgren de subornar eleitores para favorecer seu candidato, Antônio Fernandes vence o pleito, com o mote: *Campanha do tostão contra o milhão*,³⁷¹ em referência direta ao poder financeiro da fábrica, exercido em práticas de suborno. A repercussão no meio operário são assim lembradas, destacando-se que o papel opositor de Antônio Fernandes é decisivo para seu êxito:: *Aquilo foi uma votação muito boa, o povo era votando e quando terminou a eleição Antônio Bolinha já tava eleito. Teve muita festa na rua. É, por que Antônio Bolinha não trabalhava pela fábrica.*³⁷²

Ao discorrer a propósito de sua vitória e o apoio dos ex-presidentes do sindicato ao candidato da fábrica, Antônio Fernandes observa, destacando a derrota significativa dos Lundgren, seu papel de liderança no meio operário:

Eles apoiaram o outro. Nenhum afinava comigo. Haja vista a disparidade de liderança; enquanto eles faziam o que a fábrica queria - eu lamentavelmente, digo isso – porque o operário logo não ficava satisfeito. Primeiro, Batista teve uma derrota fragorosa; em 60 ele teve uma disparidade de 500 e poucos votos; em 62, ele tornou a competir comigo. O mandato do sindicato é de dois anos. Na eleição de 62, ele só teve 65 votos contra 1520; em 63, eu me candidatei para prefeito: tive uma votação que eu considero espetacular, haja vista que lutava contra um elefante, que a fábrica é um poderio. Ainda é um poderio. Mas o povo estava com o raciocínio certo. Me escolheu para reger o seu destino político.³⁷³

Entre setembro e outubro de 1963, o prefeito recém eleito, Antônio Fernandes inicia uma série de viagens, entre o Rio de Janeiro e Brasília

³⁷⁰ Maria da Conceição Nascimento – 76 anos. Tecelã trabalhou de 1942 a 1974. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

³⁷¹ Antônio Martins Delgado, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Rio Tinto (1976-1986). Entrevista realizada por Silvio Frank Allem e Maria Bernadete F. de Macedo. Rio Tinto, 24 de maio de 1984. In.: MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. *Inovações Tecnológicas e Vivência Operária – O caso de Rio Tinto 1950-1970*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia da UFPB. João Pessoa, 1986. Vol.II – Cronologia e Anexos. Anexo n.07. p, 288-289.

³⁷² Clotilde Cavalcante Juvenal. Trabalhou como tecelã. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

³⁷³ Entrevista realizada pelo Historiador Silvio Frank Allem, Maria Bernadete de Macêdo e Regina Behar, em 19 de outubro de 1984. MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. Op. Cit. p, 348

buscando benefícios para os operários de Rio Tinto. Supõe-se que tenha feito contatos com lideranças políticas sindicais nacionais, em dois meses.

Nesse momento, é feita a ampliação dos serviços médicos com a instalação de Unidade Médica do SAMDU - Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência – SAMDU, implantado pela Fábrica em 1960, para melhor atendimento à saúde dos trabalhadores, e à proteção do trabalho, haja vista a ocorrência de acidentes. Na seção *Movimento Sindical*, do Correio da Paraíba, há registros desta ampliação. Do Rio de Janeiro, Antônio Fernandes informa ao Presidente da Federação dos Trabalhadores sobre o curso das articulações políticas e os projetos que visam melhoramento da classe trabalhadora: *o Sr. Antônio Fernandes disse que os benefícios conseguidos devem-se ao Deputado Federal Arnaldo Lafayette, que tem facilitado suas tarefas no Rio e Brasília, junto aos órgãos da administração federal.*³⁷⁴

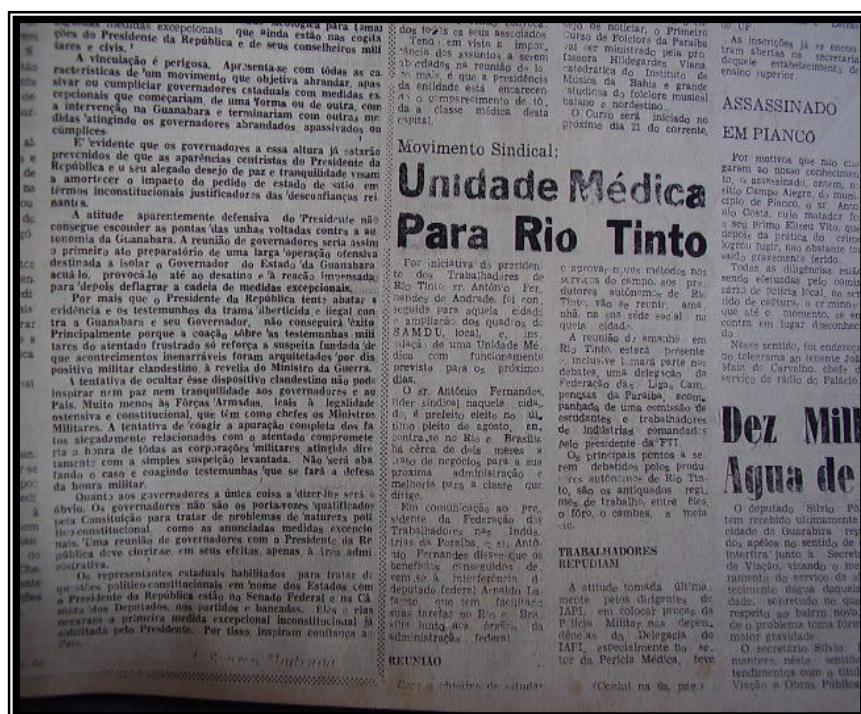


Figura 28 - Coluna “Movimento Sindical”. Jornal Correio da Paraíba - 19 de outubro de 1963.

Seus contatos, na esfera federal, talvez tenham trazido experiência no trato com questões administrativas. Afinal, governar Rio Tinto se constitui desafio. É a lida agora com questões municipais, trabalhadores da cidade e

³⁷⁴ *Movimento Sindical – Unidade Médica para Rio Tinto.* Correio da Paraíba, 19 de outubro de 1963.

camponeses que reivindicam melhorias. De volta à Rio Tinto, Antônio Fernandes apresenta projetos de administração:

Realizará hoje à noite na sede social do sindicato uma grande reunião extraordinária onde o novo edil fará exposição de sua atuação no sul do país e sobre sua próxima administração. Diante da importância dos assuntos, os representantes do sindicato encarece o comparecimento dos seus associados e do povo em geral.³⁷⁵

A Federação dos Trabalhadores da Indústria do Estado da Paraíba, em nota, evidencia a eleição de Antônio Fernandes para o movimento operário paraibano, como avanço na história dos trabalhadores de Rio Tinto e por extensão, da Paraíba. *Esperamos que sua administração sirva de exemplo e torne-se um marco histórico na luta da classe operária.*³⁷⁶



Figura 29 – Nota de congratulação na vitória de Antônio Fernandes, prefeito de Rio Tinto. Jornal Correio da Paraíba, 30 de novembro de 1963.

A repercussão, na imprensa e meios sindicais, é de grande impacto, como registra jornalistas – como Jório Machado, e sindicalistas – como Luiz Hugo Guimarães. Este, em coluna no jornal *O Norte*, assim destaca o ato: *acontecimento de significação político-sindical é a posse hoje em Rio Tinto do*

³⁷⁵ Movimento Sindical – EXPOSIÇÃO NO SINDICATO. Correio da Paraíba, 10 de novembro de 1963.

³⁷⁶ Saudação da FTI. Correio da Paraíba. 30 de novembro de 1963.

*trabalhador Antônio Fernandes na Prefeitura daquele município.*³⁷⁷ A posse em dezembro de 1963, é prestigiado pelos operários de Rio Tinto, pelos movimentos sociais da Paraíba, representados por estudantes, trabalhadores urbanos e rurais, que saem em caravana da capital para Rio Tinto.³⁷⁸

Portanto, o declínio político da fábrica a partir do ascenso de Antônio Fernandes é destacado por dirigentes sindicais, ressaltando a coação aqueles que porventura questionassem seu poder: *ai daquele que se aventurasse ser contra ela isso nos idos de 54, 56, 60 por aí assim, porque o poderio maior dela, da fábrica, começou cair depois da eleição de Antônio “Bolinha como prefeito.”*³⁷⁹

Importante lembrar que, quatro anos antes, nas eleições de 1959, o PSB elege o primeiro prefeito: Antônio Aurélio Teixeira em Santa Rita, cidade que congrega trabalhadores do campo (usinas da família Ribeiro Coutinho) e da cidade (Fábrica de Tecidos Tibiry). O PSB em aliança com o PTB, em Frente Popular, ganha a prefeitura que, conforme estudo de Martha Falcão, está sob domínio de oligarquias das usinas de açúcar, desde o final do século XIX.³⁸⁰ Com a eleição de Antônio Fernandes, o PSB contava com duas prefeituras, em dois centros operários importantes na Paraíba: Santa Rita e Rio Tinto.

O fato de Antônio Fernandes assumir ao mesmo tempo o cargo de prefeito e presidente do sindicato de Rio Tinto é momento para que seus adversários políticos ponham em questão o acúmulo de cargos, como analisa João Batista:

‘Bolinha’ foi empossado em janeiro de 1964, no cargo de Prefeito. Que prefeito! E como o impossível acontece em Rio Tinto, ficou como

³⁷⁷ *Sindicalismo e Previdência. Notas de Luiz Hugo Guimarães. Prefeito-Trabalhador. O Norte, 03 de dezembro de 1963.*

³⁷⁸ *Diário Parlamentar – Jório Machado. A União, 01 de dezembro de 1963.*

³⁷⁹ Antônio Martins Delgado, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Rio Tinto (1976-1986). Entrevista realizada por Silvio Frank Allem e Maria Bernadete F. de Macedo. Rio Tinto, 24 de maio de 1984. In.: MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. *Inovações Tecnológicas e Vivência Operária – O caso de Rio Tinto 1950-1970.* Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia da UFPB. João Pessoa, 1986. Vol.II – Cronologia e Anexos. Anexo n.07.p, 288-289.

³⁸⁰ SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e M. Nordeste, Açúcar e Poder (*Um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba. 1920-1962*). João Pessoa: UFPB/CNPQ. 1990. Antônio Aurélio Teixeira era um pequeno proprietário de terras. Candidato em 1946 a Deputado estadual, não logrou êxito. Em 1951 é eleito vereador, sendo reeleito em 1955 pela UDN e um ano depois se filia ao PSB. Antônio Aurélio prestou serviços na prefeitura de Santa Rita - como Fiscal geral - nas gestões de Flávio Maroja e João Raposo, estes, representantes dos interesses das oligarquias açucareiras.

prefeito e presidente do sindicato ao mesmo tempo! Virou assim um camarada tipo Nikita em Rio Tinto, e suas bifurcações.³⁸¹

Outro dirigente sindical, José Antônio da Silva, igualmente discorda do fato de Antônio Fernandes assumir os dois cargos: *Mas a ignorância foi tão grande que ele tinha quando assumiu a prefeitura, tinha que renunciar do sindicato, ele não renunciou ficou com os dois, prefeito e presidente do sindicato, o mau dele foi isso, ele misturou.*³⁸² Nesta conjuntura, Antônio Fernandes se aproxima da Liga Camponesa de Rio Tinto, fundada em 1962, na sede do Sindicato têxtil de Rio Tinto, em ato que conta com a presença de mais de 135 agricultores (que trabalham em terras pertencentes aos Lundgren), além de representantes da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba³⁸³.

Contudo, há a perspectiva com a eleição de Antônio Fernandes, para fortalecimento das lutas e do movimento camponês de Rio Tinto e da Paraíba, o que é expressa pela Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado da Paraíba, através de nota veiculada no jornal *Terra Livre*:

Ilmo. Sr. Diretor de TERRA LIVRE. Pedimos o favor de publicar os seguintes acontecimentos do movimento camponês da Paraíba.

6. Os camponeses do município de Rio Tinto estão avançando cada vez mais no seu processo de politização e consciência de luta por suas reivindicações. Agora ninguém mais respeita as ordens da Fábrica, cujos proprietários são os donos de tudo. A voz agora é do povo, principalmente quando, recentemente, foi eleito um prefeito contra a vontade dos donos da Fábrica, o presidente do Sindicato de Fiação e Tecelagem de Rio Tinto.³⁸⁴

Assim, trabalhadores do campo e da cidade, em sua lógica, têm agora mais força para combater às arbitrariedades da fábrica. Mas há quem discordasse das ligações entre o sindicato têxtil e trabalhadores rurais. Destes

³⁸¹ FERNANDES, João Batista. Op. Cit. p.130.

³⁸² José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967 se tornou presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006.

³⁸³ *Ata de Fundação da Liga Camponesa de Rio Tinto*. 04 de novembro de 1962. Arquivo do Sindicato Têxtil de Rio Tinto.

³⁸⁴ *Latifundiário paraibano faz negócio com o dinheiro da Caixa Econômica*. Terra Livre. Janeiro de 1964. Página 6. Ano XIV – n. 130. São Paulo.

relatos, merece atenção o registro de que Antônio Fernandes exerce a função de tesoureiro da Liga Camponesa de Rio Tinto:

As Ligas Camponesas funcionou também aqui em Rio Tinto. Antônio Fernandes parece que era tesoureiro das Ligas Camponesas, era presidente do sindicato da indústria e era tesoureiro das ligas camponesas. O negócio não ia muito certo não, porque o sindicato - esse aqui é o sindicato têxtil, que tem sua sede e sua maneira de atuar, o sindicato rural é outra coisa, atua de outra maneira e Antônio Fernandes queria ser em todo canto, aqui e ali teve do município de Rio Tinto ele queria tá por dentro.³⁸⁵

Ao conectar o sindicato têxtil com a cooperativa de trabalhadores rurais as críticas se sucedem. Segundo José Antônio da Silva, esse foi um equívoco da gestão de Antônio Fernandes, mas reitera que seu período como presidente foi bem melhor do que a de seu antecessor: *Foi boa, foi melhor dez vezes, Bolinha teve uns erros mais uns erros banais*, e conclui afirmando que *mudou muito o sindicato com ele, foi de água para vinho.*³⁸⁶

A movimentação dos trabalhadores do campo é constante em Rio Tinto, e acentua-se com a criação da Liga Camponesa da cidade em 1962. Em dezembro de 1963, dias depois da posse de Antônio Fernandes, os trabalhadores rurais promovem em Rio Tinto, concentrações que objetiva denunciar os desmandos praticados pelos latifundiários, o que incluía os Lundgren, pois, detinham extensas quantidades de terras na região', como se observa no noticiário do período, tal ato *contará com a presença de Assis Lemos e dos representantes da Federação dos Trabalhadores Agrícolas da Paraíba e promete ser uma das maiores que já se efetuou em Rio Tinto.*³⁸⁷

É possível perceber que, nessa conjuntura, Prefeitura e Sindicato funcionam como trincheira política da luta local contra os Lundgren, a favor dos trabalhadores da fábrica ou do campo. Enquanto prefeito, Antônio Fernandes conta na Câmara com apenas dois vereadores, na sua base de sustentação. Ao avaliar essa circunstância, ele afirma que os vereadores de oposição

³⁸⁵ Júlio Justino da Silva – 78 anos. Serralheiro começou a trabalhar em 1948 na fábrica. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

³⁸⁶ José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967 se tornou presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006.

³⁸⁷ Concentração Camponesa. Correio da Paraíba, 03 de dezembro de 1963.

terminam por aprovar seus projetos enviados a Câmara. Mais uma vez, se autopromove enquanto líder em Rio Tinto:

Eu só tinha dois vereadores: Manuel Ramos e Alcides Pereira. Um era empregado da fábrica, e o outro era dos Correios e Telégrafos (...) Tinha cinco da fábrica, mas esses cinco por timidez ao povo eles aprovavam o que eu mandava fazer. Não era por timidez ao prefeito, mas se via que, por trás de mim, estava o povo.³⁸⁸

Entre as ações implementadas, no curto período de prefeitura de Antônio Fernandes (de janeiro a março de 1964), destaca-se o incentivo à Campanha de Educação Popular – CEPLAR, programa educacional oficialmente lançado em 1963, pelo Governo Federal - pelo Ministério da Educação e Cultura - com o apoio do governador Pedro Gondim. O lançamento da CEPLAR ocorre em João Pessoa, no Teatro Santa Roza, com a presença de centenas de trabalhadores, educadores e outros segmentos sociais, com ampla cobertura da imprensa: *Espera-se a presença de grande número de pessoas, pois o acontecimento está tendo ampla divulgação em Sindicatos, diversas associações e entre os elementos de diversas classes sociais que apóiam o movimento.*³⁸⁹

Inicialmente, o projeto de educação é para os bairros populares de João Pessoa. A expansão da campanha para além da capital se deu em final de 1963, visando alfabetizar trabalhadores urbanos e rurais, de Sapé (sede da maior Liga camponesa da Paraíba), Rio Tinto, Cabedelo, Bayeux e Santa Rita. Segundo nota de *O Norte*, a campanha pretende ampliar seus objetivos, implantando mais de 80 salas de aula, cujo método Paulo Freire, está a metodologia do processo de alfabetização, com vistas ao alcance de 6 mil trabalhadores urbanos e rurais:³⁹⁰

Em Rio Tinto, a campanha de alfabetização encontra chão favorável porquanto, a ação política de Antônio Fernandes, do juiz Hermilo Ximenes e da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Paraíba, favorece

³⁸⁸ Antônio Fernandes de Andrade. Entrevista realizada pelo Historiador Silvio Frank Allem, Maria Bernadete de Macedo, em 19 de outubro de 1984. MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. Op. Cit. p, p, 348-349.

³⁸⁹ *Lançamento da campanha da CEPLAR para a alfabetização de adultos.* O Norte, 24 de agosto de 1963. *Campanha para alfabetizar seis mil paraibanos foi lançada oficialmente.* A União, 28 de agosto de 1963.

³⁹⁰ CULTURA & EDUCAÇÃO – CEPLAR alfabetizará seis mil em 4 meses. O Norte, 28 de fevereiro de 1964.

sua atuação. Segundo notícia da coluna *Movimento Sindical*, o objetivo era alfabetizar cerca de 60% da população. O sindicalista José Luis Melo afirma que a CEPLAR e a prefeitura alfabetizarão cerca de 4.375 operários da cidade-fábrica.³⁹¹ Diferentemente de outros locais, em Rio Tinto é rápida a execução da CEPLAR, devido as particularidades existentes na cidade, bem como a procura dos trabalhadores, como declara educadoras do projeto:

Cada rua tinha seu responsável cuja tarefa consistia, entre outras, na mobilização dos habitantes para participar das atividades previstas e na coordenação e supervisão da realização dessas atividades. Cerca de 18 núcleos de alfabetização funcionaram sem maiores dificuldades, até março de 64, com suas salas cheias e alunos entusiastas.³⁹²



Figura 30 - Coluna "Movimento Sindical" na campanha de educação popular. Jornal Correio da Paraíba, 8 de novembro de 1963.

Depreende-se que em Rio Tinto, há quantidade alta de operários analfabetos. Porém, esse fator não constitui barreira para a lida diária com as máquinas na fábrica, é o que lembra o operário Júlio Justino da Silva:

Mestre analfabeto sabia rodar a máquina, mas não sabia assinar o nome. O serralheiro que eu fui ajudante, Severino Luís era

³⁹¹ *Movimento Sindical – CEPLAR com prefeitura alfabetizarão Rio Tinto.* Correio da Paraíba, 08 de novembro de 1963.

³⁹² LAGE, Iveline da C. e PORTO, Maria das Dores P. Oliveira. *CEPLAR - História de um Sonho Coletivo: Uma Experiência de Educação Popular na Paraíba destruída pelo Golpe de 1964.* João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura. 1º Edição, 1995, p.117

analfabeto. Quando ele veio pra aqui veio da Usina Santa Helena eu fazia num sábado um bilhetezinho pra mãe dele. Olha eu sou semi-analfabeto e ainda fazia um bilhete pra mãe dele mandando um dinheirozinho pra ela e assinava o nome dele. Era 99% mais ou menos assim. Severino Luiz era analfabeto, e era um serralheiro bom. O pai era maquinista, ele foi serralheiro e aqui trabalhou dois períodos.³⁹³

No contexto de instalação da CEPLAR, o jornal *A Imprensa*, semanário católico, adota posição crítica; de modo pejorativo, o jornal identifica com pecha de comunista o processo de alfabetização, em nota contundente:

Logo neste pau tem formiga. É muito louvável toda iniciativa de alfabetizar o povo. Mas por este modo, é laranja madura em beira de estrada: ou é azeda ou tem maribondo. É fácil sentir o que está por trás de tudo isso. Nada mais, nada menos do que a cartilha do Mao-Tsé. Foi assim que a China comunista começou. Quem for bobo que se iluda. Aliás, não há motivo para alguém ser, laqueado na sua boafé. Pela definição de que seja o homem, está tudo claro. Nem o paganismo educou por esse método. Já dizia Cícero que povo algum, por mais primitivo que fosse, foi encontrado sem a noção de divindade. Aonde nos querem levar, os inovadores do materialismo da moda?³⁹⁴

Como prefeito, Antônio Fernandes exerce severas críticas ao IAPI, em virtude do grau de ineficiência no atendimento aos operários, na concessão de auxílio doença, benefício médico, licenças entre outros. Em nota à imprensa, denuncia na Federação dos Trabalhadores na Indústria em João Pessoa, o descaso do IAPI evidenciando a defesa dos interesses da classe operária:

As injustiças que atualmente vem sendo praticadas fazem até chorar, pois ali existem cerca de 3 mil operários todos necessitados de auxílio doença, benefícios médicos e tantos outros que deviam ser dados pelo Instituto, acham completamente desassistidos de todas espécies de amparo dada à displicênciados dirigentes do órgão a partir da direção central. Milhares de apelos têm sido feitos à Agência local e ao Conselho Administrativo, sem que nenhuma providência tenha sido tomada. A bem de verdade deve o Sr. Delegado Regional providenciar uma fiscalização intensa no sentido de normalizar as irregularidades ali existentes bem como moderar o tratamento das funcionários para com os associados e seus dependentes como

³⁹³ Júlio Justino da Silva – 78 anos. Serralheiro começou a trabalhar em 1948 na fábrica. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

³⁹⁴ NOTA DO DIA – J. BARRETO. *A Imprensa*, 05 de maio de 1963.

verdadeiro reconhecimento de que o instituto lhes pertence nos caos de carência, só a ele poderão recorrer.³⁹⁵

Os projetos implementados por Antônio Fernandes são interrompidos com o golpe civil-militar de 1964. Ele é afastado da prefeitura, assim como sua base de sustentação na Câmara de Vereadores, ligada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). A Câmara de Rio Tinto emite resolução, publicada em *A União*, que afasta em definitivo, Antônio Fernandes e vereadores, assumindo interinamente o presidente da Câmara, Mário Ferreira de Souza.³⁹⁶ A resolução da Câmara Municipal afirma a orientação política do golpe, no sentido de enquadrar opositores nas diretrizes da segurança nacional. Em destaque no caso de Antônio Fernandes a alegação de que seu afastamento, porquanto, é necessário devido à manutenção da segurança em Rio Tinto:

O Presidente da Câmara Municipal faz saber que a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º - Antônio Fernandes de Andrade, eleito Prefeito do município de Rio Tinto, e Durval Francisco de Assis, eleito vice-prefeito do município de Rio Tinto, pela legenda do Partido Socialista Brasileiro, em eleição realizada no dia 11 (onze) de agosto de 1963, proclamados no dia 14 do mesmo mês e ano, e empossados no dia 30 de novembro de 1963. Ficam impedidos definitivamente de exercerem os cargos para que foram eleitos, em vista as suas manifestações públicas e atentados contra o artigo 14, parágrafo quinto e décimo terceiro da Constituição Federal, e ainda contra a segurança nacional, o atual regime, Constituição Estadual e o artigo 71 inciso I da Lei 321.

Art. Terceiro - Considerando que o Prefeito Municipal, face as suas atitudes ostensivas contra a segurança nacional, e que a frente do Executivo Municipal, acompanhado do Vice-Prefeito, vereadores e suplentes do Partido Socialista Brasileiro, vem se mostrando incapazes de manter a segurança interna do município. Resolve esta câmara aprovar, os impedimentos em caráter definitivo de que trata os artigos 1 e 2, da presente Resolução.³⁹⁷

Na conjuntura do golpe de 1964, Antônio Fernandes foge de Rio Tinto e posteriormente entrega-se ao Exército, e permanece seis meses

³⁹⁵ *Movimento Sindical – prefeito faz denúncias contra IAPI de Rio Tinto*. Correio da Paraíba, 02 de março de 1963.

³⁹⁶ Este vereador em julho de 1964, permanece à frente da Prefeitura, haja vista, notícia de *A União* em 22 de julho, na reunião com outros prefeitos da Paraíba para expor ao governador Pedro Gondim e as autoridades militares, problemas referentes à enchentes ocorridas naquele período: *Reunião dos Prefeitos em Palácio retratou dificuldades da Paraíba*. *A União*, 22 de julho de 1964.

³⁹⁷ *Câmara Municipal de Rio Tinto – RESOLUÇÃO N.35*. *A União*, 07 de abril de 1964.

encarcerado em João Pessoa. De volta à cidade, mesmo afastado da vida sindical e política representa temor de patrões e poder local.

Os embates entre Fernandes e a fábrica Rio Tinto seguirão na próxima conjuntura. Documento de junho de 1965 trata de questão entre Antônio Fernandes e a Companhia de Tecidos Rio Tinto, que se recusa a receber determinada quantia de aluguel. No processo, Antônio Fernandes nomeia o advogado José Gomes da Silva.

Aparente questão entre locador e locatário é fato corriqueiro, não fossem os envolvidos a Companhia de Tecidos e Antônio Fernandes. Presume-se que, com o retorno a Rio Tinto, o modo de criar-lhe dificuldade é o aumento extorsivo do aluguel e tornar o fato pendência jurídica, como se pode inferir das alegações em sua defesa:

I – QUE em junho de 1954, fez um contrato verbal de locação do imóvel n. 1.807, na cidade de Rio Tinto, com a CIA DE TECIDOS RIO TINTO, pagando o aluguel mensal de CR\$ 42,00 (Quarenta e dois cruzeiros);

II – QUE posteriormente de forma amigável os aluguéis foram aumentando, pois, em 1962, já pagava CR\$ 270 (Duzentos e setenta cruzeiros) mensais e, a partir de novembro de 1964, concordou em pagar a importância de CR\$ 1.115 (Mil cento e quinze cruzeiros), mensais;

III – QUE agora a locadora se nega a receber os referidos aluguéis na base de CR\$ 1.115 – como vem recebendo de novembro a março conforme documentos (recebidos) juntos para comprovar, querendo cobrar a quantia de CR\$ 5.000 (Cinco mil cruzeiros), mensal, infringindo assim o que dispõe a lei n. 4494/64 de 25 de novembro de 1964.³⁹⁸

O retorno de Antônio Fernandes à Rio Tinto é descrito em tom sarcástico por João Batista, em seu livro de memórias. Um relato marcado pelo viés da disputa e das desavenças: *Logo de sua volta, mal chegado, houveram as festas e os regozijos! Eram os apertos de mãos. Houveram as listas de auxílios pecuniários, entre operários da Fábrica Rio Tinto e alguns comerciantes... E os dinheiros choveram!*³⁹⁹ Ainda que o relato seja de deliberada depreciação, vê-se que o retorno de Antônio Fernandes é cercado de manifestação de camaradagem e solidariedade. Em 1968, apresenta

³⁹⁸ OFÍCIO ÚNICO – (AUTOS SUPLEMENTARES) – “HOMOLOGAÇÃO.” Requerente: A COMPANHIA DE TECIDOS RIO TINTO. Requerido: Antônio Fernandes de Andrade. 20.06.1965. Caixa – Ano de 1965. Arquivo do Fórum de Rio Tinto.

³⁹⁹ FERNANDES, João Batista. Op. Cit. p.131-132.

candidatura a vereador pelo MDB é eleito com a maior votação No relato depreciativo de João Batista estão as evidências do fato:

Eis que chegam de novo as eleições em 1968... 'Bolinha' se candidata de novo, à vereança pelo MDB. Se candidata e GANHA!!! Mas poder se candidatar como? Se fora cassado o seu mandato de Prefeito, se havia um rosário de processos (e há) contra si, por ROUBO, por atentado ao regime Democrático!? Mas, mesmo assim, o fuinha foi candidato. Ah, Rio Tinto infeliz! De novo eleito, 'Bolinha' continuou e continua com as mesmíssimas desculhambações de outrora! Na Câmara de Vereadores local (com licença da palavra) tem dito que a Revolução de 1964 só veio desgraçar o País. Que a Revolução só veio trazer fome e desempregos para os trabalhadores brasileiros, e diz coisas mais. Diz, e fica dito impunemente! Foi eleito pela legenda do MDB; agora passou-se para a ARENA.⁴⁰⁰

A ação de Antônio Fernandes, na prefeitura e no sindicato em defesa dos trabalhadores, é presente na memória de dirigentes sindicais, trabalhadores, políticos e magistrados. Os relatos trazem ao mesmo tempo, elogios e discordâncias a alguns fatos da sua trajetória. Contudo, nesses mesmos depoimentos é destacado seu papel exercido, ao diminuir o poderio dos Lundgren em Rio Tinto, principalmente, quando os trabalhadores o elege para as duas esferas de poder, tão ambicionadas pela fábrica: o sindicato em 1960 e a prefeitura em 1963.

Na sede do sindicato têxtil em Rio Tinto há uma galeria de fotografias dos ex-presidentes e uma ausência é notada: a foto de Antônio Fernandes. O presidente José Galberto - que desde 1990 (data de encerramento das atividades da fábrica) administra o patrimônio do sindicato – diz que, em certo momento, Antônio Fernandes esteve na entidade e reclamou exposição de sua fotografia junto às outras. *Ele chegou a dar um murro no retrato de Batistinha*, me confidenciou José Galberto. Tempos depois, a filha retirou a foto. O espaço reservado a Antônio Fernandes está vazio, no entanto, suas referências na memória dos trabalhadores, na história do sindicato, da prefeitura e da fábrica Rio Tinto, serão lembradas.

O próximo item versa sobre o golpe de 1964 e seus desdobramentos na desestruturação da organização dos trabalhadores em Rio Tinto.

⁴⁰⁰ FERNANDES, João Batista. Op. Cit. p.132.

3.3. O Golpe civil-militar de 1964: Repressão e controle operário em Rio Tinto.

A atuação do sindicato, as articulações entre trabalhadores da cidade e do campo, a eleição de operário à Prefeitura, em 1963, e o quadro de mobilização da cidade-fábrica, em defesa dos direitos sociais, tudo isso é objeto da ação repressiva do golpe militar em 1964. Nessa conjuntura uma singularidade é notada em Rio Tinto no dia 1º de abril: paralisação geral apoiada pelo prefeito e pelo advogado do sindicato, em favor do Presidente João Goulart.

Nos meses precedentes ao golpe militar, na Paraíba, como de resto no Brasil, os debates políticos em torno das Reformas de Base propostas por João Goulart estão na ordem do dia. Logo as Reformas de Base torna-se bandeira principal da luta dos movimentos sociais, seu significado e sua implementação traria mudanças decisivas, pois,

Tratava-se de um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo um desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social. Entre as principais reformas, constavam a bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária e universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não-graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB.⁴⁰¹

Ponto culminante e definidor dessa conjuntura é o comício de 13 de março de 1964, interpretado por Daniel Aarão dos Reis, *como os últimos ziguezagues à esquerda do presidente da República*.⁴⁰² As propostas de reformas sociais de João Goulart, deste modo, fazem parte da agenda de luta do movimento sindical, mobilizam os trabalhadores urbanos e rurais, lideranças políticas, estudantes e sociedade civil. A repercussão do debate nacional, em Rio Tinto, se dá, via movimento dos trabalhadores rurais e operários, pelo crescente interesse de participação e desejo de

⁴⁰¹ FERREIRA, Jorge. *O Governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964*. In. FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucília de Almeida. (Orgs.) *O Tempo da Experiência Democrática: Da Democratização de 1945 ao Golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano, V.3), p.351-352.

⁴⁰² REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro – Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/CNPQ. 1990. p.33

acompanhamento dos debates da situação político-econômica e social brasileira.

De janeiro até o final de março de 1964, a Paraíba experimenta a radicalização das forças populares (trabalhadores do campo e das cidades) e das forças conservadoras (sobretudo de latifundiários), o que pode ser observado em dois momentos ressaltados pelo estudo de Monique Citadinno: o conflito de Mari e a Invasão da Faculdade de Direito, ambos em janeiro e março de 1964, respectivamente. O primeiro é o conflito que ocorre em uma fazenda no município de Mari, 70 km de João Pessoa, entre agricultores e funcionários da Usina São João, da família dos latifundiários Ribeiro Coutinho:

No dia 15 de janeiro, na Propriedade de Nezinho de Paula em Mari, onde os camponeses preparava a terra para o cultivo, um grupo ligado à Usina São João, de propriedade dos Ribeiro Coutinho, abordou os camponeses iniciando-se uma discussão. Nesse contexto, eclodiu o conflito entre a milícia dos usineiros e os camponeses que culminou com um total de 12 mortos e vários feridos de ambas as partes. Dentre os mortos figuravam o presidente da Liga Camponesa de Mari, Antônio Galdino e o economista contador da Usina, Fernando Gouveia.⁴⁰³

Deste episódio resulta em movimentação, tanto de latifundiários bem como de representantes de setores da esquerda paraibana (por meio da Frente de Mobilização Popular, entidade que congrega movimento sindical, estudantes e Ligas Camponesas), em protesto contra a situação de tensão,⁴⁰⁴ pressionando o governador Pedro Gondim.

Já a invasão da Faculdade de Direito, em março de 1964, evidencia mais um conflito entre setores da esquerda e da direita, desta vez, protagonizado pelos estudantes. Ao tomarem conhecimento de que o governador Carlos Lacerda visitaria a Paraíba, estudantes de esquerda e contrários protestam:

No dia anunciado para a chegada à Paraíba, do Governador Carlos Lacerda, os estudantes organizaram uma manifestação de protesto, tendo com base a Faculdade de Direito da Universidade da Paraíba, situada na Praça João Pessoa, ao lado do Palácio do Governo. A

⁴⁰³ CITADINNO, Monique. *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)*. João Pessoa: UFPB 1998 p. 136.

⁴⁰⁴ LEMOS Francisco de Assis. *Chacina de Mari e o destino do COLT 45*. In.: Nordeste, o Vietnã que não houve: Ligas Camponesas e o golpe de 64. Londrina: Ed. UEL/Ed. UFPB, 1996, p.178-179.

movimentação dos estudantes despertou a ira de um grupo lacerdista, tendo à frente os deputados Joacil Pereira e Marcus Odilon Ribeiro Coutinho que, na época, era universitário de Direito. Esses lacerdistas arrombaram o portão principal da Faculdade, usando uma espécie de aríete e a invadiram. Contaram para aquela violência com o apoio do Coronel Ednardo D'Ávila Mello, comandante do 15º RI que, na ocasião, respondia também pelo comando da Guarda Federal da Paraíba.⁴⁰⁵

O governador da Paraíba, Pedro Gondim, por seu turno, tem sustentação política das forças populares. Mas apresenta certa ambigüidade, visto que, em sua campanha para governo, em 1960, e na sua composição, mantém alianças num marco conservador e de direita. Com a radicalização, dá-se a ruptura com o campo popular, e Gondim se aproxima, cada vez mais, dos setores conservadores. Sobre isso afirma Monique Citadinno:

Por um lado, o ressurgimento dos conflitos sociais que, após terem permanecido latentes durante todo aquele ano, voltaram à cena com redobrada força às vésperas da eclosão do golpe. Por outro, eles são emblemáticas da transformação que já vinha se processando no relacionamento entre o Governo e as forças de esquerda do estado e que se consolida a partir dessas ocorrências: eles funcionam como um marco decisivo do esgotamento do populismo gondinista, o que se consubstancia no afastamento de Gondim das forças populares e de esquerda do estado e no seu aprisionamento absoluto às classes conservadoras.⁴⁰⁶

No movimento de 31 de março de 1964, vêem-se reações contrárias ao golpe, em cidades da Paraíba: Rio Tinto, Souza e João Pessoa (onde comício no final da noite de 31 de março, protagonizado por políticos, jornalistas e lideranças de esquerda, é dissolvido pelo Exército no bairro de Cruz das Armas).⁴⁰⁷ Da resistência ao golpe na Paraíba, Rio Tinto demonstra o grau de organização dos trabalhadores.

As análises de conteúdo e alcance da resistência popular parecem coincidir num ponto: a incapacidade de percepção de articulação do golpe pelos setores civis e militares. Não compreendem a movimentação da direita nos dias antecedentes ao golpe - é o caso da Marcha da Família com Deus

⁴⁰⁵ LEMOS Francisco de Assis. *Visita de Lacerda e invasão da Faculdade de Direito*. Op. Cit.p.184.

⁴⁰⁶ CITADINNO, Monique. Op. Cit.p. 138.

⁴⁰⁷ MELLO, José Octávio de Arruda. *Paraíba: Populismo Radical, Mobilização Direitista e Desenlace*. In. 1964: No mundo, Brasil e Nordeste. João Pessoa: UNIPÊ, 2004.

pela Liberdade, após o comício da Central do Brasil, e fala do Marechal Castelo Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, anunciando a movimentação golpista de setores do exército, no sentido de alijar o presidente Goulart do poder. Neste sentido, as esquerdas, *decididamente, não acreditavam na possibilidade de um golpe da direita, mas sim do seu maior aliado, o próprio presidente da República.*⁴⁰⁸

Tomado de surpresa, pelo movimento militar ao final da noite de 31 de março, o governador Pedro Gondim passa a madrugada em Palácio, com secretários e auxiliares mais próximos. Antes da reunião, Gondim é procurado por Comandantes do Exército que forçam sua decisão, adotada na manhã do dia seguinte, em nota na Rádio Tabajara, a favor dos militares. Sobre essas definições, Joacil de Brito Pereira – à época Deputado Estadual, representante dos interesses dos latifundiários da Paraíba, informa:

A orientação era manter todos os governadores que se solidarizassem com o movimento revolucionário. E, diz o coronel Plínio Pitaluga que, quando esperavam, uma definição do Pedro Gondim, ele se fez de desentendido e disse que agradecesse ao general Justino Alves Bastos aquele recado, aquela comunicação. O coronel Plínio Pitaluga, me contando esta história, disse que teve vontade de prender Pedro Gondim, depô-lo ali mesmo, mas olhou para o Ednardo - eles se entendem, não é? -, o Ednardo é um homem muito ponderado, o Ednardo fez um sinal de que não. (...) Aquilo era um ultimato, manteriam os governadores que se definissem pela revolução. Ele, então, teria que dizer: "Eu estou com a revolução." Ele disse que agradecia ao general a comunicação que teve, que estava ciente - não disse sim nem não! Ora, se não se definiu, era para o esquema demiti-lo, depô-lo, não é? Prendê-lo e depô-lo. Mas o Ednardo fez um sinal - era homem muito ponderado o coronel Ednardo - fez um sinal e evitaram prender, quer dizer, não concordou com o sinal dado pelo coronel Plínio Pitaluga.⁴⁰⁹

Nessas horas decisivas, por iniciativa do Presidente João Goulart, faz-se tentativa, tornada vã, de convencer governadores da Nordeste da assinatura de carta contra o golpe, a favor da legalidade democrática. O governador, à frente das negociações, designado pelo Presidente, é Miguel Arraes, de Pernambuco, que envia auxiliares de confiança para outros estados nordestinos, visando organizar a resistência:

⁴⁰⁸ FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p. 387.

⁴⁰⁹ PEREIRA, Joacil de Brito. *Joacil de Brito Pereira (depóimento, 1978)*. Rio de Janeiro: CPDOC/UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2001. 84 p. 72.

Pela manhã, logo cedo, foram despachados emissários para a maioria dos Estados Nordestinos. Uma parte em veículos não-oficiais. Outra em pequenos aviões emprestados por aliados de Arraes. O próprio Fernando Mendonça [jornalista e secretário particular de Arraes] foi a Paraíba, buscar a assinatura do governador Pedro Gondim. Para a Bahia do governador Lomanto Júnior foi enviado o líder do governo na Assembléia, Almany Sampaio. Os deputados Áureo Bradley e João Ferreira Lima, secretário de saúde, viajaram ao Rio Grande do Norte e Ceará, para obter as assinaturas de Aluísio Alves e Virgílio Távora, respectivamente.⁴¹⁰

Sem resposta positiva à proposta de Miguel Arraes, o governador Pedro Gondim, decide em, 1º de abril, ficar do lado dos militares. Diferentemente de Gondim, Arraes, resiste à deposição do governo de Pernambuco.⁴¹¹ Nesse momento João Goulart que segue ao Rio Grande do Sul, é informado de que o aparelho militar decreta a vacância do cargo de presidente, empossando - unconstitutionalmente – o presidente da Câmara Ranieri Mazzili. Ao chegar a Porto Alegre Leonel Brizola tenta convencê-lo de possível reação, mas, Goulart não aceita tal intento e resolve sair do país deslocando-se ao exílio no Uruguai. A destituição de João Goulart se dá rapidamente, e como diz João Q. de Moraes, *não houve, com efeito, atos bélicos de resistência: os golpistas não precisaram combater para triunfar.*⁴¹²

Nos depoimentos das lideranças políticas de Rio Tinto, o sentimento em relação ao golpe é ressaltado: *Todo mundo foi tomado pelo golpe de surpresa, ninguém esperava que acontecesse isso.*⁴¹³ De certo modo, prevalece o tom de desalento aliado à convicção difusa da esquerda, sobre a força potencial das reformas de base e de seu conteúdo mobilizador, em especial, da Reforma Agrária. Ressalte-se que as esquerdas não formam grupo homogêneo, como analisa Jorge Ferreira. Existem distintos grupos, em amplo espectro político, desde 1961 até o golpe, em abril de 1964:

⁴¹⁰ MONTENEGRO FILHO, Sérgio. *Tanques nas ruas. É o golpe!* In: BARRETO, Túlio Velho e FERREIRA, Laurindo (orgs). *Na trilha do Golpe: 1964 revisitado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/editora Massangana, 2004. p.209.

⁴¹¹ ROZOWYKWIAT, Maria Teresa Gondim. *Arraes: duas mãos e o sentimento do mundo*. In: CLIO. Revista de Pesquisa Histórica. Dossiê 64. N.22, 2004/ Apresentação: Socorro Ferraz. Recife: Editora da UFPE, 2006.

⁴¹² MORAES, João Quartim de. *O colapso da resistência ao Golpe de 1964*. HISTÓRIA – UNESP. São Paulo: Ed. UNESP, v. 14, 1995. p.54.

⁴¹³ Hermilo de Carvalho Ximenes. Juiz de Rio Tinto, no período de 1959 a 1964. Entrevista realizada em João Pessoa, julho de 2005.

Eram eles o PCB, as Ligas Camponesas, o bloco parlamentar autodenominado Frente Parlamentar Nacionalista, o movimento sindical representado pelo C.G.T, organizações de subalternos das Forças Armadas, como sargentos da Aeronáutica e do Exército e marinheiros e fuzileiros da Marinha, os estudantes através da UNE e, inclusive, uma pequena organização trotskista.⁴¹⁴

O contexto precedente ao golpe vê recrudescer ainda mais as ocorrências, bem como a iminência de greves orquestradas pela C.G.T:

No inicio de março a CGT anunciou a situação de alarme de que um golpe de direita tornava-se cada vez mais provável. Quando o golpe teve inicio em Minas Gerais no dia 30 de março, a CGT conclamou ainda uma vez mais os operários para uma greve geral.⁴¹⁵

A organização de greve geral, em Rio Tinto, portanto, segue orientação política da CGT, na articulação nacional da base sindical, inclusive para tentar barrar as primeiras tentativas de repressão golpista: Antônio Fernandes firma, de imediato, posição *solidária à greve decretada pela C.G.T.*⁴¹⁶ Para o líder sindical Luiz Hugo Guimarães eram fantasiosas as tentativas devido à falta de estrutura do sindicalismo paraibano:

O movimento sindical paraibano não tinha forças para reagir ao Golpe Militar, como de resto não teve o movimento sindical brasileiro, muito preocupado, à época, em disputar prestígio na esfera governamental. As correntes políticas que lideravam as massas trabalhadoras tinham profundas divergências, criando dificuldades para uma unidade de ação.⁴¹⁷

Para Lucília Delgado, entre os fatores de insucesso da greve geral, está na organização cupulista do CGT. É sua a análise:

Os fatores principais da ausência de êxito desta iniciativa são: a grande repressão por parte dos órgãos policiais e militares e o fato dos principais líderes sindicais terem sido presos. Este último aspecto é decisivo: uma entidade de que se caracteriza pela atuação de suas

⁴¹⁴ FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p. 352.

⁴¹⁵ FÜCHTNER, Hans. *Os Sindicatos brasileiros de trabalhadores: organização e função política.* Tradução de Jehovanira Crysóstomo de Souza. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980 (Biblioteca de Ciências Sociais; n. 14), p.208-9.

⁴¹⁶ LAGE, Iveline da C. e PORTO, Maria das Dores P. Oliveira. *CEPLAR - História de um Sonho Coletivo: Uma Experiência de Educação Popular na Paraíba destruída pelo Golpe de 1964.* João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura. 1º Edição, 1995, p.144.

⁴¹⁷ GUIMARÃES, Luiz Hugo. *1964: Recordações da Ilha Maldita.* João Pessoa: Edições FUNESC. 2º ed., 2002, p.24-25.

lideranças de cúpula e não de suas lideranças intermediárias, a desativação dessas lideranças necessariamente ocasiona uma completa desmobilização do conjunto do movimento.⁴¹⁸

Reunidos em primeiro de abril, em Assembléia Geral extraordinária, centenas de operários iniciam a paralisação das atividades da Fábrica Rio Tinto. A ata da assembléia traz informações detalhadas do ocorrido: assinalam, na abertura da reunião, as recomendações de Antônio Fernandes aos trabalhadores, depois a fala do advogado José Gomes, destaca a necessidade da greve geral como forma concreta de apoio a João Goulart e reafirma o desejo de que o presidente da República derrotaria os golpistas. E continuam as movimentações:

Em seguida, retirou-se junto com o Sr. Presidente que havia recebido um chamado dos trabalhadores da Fábrica Regina. Usou da palavra o secretário do sindicato, já em presença do Sr. Comissário de polícia do município, que a essa altura dos acontecimentos, permanecia na sede do sindicato. Em seguida o Comissário falou aos trabalhadores dizendo que, a ordem pública seria mantida, nesse momento chegaram novamente ao sindicato, o Sr. Presidente e o advogado que entraram em entendimento com o Sr. Comissário, a fim de por soldados da Polícia Militar nos portões da Fábrica, no que forma prontamente atendidos.⁴¹⁹

Nesse ínterim a estrada de acesso à cidade está bloqueada por operários grevistas. Assumindo os cargos de prefeito e presidente do sindicato, Antônio Fernandes toma a dianteira das decisões, tanto que o Coletor estadual pede orientação, no sentido de fechar ou não a Coletoria. A resposta está na ata do dia: *Este lhes recomendou fechar a repartição, em virtude de maus elementos que, poderia querer aproveitar-se da confusão reinante no momento. Em seguida o Sr. Coletor voltou a cidade de Mamanguape.*⁴²⁰

Operários que presenciaram os acontecimentos de 1964 rememoram-nos de diferentes formas, onde o impacto do golpe é notado. Júlio Justino lembra a notícia do golpe, verificada quando um amigo chega à seção de

⁴¹⁸ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil – 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 77.

⁴¹⁹ *Ata da Assembléia Geral Extraordinária do dia 01/04/64*. In. MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. *Inovações Tecnológicas e Vivência Operária – O caso de Rio Tinto 1950-1970*. Op.Cit., p. 272.

⁴²⁰ *Ata da Assembléia Geral Extraordinária do dia 01/04/64*. In. MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. Op. Cit. p.273

trabalho avisando dos últimos acontecimentos. Destaca o sindicato de Rio Tinto, como lugar de difusão de notícias e rumo frente aos acontecimentos e as primeiras movimentações grevistas: *Eu fui pra lá, para frente sindicato, daí disseram: olha rapaz vamos lá no Patrício [o operário se refere ao nome de uma rua próxima à fábrica] porque ta lá um piquete de greve para não entrar ninguém. Eu fui. Eu sai pra lá.*⁴²¹

Os trabalhadores que iniciam o turno de trabalho as seis horas da manhã de 1º de abril, são pegos de surpresa com a notícia do golpe e da greve geral em Rio Tinto. *Quando foi 6 hs da manhã passou um carro cantando umas músicas* relembra Severino Nascimento Soares, vigia da fábrica, informando a tensão naqueles momentos:

Quando foi umas seis e meia para as sete horas, eles taparam a estrada, para quem viesse de Mamanguape para cá, não passar, só o povo mesmo de Bolinha. Mas quando o negócio virou mesmo, e Luiz de Barros veio para cá, ainda pegou gente na estrada mandou tirar. Bolinha pressentiu e se mandou, ele e Ximenes se mandaram logo, que Luiz de Barros vinha pegar os dois.⁴²²

O papel do sindicato na convocação dos trabalhadores é relembrada por José Antônio da Silva: *O sindicato tava convocando os trabalhadores para ajudarem o presidente João Goulart.*⁴²³ A greve decretada faz com que trabalhadores se dirigem ao lugar de organização da resistência: o sindicato. A tecelã Clotilde Cavalcanti é uma dessas operárias e assim rememora a ida a entidade e a tensão, principalmente, com a chegada da polícia:

Foi em 1964 uma greve que houve aqui. E dessa vez o povo todinho ia “praculá” [refere-se ao sindicato] e até eu fui para dentro do sindicato, e Antônio Bolinha tava lá, e aí fui para lá. Eu tava grávida, ai quando foi um pouco mais, ai foi aquele batalhão, ai Luiz de Barros disse: não entra ninguém e não sai ninguém. Aí eu tava grávida, Luiz com a mão no meu ombro, ai deixaram eu passar, eu fui para casa.

⁴²¹ Júlio Justino da Silva – 78 anos. Serralheiro começou a trabalhar em 1948 na fábrica. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

⁴²² Severino Nascimento Soares – 72 anos. Trabalhou como tecelão de 1949 a 1960, quando passou a trabalhar como vigia. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

⁴²³ José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967 se tornou presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006.

Ai ficou a greve lá, agente viu uma cara apanhar, passou um soldado e deu no rapaz.⁴²⁴

Como o centro de mobilização é o sindicato têxtil, para lá se dirige a força policial, acionada na figura do coronel da polícia Luiz de Barros, temido pelos operários: *Ele era brabo, muito brabo mesmo.*⁴²⁵ A chegada de Luiz de Barros para dispersar o movimento e os direcionamentos de Antônio Fernandes, é lembrado por Luiz Juvenal: *Na hora que Luiz de Barros chegou, Antônio Bolinha disse: Meu povo não sai ninguém. Luiz de Barros tá vindo aí, mas não saí ninguém, ele não é bicho não. Deixa que eu converso com ele, eu sei resolver meus problemas com ele. E assim foi.*⁴²⁶

Em Rio Tinto e ademais em regiões de efervescência social, como Sapé, o papel da repressão é exercido pela polícia militar. O coronel Luiz de Barros tem atitudes arbitrárias com desmandos e seu jeito de pôr medo em camponeses e operários: *O negócio dele era chegando e dando pancada né. Era o jeito de assombrar o povo. E ele dava pancada mesmo,* relata Júlio Justino. Este serralheiro cita uma das arbitrariedades deste Coronel da Polícia: um trabalhador certa vez é convocado para prestar depoimento, junto com outras pessoas em Sapé. O relato de Júlio Justino sobre esse caso, traduz significativamente a forma opressora de Luiz de Barros, no trato com os trabalhadores e camponeses:

Um camarada contou que foi daqui pra Sapé - mandaram intimar o cara lá - quando ele chegou em Sapé de tarde, Luís de Barros não estava. Ele se apresentou ao Delegado. Luís de Barros não chegou naquela noite, se chegassem ele tinha apanhado. No outro dia o Delegado disse: eu não vou ficar com esse pessoal aqui não, e mandou pra João Pessoa. Quando chegou perto de Cobé [região próxima à estrada que liga Sapé a João Pessoa] Luís de Barros vinha, aí mandou parar o caminhão que vinha com o povo. Ficou arrudiando, arrudiando, insultando e dizendo coisa e xinga e xinga, doido que dizessem qualquer coisa, para eles cobrirem no pau. Mas a turma se calou, chegaram em João Pessoa, resolveram os problemas e vieram para Rio Tinto. Mas ele foi assim, ele era da pancada mesmo.⁴²⁷

⁴²⁴ Clotilde Cavalcante Juvenal. Trabalhou como tecelã. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

⁴²⁵ Idem

⁴²⁶ Luiz Juvenal – 83 anos. Trabalhou como torneiro de marcenaria, de 1939 a 1974. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

⁴²⁷ Júlio Justino da Silva – 78 anos. Serralheiro começou a trabalhar em 1948 na fábrica. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

Voltando a greve em Rio Tinto, entre as estratégias de resistências organizadas por Antônio Fernandes e José Gomes da Silva, encontram-se a tática de usar os Lundgren como reféns. O juiz Hermilo Ximenes diz que na madrugada de 1º de abril, é acordado por Antônio Fernandes e José Gomes que informavam do golpe militar em andamento no país, e que iriam resistir em Rio Tinto. Logo, o juiz parte para aconselhamentos:

Aí eu desaconselhei, disse: vocês vão resistir a uma coisa dessas? o operariado desarmado - por que eu proibi eles até andar com faca - como é que vocês vão resistir, com o que? Eles disseram: nós vamos prender os galegos! [se referindo aos Lundgren] Eu disse: olhe vocês não vão prender os galegos, por que eles nada fizeram vocês na façam essa besteira, por que eu vou lá com a polícia e mando soltar. Queriam prender os Lundgren. Eu disse: isso vocês não fazem, por que se vocês fizerem e chegar ao meu conhecimento, que os Lundgren, estão presos eu vou lá com a polícia e solto. E eles se conformaram, de lá da minha casa, foram para a fábrica, mas para parar a fábrica, não para prender ninguém.⁴²⁸

Das ligações políticas, resulta atitude de conselhos para que as medidas de resistência sejam adotadas, em algum nível de consenso. O rádio é veículo para se atualizar dos acontecimentos. Enquanto ouve várias estações, na casa do Promotor, Hermilo Ximenes afirma que as manifestações em Rio Tinto continuavam por todo o dia: os trabalhadores realizavam discursos e passeatas na praça central da cidade.⁴²⁹

Hermilo Ximenes avoca a si a condição de “um líder dos operários”, como é expressa nesta fala: *Mas eu me afastei, mas, por que se eu ficasse ali na minha casa eu praticamente ia assumir a chefia daquele movimento. Por que os operários iam para minha casa, acostumado a entrar toda hora, eles iam para minha casa, receber ordens, etc, e tal.* Assim, tanto o juiz, Antônio Fernandes e José Gomes, cada um seu modo, quer a “chefia” do movimento operário. Na noite do Golpe, decide “sair” da cidade, com a certeza de que os trabalhadores iam procurá-lo para estar à frente dos acontecimentos.

⁴²⁸ Hermilo de Carvalho Ximenes. Juiz de Rio Tinto, no período de 1959 a 1964. Entrevista realizada em João Pessoa, julho de 2005.

⁴²⁹ Idem.

Nos primeiros momentos do golpe, a tentativa de resistência malograda, em Rio Tinto, não é diferente da de outros pontos do país, pelo despreparo e falta de antevisão:

O fato é que o episódio de Rio Tinto deve ser analisados no bojo de heróicas e desconectados tentativas de resistência que, imediatamente, mostravam-se inviáveis e, a bem da verdade revelavam a fragilidade intrínseca e a falta de organicidade dos grupos de esquerda.⁴³⁰

As edições de *A União* e *O Norte*, nos primeiros dias de abril, revela que não há registros sobre a greve a favor de João Goulart, em Rio Tinto. Com o golpe e o posicionamento do governador Pedro Gondim, em favor dos militares, as manchetes do jornal do governo, na manhã de 02 de abril evidenciam essa atitude: *Ranieri Mazzili é o novo Presidente da República / Pronunciamento de Pedro Gondim traduziu convicções da Paraíba / Vital do Rêgo: Paraíba unida com Pedro Gondim para a defesa das instituições.*⁴³¹ O Correio da Paraíba se alinhava ao movimento, mas com certo comedimento, o que é evidenciado em manchete: *Paraíba atravessou tranqüila a crise do Primeiro de abril.*⁴³²



Figura 31 – Conjuntura política da Paraíba no Golpe militar. Jornal A União (PB) - 2 de abril de 1964.

⁴³⁰ CITADINO, Monique. Op. Cit. p. 155.

⁴³¹ A União. 02 de abril de 1964.

⁴³² Correio da Paraíba, 02 de abril de 1964.

Contudo, na edição de 03 de abril, o *Correio da Paraíba* registra: **CAMPONESES E OPERÁRIOS REAGIRAM EM RIO TINTO.** Sobre a paralisação da cidade-fábrica, observa-se articulação entre trabalhadores do campo e da cidade. A greve decretada, a fábrica paralisada e a aglomeração de operários, nas ruas e sede do sindicato têxtil, dão a dimensão da participação dos trabalhadores na convocação das lideranças sindicais, em demonstração de resistência ao golpe. O artigo elogia a atuação da Polícia e do temido coronel Luís de Barros, que aciona o aparato repressivo:

No sentido de sufocar o movimento, fazendo a calma voltar aquele centro fabril do Estado. Imediatamente o comandante do policiamento de Sapé e de Mari deslocou-se com forte contingente de soldados para aquela cidade, onde após escaramuças com manifestantes, conseguiu restabelecer a ordem.⁴³³



Figura 32 - Resistência operário-campesina em Rio Tinto ao Golpe militar. Jornal Correio da Paraíba - 3 de abril de 1964.

A exorbitância da ação policial, na figura de Luiz de Barros, é corroborada no depoimento de Hermilo Ximenes: *O coronel Luiz de Barros era*

⁴³³ **CAMPONESES E OPERÁRIOS REAGIRAM EM RIO TINTO.** Correio da Paraíba, 03 de abril de 1964.

*um pau-mandado do governo da Paraíba, acostumado a espancar camponês, entendeu, a serviço dos proprietários, era um bandido.*⁴³⁴ O jornal ainda especula sobre suposta grande quantidade de armas, que certos setores janguistas lhes iriam fornecer, através de desembarque em algum ponto da praia, na região de Rio Tinto. Especulação logo confirmada como improcedente pelo jornal:

Todavia se é que tal versão tinha procedência, as armas não chegaram em virtude da ação pronta da polícia que prendeu quase todos os manifestantes. Até o momento, desconhece-se o número de feridos na refrega, mas notícias procedentes daquela cidade informam que tal número sobe a mais de 50. Entre os presos encontram-se o prefeito de Rio Tinto.⁴³⁵

Informação inverídica é a de que Antônio Fernandes tenha sido preso, naquele 1º de abril. Esta notícia é contraditada pelas outras fontes. A propósito da resistência o próprio Antônio Fernandes afirma: *Não houve resistência não havia arma, não havia nada e como vai se resistir sem isso aí.*⁴³⁶ As refregas, em Rio Tinto, duram o 1º de abril. No calor dos acontecimentos, com espancamentos e prisões, José Gomes, Antônio Fernandes e Hermilo Ximenes escapam à polícia e saem de Rio Tinto. A saída de Rio Tinto é preparada na surdina: *Bolinha saiu de lá como eu, as ocultas, Zé Gomes saiu também.*⁴³⁷ Tal fato é afirmado por José Antônio da Silva: *Quando veio a revolução de 31 de março, aí saiu Bolinha e o juiz Hermilo Ximenes escondidos dentro de uma ambulância. E foram pra João Pessoa.*⁴³⁸

A Ata da assembléia geral do Sindicato detalha o aparato da ação policial, bem como a tensa conversa entre Antônio Fernandes e o Coronel Luiz de Barros, na sede do sindicato:

⁴³⁴ Hermilo de Carvalho Ximenes. Juiz de Rio Tinto, no período de 1959 a 1964. Entrevista realizada em João Pessoa, julho de 2005.

⁴³⁵ CAMPONESES E OPERÁRIOS REAGIRAM EM RIO TINTO. Correio da Paraíba, 03 de abril de 1964.

⁴³⁶ Antônio Fernandes de Andrade. Entrevista realizada pelo Historiador Silvio Frank Allem, Maria Bernadete de Macedo, em 19 de outubro de 1984. MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. Op. Cit. p.354.

⁴³⁷ Hermilo de Carvalho Ximenes. Juiz de Rio Tinto, no período de 1959 a 1964. Entrevista realizada em João Pessoa, julho de 2005.

⁴³⁸ José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967 se tornou presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006.

Por volta das 10.30 horas, chegava ao município uma guarnição da Polícia Militar do Estado da Paraíba, sob o comando do Sr. Coronel Luís de Barros, aquartelando-se na Delegacia local. Dentro de poucos minutos depois, o Sr. Coronel mandou um dos seus comandados, intimar o Presidente do Sindicato que recusou. Novamente o Coronel em companhia de seus auxiliares, dirigiu-se ao sindicato; ficando o Sr. Coronel em plena rua e convidando o Sr. presidente a ir até sua presença, no que não fora atendido novamente. Entretanto o Sr. Presidente convidou o Sr. Coronel a entrar, afim de conversarem. O Sr. Coronel exigiu a retirada de todos os trabalhadores que ocupavam a sede e suas adjacências. Em seguida interditou toda a artéria do quarteirão, armou uma metralhadora no prédio fronteiro ao Sindicato, e, pôs em cada porta e janelas da sede sindical, um policial apontando o fuzil ou metralhadora na direção do Presidente do Sindicato. Em seguida, restando apenas o presidente no recinto, o Sr. Coronel também armado de metralhadora penetrava no recinto, acompanhado de outros militares. Enquanto os dois se entendiam, a vista de todos que de longe presenciava a cena os policiais ainda davam tabefes e coronhadas de fusis. Cerca de 12 (doze) horas o Coronel retirou-se com o grupo e o Sindicato permaneceu aberto.⁴³⁹

É lícito supor que, neste intervalo de tempo em que Luiz de Barros está ausente de Rio Tinto, Antônio Fernandes consegue escapar, como se depreende desta informação:

Tudo parecia calmo, quando por volta das 18:30, o Sr. coronel chegava até o sindicato, ordenou ao Sr., tesoureiro o fechamento da sede; e acrescentando que, só com ordem da polícia poderia abrir. Em seguida mandou que todos desaparecessem. E, como o presidente não estava no momento, o Sr. secretário juntamente com o tesoureiro; recomendou aos trabalhadores que, fossem para suas casas e não saíssem; até que fosse restabelecida a segurança na cidade e voltasse a calma em todo país.⁴⁴⁰

O desfecho, para Antônio Fernandes, é sua fuga, como ele relata: *Eu fiquei 3 a 4 dias guardado por aí e, depois, resolvi a sair. Todas nossas esperanças tinham sido sustadas, de modo que alguns deles já tinham sido banidos para o Uruguai. As entidades sindicais do Rio de Janeiro já tinham sido ocupadas por forças.*⁴⁴¹ Ainda em 1º de abril, na fuga de Rio Tinto, Antônio Fernandes toma caronas, acompanhado de um dos filhos, até à casa de

⁴³⁹ *Ata da Assembléia Geral Extraordinária do dia 01/04/64.* In. MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. Op.cit., p, 273.

⁴⁴⁰ Id. Ibidem. p. 273.

⁴⁴¹ Antônio Fernandes de Andrade. Entrevista realizada pelo Historiador Silvio Frank Allem, Maria Bernadete de Macedo, em 19 de outubro de 1984. MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. Op. Cit. p, p, 354.

parente da esposa, Pedro José do Nascimento, em Pirpirituba. À chegada, é logo interpelado:

“O que foi que houve, Bolinha?” - perguntou seu Pedro, espantado com aquela visita inesperada do primo de sua mulher. “Nada, não. Resolvi tirar licença de dez dias da Prefeitura e vim dar um passeio só aqui.” - Respondeu Bolinha, acomodando-se num banquinho do terraço da casa.⁴⁴²

Pedro José do Nascimento já estava informado dos acontecimentos nacionais, pois, relata ter ouvido a divulgação de lista de políticos procurados, na rádio Assunção de Fortaleza, no Ceará:

“Quando terminaram a lista” - relembra seu Pedro - “eu logo imaginei que o nome de Bolinha também entraria, caso o locutor viesse a acrescentar pessoas da Paraíba e de nossa região.” E foi com essa mesma convicção, que seu Pedro mandou Bolinha levantar-se do banquinho para sair de sua casa, já que a polícia não tardaria a chegar. Bolinha, segundo seu Pedro, fez corpo mole, argumentou que não precisava fugir para lugar nenhum, mas não convenceu o dono da casa. Seu Pedro alugou um jipe e levou Bolinha para Riachão, distrito de Araruna. “Era noite de muita chuva e muita lama na estrada e eu temia até mesmo que o carro tivesse problemas” - lembra seu Pedro.⁴⁴³

Informa ainda que, ao retornar a Pirpirituba, horas depois, o Exército chega a sua casa à procura de Antônio Fernandes que, àquela altura, já estava bem longe. A fuga por cidades do interior da Paraíba, termina quando se esconde em pequena cidade do Rio Grande do Norte - Nova Cruz - com identidade falsa. Depois, decide entregar-se em 15 de abril, no Quartel do 15º Regimento de Infantaria em João Pessoa.⁴⁴⁴

Foram intensas perseguições e prisões na Paraíba. Em maio o jornal *A União* publica nota do 1º Grupamento de Engenharia, convocando os indiciados, em *atos subversivos ou atentatórios á Segurança Nacional*, para se apresentarem às autoridades policiais. Da relação constam Hermilo Ximenes, José Gomes da Silva, Elisabeth Teixeira e Eloy Firmino de Melo. Ao final da nota, advertência: *Esclareço aos interessados que o não comparecimento no*

⁴⁴² JOSÉ, Ademilson. *Rio Tinto, a Cidade que quase Virou Praça de Guerra*. In. BARBOSA, Sebastião. GUEDES, Nonato. MELLO, José Octávio. OLIVEIRA, Carla Mary S. e NÓBREGA, Evandro. *O Jogo da Verdade – Revolução de 64 – 30 Anos Depois*. João Pessoa: A União, 1994. p. 348.

⁴⁴³ JOSÉ, Ademilson. Op. Cit. p. 349.

⁴⁴⁴ Id. Ibidem, p. 350.

prazo estipulado poderá acarretar o curso dos respectivos processos à revelia.⁴⁴⁵ Da lista não constava Antônio Fernandes que já se encontrava preso.

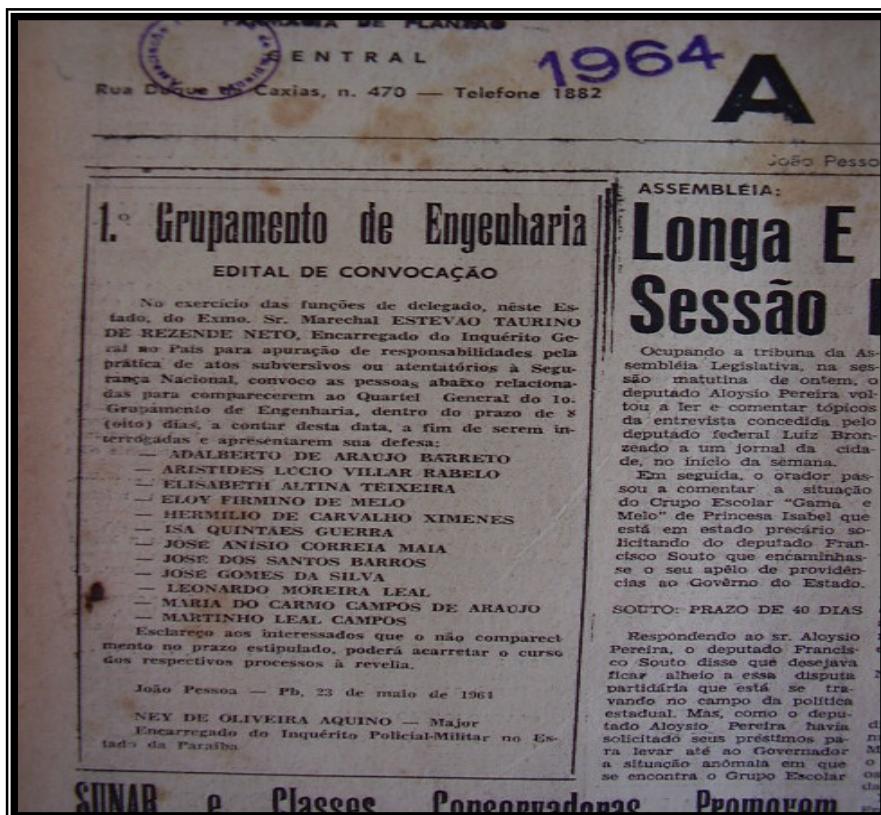


Figura 33 – Nota do Exército convocando os “subversivos” a se apresentarem ao 1º Grupamento de Engenharia, em João Pessoa. Entre os citados, o juiz Hermilo Ximenes e o advogado do sindicato de Rio Tinto José Gomes da Silva. Jornal A União (PB) - 22 de maio de 1964.

Antônio Fernandes e Hermilo Ximenes estiveram encarcerados no 15º Regimento de Infantaria, ao lado de líderes sindicais, como Luiz Hugo Guimarães, Assis Lemos, João Alfredo (o nego Fuba) e Pedro Inácio de Araújo (o Pedro fazendeiro), os dois últimos da Liga Camponesa de Sapé. No quartel do 15º RI, Antônio Fernandes tem ríspido diálogo com o Major Cordeiro, reproduzido por Luiz Hugo Guimarães, nas memórias da prisão, onde foi companheiro de cela de Antônio Fernandes:

- Você donde é?
- Sou prefeito de Rio Tinto, major.
- É? Pois agora vai ser prefeito de Sierra Maestra.

⁴⁴⁵ 1º Grupamento de Engenharia - EDITAL DE CONVOCAÇÃO. A União, 22 de maio de 1964.

- É possível, major? Então estou melhor que Jânio Quadros, que se contentava em ser pedreiro em Cuba.
- Você ainda está me respondendo? Seu...⁴⁴⁶

A maioria dos presos, de abril a agosto de 1964, ficam reclusos no 1º Grupamento de Engenharia e no Quartel do 15º RI. Segundo Assis Lemos, no final de agosto, a maioria é posta em liberdade: *Com exceção de mim, Dr. Hermilo Ximenes e Antônio Fernandes (o Bolinha), respectivamente Juiz e Prefeito de Rio Tinto, todos foram soltos.*⁴⁴⁷

Com o Inquérito Policial Militar - IPM - as prisões foram revogadas. Desta feita, são alvos os líderes da Liga Camponesa de Sapé: João Alfredo (o Nego Fuba) e Pedro Inácio de Araújo (o Pedro fazendeiro), companheiros de Antônio Fernandes na prisão. O relato seguinte revela táticas dos presos políticos, antevendo desaparecimentos:

No dia 7, de setembro, à noite, cerca das 20 horas, um Sargento mandou Pedro Fazendeiro arrumar seus pertences, avisando-lhe que iria ser solto. Antônio Fernandes e eu vibramos com a notícia. Restavam presos somente nós dois e o juiz Hermilo Ximenes, que se encontrava no Grupamento. Pedro apanhou uns jornais velhos, dizendo que iria vendê-los, e um jogo de palitos, que era nosso passatempo. Mesmo sob nossos protestos, levou os palitos no bolso, afirmado que eram de sua filha. Antônio Fernandes deu-lhe algum dinheiro para o táxi. Recomendou que, ao sair do Quartel, não desse um passo sequer pela calçada e que tomasse o táxi, diante dos guardas. Sabia-se que, em Recife, os presos eram soltos e, logo em seguida, recolhidos na primeira esquina e levados para outros quartéis. Nego Fuba e Pedro Fazendeiro nunca mais foram vistos.⁴⁴⁸

Passados dias do Golpe, a Câmara de Rio Tinto alinha-se ao movimento militar e à posição do Governador Pedro Gondim, em favor da manutenção da ordem e da tranquilidade do nosso querido Brasil.⁴⁴⁹ A notícia do jornal O Norte repercute do mesmo modo em A União.⁴⁵⁰ Em Rio Tinto, o

⁴⁴⁶ GUIMARAES, Luiz Hugo. 1964: *Recordações da Ilha Maldita*. João Pessoa: 2º Ed. Edições FUNESC, 2002. p.120-125. O Major Cordeiro é definido por Luiz Hugo como de linha dura...usava uma linguagem rude e quando o diálogo o irritava respondia com um murro na mesa.

⁴⁴⁷ LEMOS, Assis. *Carta ao Companheiro Jório Machado*. In: MACHADO, Jório. 1964: *A opressão dos Quartéis*. João Pessoa: O Combate, 1991. p. 27.

⁴⁴⁸ LEMOS, Assis. *O sumiço de Pedro Fazendeiro e do Nego Fuba*. In: *Nordeste, o Vietnã que não houve: Ligas Camponesas e o golpe de 64*. Londrina: Ed. UEL/Ed. UFPB, 1996, p.253-254.

⁴⁴⁹ Câmara de Rio Tinto aprova solidariedade ao Governador. O Norte, 07 de abril de 1964.

⁴⁵⁰ Câmara de Rio Tinto aprova solidariedade ao Governador. A União, 08 de abril de 1964.

tempo segue carregado, paira atmosfera de tensão, sindicato sob intervenção, e o aparelho militar em constante vigilância, com o apoio do DOPS e seu “olhar de lince.”⁴⁵¹ A intervenção do sindicato e a vigilância do Exército, em assembleias sindicais, é intensificado nos primeiros anos da Ditadura militar:

Foi uma vida que o sindicato viveu atrelado, não é? Era um entravamento tão tremendo que o advogado vinha pra aqui, se ele queria se expressar numa situação, era com o gravador, assim, porque pra qualquer eventualidadizinha estava com a fita: Assembléia realizada dia tal, no sindicato dos trabalhadores. Cada assembleia, dessas que a gente fazia, a gente não via, mas com toda certeza estávamos sendo assistidos, de pertinho, por pessoas que eram isentas das advertências sindicais. Estávamos tremendamente assistidos e controlados.⁴⁵²

O controle e vigilância no sindicato e no meio operário são verificadas quando dirigentes sindicais se colocam como instrumento do aparelho militar. Exemplo é quando um operário questiona o movimento militar, e é prontamente demitido da fábrica a mando do coronel do Grupamento de Engenharia do Exército em João Pessoa:

Teve um senhor que eu fui discutir uma suspensão como ele, lá no departamento pessoal. Ai eu disse: evita isso, de falar da Revolução, a Revolução não veio para isso a Revolução veio para o centro. Toda revolução vai para o centro. Aí ele caiu na besteira de falar: quem é essa Revolução? Aí eu olhei para ele e disse: essa Revolução você já viu. Ai ele disse: eu queria falar com essa tal de Revolução! Aí ele falou e falou e me desafiou, ai eu disse: pois se prepare para sair de Rio Tinto. Ele não acreditou. Eu fiz um memorando, e mandei para o Grupamento de Engenharia. O Coronel mandou que tirasse ele daqui para não prejudicar os trabalhadores.

A demissão do operário pelo desafio à Revolução demonstra quanto o Exército é vigilante em Rio Tinto. José Antônio, na diretoria do sindicato desde 1964, faz-se presidente em 1967, em colaboração com o aparelho de repressão, pois de sua rotina consta a entrega semanal de relatórios dos acontecimentos de Rio Tinto:

⁴⁵¹ Assim se referiu Paulo Cavalcanti sobre a vigilância do DOPS: CAVALCANTI, Paulo. *A luta clandestina (O caso eu conto, como o caso foi) Memórias políticas.* (4º volume). Recife: Guararapes, 1980, p.224-6.

⁴⁵² Antônio Martins Delgado, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Rio Tinto (1976-1986). Entrevista realizada por Silvio Frank Allem e Maria Bernadete F. de Macedo. Rio Tinto, 24 de maio de 1984. In.: MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. *Inovações Tecnológicas e Vivência Operária – O caso de Rio Tinto 1950-1970.* Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia da UFPB. João Pessoa, 1986. Vol.II – Cronologia e Anexos. Anexo n.07.p, 324.

O exército pediu de 15 em 15 dias um relatório de tudo que eu soubesse. A partir do dia da revolução, tinha documento que botava assim, confidencial. Infelizmente eu trabalhei no sindicato dessa maneira. Falava de tudo o que acontecia aqui em Rio Tinto que contrariava os princípios da revolução.⁴⁵³

Para julgar e enquadrar os chamados *subversivos* há a instalação de Inquéritos Policiais Militares – IPMs, logo depois do golpe. As investigações e os depoimentos se dão de forma menos arbitrária: *Em cada dez IPMs, nove eram conduzidos com estrito respeito às garantias dos acusados. Era comum que se convocassem por carta ou até por editais publicados na imprensa os depoentes sabidamente incriminados.*⁴⁵⁴ Na Paraíba, o processo de investigação, está a cargo do Major Ney de Oliveira Aquino, descrito na memória dos presos do 15º RI, como *um homem de bem* na medida em que não partilhava do comportamento usual, do recurso à tortura e violências contra os presos políticos:

Passei 4 meses preso, dois meses preso no Quartel General do 1º Grupamento de Engenharia, e um mês preso na 2º Companhia de Guarda do Recife. Agora a diferença entre a 2º Companhia de Guarda e a diferença do Quartel de Engenharia era grande. Porque no Quartel de Engenharia o encarregado do IPM - Inquérito Policial Militar - era o Major Ney de Oliveira Aquino, um homem de bem, e no Quartel da 2º Companhia de Guarda do Recife, era o Coronel Ibiapina, um homem extremado, de extrema-direita, dado a praticar violências.⁴⁵⁵

O comportamento do Major Aquino, inadequado ao aparelho militar da repressão, resulta na transferência para outra região. Segundo o jornalista Jório Machado, o Major Aquino *por ser liberal foi demitido em meados de 64, da presidência do IPM e removido para o extremo norte.*⁴⁵⁶

Para investigações do caso Hermilo Ximenes, em 03 de junho de 1964, o Exército envia à Rio Tinto o Major Affonso Augusto de Toledo Navarro, do 1º Grupamento de Engenharia. No relatório entregue ao responsável pelo

⁴⁵³ José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967 se tornou presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006.

⁴⁵⁴ GASPARI, Elio. *A Ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002, p. 134.

⁴⁵⁵ Hermilo de Carvalho Ximenes. Juiz de Rio Tinto, no período de 1959 a 1964. Entrevista realizada em João Pessoa, julho de 2005.

⁴⁵⁶ MACHADO, Jório. *1964: A opressão dos Quartéis*. João Pessoa: O Combate, 1991. p, 152.

IPM - Major Ney de Oliveira Aquino - o Major Affonso ouve diversas pessoas, entre elas, o Promotor Público Ginaldo Ferreira Soares, que, em poucas palavras, define o clima de suspeição em Rio Tinto: *Ou está com a Fábrica ou é comunista.*⁴⁵⁷ O depoimento do promotor Ginaldo Ferreira Soares ressalta a gravidade da situação: os operários acuados e o sindicato sob intervenção. A visita do Major tem conclusões surpreendentes, afirmando que os Lundgren procuram dominar os vários espaços de poder em Rio Tinto:

Tudo isso explica o interesse da família Lundgren em terem sob o seu controle a prefeitura, o juiz, o delegado de polícia, os coletores, o sindicato e a Câmara de Vereadores. Antes da revolução nenhum desses elementos era subordinado a Fábrica. Atualmente, com exceção do Juiz, que ainda não foi substituído, todos os demais elementos são controlados pelos Lundgren (...) O certo é que o Juiz não se subordinou à Fábrica, e é dotado de acentuado espírito de Justiça.⁴⁵⁸

À instalação do IPM, a Fábrica utiliza formas de indicar o juiz, com provas e testemunhas falsas, no envolvimento com a "subversão". O caso Hermilo Ximenes é inserido no IPM – Inquérito Policial Militar – como "casos especiais", em que é constatada a *interferência de interesses políticos tentando influir no andamento do inquérito e forçar conclusões favorecendo esses interesses.*⁴⁵⁹

Foram ouvidos, sobre as *atividades subversivas ou atos contra a segurança nacional*, agricultores, operários (entre eles, a operária Maria Ramalho Batista, demitida, por ter testemunhado a favor do juiz), o advogado José Gomes, o interventor do sindicato João Batista Fernandes, e o próprio juiz. O depoimento de João Batista Fernandes, interventor do sindicato, procura reafirmar as ligações do juiz com José Gomes e Antônio Fernandes, na paralisação do dia 1º de abril em favor de João Goulart. Informa que José Gomes chega em "caravana" à Rio Tinto, ainda pelas 2 horas da manhã:

Que ouviu dizer por SERGIO DEMARCHI, vizinho do Juiz XIMENES, que a caravana de JOSÉ GOMES DA SILVA, logo que chegou a Rio

⁴⁵⁷ *Inquérito Policial Militar de 31 de julho de 1964.* p.22

⁴⁵⁸ *Relatório de Viagem.* Major Afonso Augusto de Toledo Navarro. 03 de junho de 1964. *Inquérito Policial Militar de 31 de julho de 1964.*

⁴⁵⁹ *Inquérito Policial Militar de 31 de julho de 1964*, elaborados pelo Exército da Paraíba, sendo encarregado do IPM – Major Ney de Oliveira Aquino.

Tinto, na madrugada de 1º de abril, dirigiu-se a casa do juiz, entre 01.30 e 02.00 horas e dali dirigiu-se para a sede do Sindicato onde se iniciaram as manifestações de apoio ao Governo JOAO GOULART e o desencadeamento da greve; que nessa oportunidade, o Juiz XIMENES permaneceu em sua residência; que o depoente limitou-se a relatar esses dois fatos por se julgar suspeito em face da mútua antipatia reinante entre ele e o Juiz XIMENES.⁴⁶⁰

Ao depor José Gomes da Silva contradita a fala de João Batista, informando que, no dia 1º de abril chega sozinho à Rio Tinto. Reafirma que, em tempo de João Batista presidente do sindicato, recebe cartas do Juiz encaminhando operários, que estavam requerendo que questões de trabalho fossem resolvidas. O que denota o desgaste da gestão de João Batista à frente da entidade sindical:

Perguntado se recebia, frequentemente, da parte do Juiz XIMENES, na época em que JOÃO BATISTA FERNANDES era Presidente do Sindicato, pessoas que portavam cartas endereçadas ao depoente, respondeu afirmativamente; que tais cartas tinham por finalidade encaminhar as pessoas que apresentavam queixas ao Juiz XIMENES relativas a questões de trabalho; que essas pessoas eram encaminhadas ao depoente por serem assuntos de sua competência e na qualidade de advogado do Sindicato.⁴⁶¹

Em depoimento, no mesmo dia, o juiz Hermilo Ximenes reafirma a informação de José Gomes, de encaminhar reclamações de operários ao advogado:

Respondeu que quando chegou a Rio Tinto em 1959, JOAO BATISTA FERNANDES era Presidente do Sindicato e não se preocupava muito com o Sindicato; que várias pessoas, empregadas da Fábrica procuravam o depoente em busca de solução para questões trabalhistas, fora, portanto da competência do depoente; que, nesses casos, nada mais fazia do que um ofício apresentando o querelante aquém competia o assunto, ou seja, JOSE GOMES DA SILVA, advogado especializado em questões trabalhistas e o mais conhecido em João Pessoa; que fazia isso em face da inação do Sindicato na gestão de JOAO BATISTA FERNANDES, como uma forma de resolver os problemas que lhe eram trazidos por operários que se sentiam prejudicados.⁴⁶²

A informação do juiz pode ser interpretada como reconhecimento tácito de que João Batista não resolve determinadas queixas dos

⁴⁶⁰ *Termo de Inquirição de Testemunhas*, 06 de julho de 1964. Op. Cit. fls.1605.

⁴⁶¹ *Termo de Perguntas ao Indiciado*, 06 de julho de 1964. Op. Cit. fls.1607.

⁴⁶² *Termo de Perguntas ao Indiciado*, 06 de julho de 1964. Op. Cit. fls.1608.

trabalhadores. Mais adiante, reitera que, face ao grande número de operários em Rio Tinto, cumpre com responsabilidade e equilíbrio seu papel:

Que Rio Tinto é uma cidade em que cerca de 90% da população é funcionária da Fábrica, isto é, trabalhadores, havendo somente um pequeno grupo de pessoas de padrão mais elevado e que são os altos funcionários e técnicos da Companhia; que na sua função de Juiz, não poderia ficar atendendo exclusivamente a esse pequeno grupo, representativo da Direção da Fábrica e ignorar a presença da massa de trabalhadores, com todos os seus problemas que exigiu, realmente, a presença da Justiça; que para si seria muito cômodo e, certamente, não seria acusado de subversivo, se se dedicasse, exclusivamente, a defender os interesses da Fábrica, em detrimento dos operários e agricultores; que o seu crime é ter distribuído a justiça com equidade e não só favorecendo a Companhia, impedindo que se consumasse muitas arbitrariedades a que a Companhia estava habituada, como senhora absoluta do Município.⁴⁶³

As práticas de corrupção eleitoral posta em prática pelos Lundgren, problematizada nos itens anteriores deste capítulo, são objetos da denúncia de Hermilo Ximenes, que ratifica em depoimento:

Que notou ter a direção da Fábrica mudado de atitude para consigo após a última campanha eleitoral, em que o depoente proibiu algumas práticas em voga no Município, por parte do bloco político da administração da Companhia; que essas práticas eram as seguintes: distribuição gratuita de tecidos, venda facilitada de grande número de espingardas e bicicletas, distribuição de senhas que davam direito a receber uma determinada importância condicionada à vitória do candidato interessado, tudo isso às vésperas das eleições; que os candidatos que usaram esses processos foram EDUARDO FERREIRA e ANICETO DE MORAIS, sendo que este último distribuía uma imitação de nota de mil cruzeiros, com seu retrato que, em caso de vitória sua na eleição, o eleitor poderia trocá-la por uma nota verdadeira.⁴⁶⁴

Ainda em testemunho, Hermilo Ximenes contradiz as informações da refrega em Rio Tinto, veiculadas no *Correio da Paraíba*, onde o jornal evidencia mortos e feridos e associa a organização do movimento grevista à sua pessoa:

Que nos primeiros dias de abril foi publicada uma notícia em jornais desta cidade dando conta de violento combate entre os grevistas e a polícia em que teria havido cerca de 50 mortos e feridos, o que ficou constatado ser absolutamente falso, mas que, na oportunidade, teve a finalidade de causar alarme e clamar a atenção pública para o

⁴⁶³ *Termo de Perguntas ao Indiciado*, 06 de julho de 1964. Op. Cit. fls.1608-1609.

⁴⁶⁴ *Termo de Perguntas ao Indiciado*, 06 de julho de 1964. Op. Cit. fls.1609.

deponte como um dos mentores do movimento de resistência, o que é totalmente inverídico.⁴⁶⁵

Na conclusão de mais de cem indiciados no IPM, o Exército acusa José Gomes da Silva e Antônio Fernandes, por participarem em *atividades atentatórias contra segurança nacional ou a ordem política social vigente no País ou participação em entidades que promoviam a subversão dessa ordem.*⁴⁶⁶ Surpreendentemente, no IPM, os Lundgren são acusados de formação de provas e testemunhos falsos, por exemplo, anexam aos autos, fotografias de encerramento do Congresso Sindical, em Rio Tinto, em abril de 1962, onde se vê o juiz ao lado de sindicalistas assinalados como "supostamente comunistas." Assim, pela análise das fotografias, o encarregado do IPM conclui:

As fotografias que foram levadas a Recife por OTTO HOFMANN, obtidos posteriormente por mim e constantes dos autos, referem-se a um Congresso Sindical, organizado legalmente, por entidades de existência legal (Sindicatos), aonde compareceram representantes legalmente credenciados e cuja realização foi pública. O Juiz compareceu ao encerramento do Congresso, na qualidade de autoridade local, nas mesmas condições e circunstâncias em que ali compareceram o Secretário do Interior e Justiça, por representação oficial do Governo do Estado, e o Delegado Regional do Trabalho.⁴⁶⁷

Em destaque, na visão do próprio aparelho militar, o questionamento da exorbitância de poder dos Lundgren em Rio Tinto em análise conclusiva e bastante reveladora e contundente:

(10) Fundamentado nos fatos já relatados e na abundante documentação existente nos autos, posso concluir afirmando:

(a) - O caso XIMENES nada tem a ver com subversão, no sentido correto desse conceito. É um pleito entre a Companhia de Tecidos Rio Tinto, seus Diretores e advogados, e o Juiz, ao que tudo indica provocado por ter este último fugido à norma vigente no Município de submeter-se às vontades e interesses da Empresa, atitude essa que a Companhia não tolera nem admite.

(e) - O conceito de subversão, para a Companhia de Tecidos Rio Tinto é 'sui generis: ' subversão é decidir contra seus interesses, nem sempre muito democráticos; subversão é impedir que a legislação trabalhista seja burlada; subversão é obstar a corrupção eleitoral por seus pressupostos; subversão é opor-se à arbitrariedade e à violência por parte dos seus Diretores, administradores e vigias.

⁴⁶⁵ Termo de Perguntas ao Indiciado, 06 de julho de 1964. Op. Cit. fls.1609.

⁴⁶⁶ Relatório - Conclusões sobre os indiciados. Inquérito Policial Militar de 31 de julho de 1964.

⁴⁶⁷ Casos Especiais - Caso Hermilo de Carvalho Ximenes. Op. Cit. fls.1653.

(g) - A situação do Município de Rio Tinto é absolutamente anormal, com uma empresa privada detendo a posse de todos os imóveis, rurais e urbanos, edifícios públicos e residenciais. Isso representa um enorme poder de coação, inclusive sobre os poderes públicos que são, como toda a população do Município, nada mais que inquilinos. Qualquer despejo promovido pela Empresa, mesmo judicialmente, acarreta para o despejado a emigração para outro município. A inexistência de áreas de propriedade do Município conduz ao absurdo das rendas públicas reverteram sistemática e obrigatoriamente em benefício da propriedade privada. A prática de demolição de casas, a pretexto da modernização da Fábrica e redução do número de operários, num País em permanente crise habitacional, é mais uma prova de falta de escrúpulos e patriotismo na atuação da Companhia, da subordinação dos problemas sociais aos seus administradores, vários de origem estrangeira, pelo povo de um município.⁴⁶⁸

Em conclusão, o inquérito inocenta o juiz Hermilo Ximenes e começa o indiciamento dos Diretores da Companhia Rio Tinto, que deram falso testemunho com provas forjadas. O IPM constitui documento de posicionamento do Exército, com denúncia das arbitrariedades dos Lundgren e as evidências de seu desmesurado poder na região, subordinando o poder público, além de Sindicato e espaços de presença operária, a seus interesses para manipulação e controle em Rio Tinto. Fugir à “obediência” aos donos da Fábrica torna-se variável de resistência e luta da experiência operária de Rio Tinto.

Com o Golpe de 1964, é evidente o retrocesso e a desarticulação da organização operária. Mas isso não significa dizer que eles estão inteiramente desorganizados: encontraram brechas e construíram possibilidades de luta por direitos, agora, de outras formas e em outro momento histórico.

⁴⁶⁸ Idem, p.26 e 27. fls.1632.

Considerações Finais - Fazendo História...

Nos primeiros contatos que mantive em Rio Tinto, para o inicio da pesquisa que originou este trabalho, conheci José Galberto, presidente do sindicato têxtil. Nas primeiras conversas, procurei expor minhas intenções: escrever uma história do movimento operário, especificamente no período entre 1959 a 1964. Seu Zezinho - como é mais conhecido - vivenciou de perto o processo de decadência e encerramento das atividades da tecelagem Rio Tinto, no começo da década de 1990. Logo, ele se transformou em contato para a localização de operários, para a realização de entrevistas. No entanto ele me alertou: *Muitos operários quando falam, uns são apaixonados pela fábrica, outros falam muito mal*, e mais adiante asseverou que se falar em histórias que porventura envolvam a fábrica, o movimento operário e o sindicato... em rodas de conversas em Rio Tinto, as pessoas vão se esquivando, saindo uma a uma, e desconvoram sobre o assunto.

O alerta de seu Zezinho parecia um prognóstico das dificuldades que enfrentaria ao tentar entrevistar alguns trabalhadores. Muitos se recusaram categoricamente a conceder seus depoimentos. Foi o caso do Sr. Mário Cassimiro, ex-serralheiro, que enfático e ríspido disse: *Eu não vou falar nada sobre isso. Eu não sei de nada não. Só queria dizer uma coisa: essa história de que a fábrica era ruim para os operários é falação do povo, ela sempre foi boa pra gente, pagava tudo em dia nunca atrasou.* E finalizou a curta conversa com uma advertência: *Mas você não tá escrevendo nada disso, não? E nem escreva!*

A recusa deste operário em falar foi o que aconteceu com um ex-contramestre da tecelagem, Sr. Juvenal, que se negou a conceder entrevista. Afirmou que não tinha tempo, e que não sabia de nada. Outros dois operários se comprometeram em conversar, mas nos dias marcados, não apareciam. A frustração dessas recusas levou a algumas questões acerca dos silêncios na memória social dos trabalhadores da fábrica.

Apesar disso, outros trabalhadores conversaram longamente sobre suas experiências. Dos seus relatos de memória, percebi alguns pontos de similitude com os trabalhadores da Companhia de Tecidos Paulista,

problematizados por José Sérgio Leite Lopes. Um dos pontos ressaltados por Leite Lopes verificado na memória dos trabalhadores em Rio Tinto, é a *saudade do tempo do trabalho para todos* no tempo de Frederico Lundgren⁴⁶⁹ notado no depoimento da tecelã Maria da Conceição, que em certo ponto de nossa conversa, sobre o apito da fábrica, se referiu com viés nostálgico: *Essa semana a gente tava lembrando dele.*

Os embates entre operários e fábrica, nas suas ações e reivindicações, na luta pela permanência no trabalho, haja vista, que nesse período há uma diminuição de postos de trabalho.

Inicialmente, este trabalho apresentou o processo de construção da cidade, concomitantemente à fábrica entre 1918 e 1924. Seus múltiplos fatores, para sua implantação na Paraíba, residem principalmente nos benefícios fiscais concedidos pelo governo estadual, além da própria conjuntura econômica.

Antes de discutirmos as movimentações operárias, a partir de 1959, se evidenciam as primeiras greves em 1930 e dois anos depois, a articulação na fundação do primeiro sindicato em Rio Tinto, em 1932. E a partir da criação desta entidade vimos às coações da fábrica aos operários. A estratégia de Frederico Lundgren - mandatário da tecelagem - é transferir ou demitir os trabalhadores.

A pesquisa no Arquivo do DOPS em Pernambuco confirmou algumas hipóteses, sobre a influência de militantes comunistas em algumas movimentações paredistas, como em 1946 e na greve pelo abono de Natal em 1951. A partir de 1943, o sindicato permanece como instrumento de controle dos Lundgren até a vitória de Antônio Fernandes em 1960, período de incremento das lutas operárias. Os trabalhadores se apropriam do sindicato e da prefeitura, como espaços de lutas.

A pauta de reivindicações do período consiste principalmente do salário-mínimo; férias remuneradas; melhor atendimento nos serviços prestados pelo IAPI e SAMDU; melhores condições de trabalho, contra as demissões e despejos da vila operária.

A escolha de Rio Tinto como sede do Congresso Paraibano de Trabalhadores urbanos e rurais, em abril de 1962, mostram o destaque da

⁴⁶⁹ LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988, p. 585.

organização operária de Rio Tinto, no movimento operário paraibano. No período abordado neste trabalho, a Justiça do trabalho, é utilizada como espaço possível de luta operária. Neste sentido, a Comarca de Rio Tinto (com a presença do juiz Hermilo Ximenes, personagem de oposição a fábrica) e as Juntas de Conciliação e Julgamento em João Pessoa, são espaços para onde os trabalhadores acorrem em busca de seus direitos. Os vários processos analisados dizem respeito à reintegração e manutenção de posse das casas da vila operária, rescisões de contratos de trabalhos, além de ações como o furto de tecidos na fábrica.

No último capítulo se observa a presença dos trabalhadores no sindicato e na prefeitura, por meio da eleição do operário Antônio Fernandes e a ampliação da defesa dos interesses dos trabalhadores. Sua ascensão em 1960, à presidência do sindicato é vista pelos contemporâneos como um novo momento na história do movimento operário.

A prática sindical de Antônio Fernandes se distancia do seu antecessor João Batista Fernandes, descrito pelos operários e dirigentes sindicais, como o presidente que mantém estreitas ligações com os interesses da fábrica, procurando atenuar no mundo fabril.

Antônio Fernandes conectou o sindicato têxtil aos projetos da Confederação dos Trabalhadores da Paraíba e a partir de 1962 com o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, e se fez presente em momentos cruciais da cena paraibana, como por exemplo, a crise ocasionada em 1961 pela renúncia do presidente Jânio Quadros, se colocando a favor da Campanha pela Legalidade.

Além disso, o novo sindicato de Rio Tinto atualizava sua participação nos debates em torno da melhoria para a classe trabalhadora, enviando representantes aos Encontros e Congressos ocorridos no país. De destaque também o papel exercido pelo advogado do sindicato, o militante comunista José Gomes da Silva e a presença de diversas correntes políticas em Rio Tinto: o PTB, o PCB e o PRP.

Se entre 1956 (data em que Rio Tinto torna-se emancipada de Mamanguape) a 1963, a prefeitura era um espaço hegemonizado pelos Lundgren, a eleição a prefeito de Antônio Fernandes em 1963 evidencia a organização política dos trabalhadores. As práticas de corrupção eleitoral dos

Lundgren contra a candidatura de Fernandes foram despudoradas, sendo objeto de denúncia na imprensa da época e corroboradas nos relatos de memória operária.

As ações e os projetos da prefeitura, nos meses de dezembro de 1963 à março de 1964, afirmam uma defesa dos interesses dos trabalhadores urbanos e rurais. Mas o acúmulo de cargo de Antônio Fernandes, presidente do sindicato e prefeito ao mesmo tempo, é objeto de critica dos que se opunham a sua linha política.

Este trabalho se encerra num momento singular: a greve decretada em Rio Tinto, no dia 01 de abril de 1964, em defesa de João Goulart. Essa ação dos trabalhadores transforma Rio Tinto num lugar de resistência ao golpe militar naquela conjuntura Paraíba e no Brasil.

As disputas de memórias em torno da experiência do movimento operário em Rio Tinto são percebidas a partir dos relatos de ex-dirigentes sindicais, de operários e do juiz Hermilo Ximenes. Cada um ao seu modo e em seu campo político avoca um papel de liderança operária.

A desarticulação do movimento operário, a partir dos desdobramentos do golpe civil-militar é notada. Mas os trabalhadores souberam encontrar formas para continuarem na luta pelos seus direitos. Espero que este trabalho tenha contribuído para o conhecimento dessa experiência operária, na cidade-fábrica Rio Tinto, objeto de poucos trabalhos acadêmicos.

FONTES

Arquivos

Arquivo do Sindicato Têxtil dos Trabalhadores de Rio Tinto – Paraíba.

Arquivo Público Estadual Jordão Emenreciano – Recife, Pernambuco.

Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) – Recife, Pernambuco.

Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) – João Pessoa, Paraíba.

Arquivo dos Governadores: Seção Gov. Pedro Moreno Gondim – Seção Gov. João Pessoa C. Albuquerque – Seção Interventor Federal Argemiro de Figueirêdo. Arquivo Histórico do Espaço Cultural José Lins do Rego – João Pessoa, Paraíba.

Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa – Paraíba.

Arquivo do Fórum de Rio Tinto – Paraíba.

Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGP – João Pessoa, Paraíba.

Hemeroteca do Arquivo Histórico do Espaço Cultural José Lins do Rego – João Pessoa, Paraíba.

Hemeroteca do Arquivo da Cúria Metropolitana de João Pessoa – Paraíba.

Entrevistas

Júlio Justino da Silva – 78 anos. Serralheiro começou a trabalhar em 1948 na fábrica. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

Luiz Juvenal – 83 anos. Trabalhou como torneiro de marcenaria, de 1939 a 1974. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

Clotilde Cavalcante Juvenal. Esposa de Sr. Luiz Juvenal trabalhou como tecelã. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

Maria da Conceição Nascimento – 76 anos. Tecelã trabalhou de 1942 a 1974. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

Severino Nascimento Soares – 72 anos. Trabalhou como tecelão de 1949 a 1960, quando passou a trabalhar como vigia. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato, e em 1967 se tornou presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006.

José Galberto (conversa informal, novembro de 2006). Assumiu no inicio dos anos 1990 a presidência do sindicato, de onde até hoje está a frente.

Hermilo de Carvalho Ximenes. Juiz de Rio Tinto, no período de 1959 a 1964. Entrevista realizada em João Pessoa, julho de 2005.

Depoimentos – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC

História política da Paraíba: constituição de acervo: *Joacil de Brito Pereira (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro: CPDOC/UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2001.

Jornais

A União (João Pessoa, PB): 1917, 1918, 1924, 1928 a 1930, 1933, 1950 a 1952, 1958 a 1964.

A Imprensa (João Pessoa, PB): Janeiro de 1959 a Julho de 1964.

Correio da Paraíba (João Pessoa, PB): 1958, 1959, 1961 a 1964.

O Norte (João Pessoa, PB): Janeiro de 1959 a Julho de 1964.

Terra Livre (São Paulo, SP): Janeiro de 1964.

Revistas

Revista Era Nova (Bi-Mensário de propaganda da Parahyba): 1924

Revista Conterrânea (Paraíba): Junho/Julho de 1992.

Processos do Fórum de Rio Tinto (1959 a 1964)

Processo n. 130. Ação de Depósito. Autor: Tertuliano Dias de Lima. Ré: Companhia de Tecidos Rio Tinto. 08 de setembro de 1959.

Processo n. 141. Consignação e Pagamento. Autora: Maria Francisca Santos. Ré: Companhia de Tecidos Rio Tinto. 22 de setembro de 1959.

Processo n. 551. Ação de Consignação em Pagamento. Requerente: Nilson Francisco de Lira. Requerida: Companhia de Tecidos Rio Tinto. 16 de agosto de 1962

Processo n. 500. Ação de Consignação em Pagamento. Requerente: Floriano Rodrigues de Araújo. Requerida: Companhia de Tecidos Rio Tinto. 08 de maio de 1962.

Processo n. 650. Ação de Consignação em Pagamento. Requerente: Luíza de Freitas Araújo. Requerida: Companhia de Tecidos Rio Tinto. 27 de abril de 1963.

Processo n. 758. Ação de Consignação. Requerente: José Gomes Marçal. Requerida: Companhia de Tecidos Rio Tinto. 03 de dezembro de 1963.

Processo n. 521. Ação de Despejo. Requerente: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Requerida: Maria Joselita G. de Barros. 15 de junho de 1962.

Processo n. 553. Ação de Despejo. Requerente: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Requerida: Izaura Vieira Guimarães. 20 de agosto de 1962.

Processo n. 139. Ação Privada de Despejo. Autora: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Réu: José Alves de Souza. 21 de setembro de 1959.

Processo n. 717. Ação Pública. Réu: Lademir Gomes de Melo. Vítima: Companhia de Tecidos Rio Tinto. 09 de outubro de 1963.

Processo n. 632. Ação de Manutenção de Posse. Proponente: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Proposto: (?). 22 de março de 1963.

Processo n. 45. Ação Pública (Furto). Indiciado: Clodomiro Fernandes, José Pereira de Lima e Pedro Gonçalves Ramos. Vitima: Companhia de Tecidos Rio Tinto. 27 de novembro de 1959.

OFÍCIO ÚNICO – (AUTOS SUPLEMENTARES) – “HOMOLOGAÇÃO.”
Requerente: A COMPANHIA DE TECIDOS RIO TINTO. Requerido: Antônio Fernandes de Andrade. 20.06.1965.

Processo do Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa – PB.

Processo n. 427/63. Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.
Reclamante: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de fiação de Mamanguape. Em favor de Maria do Carmo Silva. Reclamado: Companhia de

Tecidos Rio Tinto. Objeto: Reintegração. Valor: Indeterminado. Procedência: Rio Tinto. 03 de junho de 1963.

Documentos do Arquivo dos Governadores - João Pessoa - PB.

Processo n. 659/60. Arquivo da gestão Pedro Moreno Gondim. Caixa 084, 1962 II. Exercício de 1960. 23 de fevereiro de 1960.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 22-11-1929. Lote do Presidente João Pessoa C. Albuquerque (1928-1930). Caixa 018; Vol. 596 Documentos; Ano-1929.

Contrato celebrado entre Frederico João Lundgren e o Governador do Estado da Paraíba. Termo de aditivo ao contrato celebrado a 8 de abril de 1920. Arquivo Histórico do Espaço Cultural. Seção dos Governadores da Paraíba. Lote do Interventor Federal Argemiro de Figueiredo. Caixa 027; Vol. 548 Documentos; Ano-1936-1937.

Documentos do Arquivo do Sindicato Têxtil de Rio Tinto (1953 a 1965)

Livro de Registro das Chapas às Eleições para o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Fiação e Tecelagem de Mamanguape. Rio Tinto, 29 de junho de 1953. João Batista Fernandes – Presidente.

Livro de Registro das Questões na Junta de Conciliação e Julgamento. Questão n.2.

Ata de Fundação da Liga Camponesa de Rio Tinto. 04 de novembro de 1962.

Documentos do Arquivo do DOPS – Recife – PE

Prontuário n.0037, Arquivo n. 198. Titular: Sindicato dos Operários do Município de Mamanguape.

Relatórios de Atividades Comunistas – Relatório de 29 de abril de 1933. Nome/Titular: Estado da Paraíba. N. do Documento: S/N. Data do Documento: 1930/1966. Quantidade de Documentos: 650. Fundo Secretaria de Segurança Pública n.: 30271-A.

RELAÇÃO DAS PESSOAS QUE SÃO FILIADAS AO PARTIDO COMMUNISTA DO BRAZIL, CONFORME DOCUMENTOS APREHENDIDOS NA

RESIDÊNCIA DO CONHECIDO AGITADOR COMMUNISTA JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA (CRUZ DAS ARMAS). Nome/Titular: Estado da Paraíba. N. do Documento: S/N. Data do Documento: 1930/1966. Quantidade de Documentos: 650. Fundo Secretaria de Segurança Pública n.: 30271-A.

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL – SERVIÇO DE ORDEM POLÍTICA. Nome/Titular: FÁBRICA PAULISTA (RIO TINTO). N. do Documento: 108-A. Data do Documento: 01 de julho de 1946. Quantidade de Documentos: 25. Fundo Secretaria de Segurança Pública n.: 29.251.

Documentos do Arquivo do DOPS – João Pessoa – PB

Fichas de Identificação. Inácio Silva; Sebastião Pereira da Silva; João Cassiano de Oliveira; Paulo Félix de Carvalho; Francisco Pereira de Lima; João Penedo da Silva e Augusto Rodrigues. Delegacia de Ordem Política e Social. Arquivo Geral. Serviço de Informações. Segurança Política.

Ficha de Identificação – Antônio Fernandes de Andrade. Delegacia de Ordem Política e Social. Arquivo Geral. Serviço de Informações. Segurança Política.

Inquérito Policial Militar – IPM'S.

Endereços eletrônicos

http://www.tre-pb.gov.br/resultados_eleicoes/online.htm

BIBLIOGRAFIA

ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: Os operários-campões e a Fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

ALVIM, Rosilene. LEITE LOPES, José Sérgio. *Famílias operárias, famílias de operárias*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. ANPOCS, N. 14 – ano 5, outubro de 1990

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania: Um balanço da história social brasileira*. São Paulo, Scritta, 1997.

AUED, Bernadete Wrublevski. *A Vitória dos Vencidos (Partido Comunista Brasileiro - PCB - e Ligas Campônicas 1955-64)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia - UFPB. Campus de Campina Grande. Centro de Humanidades. Campina Grande, dezembro de 1981.

O sapateiro militante: José Peba Pereira dos Santos. Campina Grande: EDUEPB, 2006

BEYNOW, Huw. *E.P.Thompson e o Socialismo Humanista*. In. MICELI, Sérgio (Seleção e organização) LIBER I, Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. EDUSP: São Paulo.

BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: Vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

CASTRO, Sandra. *Apogeu e Crise do Populismo – 1945-1964*. In. LÖWY, Michael. *Introdução a uma História do Movimento Operário Brasileiro no séc. XX*. Belo Horizonte: Vega 1980.

CAVALCANTI, Paulo. *A luta clandestina (O caso eu conto, como o caso foi) Memórias políticas*. (4º Volume). Recife: Guararapes, 1980.

CHALHOUB, Sidney. *Os arquivos dos trabalhadores*. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 2, n. 15. Rio de Janeiro, dezembro de 2006.

Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Editora da UNICAMP: Campinas, SP. 2º Edição, 2001.

CITADINO, Monique. *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)*. João Pessoa: Universitária, 1995.

CORREIA, Telma de B. et al. *Rio Tinto, Estrutura Urbana, Trabalho e Cotidiano*. João Pessoa: Unipê, 2002.

CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão*. Campinas, SP: Papirus, 1998 (Série Oficio de arte e forma).

COSTA, Adailton Coelho. *Mamanguape: a fênix paraibana*. João Pessoa: Grafset, 1986.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil – 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

DUBY, Georges. *A memória e o que ela esquece*. Diálogos sobre a Nova História. Lisboa, 1989.

EGLER, Tâmara Tânia Cohen. *Moradia e Trabalho em Rio Tinto*. In: *Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências*. Mestrado de Sociologia – UFC – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS). Fortaleza – CE, 1986.

FARIAS, Ignez Cordeiro de. *Um troupier na política: entrevista com o general Antônio Carlos Muricy*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. ABREU, Alzira Alves de. (et. al). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores, sindicatos, cidadania – Nordeste em Tempos de Vargas*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

FERREIRA, Jorge. *Crises da República: 1954, 1955 e 1961*. In. FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucília de Almeida. (Orgs.) *O Tempo da Experiência Democrática: Da Democratização de 1945 ao Golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano, V.3).

FERNANDES, João Batista. *O Extinto Rio Tinto*. Recife: Imprensa Universitária, 1971.

Rio Tinto O Extinto. Rio Tinto. Paraíba, 1973.

FONTES, Paulo R.R. *Trabalhadores e cidadãos. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo, Annablume, 1997.

Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais. São Miguel Paulista (1945-1966). Tese de Doutorado. Departamento de História da UNICAMP. Fevereiro de 2002.

FORTES, Alexandre. (et all). *Na luta por direitos: Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1999.

FORTES, Alexandre. *O Direito na obra de E.P.Thompson*. História Social. Revista de Pós-Graduação em História. N.2, p.89-111. IFCH. Unicamp. Campinas, São Paulo, 1995.

FRENCH, John. *Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos – A questão social como caso de polícia, 1920-1964*. In: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs). *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de História Social*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006.

FÜCHTNER, Hans. *Os Sindicatos brasileiros de trabalhadores: organização e função política*. Tradução de Jehovanira Crysóstomo de Souza. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980 (Biblioteca de Ciências Sociais; n. 14).

FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, Freud e Marx: Theatrum Filosoficum*. São Paulo: Ed. Princípio, 4º ed., 1987.

GASPARI, Elio. *A Ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002

GÓES, Raul de. *Um sueco emigra para o Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

GOMES, Ângela de Castro. *Os direitos trabalhistas em inicio de século XXI: Depoimento de Arnaldo Sussekind*. In: HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral, n.5, jun.2002. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, Vol.5.

O “ministério da revolução”. SOUZA, Amaury de. (et.al) e GOMES, Ângela de Castro. (Org.). *Trabalho e previdência: 60 anos em debate*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, 1992.

Cidadania e direitos do trabalho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000, p. 48. (Descobrindo o Brasil).

GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à Formação econômica do Nordeste (Da articulação comercial à integração produtiva)*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1989.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. *1964: Recordações da Ilha Maldita*. João Pessoa: Edições FUNESC. 2º ed., 2002.

GURJÃO, Eliete de Queirós. *Morte e Vida das Oligarquias – Paraíba (1889-1945)*. João Pessoa: Universitária. 1994.

HALL, Michael M. *História Oral: Os riscos da inocência*. O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo, DPH, 1992.

HAUPT, Georges. *Por quê a História do Movimento operário?*. Revista Brasileira de História. Produção e Transgressões. São Paulo. V.5, n.10. Março/Agosto de 1985.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HUTZLER, Celina Ribeiro. *Quem pode pode, quem não pode...* In.: *Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências*. Mestrado de Sociologia – UFC – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS). Fortaleza – CE, 1986.

JOSÉ, Ademilson. *Rio Tinto, a Cidade que quase Virou Praça de Guerra*. In. BARBOSA, Sebastião. GUEDES, Nonato. MELLO, José Octávio. OLIVEIRA, Carla Mary S. e NÓBREGA, Evandro. *O Jogo da Verdade – Revolução de 64 – 30 Anos Depois*. João Pessoa: A União, 1994.

LAGE, Iveline da C. e PORTO, Maria das Dores P. Oliveira. *CEPLAR - História de um Sonho Coletivo: Uma Experiência de Educação Popular na Paraíba destruída pelo Golpe de 1964*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura. 1º Edição, 1995.

LARA, Silvia Hunold. *Mais do que simples encontros*. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 2, n. 17. Rio de Janeiro, fevereiro de 2007.

LEMOS, Francisco de Assis. *Nordeste, o Vietnã que não houve: Ligas Camponesas e o golpe de 64*. Londrina: Ed. UEL/Ed. UFPB, 1996.

Carta ao Companheiro Jório Machado. In: MACHADO, Jório. 1964: *A opressão dos Quartéis*. João Pessoa: O Combate, 1991. p. 27.

LEITE LOPES, José Sérgio (Coord.) *Cultura e Identidade operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro, UFRJ, Museu Nacional, Marco Zero, Proed.

LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo, Marco Zero, 1988.

Fábrica e Vila Operária: Considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: LEITE LOPES, José Sérgio [et al.]. *Mudança Social no Nordeste: A reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Série Estudos sobre o Nordeste).

Uma teatralização tradicional da dominação industrial. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Org.) *Trabalho, Cultura e Cidadania: Um balanço da História Social Brasileira*. São Paulo: Escritta, 1997.

LÖWY, Michael (et all). *Introdução a uma história do movimento operário brasileiro no século XX*. Belo Horizonte, Vega, 1980.

MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. *Inovações Tecnológicas e Vivência Operária – O caso de Rio Tinto 1950-1970*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia da UFPB. João Pessoa, 1986.

MACHADO, Jório. 1964: *A opressão dos Quartéis*. João Pessoa: O Combate, 1991.

MARTINS, Luiza Mara Braga. *O Populismo, a crise do modelo exportador da economia e a liberdade sindical (1960-1964)*. In: LOBO, Eulália Maria Lahmeyr (et.al). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe – 1930-1970*. Eulália M. L. Lobo (coord.), Prefácio de José Luiz Werneck da Silva. Rio de Janeiro: Ed. Acess, 1992.

MARIZ, Celso *O Passado e o Presente de Mamanguape*. In. *Cidades e Homens*. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.

MANGABEIRA, Wilma e MOREL, Regina Lúcia M. “Velho” e “Novo” *Sindicalismo e Uso da Justiça do Trabalho: Um estudo comparativo com trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional*. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. IUPERJ, Rio de Janeiro, vol. 37, n.01, 1994.

MELLO, José Octávio de A. O sueco de Raul de Góes e a História de Rio Tinto. In. *Correio das Artes, A União*, número 58 de 27-11-1977.

Sociedade e Poder Político no Nordeste – O caso da Paraíba (1945-1964). João Pessoa: Universitária, 2001.

A Revolução Estatizada. Um estudo sobre a Formação do Centralismo em 30. João Pessoa: Universitária. 2º ed. 1992.

História da Paraíba: Lutas e Resistências. João Pessoa: Universitária, UFPB, 7º ed., 2002.

Arqueologia Industrial e cotidiano em Rio Tinto. CORREIA, Telma de B. et al. *Rio Tinto, Estrutura Urbana, Trabalho e Cotidiano*. João Pessoa: Unipê, 2002.

Paraíba: Populismo Radical, Mobilização Direitista e Desenlace. In. 1964: *A dimensão global (Formação do movimento brasileiro de 64)*. João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB, 1997.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral: caminhos e descaminhos*. Revista Brasileira de História. São Paulo. v. 13, n. 25/26, set. 92/ago.93.

MONTENEGRO FILHO, Sérgio. *Tanques nas ruas. É o golpe!* In: BARRETO, Túlio Velho e FERREIRA, Laurindo (orgs). *Na trilha do Golpe: 1964 revisitado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/editora Massangana, 2004.

MORAES, João Quartim de. *O colapso da resistência ao golpe de 1964*. HISTÓRIA – UNESP. São Paulo: Ed. Unesp. V. 14, 1995.

NEGRO, Antônio Luigi e SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores, Sindicatos e Política (1945-1964)*. In. FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucília de Almeida. (Orgs.) *O Tempo da Experiência Democrática: Da Democratização de 1945 ao Golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano, V.3).

NEVES, Magda Maria Bello de Almeida. *Dominação de resistência no cotidiano do trabalho fabril: as práticas sociais de mulheres e homens operários*. In: *Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências*. Mestrado de Sociologia – UFC – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS). Fortaleza – CE, 1986.

PAOLI, Maria Célia. *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira*. In: LEITE LOPES, José Sérgio e outros (Orgs.) *Cultura e Identidade operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, Marco Zero, Proed.

PANET, Amélia de Farias. *Proposta de apoio turístico com desenvolvimento sustentável – O caso da APA da Barra do rio Mamanguape*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo.

PETERSEN, Silvia R. Ferraz. *Ainda o movimento operário como objeto historiográfico*. ANOS 90, Revista do Programa de Pós-graduação em História – UFRGS, Porto Alegre,n.8,Dezembro de 1997.

POLLACK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. Estudos Históricos – Memória. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Projeto História – Cultura e Representação. São Paulo, (14), fev.1997.

RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da Morte, Esperança de Vida; Uma História das Ligas Camponesas na Paraíba*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História - UNICAMP. Campinas, Agosto de 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro – Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/CNPQ. 1990

ROZOWYKWIAT, Maria Teresa Gondim. *Arraes: duas mãos e o sentimento do mundo*. In: CLIO. Revista de Pesquisa Histórica. Dossiê 64. N.22, 2004/ Recife: Editora da UFPE, 2006.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos – Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial. Universidade do Rio de Janeiro, 2001.

SANTANA, Martha Falcão de Carvalho e Moraes. *Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940*. João Pessoa: Universitária, UFPB, 1999.

Nordeste, Açúcar e Poder
(Um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba. 1920-1962). João Pessoa:
UFPB/CNPQ. 1990.

SCOTT, James C. *Formas cotidianas de resistência camponesa.* Raízes.
Campina Grande: UFCG, v.21, jan/jun 2002, n. 01.

SILVA, Fernando Teixeira. *Direitos, Política e Trabalho no Porto de Santos.* In:
FORTES, Alexandre. (et all). *Na luta por direitos: Estudos recentes em História
Social do Trabalho.* Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1999.

SILVA, Waldir Porfírio. *Bandeiras Vermelhas: A presença dos comunistas na
Paraíba (1900 a 1960).* João Pessoa: Textoarte, 2003.

SOUTO JÚNIOR, José Fernando. *Pelegos, Puros e Modernizadores: Reflexões
acerca do termo assistencialismo no movimento sindical brasileiro.* In: *Política & Trabalho.* Revista de Ciências Sociais, n.23, outubro de 2005.

STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950.*
Prefácio De Nícia Villela Luz; Tradução de Jaime Larry Benchimol. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa.* Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

*A Miséria da Teoria ou um Planetário de erros. Uma crítica
ao pensamento de Althusser.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

VARUSSA, Rinaldo José. *Processos Trabalhistas e a construção de relações
fabris.* Revista História, n.21, São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

VIANA, Carlos Negreiros. *A industrialização de algodão do Ceará (1881-1973)
– Uma experiência de industrialização fora do centro sul.* Dissertação de
Mestrado em Economia. UNB: Brasília, 1992.

WEID, Elisabeth von Der e BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *O fio da meada;
estratégia de expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril:
1878-1930.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação
Nacional da Indústria, 1986.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

